

FINISTERRA

Revista Portuguesa de Geografia



Centro
de Estudos
Geográficos

Volume LI
Número 102
Lisboa 2016

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

COMISSÃO EDITORIAL / *EDITORIAL BOARD*

DIRETOR / *EDITOR IN CHIEF*

MARGARIDA QUEIRÓS

COMISSÃO EXECUTIVA / *ASSOCIATE EDITORS*

Jennifer CARVALHO, Maria Helena ESTEVES, Marcelo FRAGOSO, Ricardo A. C. GARCIA, Jorge ROCHA, João SARMENTO

EDITOR CARTOGRÁFICO / *CARTOGRAPHY*

EDITOR

Jorge ROCHA

EDITORES DE SECÇÃO / *THEMATIC EDITORS*

(CEG / UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Isabel ANDRÉ (ZOE), Maria Lucinda FONSECA (MIGRARE), António LOPES (ZEPHYRUS), Eduarda MARQUES DA COSTA (MOPT), José Manuel SIMÕES (TERRITUR), Jorge TRINDADE (SLIF), José Luís ZÉZERE (RISKam)

FUNDADORES E ANTIGOS DIRETORES /

FOUNDERS AND FORMER EDITORS IN CHIEF

ORLANDO RIBEIRO, SUZANNE DAVEAU, ÍLIDIO DO AMARAL, JORGE GASPAR, CARLOS ALBERTO MEDEIROS, MARIA JOÃO ALCOFORADO

INDEXADA EM / *INDEXED IN*

DOAJ (Directory of Open Access Journals), Dialnet, EBSCO Information Services, e-revist@s, Latindex, SciELO Scientific Electronic Library – Portugal, SciELO Citation Index (ISI-Thomson Reuters), SCImago/SCOPUS, Sherpa/ROMEO – Journals database, WebQualis (Capes A2)

EDITORA / *PUBLISHER*

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

COMISSÃO EDITORIAL EXTERNA / *EDITORIAL ADVISORY BOARD*

Abel ALBET i MAS (U. Autónoma, Barcelona), Antoine BAILLY (U. Genebra), Teresa BARATA SALGUEIRO (U. Lisboa), Michael BARBOUR (U. Califórnia), Horacio CAPEL (U. Barcelona), Carminda CAVACO (U. Lisboa), João CORTE-REAL (U. Évora), Fernanda CRAVIDÃO (U. Coimbra), Michael CROZIER (Victoria U. Wellington), Lúcio CUNHA (U. Coimbra), Michael DEAR (U. Berkeley, Califórnia), Wilfried ENDLICHER (U. Humboldt, Berlim), João FERRÃO (U. Lisboa), Jacobo GARCÍA ÁLVAREZ (U. Carlos III, Madrid), Maria Dolors GARCIA-RAMON (U. Autónoma, Barcelona), Thomas GLADE (U. Viena), Claude GRASLAND (U. Paris 7), Ricardo Mendez GUTIERREZ DEL VALLE (Conselho Sup. Inv. Científica, Madrid), Rogério HAESBAERT (U. Federal Fluminense), Peter HALL (U. Simon Fraser, Vancouver), Petri HOTTOLA (U. Oulu), Ronald van KEMPEN (U. Utrecht), Russell KING (U. Sussex), Juan-Luis KLEIN (U. Québec-Montréal), Denis LINEHAN (U. Cork), Diana MacCALLUM (U. Griffith), Javier MARTIN VIDE (U. Barcelona), Andreas MATZARAKIS (U. Freiburg), Héctor MENDOZA VARGAS (U. Nacional Autónoma de México), Bernadette MÉRENNE-SCHOUMAKER (U. Liège), Piotr MIGON (U. Wrocław), Janice MONK (U. Arizona), Armando MONTANARI (U. La Sapienza, Roma), Laco MUCINA (U. Curtin Technology), Frederick NELSON (U. Delaware), Jorge OLCINA CANTOS (U. Alicante), Mary PEDLEY (U. Michigan), Andy PIKE (U. Newcastle), Emmanuel REYNARD (U. Lausanne), Joseli Maria SILVA (U. Estadual Ponta Grossa), Mauro SOLDATI (U. Modena e Reggio Emilia), Robert STIMSON (U. Queensland), José Carlos TEIXEIRA (U. British Columbia), Allan WILLIAMS (U. London Metropolitan), Brenda YEOH (U. Singapura)

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

VOLUME LI

Número 102



Lisboa

2016

APOIO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portugal



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território

UNIVERSIDADE DE LISBOA

ESTILOS FLUVIAIS NUM AMBIENTE SEMIÁRIDO, BACIA DO RIACHO DO SACO, PERNAMBUCO

JONAS OTAVIANO PRAÇA DE SOUZA¹

ANA CLARA MAGALHÃES DE BARROS²

ANTONIO CARLOS DE BARROS CORREA³

RESUMO – O crescimento da preocupação ambiental tem aumentado a necessidade de adoção de políticas de gestão de recursos hídricos. A compreensão das características e comportamento dos ambientes fluviais é essencial para uma gestão apropriada, em especial nos ambientes secos, primordialmente ambientes instáveis. O objetivo desta pesquisa procurou identificar e descrever os estilos fluviais da bacia do riacho do Saco, semiárido do Nordeste Brasileiro, e analisar o comportamento de cada estilo fluvial. Para tanto foram usados dados ASTER GDEM, imagens QUICKBIRD e dados de campo, para identificar os elementos e características dos estilos fluviais. Na bacia do riacho do Saco foram identificadas quatro unidades de paisagem: área de cabeceiras, zona inundável, escarpa de falha e pedimento; as características desses compartimentos irão controlar os estilos fluviais, conjuntamente com os impactos antrópicos. Foram identificados sete estilos fluviais, entre eles canais de voçoroca na área de cabeceira, desenvolvidos em colúvios quaternários; canal preenchido na zona inundável; canais encaixados na zona de escarpa de falha; canal rochoso com planície de inundação descontínua na área pedimentar. A partir da identificação e caracterização dos estilos fluviais, a adoção de uma política para gestão dos recursos hídricos torna-se mais adequada.

Palavras-chave: Estilos fluviais; classificação fluvial; ambiente semiárido; bacia do Riacho do Saco.

ABSTRACT – FLUVIAL STYLES IN A SEMI-ARID FLUVIAL SYSTEM, RIACHO DO SACO WATERSHED, PERNAMBUCO, NORTHEASTERN BRAZIL. The growth of environmental aware-

Recebido: Abril 2013. Aceite: Dezembro 2015.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Departamento de Geociências, Cidade Universitária s/n, 58051-900, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: jonasgeoufpe@yahoo.com.br

² Doutoranda em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: anaclarabarros@hotmail.com

³ Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: dbiase2001@terra.com.br

ness has fostered the need for the adoption of public policies for the management of water resources. The understanding of the characteristics and behavior of fluvial environments is essential for an adequate management, especially in the prevailing unstable contexts of the drylands. According to these premises, this work aimed to identify and describe the fluvial styles of the Riacho do Saco watershed, within semi-arid Northeastern Brazil, as well as analyzing the behavior of each fluvial style individually. For this purpose, ASTER GDEM and QUICKBIRD imagery as well as field data were used in order to identify the elements and characteristics of the fluvial styles. Within the studied watershed, four landscape units were devised: headwaters zone, flood prone area, fault line escarpment and pediment. The traits of these units, coupled with human induced impacts, exert control upon the fluvial styles. In the study area seven fluvial styles were devised, such as: gully channels in the headwaters zone on Quaternary colluvium infills, cut-and-fill channels on flood prone areas, incised channels in the fault line escarpment and rocky bottom channel with discontinuous floodplains on the pediment. Based on the identification and characterization of these fluvial styles, the choice of adequate water resource management policies becomes more effective.

Keywords: Fluvial styles; fluvial classification; semi-arid environment; Saco Creek watershed.

RÉSUMÉ – RÉGIMES FLUVIAUX EN MILIEU SEMI-ARIDE : LE BASSIN DU RUISSEAU « DO SACO » (PERNAMBOUC, BRÉSIL). Les préoccupations environnementales induisent le développement des politiques de gestion hydrique. Or, une gestion appropriée exige la bonne compréhension du comportement du milieu fluvial, surtout en climat aride et instable, comme c'est le cas du bassin du ruisseau « do Soco ». On y a décrit divers régimes fluviaux, à partir des données ASTER GDEM, des images QUICKBIRD et d'observations sur le terrain. On a identifié 4 unités de paysage : l'aire des sources, la zone inondable, l'escarpement de faille et le pédiment. Ce sont les caractéristiques de ces compartiments, associés aux impacts anthropiques, qui contrôlent les régimes d'écoulement. On a en distingué 7 types, dont les canaux de ravinement (voçorocas) dans la partie amont, ouverts dans les colluvions quaternaires, le canal ouvert dans l'aire inondable, les canaux mordant la zone de l'escarpement de faille, le canal rocheux avec plaine inondable discontinue, dans l'aire pédimentaire. Ces régime fluviaux ayant été identifiés et caractérisés, l'adoption d'une politique de gestion des ressources hydrauliques se trouve facilitée.

Mots clés: Régimes fluviaux; classification fluviale; milieu semi-aride.

I. INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro abarca uma extensão de cerca de 900 mil km², concentrando-se no nordeste brasileiro e norte de Minas, caracteriza-se pela irregularidade e concentração da chuva, o que em conjunto com temperaturas elevadas e altos índices de evapotranspiração gera grande déficit hídrico na maior parte do ano. Para lidar com o problema hídrico foi criada uma extensa rede de infraestruturas hídricas, baseada em grandes reservatórios para o abastecimento das comunidades urbanas e para grandes empreendi-

mentos agrícolas e em inúmeras barragens rudimentares para o abastecimento das comunidades rurais (Vieira, 1996; Molinas, 1996; Campos, Vieira Neto & Martins, 1997; Vieira, 2003; Cirilo *et al.*, 2003).

Contudo, periodicamente, essa região sofre recorrentes problemas ambientais, potencializados por falhas na gestão da água, afetando principalmente as pequenas comunidades rurais, nos anos muito chuvosos, com rompimentos generalizados das barragens rudimentares e, nos anos secos, com falta de água. Um dos fatores para estas falhas é o pouco conhecimento que se tem do comportamento e das características dos rios do semiárido brasileiro. Pensando nisso, o presente trabalho tem como objetivo estudar as características e o comportamento fluvial de uma bacia representativa do semiárido brasileiro (ambiente seco em margem passiva), utilizando a proposta teórico-metodológica dos estilos fluviais (Brierley & Fryirs, 2005), onde a partir da identificação e caracterização das unidades geomórficas é possível avaliar os processos e comportamento fluvial.

II. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A bacia de drenagem do riacho do Saco está situada na microrregião do Pajeú, Sertão Central de Pernambuco, entre os municípios de Serra Talhada, Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, além dos municípios de Manaíra e São José da Princesa, na Paraíba (fig. 1), perfazendo uma área de 142,5 km², sendo um afluente do rio Pajeú, um dos principais afluentes do rio São Francisco.

A bacia apresenta topografia irregular e amplitude altimétrica de cerca de 700 metros (fig. 1), tendo como principal componente a Serra da Baixa Verde, intrusão sienítica componente do Planalto da Borborema (Corrêa *et al.*, 2010), o trecho próximo a jusante da bacia está inserido na Depressão Sertaneja. A diferença altimétrica influencia diretamente a precipitação e temperatura, onde em Serra Talhada (416m de altitude) apresenta em média 639 mm/ano de precipitação e temperatura média anual de 23,8°C; enquanto Triunfo (1030m de altitude) tem em média 1230 mm/ano de precipitação e 21°C de temperatura média anual. As diferenças topográfica e climática definem quatro paisagens distintas: área de cabeceiras (acima de 900 metros), zona inundável (entre 800 e 900 metros em declividades entre 0% e 3% e que permanecem alagadas uma parte do ano), escarpa de falha (entre 600 e 800 metros com declividades acima de 45%), e pedimento (região abaixo de 600 metros com algumas elevações isoladas). Assim, climaticamente, têm-se o pedimento com um clima semiárido; a área de cabeceira com um clima sub-úmido; e a escarpa de falha e a zona inundável com comportamento de precipitação e temperatura em transição entre o semiárido e o sub-úmido.

A diferença topoclimática reflete-se diretamente na vegetação e nos tipos de ocupação e uso do solo na bacia (fig. 1). A vegetação está diretamente ligada com a variação da precipitação, no pedimento a predominância é da vegetação de caatinga arbustiva (vegetação de tipo savana); na escarpa de falha há a transição entre a vegetação de caatinga arbustiva para caatinga arbórea, chegando a ter espécies da floresta subcaducifólia na

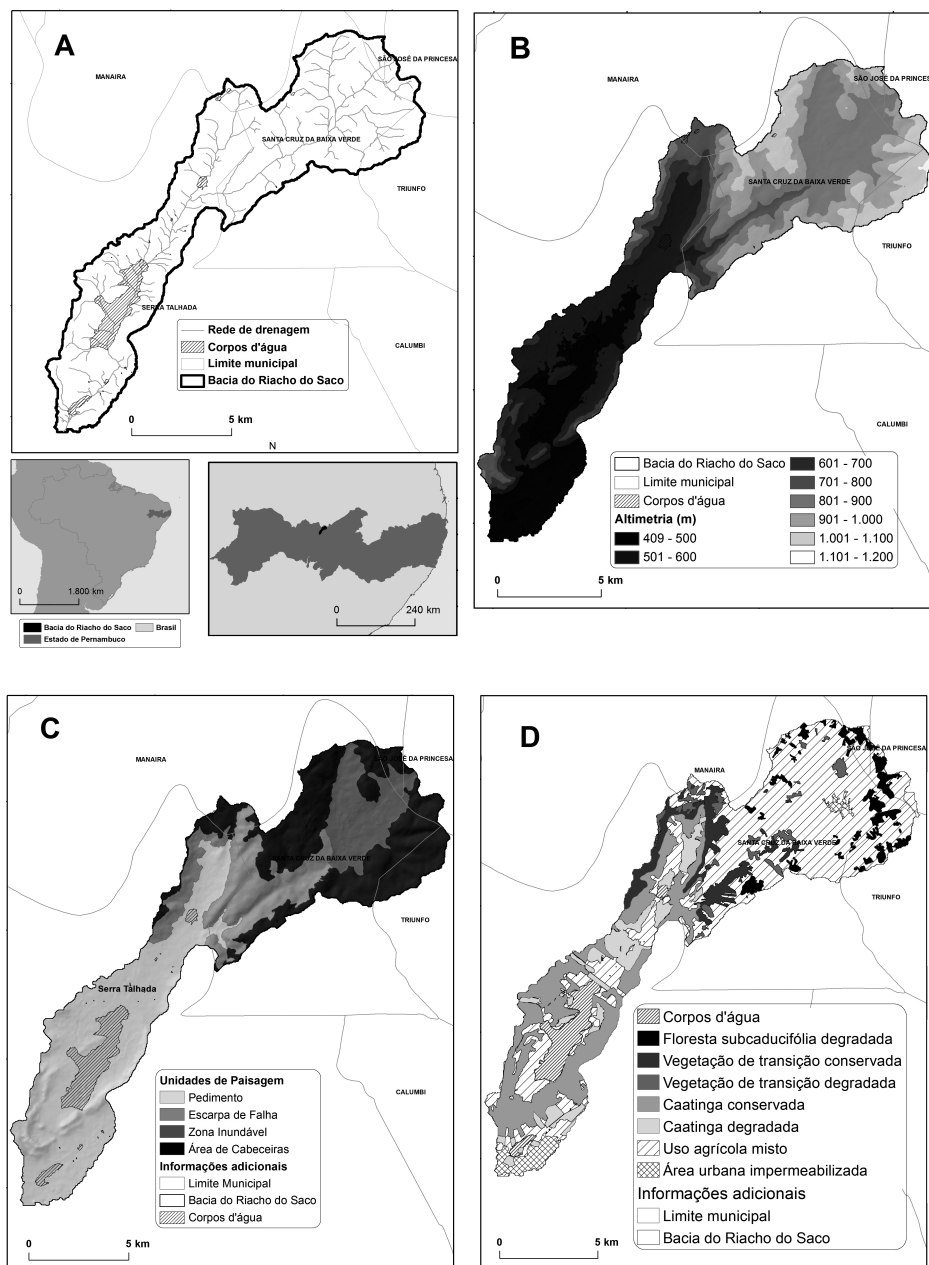
zona inundável; e já na área de cabeceira há a predominância da floresta subcaducifólia. A ocupação e o uso do solo estão relacionados também com as diferenças ambientais da região, na zona semiárida a predominância de uso é a pecuária extensiva com a utilização do pasto nativo, e mais recentemente a agricultura irrigada e a piscicultura, atividades relacionadas com a Barragem do Saco, no centro da bacia. Já na área subúmida há um maior desenvolvimento da agricultura baseado em um complexo entre cana-de-açúcar e policultura, como feijão e milho. A intensidade maior na ocupação das áreas mais úmidas gerou uma maior remoção da vegetação nativa, restando apenas áreas de floresta subcaducifólia degradadas.

III. ESTILOS FLUVIAIS

Uma das propostas focadas no comportamento fluvial e com a gestão fluvial é o conceito de estilo fluvial, onde cada bacia hidrográfica é um conjunto próprio de atributos, analisados em três campos: pela planta do canal, pelas unidades geomórficas do canal fluvial e da planície de inundação, e pela textura do leito dos rios (Brierley & Fryirs, 2005). A identificação e interpretação das unidades geomórficas possibilita a interpretação dos processos que refletem o comportamento dos estilos fluviais. Desta forma os estilos fluviais e seus padrões são avaliados em relação ao contexto paisagístico e às ligações espaciais e temporais dos seus processos geomorfológicos (Corrêa *et al.* 2009).

De uma forma sintética, a proposta teórica dos estilos fluviais registra o caráter e comportamento de um rio, oferecendo uma avaliação geomórfica dos seus padrões espaciais e evolutivos, a partir de uma análise focada na bacia de drenagem/hidrográfica (Corrêa *et al.*, 2009). A análise das relações espaciais das unidades de paisagem, e de seus padrões de interconectividade fornecem uma base sobre a qual é possível interpretar a operação dos processos geomorfológicos em ação num determinado nível de resolução sistêmica. A perspectiva dos estilos fluviais dá ênfase às interações entre os elementos biofísicos, principalmente geomorfológicos, e apresenta uma metodologia para aplicação à gestão e recuperação fluvial (Fryirs & Brierley, 2009). Para tanto fornece informações teórico-metodológicas visando a compreensão dos elementos fluviais, comportamento, evolução e condição ambiental, tendo como base o sistema fluvial (Brierley *et al.*, 2002).

Os estilos fluviais podem ser identificados baseando-se nas características de três configurações de vales: vale confinado, sem a presença de planícies de inundação; vale semiconfinado ou parcialmente confinado, com a presença de planícies de inundação descontínuas; e não confinado ou vale de fundo aluvial, com a presença de planícies de inundação contínuas (Brierley *et al.*, 2005). A análise sistemática das diferentes configurações de forma e processo, bem como as suas interações, em cada um dos tipos de vale mencionados, resulta na identificação dos estilos fluviais. Características locais podem ser levadas em consideração, ampliando os elementos analisados.



Sistema de coordenadas Geogr ficas DATUM: WGS 84

Fig. 1 – Bacia do riacho do Saco: Localiza o (A); Modelo Digital de Eleva o (B); Unidades de paisagem (C); ocupa o do solo (D).

Fig. 1 – Saco creek watershed: Localization (A); Digital Elevation Model (B); Landscape Units (C); Landcover (D).

A partir destes procedimentos, a metodologia dos estilos fluviais oferece várias aplicações, tais como: programas de planejamento ambiental, observando a capacidade de ajuste do sistema e as possibilidades de modificação, podendo-se planejar intervenções; conservação de estilos fluviais raros/ únicos, visando manter e valorizar a geodiversidade das paisagens fluviais; avaliação da condição geomórfica e do potencial de recuperação fluvial (Fryirs & Brierley, 2009). Os estilos fluviais foram inicialmente aplicados às bacias costeiras de New South Wales – Austrália (Brierley *et al.*, 2002), tendo sido identificados 21 estilos fluviais diferentes. No Brasil, algumas pesquisas aplicaram a ideia de estilos fluviais, sendo que num dos estudos realizou-se uma análise experimental numa bacia semiárida, o que resultou na identificação de dois estilos fluviais diferentes, e introduziu formas e processos de origem especificamente antrópica à análise (Corrêa *et al.*, 2009; Souza & Corrêa, 2012; Peixoto *et al.*, 2010; Oliveira, 2010).

IV. MATERIAIS E MÉTODOS

Para caracterizar e mapear os estilos fluviais são necessárias informações sobre a morfologia do canal fluvial, as unidades geomórficas que compõem o ambiente fluvial (do canal e da planície de inundação), as características sedimentares, o regime de fluxo e a vegetação ripária (Brierley & Fryirs, 2000). Será seguida a metodologia indicada por Brierley & Fryirs (2005), utilizando algumas adaptações, tais como a introdução de elementos antrópicos na identificação dos estilos fluviais, em especial nas matrizes de informação para cada estilo fluvial (Corrêa, Maciel, Souza, Azambuja & Araújo, 2009; Souza & Corrêa, 2012). No geral, para o mapeamento dos estilos fluviais serão utilizados os mapeamentos já apresentados: modelo digital de elevação, unidades de paisagem e uso do solo. Também serão usadas imagens QUICKBIRD, além de informações obtidas no campo com o uso de GPS (GPS Garmim Etrex VistaHcx, e o GPS topográfico PRO-XH – Trimble).

O primeiro passo é a definição do tipo do vale para cada trecho do canal, o que pode ser realizado a partir da identificação da presença, ou não, de planícies de inundação ao longo de cada rio, visto que as planícies são geradas a partir do extravasamento do fluxo do canal, comportamento preponderante na classificação de tipos de vale. O tipo de vale pode ser: confinado, com menos de 10% do trecho com planície de inundação; parcialmente confinado, entre 10% e 90% do trecho com planície de inundação; e não confinado (ou vale aluvial), mais de 90% do trecho apresentando planície de inundação (Brierley & Fryirs, 2005).

Após a definição dos tipos de vale, observa-se o número de canais, a geometria dos canais, grau de sinuosidade, estabilidade das margens, as unidades geomórficas dos canais e das planícies de inundação, e a textura do material do leito.

Para cada estilo fluvial identificado será escolhido um trecho representativo, do qual será construída uma matriz de informação e um mapa morfológico para aquele estilo fluvial (escala maior que 1:6 000). Os mapas morfológicos apresentam as margens do fundo de vale, os canais, as planícies de inundação, as unidades geomórficas (no canal e na planície), a vegetação associada (no canal e na planície) e as alterações antrópicas.

A matriz de informação terá como base inicial as informações obtidas a partir do mapeamento morfológico, com informações sobre as características/elementos do trecho, comportamento fluvial do trecho e controles ambientais gerais. Ou seja, após identificar as características gerais da bacia, assinalaram-se os compartimentos de relevo e suas características, e os estilos fluviais presentes (como colocado anteriormente); para cada estilo foi identificada a configuração do vale; a assembleia de unidades geomórficas existentes e suas características; a forma em planta do estilo; e a textura do material do leito. Após a identificação das características do estilo foi possível interpretar o comportamento do rio, avaliando-o em três estágios: baixa, média e alta vazão. Por fim, foram definidos os controles fluviais, que serão as condições limite para cada estilo fluvial, tais como: bacia a montante, unidade de paisagem, zona processual, morfologia e declividade do vale, competência do fluxo e intervenções antrópicas (Brierley & Fryirs, 2005).

V. RESULTADOS

Para a bacia do riacho do Saco foram encontrados sete tipos de estilos fluviais, sendo mapeada a incidência em trechos de cada um dos tipos (fig. 2): Cabeceira de Drenagem (fig. 3), Canal em Garganta (fig. 4), Canal Entalhado em Voçoroca (fig. 5), Canal Rochoso (fig. 6), Canal Descontínuo Arenoso (fig. 7), Vale Preenchido Conservado (fig. 8) e Canal Artificial (fig. 9).

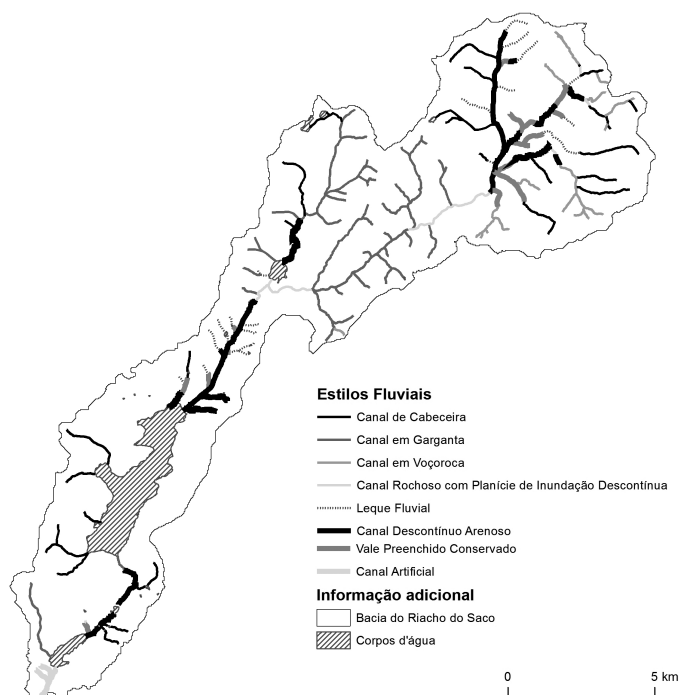


Fig. 2 – Estilos Fluviais da bacia do Riacho do Saco.

Fig. 2 – River Styles of Saco basin.

com Planície Descontínua (fig. 6), Leque Fluvial (fig. 7), Canal Arenoso Descontínuo (fig. 8) e Vale Preenchido Conservado (fig. 9). Além desses estilos, foram identificados alguns trechos, especialmente os inseridos na área urbana da cidade de Serra Talhada onde os canais apresentam modificações generalizadas, sendo que alguns trechos foram suprimidos, onde o escoamento será controlado pela drenagem urbana artificial. Dessa forma, apesar de serem mapeados eles não serão analisados.

O quadro I, organiza e sumariza os estilos fluviais encontrados bem como as características gerais de cada um deles, avaliando suas participações percentuais em relação ao tamanho total dos canais da bacia, a distribuição em relação às unidades de paisagem, o tipo de vale de cada estilo, além da predominância do material do leito para cada estilo.

Quadro I – Sumário dos Estilos Fluviais da bacia do riacho do Saco.

Table I – Summary of River Styles of Saco creek watershed.

Estilo Fluvial	Distribuição	Unidades de Paisagem	Tipo de Vale	Material do leito
Canal de Cabeceira	32,9%	Área de Cabeceira	Confinado	Cascalho e Matacões
Canal em Voçoroca	9,4%	Área de Cabeceira	Confinado	Areia
Canal em Garganta	19,5%	Escarpa de Falha	Confinado	Matacões
Leque Fluvial	9,1%	Zona Inundável e Pedimento	Aluvial	Areia
Vale Preenchido Conservado	6,5%	Zona Inundável	Aluvial	Silte-Argila
Canal Descontínuo Arenoso	15,6%	Zona Inundável e Pedimento	Aluvial	Areia-Silte-Argila
Canal Rochoso com Planície Descontínua	5,2%	Áreas de transição	Parcialmente Confinado	Cascalho
Canais artificiais	1,8%	–	Confinado	–

Para cada estilo fluvial foi escolhido um trecho que apresentasse todas as características representativas do estilo, e para cada um desses trechos foi realizado um mapeamento de detalhe das formas fluviais, uma matriz de informação e imagens da área. Para a matriz de informação, foram realizadas algumas modificações visando adequar a metodologia à área estudada, o comportamento do rio foi dividido em baixa, média e alta vazão; onde a baixa vazão é no período seco do ano, a alta vazão é durante os eventos chuvosos fortes e algumas horas após esses eventos, quando as vazões atingem seus picos; e a média vazão é durante os meses chuvosos, mas nos momentos que não há chuva ou impacto direto de uma chuva anterior.

Os trechos classificados como Cabeceira de Drenagem situam-se em canais de baixa ordem, com leito rochoso, baixa sinuosidade e controle erosivo para sua evolução. Não apresentam extravasamento do fluxo, sendo confinado com margens estáveis controladas pela litologia. Apresenta gradiente médio ou alto no perfil longitudinal e declividade média nas encostas. Os principais elementos encontrados nesse tipo de canal são sequên-

cia de corredeiras, poças e matacões (*boulder*); apresentando também, secundariamente, barras arenosas normalmente associadas com detritos de vegetação. Situam-se nas principais áreas fonte dos sedimentos, não apresentando fluxo na baixa vazão (em alguns canais pode haver fluxo resultado de nascentes) e podendo transportar blocos na alta vazão, a partir de eventos extremos, contudo devido ao gradiente do canal somado com as declividades da encosta não há extravasamento do fluxo. Em alguns pontos mais planos há plantio de cana-de-açúcar e a construção de poços rasos (localmente chamados de poços amazonas), contudo esses trechos apresentam baixo impacto antrópico na estrutura e comportamento fluvial, apenas algumas pequenas barragens temporárias causam maior impacto.

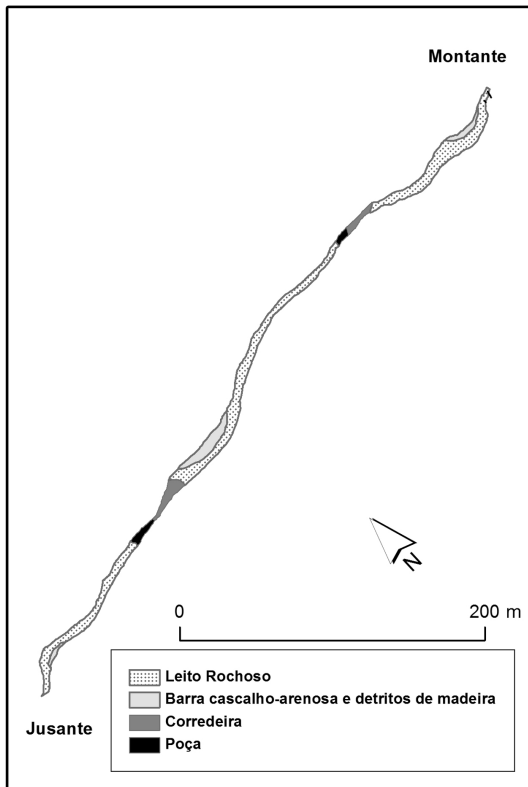
Os Canais em Garganta estão localizados na unidade de paisagem escarpa de falha, apresentando vales estreitos entalhados em linhas de fraqueza, com margens estáveis com controles estruturais. Apresentam gradiente alto no perfil longitudinal, com a presença de vários *knickpoints* e encostas, também, com alta declividade. Têm como principais unidades no canal, cachoeiras, sequência de cascatas e poças, e matacões, possivelmente de origem coluvial.

Na baixa vazão não há fluxo nos Canais de Garganta, mas é possível a presença de água acumulada nas poças, enquanto que na alta vazão o fluxo apresenta alta capacidade e competência de transporte, retirando todo o material detrítico acumulado. Devido à alta declividade da área as intervenções humanas são praticamente inexistentes.

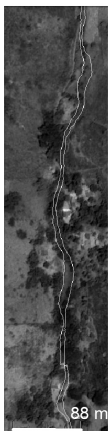
Nas regiões acima dos 900 metros, com densa cobertura coluvial Quaternária, desenvolveu-se uma rede de voçorocas, algumas das quais comportam-se como canais fluviais; estes trechos estão diretamente ligados à retirada da vegetação nativa para o uso agrícola. Deste modo, esses trechos apresentam perfis longitudinais com gradiente médio ou baixo, e perfis transversais com média declividade; canais estreitos e com alta dissecação, com margens e leitos instáveis com predominância de texturas cascalho-arenosas, apresentando erosão de subsuperfície nas margens e voçorocas laterais.

Na baixa vazão não há presença de água, e na alta vazão apresenta grande capacidade e competência de transporte, como também alta taxa de erosão lateral e vertical, sendo uma grande fonte de sedimentos para os trechos a jusante. Em alguns pontos há intervenções antrópicas visando diminuir a erosão como terraceamento e a construção de barragens de sedimentos.

Os Canais Rochosos com Planície de Inundação Descontínua apresentam baixa incidência na bacia, normalmente em áreas de transição entre trechos com alta capacidade de transporte e trechos com baixa capacidade de transporte, ou vice-versa. São caracterizados pela sinuosidade média, encostas suaves e gradiente baixo, fatores que geram erosão nas margens côncavas e extravasamento do fluxo nas margens convexas, formando planícies de inundação descontínuas. Na baixa vazão não há fluxo e nas altas vazões há o extravasamento do fluxo, e a retirada dos sedimentos presentes no leito rochoso. Nesses trechos o principal impacto antrópico é a presença de pontes, normalmente no mesmo nível das altas vazões.



Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM: WGS 84



MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - CANAIS DE CABECEIRA

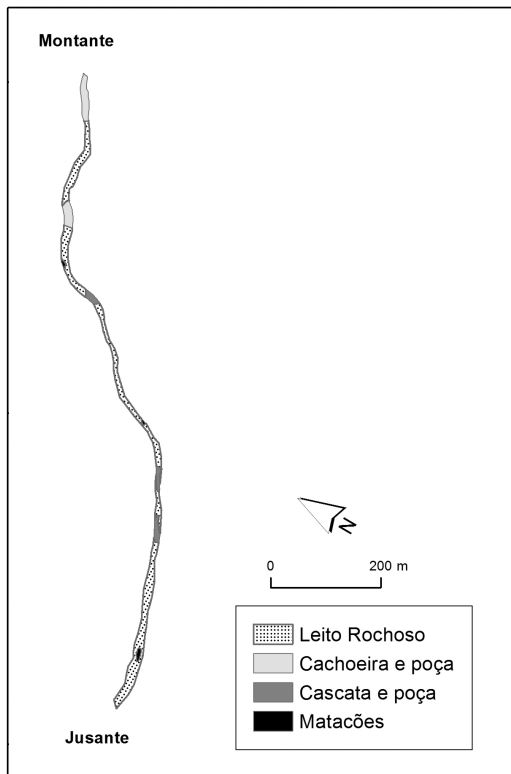
CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS	
Configuração do Vale	Confinado
Configuração do canal	Fluxo sem extravasamento, baixa sinuosidade do canal, margens estáveis controladas pela litologia.
Textura de Materiais de Leito	Leito rochoso, com presença de sequencia de pequenas corredeiras, e depressões com preenchimento cascalho arenoso. Apresentando alguns depósitos cascalho arenosos nas laterais, formando barras. Como também presença de blocos soltos no leito do rio
Unidades Geomórficas	Geometria do Canal: Irregular com estabilidade lateral Formas dentro do canal: <ul style="list-style-type: none"> • Blocos rochosos: blocos soltos distribuídos no leito rochoso, podendo ter sido transportados ou gerados <i>in locu</i> • Pequenas corredeiras e poças: nos pontos com aumento de gradiente nos canais há a presença de pequenas sequências de corredeiras e poças. • Barras cascalho-arenosas: formadas a partir de concentração de sedimentos em irregularidades da margem e em conjunto com alterações antrópicas como poças amazonas e barramentos temporários (antrópicos ou por detritos de madeira). • Canais secundários: canais de cabeceira e canais de voçoroca.
Vegetação Associada	Detritos de Vegetação, e margens com vegetação ripária, tanto nativa como exótica.
COMPORTAMENTO DO RIO	
Baixa Vazão	Ausência de Fluxo, em alguns pontos há a presença de nascentes semiperenes.
Média Vazão	Presença de fluxo preenchendo o canal, com transporte de cascalhos, mas sem transporte de blocos e grandes detritos de madeira.
Alta Vazão	Fluxo turbulento realizando a lavagem de sedimento mais finos (cascalho/areia) e a movimentação dos blocos e dos detritos de madeira maiores

CONTROLES

Bacia a Montante	Áreas de cimeira
Unidade de Paisagem	Cimeiras, cabeceiras de drenagem, drenagem de primeira ou segunda ordem
Zona Processual	Zona de produção de sedimento.
Morfologia do Vale	Vale em V, com encostas adjacentes com declividades média para alta. Controle erosivo.
Declive do Vale	Gradiente médio.
Competência do fluxo	Na alta vazão há o transporte de blocos - 30 cm de eixo
Intervenção Antrópica	Agricultura nas encostas mais planas, poças amazonas próximos as barras arenosas, e nas encostas de baixa declividade com colúvio. Em alguns pontos há o barramento intencional do canal.

Fig. 3 – Estilo Fluvial Canal de Cabeceira Estrutural.

Fig. 3 – Headwater Channel River Style.



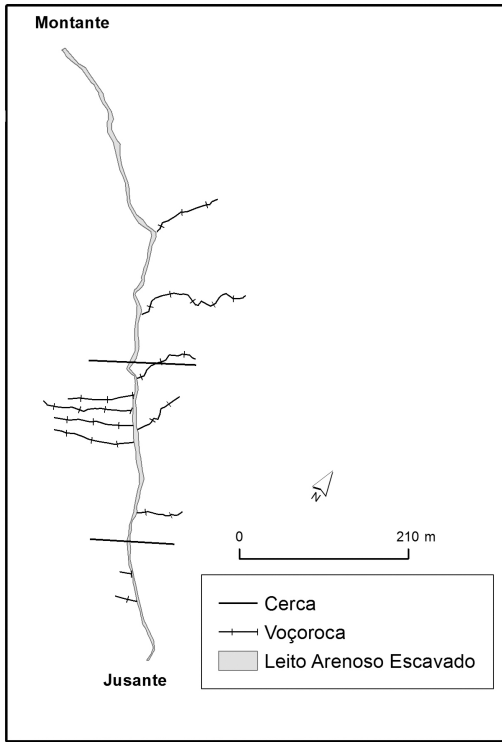
Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM: WGS 84



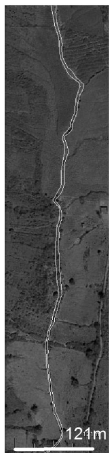
MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - CANAL EM GARGANTA	
CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS	
Configuração do Vale	Confinado
Configuração do canal	Canal com baixa sinuosidade, encaixado em linhas de fraqueza. Margens estáveis e encostas laterais íngremes, e apresenta vários <i>knickpoints</i> .
Textura de Materiais de Leito	Leito rochoso, com a presença de matacões e blocos, formados <i>in situ</i> ou de origem coluvial. Nas depressões do leito e poças pode haver o acúmulo de areia, com predominância de areia grossa.
Unidades Geomórficas	<p>Geometria do Canal: canal irregular, com margens estáveis, com largura média de 12 metros e gradiente elevado.</p> <p>Formas dentro do canal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cascatas: áreas com elevação do leito rochoso e/ou com matacões, gerando turbulência e aumento da velocidade do fluxo, normalmente ocorre associado com depressões e poças. • Cachoeiras: Quedas d'água geradas pela mudança brusca no leito rochoso, podendo ter vários metros, em média 3 metros na área. Pode haver depressões com acúmulo de água a montante, e normalmente há a presença de uma poça a jusante. • Poças: Depressões profundas no leito, que retêm água e sedimentos, predominantemente areia. Costumam ocorrer após quedas d'água ou outros elementos que potencializam a energia do fluxo. • Matacões: Frequentes, sendo que os pontos mapeados são aqueles onde há concentração de matacões, contudo sem gerar um turbilhonamento no fluxo (como é o caso das cascatas), ou seja, o fluxo é redirecionado sem a necessidade de passar acima dos matacões.
Vegetação Associada	Vegetação de transição entre caatinga e floresta subcaducifólia.
COMPORTAMENTO DO RIO	
Baixa Vazão	Ausência de fluxo e acúmulo de água nas áreas de poças.
Média Vazão	Presença de fluxo no canal, nas áreas de matacões formando cascatas o fluxo dá-se a partir dos espaços entre os matacões.
Alta Vazão	Fluxo preenchendo todo fundo do vale, passando sobre os matacões das áreas de cascata, remobilizando os sedimentos presentes nas poças, e eventos extremos pode haver o deslocamento de matacões.
CONTROLES	
Bacia a Montante	Áreas planas soerguidas ou cabeceiras de drenagem íngreme com controle estrutural.
Unidade de Paisagem	Zona de escarpa de falha, controle estrutural.
Zona Processual	Zona de transporte.
Morfologia do Vale	Vales estreitos, encaixados em linhas de fraqueza com encostas íngremes.
Declive do Vale	Alto gradiente.
Competência do fluxo	Alta competência de transporte. Podendo em eventos extremos mover matacões.
Intervenção Antrópica	Devido a alta declividade do canal e das encostas não é comum a utilização das áreas. Com exceção de algumas áreas mais altas utilizadas na plantio de cana de açúcar.

Fig. 4 – Estilo fluvial Canal em Garganta.

Fig. 4 – Gorge Channel River Style.



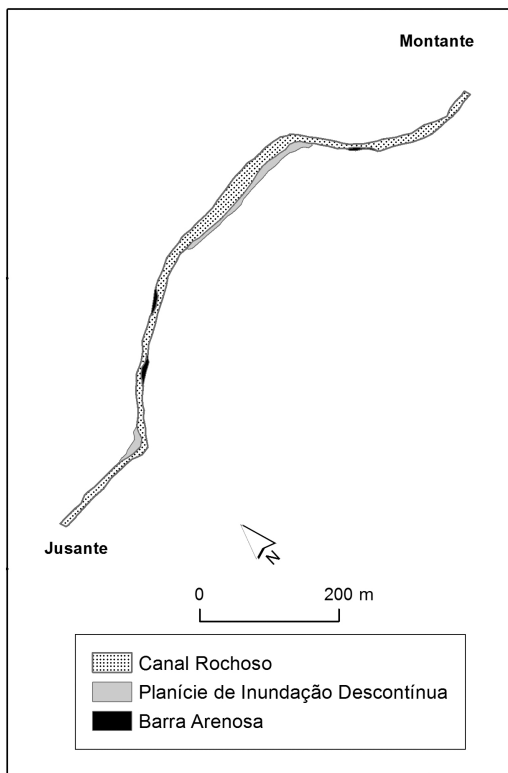
Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM: WGS 84



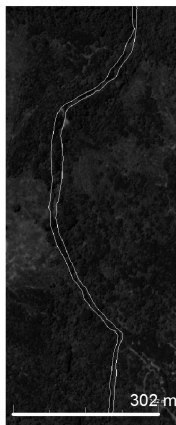
MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - CANAL EM VOÇOROCA	
CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS	
Configuração do Vale	Confinado
Configuração do canal	Canal irregular, com canal dissecando colúvios quaternário, fluxo concentrado na incisão do canal.
Textura de Materiais de Leito	Leito cascalho-arenoso e presença de detritos de madeira e blocos.
Unidades Geomórficas	Geometria do Canal: canal irregular estreito (máximo 5 metros) com alta dissecação. Margens íngremes sujeitas a desbarrancamento. Formas associadas ao canal: <ul style="list-style-type: none"> • Pipes: canais de erosão subsuperficial, aumentando a instabilidade lateral. • Voçorocas laterais: rede de voçorocas curtas diretamente ligadas ao canal e que fornecem sedimento e água para o fluxo principal.
Vegetação Associada	Normalmente associado a áreas onde há a retirada da vegetação nativa, para o plantio de pasto e/ou cana-de-açúcar. Há a possibilidade do crescimento de vegetação em algumas áreas do canal, como a acreção de detritos de madeira a partir da expansão das margens.
COMPORTAMENTO DO RIO	
Baixa Vazão	Ausência de fluxo.
Média Vazão	Presença de água em subsuperfície e em depressões no leito.
Alta Vazão	Presença de fluxo turbulento, com alta taxa de transporte e erosão tanto lateral quanto vertical.
CONTROLES	
Bacia a Montante	Presente em áreas de cabeceira.
Unidade de Paisagem	Áreas soerguidas e/ou de cimeira com presença de espessos colúvios quaternários.
Zona Processual	Zona de produção de sedimentos.
Morfologia do Vale	Vales estreitos com declividade média, preenchidos por sedimento quaternário.
Declive do Vale	Gradiente médio.
Competência do fluxo	Alta competência de transporte, sendo capaz de transportar toda a granulometria disponível de sedimento, gerando erosão lateral e vertical.
Intervenção Antrópica	Retirada da vegetação das encostas e plantação de cana-de-açúcar e pasto, delimitação dos terrenos com cercas. Em alguns pontos há intervenções na tentativa de diminuir a taxa de erosão, como terracamento e barragens de sedimento.

Fig. 5 – Estilo fluvial Canal em Voçoroca.

Fig. 5 – Gully Channel River Style.



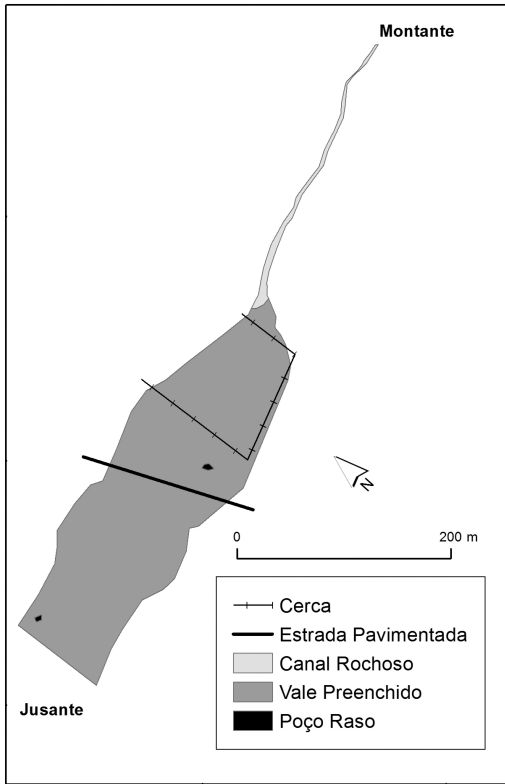
Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM: WGS 84



MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - CANAIS ROCHOSOS COM PLANÍCIE DE INUNDAÇÃO DESCONTÍNUA	
CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS	
Configuração do Vale	Semiconfinado
Configuração do canal	Sinuosidade média, extravasamento do fluxo nas margens convexas e margens côncavas estáveis controladas pela litologia.
Textura de Materiais de Leito	Leito rochoso, com presença de blocos e recobrimento de cascalho e areia próximo aos blocos, podendo formar barras laterais, como também próximo às margens com presença de planícies de inundação.
Unidades Geomórficas	Geometria do Canal: Sinuosidade e simetria média
	Formas dentro do canal: <ul style="list-style-type: none"> • Blocos rochosos: blocos soltos distribuídos no leito rochoso, transportado de trechos com maior gradiente a montante ou da encosta. • Barras arenosas: barras laterais nos trechos de menor sinuosidade, com predominância de areia grossa. Formas fora do canal: <ul style="list-style-type: none"> • Planície de inundação descontínua: textura areno-lamosa, dispostas em forma de bolsões nas margens convexas do canal.
Vegetação Associada	Detritos de vegetação, vegetação ripária de maneira geral conservada. Presença de vegetação herbácea e arbustiva nas planícies de inundação.
COMPORTAMENTO DO RIO	
Baixa Vazão	Ausência de fluxo.
Média Vazão	Presença de fluxo preenchendo o canal, com transporte de sedimentos finos, sedimentos grosseiros permanecem presos nas irregularidades do leito rochoso e próximo aos blocos.
Alta Vazão	Fluxo turbulento realizando a lavagem de sedimento (cascalho/areia), extravasamento do fluxo e deposição de sedimentos nas áreas de planície de inundação. Pode haver deslocamento dos blocos
CONTROLES	
Bacia a Montante	Pode haver duas configurações a montante para este estilo, a primeira são áreas com alta declividade (escarpas) ou áreas de retenção de sedimento, neste caso com o aumento da declividade o sedimento é retirado em grande parte.
Unidade de Paisagem	Áreas de transição com características pedimentares.
Zona Processual	Zona de transporte de sedimento – transporte de fundo
Morfologia do Vale	Vales com encostas suaves, com sinuosidade média.
Declive do Vale	Baixo gradiente.
Competência do fluxo	Na alta vazão há a lavagem da areia e cascalho e o deslocamento dos blocos.
Intervenção Antrópica	Não apresenta uso direto da área aluvial, apenas a presença de algumas pontes, normalmente situadas acima do nível de alta vazão.

Fig. 6 – Estilo fluvial de Canal Rochoso com Planície Descontínua.

Fig. 6 – Bedrock Channel with Discontinuous Floodplain River Style.



Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM WGS 84

MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - LEQUE FLUVIAL

CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS

Configuração do Vale	Transição entre vale estreito confinado para vale não confinado.
Configuração do canal	Canal retilíneo regular, extravasando em canal não definido.
Textura de Materiais de Leito	Textura variada, material grosseiro no trecho confinado e material fino no fim do trecho não confinado.
Unidades Geomórficas	Geometria do Canal: Irregular, inicialmente estreito e confinado, posteriormente não há canal definido. Formas associadas ao vale: <ul style="list-style-type: none"> Fundo de vale preenchido: planície de inundação preenche toda área do vale, com textura predominantemente argilo-arenosa. Pode haver outras unidades relacionadas aos Canais de Cabeceira e/ou as aos Vales Preenchidos Conservados.
Vegetação Associada	Vegetação ripária geralmente conservada no trechos confinado, e plantações dentro do vale no trecho não confinado, pasto e cana-de-açúcar.

COMPORTEAMENTO DO RIO

Baixa Vazão	Ausência de fluxo, presença de água em subsuperfície e depressões na área não confinada.
Média Vazão	Saturação da planície de inundação e nível máximo de água nas depressões. O fluxo ocorre em subsuperfície e no trecho de leito rochoso.
Alta Vazão	O fluxo retira todo o sedimento do leito rochoso, na área não confinada o fluxo de água corre acima do nível de sedimentação da planície, preenchendo todo o vale, e em eventos extremos remobilizando os sedimentos da planície.

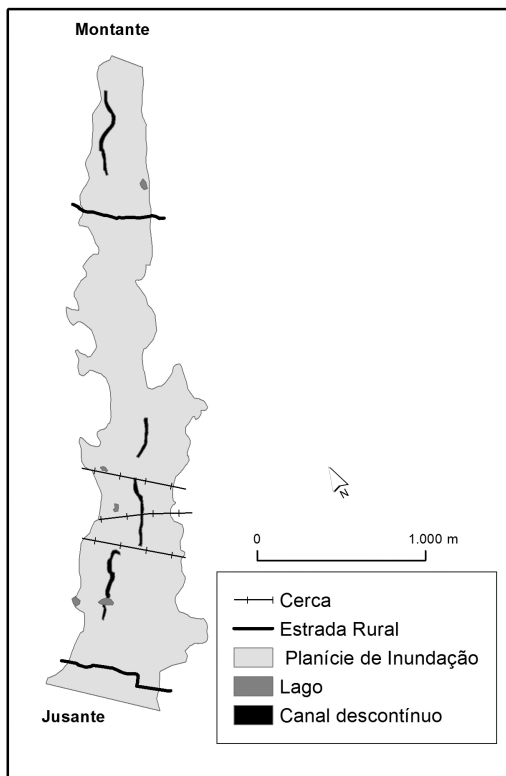
CONTROLES

Bacia a Montante	Áreas de cabeceira, normalmente em áreas com forte variação de declividade.
Unidade de Paisagem	Base de encostas, e/ou anterior a áreas planas.
Zona Processual	Zona de transporte e acumulação de sedimentos.
Morfologia do Vale	Vales estreitos com alta declividade até vales largos com baixa declividade.
Declive do Vale	Média/alta declividade para o trecho confinado com mudança brusca para baixa declividade do trecho não confinado.
Competência do fluxo	Competência média até o trecho não confinado, onde a competência diminui drasticamente.
Intervenção Antrópica	Retirada da vegetação do vale, plantio de pasto e cana-de-açúcar, instalação de poços amazonas. Presença de estradas não pavimentadas cortando o vale, como também pontes de estradas pavimentadas.

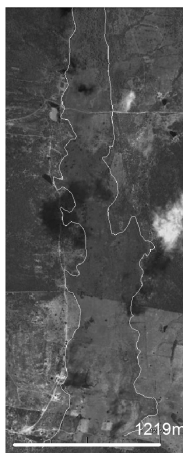


Fig. 7 – Estilo fluvial de Leque Fluvial.

Fig. 7 – Floodout River Style.



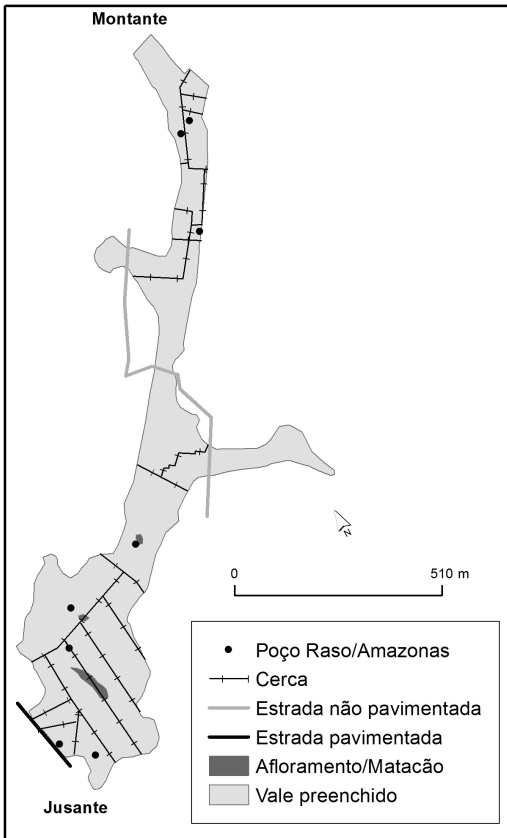
Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM: WGS 84



MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - CANAL DESCONTÍNUO ARENOSO	
CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS	
Configuração do Vale	Não confinado
Configuração do canal	Fundo de vale irregular preenchido de sedimento, com a presença de entrenchamento descontinuo do canal, como também a presença de áreas alagadas (poças, lagos, barragens).
Textura de Materiais de Leito	Preenchimento do fundo de vale, planície de inundação, areno-argiloso. Nas áreas onde há o canal entrenchado há o predomínio de leito arenoso. Já nas áreas alagadas há a predominância de textura argilosa.
Unidades Geomórficas	Geometria do Canal: canal descontinuo e lateralmente e verticalmente irregular, localização e migração dos canais descontinuos estão ligados a variação do estágio de alagamento a jusante. Formas dentro do canal: <ul style="list-style-type: none"> Nenhuma forma diferenciada Formas fora do canal: <ul style="list-style-type: none"> Planície de inundação contínua com a presença de áreas alagadas, e canais tributários aprisionados.
Vegetação Associada	Apresenta duas configurações diferentes, na área semiárida há a presença de vegetação de caatinga, árvores exóticas e pasto; nas áreas subúmida há a presença de árvores isoladas, pasto e cana-de-açúcar.
COMPORTAMENTO DO RIO	
Baixa Vazão	Ausência de fluxo, presença de água nas áreas alagadas e em subsuperfície.
Média Vazão	Presença de fluxo nos trechos com canais entrenchados e áreas alagadas e saturação da planície de inundação. Aumento no fluxo de subsuperfície.
Alta Vazão	Fluxo preenchendo todo o fundo de vale, com deposição de sedimentos na planície de inundação e em fluxos extremos o retrabalhamento do sedimento da planície de inundação.
CONTROLES	
Bacia a Montante	Áreas com alta produção de sedimento e transporte eficiente. Ou áreas de canal preenchido em trechos submetidos a processos de preenchimento e entrenchamento.
Unidade de Paisagem	Áreas pedimentares ou com características pedimentares a montante de áreas com retenção de sedimento e/ou soerguimento do nível de base.
Zona Processual	Zona de deposição e/ou retrabalhamento com controle antrópico ou estrutural.
Morfologia do Vale	Vales com encostas suaves, baixa sinuosidade com largura chegando a 500 metros.
Declive do Vale	Baixo gradiente, com áreas planas.
Competência do fluxo	Transporte de sedimentos mais finos em suspensão, em eventos extremos pode haver o retrabalhamento do material da planície de inundação.
Intervenção Antrópica	Nos trechos semiáridos há a presença de pasto, cercas e estradas de terra cortando o vale, escavação do leito para armazenamento de água. Na área subúmida há a plantações de pasto e cana-de-açúcar, cercas e poços amazonas.

Fig. 8 – Estilo fluvial Canal Descontínuo Arenoso.

Fig. 8 – Discontinuous Sand Bed Channel.



Sistema de Coordenada Geográfica
DATUM: WGS 84



MATRIZ DE ESTILOS FLUVIAIS - VALE PREENCHIDO CONSERVADO	
CARACTERÍSTICAS FLUVIAIS	
Configuração do Vale	Não confinado
Configuração do canal	Fundo de vale irregular, totalmente preenchido por sedimento.
Textura de Materiais de Leito	Textura argilo-arenosa, com blocos, matacões e afloramentos ocasionais.
Unidades Geomórficas	Geometria do Canal: não existe canal, há a presença de áreas rebaixadas alagadas. Formas associadas a planície de inundação: <ul style="list-style-type: none"> • Fundo de vale preenchido: planície de inundação preenche toda área do fundo de vale, com textura predominantemente argilo-arenosa. • Afloramento rochosos: alguns pontos onde o substrato rochoso se eleva acima do nível da planície. • Área alagadas: áreas rebaixadas dentro da planície de inundação, que permanecem com água constantemente. Pode ter gênese antrópica ou natural.
Vegetação Associada	Completa retirada da vegetação natural, plantação predominante de pasto, e plantação de cana-de-açúcar controlada pela temporalidade das cheias.
COMPORTAMENTO DO RIO	
Baixa Vazão	Ausência de Fluxo, presença de água em subsuperfície e depressões.
Média Vazão	Saturação da planície de inundação e nível máximo de água nas depressões. O fluxo ocorre em subsuperfície.
Alta Vazão	O fluxo de água corre acima do nível de sedimentação da planície, preenchendo todo o fundo de vale, e em eventos extremos remobilizando os sedimentos da planície.
CONTROLES	
Bacia a Montante	Áreas com forte produção de sedimentos e/ou com eficiente transporte
Unidade de Paisagem	Zonas planas com forte retenção de sedimentos a jusante.
Zona Processual	Zona de acumulação de sedimentos.
Morfologia do Vale	Vales largos com baixa declividade.
Declive do Vale	Gradiente baixo, próximo a superfícies planas.
Competência do fluxo	Baixa competência de transporte, normalmente o transporte fica restrito a eventos de alta magnitude, onde há o retrabalhamento dos sedimentos das camadas superiores.
Intervenção Antrópica	Retirada da vegetação do vale, plantio de pasto e cana-de-açúcar, instalação de poços amazonas. Presença de estradas não pavimentadas cortando o vale, como também pontes de estradas pavimentadas.

Fig. 9 – Estilo fluvial Vale Preenchido Conservado.

Fig. 9 – Intact Valley Fill River Style.

Os trechos classificados como Leques Fluviais são encontrados em dois contextos diferentes, um a partir da diminuição repentina da declividade do perfil longitudinal, como também em alguns trechos onde a diminuição é gradual, mas existe a jusante a elevação do nível de base local, como o caso de barramento totais (barragens) ou parciais (estradas e/ou pontes mal dimensionadas), e a presença de largos trechos de canais preenchidos.

Em ambos os casos há a transição entre um canal confinado até um fundo de vale preenchido, sem presença de canal contínuo, podendo haver incisões curtas e temporárias no preenchimento sedimentar. Apresenta assim características semelhantes tanto aos canais confinados como aos canais preenchidos, posteriormente detalhados. Eles foram nomeados como leque fluvial pela forma no trecho não confinado, sendo caracterizado pelos depósitos sedimentares em forma de leque, e sendo formado pelo fluxo em pulsos de sedimentos (principal característica da área ligado ao comportamento intermitente dos canais).

Os Canais Descontínuos Arenosos apresentam alta incidência na bacia, estando relacionados com vales largos de baixa declividade e baixo gradiente longitudinal. Eles ocorrem predominantemente na zona inundável, contudo em alguns pontos onde há barramentos a jusante, eles também ocorrem na unidade de paisagem de Pedimento. Ocorrem em fundos de vale irregulares preenchidos de sedimentos arenosos formando uma planície de inundação contínua, inclusive com depressões na superfície da planície de inundação formando áreas alagadas/alagadiças. O canal apresenta um entrincheiramento descontínuo, com instabilidade vertical e lateral dos trechos entrincheirados. Na baixa vazão há a presença de água em subsuperfície e nas áreas alagadas, e na alta vazão o fluxo preenche todo o fundo de vale por cima no nível da planície de inundação depositando sedimentos e, em casos extremos, retrabalhando os sedimentos. Na área de pedimento o impacto é a partir da pecuária, utilizando pasto natural, estradas e cercas cortando a planície de inundação e escavação do leito para obtenção/armazenamento de água. Na zona inundável a vegetação nativa foi retirada para a plantação de pasto artificial ou cana-de-açúcar, com cercas e poços rasos para a obtenção de água.

Por fim, os trechos de Vale Preenchido Conservado são caracterizados por fundos irregulares e largos, completamente preenchidos sem a presença de entrincheiramento de canal. Apresentam baixa declividade tanto no perfil transversal como no perfil longitudinal (normalmente com a presença de irregularidades). Caracterizam-se pela predominância do preenchimento sedimentar com maior presença de silte e argila, pela presença de áreas alagadas, e ainda pela presença isolada de matações e afloramentos rochosos no leito. Apresentam comportamento de fluxo e tipos de uso semelhantes aos Canais Descontínuos Arenosos, normalmente estando a montante desses trechos.

Avaliando como um todos os diversos Estilos Fluviais identificados para a bacia, observa-se a presença das chamadas *cut-and-fill landscapes*, paisagens de incisão e preenchimento, ou seja, trechos fluviais nos quais alternam fases de preenchimento aluvial dos vales com fases de incisão vertical do preenchimento aluvial. A fase de preenchimento é controlada, normalmente, pela baixa capacidade erosiva dos fluxos, podendo estar rela-

cionada com fluxos em pulsos, exemplo da dinâmica semiárida/sub-úmida na área analisada; eventos extremos podem gerar incisões nas áreas preenchidas, contudo caso não haja realmente uma mudança na dinâmica hidrológica com o aumento consistente nos fluxos, os eventos de baixa magnitude levam novamente ao preenchimento da incisão.

Essa dinâmica pode ser observada claramente entre os anos de 2009 e 2013, onde no ano de 2010 houve eventos superiores a 80mm/dia, e nos anos subsequentes foram anos secos com predominância de eventos de baixa magnitude. Apenas para ilustrar as diferenças de precipitação anual, enquanto o biênio 2009/2010 teve uma média de 923mm/ano, o biênio 2012/2013 teve uma média de precipitação de 386mm/ano; sendo que a média para o posto é de cerca de 750mm/ano. As repercussões desses eventos podem ser vistas na sequência de imagens de satélite de um trecho de vale preenchido conservado (fig. 10). O mosaico mostra 4 diferentes imagens de uma mesma área de um Vale Preenchido Conservado; inicialmente, em 2009, houve alguns eventos de distúrbio que geraram uma leve incisão inicial, na imagem de 2010 nota-se que após eventos de alta magnitude as incisões se aprofundam e aumentam em extensão. Após 2010 a região teve anos de menor precipitação e menos incidência de eventos de alta magnitude, sendo predominantes os eventos de baixa magnitude; isto gerou o progressivo preenchimento do canal, o que pode ser visto nas imagens de 2013, em especial na última imagem onde a incisão foi completamente preenchida. De forma geral, esse processo de incisão-preenchimento pode ocorrer nos outros estilos de vale preenchido, como é o caso dos canais descontínuos arenosos.



Fonte: Imagens QUIKBIRD

Fig. 10 – Processo de incisão e preenchimento (ver seta) em vale aluvial.

Fig. 10 – Cut-and-fill process (see arrow) of in alluvial valley.

Os três estilos que se enquadram na dinâmica de incisão e preenchimento são os de Vale Preenchido Conservado, Canal Descontínuo Arenoso e no trecho de extravasamento de fluxo no estilo de Leque Fluvial. Como os fluxos de alta capacidade erosiva apresentam baixa periodicidade [segundo Souza (2014) a recorrência dos eventos extremos para a bacia são de 7,5 anos para a estação de Serra Tallhada (416 m de altitude) e 5,25 anos para a estação de Triunfo (1030 m de altitude)], os processos de preenchimento são predominantes, não ocorrendo, assim, canais contínuos sobre coberturas aluviais. É importante destacar que esses ambientes apresentam alta sensibilidade, ou seja, maior propensão a apresentar respostas sensíveis/reconhecíveis a alguma mudança ambiental, onde mudanças no regime hidrológico, naturais e especialmente antrópicas, podem gerar modificações severas na estrutura do estilo fluvial, incluindo a modificação de estilos de forma geral. Nanson & Croke (1992) afirmam que ambientes semelhantes ao encontrado na bacia do Saco, com textura não coesa e alta presença de matéria orgânica, tendem à erosão ligada à ocupação antrópica, devido ao aumento do escoamento gerado pela retirada da vegetação nativa.

VI. CONCLUSÕES

A bacia do riacho do Saco tem um forte controle estrutural relativamente à diferenciação de determinados estilos fluviais como, por exemplo, os Canais em Garganta, com todos os trechos desse estilo localizados na região de escarpa de falha. Contudo, o que se destaca é o controle antrópico na evolução/transformação/criação de estilos fluviais, em especial a partir da elevação do nível de base local devido ao barramento total ou parcial dos cursos fluviais, como é o caso de alguns dos trechos de Leque Fluvial e Canais Arenosos Descontínuos. A formação de Canais de Voçoroca também pode resultar, ou ser influenciada, pela modificação antrópica, especialmente a partir da cobertura vegetal e/ou pela mudança dos tipos de uso do solo, gerando desequilíbrio. Em relação aos estilos fluviais de vales preenchidos, eles podem sofrer alterações morfológicas temporárias devido a variabilidades hidrológicas, sem, no entanto, caracterizar uma mudança no estilo fluvial. Esse processo faz parte do comportamento usual desse estilo fluvial alternando em anos secos, preenchimento, e chuvosos, incisão, especificamente para eventos extremos.

A evolução recente do transporte de sedimentos na bacia do riacho do Saco tem sido dominada por processos de agradação e estocagem de sedimentos em lagos de açudes, bem como em preenchimentos de fundo de vale a montante dos açudes e em trechos planos longos com vales preenchidos. Esses trechos isolam as áreas a montante dos mesmos, dificultando o transporte de sedimento de fundo, aonde apesar do grande volume de escoamento que chega a esses locais, como é o exemplo das áreas planas e alagadas do centro de Santa Cruz da Baixa Verde, a energia é dissipada devido à declividade próxima de zero, depositando os sedimentos carreados das áreas a montante. Esse comportamento se repete em vários ambientes semelhantes pelo mundo como é o caso de áreas secas na

Austrália (Graf, 1994; Fryirs & Brierley, 1999), Espanha (Harvey, 2012), e EUA (Phillips & Sllattery, 2006); sendo controlado por mudanças e flutuações do nível de base local, como acontece nas áreas de barragem, além das baixas declividades.

A aplicação da metodologia dos estilos fluviais proporcionou a construção de um inventário sobre as características e comportamento, em diferentes cenários, de diferentes trechos fluviais, cada qual apresentando um arranjo estrutural e processual diferenciado. Tal arcabouço é indispensável a programas de preservação/conservação ambiental, planejamento ambiental, gestão de recursos hídricos, como, também, programas de recuperação e reabilitação fluvial. Uma das aplicações possíveis seria, a partir do melhor entendimento das características e localização das áreas de vale aluvial, avaliar o potencial dessas áreas no armazenamento de água subsuperficial. Tais áreas estão diretamente ligadas aos estilos fluviais de preenchimento de vale. A partir dessas informações e da análise da sua dinâmica hidrológica, seria possível uma melhor gestão da água em subsuperfície nos períodos secos, recurso essencial para a região, principalmente para o município de Santa Cruz da Baixa Verde, no qual são utilizados poços rasos na obtenção da água. Desse modo, por exemplo, seriam áreas prioritárias para conservação e monitorização dos recursos hídricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brierley, G., Fryirs, K., Outh, D. & Massey, C. (2002). Application of the River Styles framework as a basis for river management in New South Wales, Australia. *Applied Geography*, 22, 91-122.
- Brierley, G. & Fryirs, K. (2000). River Styles, a geomorphic approach to catchment characterization: implications for river rehabilitation in Bega Catchment, New South Wales, Australia. *Environmental Management*, 25 (6), 661-679.
- Brierley, G. & Fryirs, K. A. (2005). *Geomorphology and River Management: applications of the river styles framework*. Oxford: Blackwell Publications, Oxford.
- Campos, J. N. B., Vieira Neto, J. F. & Martins, E. S. (1997). Vulnerabilidade de sistemas hídricos: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 2 (2), 21-44.
- Cirilo, J. A. G., Abreu, H. F. G., Costa, M. R., Goldemberg, D., Costa, W. D., Baltar, A. M. & Azevedo, L. G. T. (2003). Soluções para o suprimento de água de comunidades rurais difusas no semi-árido brasileiro: avaliação de barragens subterráneas. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 8 (4), 5-24.
- Corrêa, A. C. B., Tavares, B. A. C., Monteiro, K. A., Cavalcanti, L. C. S. & Lira, D. R. (2010). Megageomorfologia e morfoestrutura do Planalto da Borborema. *Revista do Instituto Geológico*, 31 (1/2), 35-52.
- Corrêa, A. C. B., Maciel, F., Souza, J. O. P., Azambuja, R. N. & Araújo, M. S. B. (2009). Estilos fluviais de uma bacia de drenagem no submédio São Francisco. *Revista de Geografia - Recife*, 26 (1), 181-215.
- Fryirs, K. & Brierley, G. (2005). *Practical application of the River Styles® framework as a tool for catchment-wide river management: A case study from Bega catchment, New South Wales, Australia*. ebook: site: <http://www.riverstyles.com/ebook.php>
- Fryirs, K. & Brierley, G. J. (2009). Naturalness and place in River Rehabilitation. *Ecology and Society*, 14 (1), 1:10.
- Harvey, A. M. (2012). The coupling status of alluvial fans and debris cones: a review and synthesis. *Earth Surface Process and Landforms*, 37, 64-76.
- Molinas, P. A. (1996). A gestão dos recursos hídricos no semi-árido nordestino: a experiência cearense. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 1, 67-88.

- Molion, L. & Bernardo, S. (2002). Uma Revisão Dinâmica das chuvas sobre o Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Meteorologia*, 17 (1), 1-20.
- Nanson, G. C. & Croke, J. C. (1992). A genetic classification of floodplains. *Geomorphology*, 4, 459-486
- Peixoto, M. N. O., Cesário, F. V., Pimentel, M. L., Mello, E. V. & Oliveira, D. F. P. (2010). Identificação de estilos de rios em bacias de drenagem inseridas em compartimentos de colinas – médio vale do rio Paraíba do Sul (RJ). *Revista de Geografia – Recife*, Volume Especial – VIII SINAGEO, 347-362
- Phillips, J. D. & Slattery, M. (2006). Sediment storage, sea level, and sediment delivery to the ocean by coastal plain rivers. *Progress in Physical Geography*, 30 (4), 513-530.
- Souza, J. O. P. & Corrêa, A. C. B. (2012). Sistema fluvial e planejamento local no semiárido. *Mercator*, 11, 149-168.
- Souza, J. O. P. (2014). *Modelos de evolução da dinâmica fluvial em ambiente semiárido – bacia do açude dosaco, Serra Talhada, Pernambuco*. Tese de doutoramento – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife.
- Vieira, V. P. P. B. (1996). Recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável do semi-árido nordestino. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 1, 89-107.
- Vieira, V. P. P. B. (2003). Desafios da gestão integrada de recursos hídricos no semi-árido. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 8 (2), 7-17.

A PRODUÇÃO DA “PARIS DOS TRÓPICOS” E OS MEGAEVENTOS NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

FABIO SILVEIRA MOLINA¹

RESUMO – O tema central deste artigo foca o papel dos megaeventos na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse momento, a partir da realização de consideráveis transformações urbanas, buscava-se associar o Rio de Janeiro à imagem de “Paris dos Trópicos” e, ao mesmo tempo, a cidade sediou dois importantes megaeventos: a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922. Esses megaeventos configuraram-se enquanto estratégias urbanas promovidas pelo Estado, e as modernizações territoriais decorrentes se mostraram altamente seletivas e excludentes, acentuando ainda mais a produção de espaços elitizados e a segregação sócio-espacial. Utilizados como pretexto à expansão urbana e à produção e conquista de solo urbano, os megaeventos analisados induziram redefinições dos usos do solo e de seu arranjo no espaço interno da cidade, mostrando-se relevantes na estruturação da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Megaeventos; geografia urbana; produção do espaço urbano; estruturação urbana; Exposição Nacional 1908; Exposição Internacional 1922.

ABSTRACT – THE PRODUCTION OF THE “PARIS OF THE TROPICS” AND MEGA-EVENTS IN RIO DE JANEIRO IN THE EARLY TWENTIETH CENTURY. The central theme of this article is based on the role of mega-events in the production of Rio de Janeiro’s urban space in the early twentieth century. At this time, through considerable urban transformations, the image of the city was associated with “Paris of the Tropics.” At the same time, the city hosted two important mega-events: the 1908 National Exhibition and the 1922 International Exhibition. These mega-events were configured as urban strategies promoted by State, and the territorial modernizations arising from the mega-events were highly selective and exclusive, producing even more elite places and socio-spatial segregation. Used as a pretext to urban expansion, production and the conquest of urban lands, the mega-events analyzed induced

Recebido: Maio 2014. Aceite: Abril 2016.

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia, 72042, Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária, São Paulo, Brasil. E-mail: fmolina@usp.br

redefinitions of land uses and their arrangement in the internal space of the city, demonstrating their relevance in the structuring of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Mega-events; urban geography; production of urban space; urban structuring; 1908 National Exhibition; 1922 International Exhibition.

RÉSUMÉ – LA PRODUCTION DU “PARIS DES TROPIQUES” ET LES MÉGA-ÉVÉNEMENTS À RIO DE JANEIRO AU DÉBUT DU XXE SIÈCLE. Au moment où ont été réalisées des transformations urbaines considérables, l’image de “Paris des Tropiques” a été associée à Rio de Janeiro et la ville a accueilli deux importants méga-événements: l’Exposition Nationale de 1908 et celle de 1922. Il s’est agi de stratégies urbaines promues par l’État, et les modernisations territoriales qui en ont découlé ont été très sélectives et exclusives, en accentuant la production des espaces occupés par les élites et la ségrégation socio-spatiale. Utilisés comme un prétexte pour l’expansion urbaine et la production et la conquête de terres urbaines, les méga-événements analysés ont induit une redéfinition de l’utilisation des sols et de leur répartition dans l’espace urbain, et ont donc eu une grande influence sur la structuration de la ville de Rio de Janeiro.

Mots clés: Méga-événements; géographie urbaine; production de l’espace urbain; structure urbaine; Exposition Nationale 1908; Exposition Internationale 1922.

I. INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro em breve sediará os Jogos Olímpicos de 2016 e esse acontecimento adquire grandes proporções na cidade, pois se trata do megaevento internacional de maior relevância (e repercussões espaciais) na atualidade para uma cidade: sediá-lo significa estar em evidência, em escala planetária. A cidade sediou ainda, no início do século XXI, megaeventos como os Jogos Pan-Americanos de 2007, o *Rock in Rio* (2011), o Rio +20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações (ambos em 2013), e abrigou também parte da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, tendo recebido consideráveis projetos de reestruturação urbana (como exemplo, intervenções na zona oeste da cidade, em área de expansão imobiliária na Barra da Tijuca, o atual projeto “Porto Maravilha”, de requalificação e revitalização de sua área portuária, e os megaprojetos viários como a Transcarioca, Transolímpica e Transoeste). As intervenções espaciais na cidade em tempos de globalização, justificadas pela realização de megaeventos (e seus possíveis legados) e pela produção de uma imagem positiva da cidade, principalmente no que diz respeito a atração de capital, investimentos e turistas, implicaram em consideráveis impactos sociais, como podem ser constatados através dos inúmeros casos de remoção de população de baixa renda e das ações de pacificação de suas favelas que, por outro lado, estão atreladas a um processo de elitização do espaço, especulação imobiliária, criminalização e tentativas de se ocultar a pobreza e as contradições sociais aos olhos dos visitantes (La Barre, 2016). Nesse sentido, conforme o autor, é anunciada uma nova economia política: a economia política dos megaeventos, em detrimento da prioridade nas

políticas sociais como as de saúde, educação e moradia. Apesar de parecer um fenômeno recente, dada a contemporaneidade do fato, o “olhar do mundo” para o Rio de Janeiro em função de um megaevento e suas repercussões socioespaciais têm sua origem num passado remoto, abrigado em um outro contexto histórico, social, político, econômico e cultural.

Naquele tempo (primeira e segunda década do século XX), tratava-se da promoção (ao próprio país e ao mundo) da recém-construída “Paris dos Trópicos”, produzida aos moldes da reforma urbana de Paris na segunda metade do século XIX. Nesse contexto gesta-se o primeiro megaevento na cidade no Rio de Janeiro: a Exposição Nacional de 1908, realizada na então Capital Federal, em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas e assentada nos ideários de modernidade, civilidade e progresso. Alguns anos mais tarde, outro megaevento se realiza na área central da cidade: a Exposição Internacional de 1922, realizada em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil e, basicamente, assentada sob os mesmos ideários da Exposição anterior.

É neste sentido que o tema central deste trabalho assenta no papel dos megaeventos no processo de produção do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX. Estes megaeventos ocorreram concomitantemente ao processo de europeização do espaço urbano carioca, através de mega-projetos urbanos cuja intencionalidade era a de se criar a “Paris dos Trópicos”, moderna, em oposição à cidade colonial.

II. MEGAEVENTOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: QUESTÕES CONCEITUAIS

Os megaeventos são verdadeiros espetáculos cujas expressões concretas são materializadas no espaço interno das cidades e se configuram, notadamente, como estratégias urbanas adotadas pelo poder público aliado à iniciativa privada, e trazem consigo uma profusão de mega-projetos urbanos (envolvendo construções diversas) que impactam diretamente na estrutura urbana das cidades, compreendida como o arranjo interno dos diferentes usos do solo num determinado momento (Sposito, 1991). A estrutura urbana é constantemente redefinida em função de diversos fatores, entre eles, a expansão territorial e os novos usos do solo que, no curso do processo de produção do espaço, e sob a ação de determinados agentes, implica na reestruturação da cidade. Diante do exposto, não há como desconsiderar o papel dos megaeventos no processo de produção do espaço urbano em seus diversos momentos e contextos. O espaço, compreendido como um resultado da inseparabilidade entre objetos e ações, entre materialidade e imaterialidade (Santos, 2002), possui natureza multifacetada e dinâmica: ao mesmo tempo em que é suporte das atividades humanas, é um produto social e histórico, em ininterrupto processo de produção através das ações do Estado, do Capital e da Sociedade.

Um evento tem com principais atributos, a grosso modo, a atração e congregação de pessoas, o caráter intrínseco da efemeridade, a relação com o lazer e o tempo livre, e a

seletividade espaço-temporal na sua realização. Pode ser representado por exposições, feiras, festivais, espetáculos, congressos, encontros de carácter científico, cultural, comercial, social e/ou político, competições esportivas, etc., compreendendo, portanto, diversas naturezas, dimensões, escalas de alcance, duração e podendo também, por vezes, ocorrer de forma regular e com certa periodicidade.

Na visão de Seixas (2010: 6), megaeventos se traduzem em “eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam status simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas”. O autor exemplifica sua análise referindo-se às Exposições Universais (ou as EXPOs, sua forma conhecida no presente), Copas do Mundo, Jogos Olímpicos e, em menor grau, Capitais da Cultura, Torneios de Tênis ou Grandes Regatas.

A estreita relação entre megaeventos e construção de edificado é amplamente discutida por Indovina (1999). O autor assevera que um megaevento só pode ser considerado como tal se produzir transformações urbanas (construções) no local onde se realiza, ou seja, o megaevento é considerado, também, como uma ocasião para a realização de obras relevantes na cidade, de forma a “enriquecê-la” ou mesmo tornar esses novos equipamentos urbanos úteis à coletividade, algo que nem sempre corresponde à realidade:

“A realização do “grande evento” produz edifícios que não podem ser utilizados senão dificilmente por funções diversas daquelas que foram projectadas e realizadas. Realizam-se, no âmbito do evento e segundo o seu conteúdo, obras “efêmeras” e obras “duradouras”; nem seria lógico, muitas vezes, realizar como duradouro aquilo que deveria ser efêmero. Uma determinada constante é individual pelo facto das obras públicas realizadas determinarem processos de valorização do rendimento, que alimentam processos especulativos e que perturbam o já complexo mercado de construção” (Indovina, 1999: 141).

Um megaevento refere-se, basicamente, à larga escala de abrangência, duração e visibilidade, à dimensão simbólica capaz de proporcionar a atração de pessoas e capitais e, sobretudo, à sua dimensão espacial, ou seja, ao seu poder de induzir, direta ou indiretamente, consideráveis transformações espaciais nas cidades nas quais os mesmos ocorrem. Essas transformações são manifestadas materialmente através da construção de edificado, obras de infra-estrutura, disponibilização ou conquista de novos terrenos (dotando-os de infra-estrutura e edificações diversas) e, por vezes, ocorre a ressignificação de áreas inteiras para a realização do megaevento, prevendo sua utilização futura, dado o seu carácter essencialmente efêmero (Molina, 2013).

No Rio de Janeiro, os megaeventos existentes no início do século XX se deram sob a lógica das Exposições Universais. As mesmas tiveram início num momento marcado, sobretudo, por um ideal de modernidade ligado à afirmação do modo de produção capitalista e da industrialização, e estavam imersas num contexto de grandes transformações sócio-espaciais impostas pela burguesia industrial em plena ascensão e à generalização do consumo e realização do capital na escala mundial. Esses espetáculos da modernidadeⁱ, sobretudo “manifestações de interesse econômico-produtivo” (Indovina, 1999: 135), permitiam que cada nação participante do evento demonstrasse, aos olhos de um

grande público, as suas principais vicissitudes. Mais especificamente, as idéias de civilização, desenvolvimento, progresso e modernidade tinham que estar expostas no recinto das Exposições. Esses megaeventos podem ser considerados “auto-representações populares da burguesia industrial” (Plum, 1979: 6). Neles eram expostos produtos diversificados, máquinas, processos industriais de produção (e assim uma imagem de tecnificação progressiva), inovações científicas e tecnológicas, novos produtos e mercadorias, assim como novos valores, hábitos e comportamentos intrinsecamente ligados à ideologia da sociedade industrial.

As Exposições apresentavam, por tais fins, um caráter pedagógico, propagandístico e ideológico, num ambiente onde era visível a competitividade entre as nações participantes, cada qual expondo seus êxitos, progressos, modernidades. Conforme Canogar (1992), o recinto das Exposições tinha efeito hipnótico no público, através do aspecto visual dos edifícios, das cores, formas, estrutura interna, vitrines, máquinas em movimento e sons: a experiência do visitante era, acima de tudo, sensorial. Ao mesmo tempo, ocultavam-se as pressões físicas e psicológicas vividas pelos trabalhadores nas fábricas, junto às mesmas máquinas exibidas na Exposição. Outra característica dessas exposições era a coexistência entre a diferenciação, competição e integração ou, em outras palavras, entre elementos de identidade nacional, geopolíticos e de relações internacionais.

A imagem de uma sociedade industrial sem conflitos fazia-se presente nas Exposições Universais. Expunham-se as máquinas, as técnicas de produção e as mercadorias, mas a representação do mundo laboral presente no processo produtivo existente no interior da indústria, da exploração da força de trabalho e a realidade cotidiana do trabalhador ficava fora de cogitação. Ali, a classe operária era somente consumidora e expectadora dos produtos de sua força de trabalho e de um modelo de sociedade que se impunha, num momento que antecedeu o consumo massivo de produtos industriais.

As contradições inerentes às relações entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento estavam também presentes nas Exposições Universais. O chamado Velho Continente valorizava nessas exposições seus países mais industrializados, desenvolvidos, de prosperidade econômica, civilizados, ao mesmo tempo em que as nações ditas do terceiro mundo (e das então colônias) expunham, basicamente, matérias-primas, técnicas agrícolas e aspectos embrionários de uma industrialização tardia. Conforme Plum (1979: 140), havia também casos de países não-europeus cuja “performance” fora bem sucedida durante a participação na Exposição Universal de 1851 em Londres (a primeira realizada), como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, sendo os dois últimos, na época, ainda colônias.

O nacionalismo fazia-se presente no contexto “universal” das Exposições, e isso se refletia também nas datas em que esses megaeventos eram realizados. Podemos citar, como exemplos, a Exposição de Filadélfia (1876), realizada por ocasião do centenário da independência dos Estados Unidos, e a Exposição de Paris (1889), em comemoração aos cem anos da Revolução Francesa. No caso brasileiro, como será explorado mais adiante, a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922 também celebram centenários de datas importantes no contexto nacional, como a Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808) e a Independência do Brasil (1822).

A primeira Exposição Universal, intitulada *The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations*, teve duração aproximada de cinco meses em Londres (01 de maio a 11 de outubro de 1851), e recebeu um total de 6 039 195 pessoas, cuja média diária era de 43 000 visitantes. Esta Exposição foi idealizada fundamentalmente para mostrar ao mundo a superioridade industrial britânica na época (Pesavento, 1997), e foi realizada no *Hyde Park* com a construção do Palácio de Cristal, uma gigantesca estrutura pré-fabricada transparente (de ferro, vidro e madeira) que abrigava o recinto da Exposição. Além de ser revolucionário do ponto de vista arquitetônico, seu espaço interno era racionalmente organizado por diversas e largas “avenidas” interligando os muitos salões que abrigavam as diferentes nações e as diversidades existentes no planeta. Anos mais tarde, o Barão Haussmann transformava Paris praticamente do dia para a noite, construindo largos *boulevards* que ordenavam espacialmente a cidade e, nesse sentido, Canogar (1992: 29) afirma que “la Gran Exposición de Londres fue un laboratorio experimental de la ciudad racionalista del futuro, presagiando el tipo de cambios que iban a modificar el paisaje urbano de las principales capitales europeas”.

As Exposições Universais estimularam também interesses privados, uma vez que atraíam grande número de empresários e técnicos de diversos países a participar do então maior e principal meio publicitário da indústria. Ter seus produtos premiados nessas Exposições era garantia de projeção internacional e ganho econômico. Por atraírem grande número de visitantes e induzir o deslocamento espacial de pessoas, essas exposições impulsionaram a prática de viagens mediada por um mercado ainda incipiente:

“Thomas Cook (1808-1892), que desde 1841 havia atuado como agente de viagens junto às Estradas de Ferro Inglesas, fez-se conhecer em 1851, entre a população do centro e do norte da Inglaterra, em particular entre a classe operária, através de viagens de trem a preços módicos, à Exposição de Londres. 3% do total dos que visitaram a Exposição Mundial, fizeram-no por intermédio da agência de viagens de Cook” (Plum, 1979: 88).

Há que se considerar, portanto, que a primeira Exposição Universal coincidiu com as primeiras viagens organizadas, inaugurando uma forma então embrionária do que hoje se conhece por turismo de massa e excursionismo.

Após a Grande Exibição de Londres em 1851, sucessivas Exposições Universais ocorreram e merecem destaque por sua expressão, sobretudo, geográfica, tendo em vista profundas transformações urbanas no espaço interno das cidades que as sediaram. A Exposição realizada em Paris no ano de 1867 (época de Napoleão III) ocorreu às margens do Rio Sena, no Campo de Marte, e teve como edifício central o colossal *Palais du Champs de Mars* ou Palácio Elíptico, de forma oval e aspecto labiríntico em seu interior. Ao redor do Palácio Elíptico existiam outras construções representando os diversos países participantes, os chamados pavilhões. Nesse sentido, os pavilhões internacionais (construídos com arquitetura típica dos países que representavam, de forma por vezes pitoresca, traduzindo-se num verdadeiro ecletismo arquitetônico) têm sua gênese em 1867 e a partir de então tornam-se um modelo a ser seguido nas futuras Exposições, inclusive aquelas sediadas no Rio de Janeiro, como será detalhado mais adiante. Os pavilhões eram, em si,

objetos de contemplação e ganhavam, por vezes, mais atenção do que o próprio edifício central da Exposição, como foi o caso do Palácio do Campo de Marte, cujas pretensões educativas despertavam menos interesse dos visitantes perante a diversidade do parque existente do lado de fora, contemplando a diversidade dos países e exibindo o exótico (Pesavento, 1997; Molina, 2013).

No ano de 1878, Paris sediou outra Exposição Universal, ocupando novamente o Campo de Marte e se estendendo à outra margem do Rio Sena, na colina do Trocadero, onde foi construído o Palácio do Trocadero. Nessa última, concentravam-se os pavilhões dos países e, junto aos mesmos, construiu-se, pela primeira vez numa Exposição Universal, a Rua das Nações, cujos moldes foram reproduzidos em exposições seguintes, não só na França (Canogar, 1992). Conforme o autor, na terceira Exposição realizada em Paris, em 1889, o espetáculo ganhou proporções superiores às precedentes no Campo de Marte e no Trocadero. Neste caso, além das duas áreas antes mencionadas, foram utilizadas, também, a *Espanade des Invalides* e o *Quai d’Orsay*. O grande feito dessa Exposição talvez tenha sido a Torre Eiffel, construída exclusivamente para o megaevento com o fim de ser, além de um ícone urbano de forte poder de atração de pessoas, um objeto visando proporcionar ao público uma visão panorâmica da exposição e da própria cidade de Paris (na época, a maior obra arquitetônica existente no mundo).

Esse fato representa um marco no que diz respeito à construção de uma obra monumental de grande apelo lúdico e o exemplo seguido ocorre na Exposição Universal de Chicago (1893), com a construção de uma roda gigante de ampla visão panorâmica, utilizada posteriormente na Exposição de Saint Louis em 1904. A Exposição de Chicago foi a maior existente até aquele momento e inaugurou explicitamente os investimentos e esforços no aspecto lúdico dos visitantes com a criação de parque de diversões, projeções cinematográficas, teatros, espetáculos pirotécnicos e iluminação noturna dos edifícios e fontes. Desde então, o apelo ao entretenimento passa a marcar também as Exposições, tornadas, a partir daí, espaços de lazer cuja produção objetivava atrair mais pessoas (Pesavento, 1997). Construída às margens do Lago Michigan, numa zona pantanosa ao sul da cidade e relativamente distante da área central, a Exposição de Chicago marcou também o uso de um megaevento como pretexto à conquista de terrenos até então desocupados e desprovidos de infra-estrutura urbana (portanto, espaços improdutivos). Ali foram construídos canais, lagunas e um amplo sistema de transporte tanto para se chegar na exposição quanto no seu espaço interno, representando ações centradas na dinamização dos fluxos e movimento das pessoas (Plum, 1979; Canogar, 1992).

O espetáculo proporcionado pela eletricidade e pelas luzes é superado por Paris na Exposição Universal de 1900, que continha até mesmo um Palácio da Eletricidade e inaugurava, ainda, os chamados *Chateau d’Eau*, imensas fontes iluminadas localizadas na frente dos principais edifícios. A Exposição Universal de Paris de 1900 apresenta suma importância no que tange à produção do espaço urbano parisiense, uma vez que parte das novas construções tornaram-se elementos estruturantes de sua paisagem urbana e impulsionou, ainda, o aprimoramento da mobilidade na cidade, como explicitado por Pesavento (1997: 222):

“Paris se renovara com algumas novas construções, como o Grand Palais, o Petit Palais e a Ponte Alexandre III, obras que deveriam sobreviver à exposição, e se aparelhara com o novo transporte metropolitano subterrâneo, solução moderna para os transportes urbanos das grandes metrópoles”.

Como citado anteriormente, os megaeventos tornam-se, em determinado momento, pretextos para a conquista e integração de novas áreas ao tecido urbano das metrópoles que os sediam, sendo inclusive impulsionadores de requalificação urbana em determinados lugares do espaço intra-urbano, acompanhados, por vezes, da produção de ícones urbanos. Isso pode ser exemplificado também por Barcelona, cidade que, ao longo da história, sediou duas Exposições Universais (1888 e 1929). Com a Exposição de 1888 construiu-se o Arco do Triunfo, o Parque da Cidadela, o Monumento a Colón e a urbanização de parte da frente marítima; na Exposição de 1929, consideráveis transformações urbanas ocorreram em uma área junto ao monte *Montjuic*, além da recuperação do centro histórico da cidade.

No decorrer do século XX, as Exposições Universais vão perdendo seu grau de importância, cedendo lugar a megaeventos esportivos internacionais impulsionadores, no contexto da globalização e da competitividade dos lugares, de consideráveis transformações urbanas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, megaeventos esportivos são mais fortemente tomados como ferramentas de desenvolvimento econômico, social e urbano (Hall, 2006). No Rio de Janeiro, os megaeventos sediados nas duas primeiras décadas do século passado inserem-se na mesma lógica existente nas Exposições Universais europeias e, nesse contexto, serão apresentadas e analisadas a seguir as repercussões dos mesmos no espaço intra-urbano carioca.

III. O RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Fundada em 01 de março de 1565, sendo capital do país durante 197 anos (1763 até 1960), a cidade do Rio de Janeiro, até o início do século XX, foi marcada pela presença de moradias precárias, ruas sujas, estreitas e mal iluminadas, repleta de habitações coletivas (representadas pelos cortiços), e com graves problemas relacionados à salubridade, como a constante presença de pestilências, entre elas, febre amarela, malária, peste bubônica, beribéri e varíola.

A vinda da Família Real (1808), a Independência do Brasil (1822) e o reinado do café foram elementos que configuraram o dinamismo político, social e econômico na cidade que, até 1870, possuía uma população representada, basicamente, por escravos, trabalhadores livres de baixa renda, imigrantes (sobretudo comerciantes portugueses), uma aristocracia dirigente e fazendeiros do café. A separação e segregação espacial dos habitantes “só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde de burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituíram-se de grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade” (Abreu, 2010: 36-37), marcando dessa forma os primórdios da expansão urbana do Rio de Janeiro.

Desde finais do século XIX, sucessivas modernizações vêm se impondo ao seu território, ao mesmo tempo em que novas contradições sócio-espaciais afloram e se intensificam no curso da história. No espaço interno da metrópole, os investimentos (vetores de modernização territorial) dirigiram-se, em grande parte, inicialmente para o Centro (onde se encontra também a área portuária), estendendo-se rumo à Zona Sul, conhecida como o “cartão-postal” da cidade, onde se localizam os bairros de Botafogo, Urca, Copacabana, Ipanema, Leblon, entre outros.

Ainda no final do século XIX presencia-se, no Rio de Janeiro, uma industrialização incipiente nas proximidades da área central, sendo transferida para os subúrbios no século seguinteⁱⁱ. Segundo Abreu (2010: 54), as indústrias, nesta época, eram pouco mecanizadas e marcadas, principalmente, pela fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas, mobiliários e têxteis (estas últimas se instalaram desde o início nos subúrbios, como Bangú, Piedade, Baixada Fluminense e também em Laranjeiras e proximidades do Jardim Botânico)ⁱⁱⁱ.

É efetivamente a partir do início do século XX que houve, no Rio de Janeiro, uma sucessão de planos urbanísticos visando primordialmente o “embelezamento da cidade”, segundo um modelo europeu inspirado no Barão Haussmann, responsável pela reforma urbana de Paris na segunda metade do século XIX e tendo como marco inicial a Reforma Passos, em 1902. No intuito de tornar o Rio de Janeiro a “Paris dos Trópicos”, eliminando os traços da cidade colonial, Pereira Passos buscou, em sua gestão (1902-1906), transformar o Rio de Janeiro em uma cidade moderna e, através de um discurso higienista, deu início a uma série de obras de grande impacto no espaço urbano da então capital do Brasil.

IV. A “REFORMA PASSOS” E A PRODUÇÃO DA “PARIS DOS TRÓPICOS”

As intervenções urbanas na área central do Rio de Janeiro ocorreram em uma operação conhecida como “Bota-Abaixo”, realizada pelo então prefeito, o engenheiro Francisco Pereira Passos. Além de demolições de grande parte da área central (desapropriação de inúmeros prédios e arrasamento de cortiços), construção de jardins, alargamento de ruas e construção de avenidas no centro e na orla (figs. 1 e 2), a Reforma Passos atuou na reestruturação do sistema viário da cidade em sua totalidade, partindo das áreas centrais; houve a construção de túneis sob morros e a otimização dos meios de transporte, facilitando o acesso a áreas mais distantes nas Zonas Norte e Oeste e também possibilitando o acesso para áreas à beira-mar na Zona Sul.

Neste sentido, o Estado, cedendo a pressões da burguesia urbana carioca, dispense grandes quantias de recursos para contornar as barreiras naturais em direção à Zona Sul, para viabilizar interesses da classe alta em ocupar esta parcela da cidade, marcada pela presença da orla marítima como um atrativo natural, representando um importante fator de expansão urbana e atração da população de alta renda.

Dentre as obras mais significativas da operação “Bota Abaixo”, destacam-se o arrasamento do Morro do Senado (próximo à área portuária), a construção da Avenida Beira Mar e da Avenida Central, ambas inauguradas em 1905. A Avenida Beira Mar represen-

tou a melhoria da acessibilidade da zona sul (Botafogo) ao centro do Rio de Janeiro, sendo a Avenida Central (atual Rio Branco) marcada pela instalação de edifícios imponentes como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio Monroe.



Fig. 1 – Obras na Rua da Carioca (1905).

Fig. 1 – Works in the Street of Carioca (1905).

Fonte: Ermakoff, 2009: 52 (Foto: Augusto Malta, 1905)



Fig. 2 – Avenida Central (1906).

Fig. 2 – Central Avenue (1906).

Fonte: Ermakoff, 2009: 55. (Foto: Augusto Malta, 1906)

A operação “Bota-Abaixo” de Pereira Passos pode ser considerada um marco, na história do Rio de Janeiro, da atuação hegemônica do Estado na produção do espaço urbano carioca, ampliando as condições da reprodução do capital na cidade já no início do século XX. Estas ações envolveram, também, a expropriação da população pobre habitante dos cortiços nas áreas centrais, liquidando-se o “feio”, de modo a garantir-se o “belo” nos moldes europeus. A cidade do Rio de Janeiro torna-se, assim, uma espécie de “Paris dos Trópicos” (expressão cunhada e difundida pela imprensa local, nessa época), substituindo formas antigas que serviam de entrave à ideia de modernização que se pretendia à época.

A importância da Reforma Passos, segundo Abreu (2010: 63), reside basicamente em três aspectos: a) representou o primeiro exemplo da intervenção do Estado na produção do espaço urbano carioca determinado sob a lógica excludente da eliminação da população de baixa renda na área central (e mais valorizada) da cidade; b) impôs transformações urbanas pautadas na eliminação de formas pretéritas mediante a determinação de novas funções à cidade e c) representou um exemplo de como novas contradições são geradas a partir de tentativas de resolução de outras: ao eliminar os cortiços, uma população pobre, que necessitava residir próximo ao local de trabalho, passou a ocupar os morros e encostas na área central, dando origem às favelas que, a partir desse momento, começam a se proliferar pela cidade.

É no contexto da “Paris dos Trópicos” e da almejada modernidade no Rio de Janeiro ligada aos padrões europeus e, mais especificamente, franceses, que se realizam a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922, ambas concebidas aos moldes das Exposições Universais, “espetáculos da modernidade” que vinham se concretizando na Europa desde a segunda metade do século XIX.

V. AS GRANDES EXPOSIÇÕES E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Internacional de 1922, ambas concebidas aos moldes das Exposições Universais, tiveram um forte conteúdo simbólico e envolveram, além de novas construções (boa parte delas, efêmeras), a conquista/produção de solo urbano na cidade, como veremos nas linhas seguintes.

1. Exposição Nacional de 1908

Concebida em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, a Exposição Nacional de 1908 foi organizada pelo governo federal, pelos estados brasileiros participantes, pelas associações comerciais, agrícolas e industriais (Fabian & Rohde, 2007). O intuito maior era o de mostrar ao país e ao mundo um Rio de Janeiro moderno (agora sem grandes resquícios da cidade colonial) em função das reformas da cidade e sua europeização e, ao mesmo tempo, um Brasil republicano, em progresso e civilizado. Portanto, as idéias de civilidade, progresso e modernidade, almejadas pela jovem nação republicana, marcaram a Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro.

A realização da Exposição Nacional de 1908 contou com a criação de um espaço para abrigar diversos pavilhões monumentais, cada um representando os estados brasileiros (fig. 4), exceto um pavilhão, o português (fig. 3). A convite do Presidente Afonso Pena, Portugal foi o único país participante da Exposição de 1908 e teve, assim, o seu próprio pavilhão, cedido pelo governo brasileiro (Pesavento, 1997).



Fig. 3 – Pavilhão Português.

Fig. 3 – Portuguese Pavilion.

Fonte: Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 (1908: 32)
(Foto: Augusto Malta, 1905)



Fig. 4 – Pavilhão dos Estados de Minas Gerais (esq.) e São Paulo (dir.).

Fig. 4 – Pavilion of the States of Minas Gerais (left) and São Paulo (right).

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1908)

A Exposição teve duração de três meses (de 11 de agosto a 15 de novembro de 1908) e foi organizada em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoral, Indústrias e Artes Liberais (Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, 1908). O espaço utilizado loca-

liza-se no bairro da Urca, abrangendo desde a antiga Praia da Saudade e seu cais (que atualmente corresponde à Avenida Pasteur e dependências do Iate Clube), até a Praia Vermelha, em terreno situado entre os morros da Babilônia e da Urca, ocupando uma área de 182 000 m² (figs. 5, 6 e 7).



Fig. 5 – Vista do Morro da Urca e da Praia da Saudade.

Fig. 5 – View of the Hill of Urca and Saudade Beach.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ

(Foto: Augusto Malta, 1907)



Fig. 6 – Vista Panorâmica da Exposição Nacional de 1908.

Fig. 6 – Panoramic View of 1908 National Exhibition.

Fonte: Museu da República (disponível em

<http://www.republicaonline.org.br>)

(Foto: Augusto Malta, 1908)

Apesar de ter sido idealizada e organizada juntamente com agentes privados, foi o Estado o grande investidor na montagem da exposição e nas transformações implementadas no bairro da Urca (Levy, 2008). A ocupação inicial da Urca foi marcada pela defesa da baía de Guanabara e materializada por fortificação, igreja e pequenas casas de madeira e taipa, e assim permaneceu, basicamente, até o início do século XX, quando o bairro é integrado à malha urbana do Rio de Janeiro, impulsionado pela realização, nessa área, da Exposição Nacional de 1908.

Para a Exposição, além dos pavilhões dos estados brasileiros e de Portugal, foram construídas avenidas, ruas, praças, e um pequeno trem na área interna (que percorria toda a exposição). O local contava também com a instalação da Estação (de bondes) da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico^{iv} e da Estação Marítima, situada no molhe da Urca, essa última proporcionando o deslocamento de pessoas através de barcas, saindo do cais Pharoux, no centro da cidade^v. Essas infra-estruturas de acesso impulsionaram a dinamização (e expansão) da mobilidade urbana e dos fluxos, numa área até então “distante” da área central, praticamente inabitada e fundamentalmente de uso militar, e que, a partir do recebimento de investimentos em função da realização da Exposição, ganha nova expressão na cidade, adquire novo uso e é ressignificada.



Fig. 7 – Localização da Exposição Nacional de 1908.

Fig. 7 – Location of the 1908 National Exhibition.

Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Elaboração: Mónica R. A. Garcia

Praticamente a totalidade dos pavilhões construídos no recinto da Exposição apresentava estrutura frágil, normalmente de madeira coberta com estuque, representando um exemplo de arquitetura efêmera e, por sua beleza e imponência, configuravam-se como parte dos objetos da exposição. Alguns poucos edifícios pré-existentes foram utilizados, como o prédio da Escola Militar^{vi}, que foi adaptado para abrigar o Pavilhão das Indústrias (fig. 8), e o edifício do Pavilhão dos Estados (fig. 9) que teve o início de sua construção em 1881, inicialmente para abrigar a primeira universidade brasileira. O Pavilhão dos Estados era o prédio principal da Exposição e o mesmo não tinha o caráter de “arquitetura efêmera”, como a grande maioria dos outros pavilhões existentes: era o maior deles, com 7 600 m² e 91 salas para abrigar a exposição dos Estados que não possuíam um pavilhão próprio.



Fig. 8 – Pavilhão das Indústrias.

Fig. 8 – Pavilion of Industries.

Fonte: Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 (1908)



Fig. 9 – Pavilhão dos Estados e Porta Monumental.

Fig. 9 – Pavilion of the States and Monumental Gate.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ (Foto: Augusto Malta, 1908)

Atividades culturais e artísticas eram constantes no espaço da Exposição e funcionavam como mais uma estratégia de captação de público e, assim, o aspecto lúdico concorria com o apelo didático. Durante os três meses em que permaneceu ativa, dezenas de estrangeiros (autoridades, jornalistas) foram convidados para fins de divulgação do megaevento assim como da cidade e do país no exterior, e a Exposição Nacional de 1908 “recebeu mais de um milhão de visitantes. Um número considerável para um país que tinha cerca de 22 milhões de habitantes” (Fabian & Rohde, 2007: 5).

Da necessidade, neste momento, de aprimorar os meios de hospedagem na cidade, criou-se o decreto 1 160, em 23 de dezembro de 1907 (Prefeito Sousa Aguiar), referente à isenção de impostos, durante sete anos, aos “cinco primeiros hotéis que se instalassem na cidade do Rio de Janeiro. Essa medida foi pioneira e constitui um divisor de águas entre o período de implantação da hotelaria na cidade e sua expansão em busca da modernidade” (Machado, 2005: 73). Neste contexto é inaugurado, em 1908, o Hotel Avenida, um marco da hotelaria na cidade, uma vez que, a partir de então, a cidade contaria com instalações hoteleiras modernas em contraposição às precárias hospedarias existentes.

A essa multidão foi exibido, na remodelada e moderna capital federal, um Brasil exuberante, moderno, sem antigos traços coloniais, e sob a idéia de progresso e desenvolvimento tecnológico e industrial, fato presente nas Exposições Universais antes comentadas. O Governo Federal solicitou a intelectuais e escritores renomados da época (como Euclides da Cunha, João do Rio e Olavo Bilac, este último, contratado como jornalista oficial da Exposição) para o acompanhamento e exaltação da Exposição por meio da imprensa. Os meios de comunicação, portanto, apresentavam-se como ferramenta importante no evento e também na formação da opinião pública sobre o próprio país, num contexto em que pairava, “por cima de tudo, a exacerbação de um país que ainda se queria constituir como nação – e para tanto usava a feira para fins políticos, exaltando o nacionalismo (eternamente) em formação” (Scherer, 2011: 6).

Por fim, o bairro da Urca é efetivamente integrado na cidade e urbanizado na década de 1920, sob a gestão do prefeito Carlos Sampaio, inserido num período marcado por grandes obras públicas na região central e na zona sul da cidade. Carlos Sampaio foi, inclusive, responsável pelo desmonte do Morro do Castelo, criação de aterro e obras diversas para a Exposição do Centenário da Independência em 1922. Nesse mesmo ano foi aprovado o plano geral de arruamento e loteamento da Urca e construído o Hotel Balneário, junto à praia, e situado no ponto mais central do bairro. A valorização do solo à beira mar é inerente ao surgimento do bairro da Urca, e essa tendência se propaga em outros bairros da Zona Sul, aos poucos ocupados pelas classes mais abastadas.

2. Exposição Internacional de 1922

Em plena área central da cidade do Rio de Janeiro situava-se o Morro do Castelo (junto à Avenida Rio Branco^{vii} e próximo à orla marítima), lugar habitado por população pobre, que vivia em cortiços e em péssimas condições de salubridade. O então prefeito Carlos Sampaio promoveu seu desmonte, que acarretou na remoção dessa população da área central do Rio de Janeiro, sob um discurso higienista e em nome da estética. A administração de Carlos Sampaio denota, também, o papel do poder público na valorização de terrenos que a Prefeitura captava para si, através de melhorias urbanísticas e obras de saneamento, no intuito de atrair empreendimentos imobiliários.

Essa área foi utilizada para abrigar a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, que objetivava celebrar as comemorações do centenário da independência do país. Assim, uma área destinada a sediá-lo deveria ser preparada: a escolha do centro e, mais especificamente, o local onde se encontrava o Morro do Castelo, foi estratégica. A Exposição Internacional de 1922 foi mais uma justificativa para o seu desmonte (fig. 10), cujo material foi ainda utilizado para aterro das Praias de Santa Luzia (fig. 11) e da Lapa; com isso, um grande espaço (384 424 m²) foi conquistado na região central, representado pelo “vazio” proporcionado pelo desmonte do Morro (uma área que, por estar próxima à Avenida Rio Branco, era considerada a de maior valorização do solo da cidade) e pelo avanço sob o mar, na forma de aterro. Conforme Martins (1998: 126-127), os principais argumentos utilizados para justificar o desmonte do Morro foram: a) sua presença impedia arejar a cidade, pois o mesmo atuava como uma barreira física contra os ventos; b) seu ambiente era insalubre e ocupado por população “sem importância” e força política; c) sua localização central era excepcional, com excelente possibilidade de negócios futuros; d) seu desmonte proporcionaria altos lucros à Prefeitura, basicamente através da venda de terrenos ou negociações com grupos capitalistas em troca de serviços, e ainda através da possibilidade de ganhos pelos impostos gerados pelas novas áreas, contribuindo assim no aumento da arrecadação municipal.



Fig. 10 – Desmorte do Morro do Castelo.

Fig. 10 – Dismount of the Hill of the Castle.

Fonte: Ermakoff, 2009: 143

(Foto: Augusto Malta, 1921)



Fig. 11 – Aterro da Praia de Santa Luzia e, ao fundo, o Pão de Açúcar.

Fig. 11 – Embankment of the Santa Luzia Beach and Sugar Loaf in the background.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ

(Foto: Augusto Malta, 1921)

As obras foram iniciadas em 1920 e, além de sofrer atrasos consideráveis (o que implicou na aceleração das mesmas às vésperas da Exposição), foram criticadas pela imprensa da época pelos gastos vultuosos, que incluíam, além da derrubada do Morro do Castelo e aterro, o calçamento de ruas e o embelezamento da área, visando adequá-la às comemorações do Centenário e à necessária construção dos pavilhões dos países participantes.

Localizada em pleno centro da cidade (fig. 12), a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil ocupava uma extensão de aproximadamente 2 500 metros, desde o Passeio Público, junto ao Palácio Monroe^{viii}, até o Mercado Municipal, ambos utilizados na Exposição. Na Praça Mauá havia também um anexo da Exposição, e ali se instalaram, fundamentalmente, as estruturas para expor a produção industrial dos países participantes (exceto Portugal, que teve o Pavilhão das Indústrias localizado na Avenida das Nações). Ao todo, 16 seções (subdivididas em grupos e classes) compreendiam a Exposição: 1) Agricultura, 2) Indústria Pastoral, 3) Várias Indústrias, 4) Comércio, 5) Economia Geral, 6) Economia Social, 7) Estatística, 8) Ensino, 9) Transportes e Vias de Comunicação, 10) Serviços Públicos, 11) História e Geografia, 12) Imprensa, 13) Esportes, 14) Arte Militar, 15) Belas Artes, 16) Higiene/Assistência (Levy, 2010: 129).

A Exposição mostrou-se, portanto, como justificativa às intervenções realizadas na cidade do Rio de Janeiro na área escolhida para abrigá-la. Da mesma forma, caracterizava-se também pelo poder de atração de um grande contingente de visitantes, nacionais e estrangeiros, fazendo com que o turismo impulsionado por esse megaevento de caráter internacional servisse, ainda, como um pretexto às ações do Estado no que tange às intervenções urbanas e à construção da imagem tanto da cidade do Rio de Janeiro perante o país como do próprio país perante o mundo. Todo o trabalho de divulgação nacional e internacional da Exposição (especialmente a partir dos Consulados do Brasil no exterior) foi realizado durante os seus preparativos e esse megaevento contribuiu para projetar, mundialmente, a “nova” imagem da cidade do Rio de Janeiro, inclusive, por meio de cartões postais.



Fig. 12 – Localização da Exposição Internacional de 1922.

Fig. 12 – Location of the 1922 International Exhibition.

Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2010). Elaboração: Mônica R. A. Garcia

Com o incremento do turismo na cidade, ligado diretamente ao evento, o Presidente Epitácio Pessoa incentivou a construção de hotéis no Rio de Janeiro, tendo em vista a quantidade e qualidade insuficientes da hotelaria na cidade para acomodar os turistas brasileiros e estrangeiros. Antes da Exposição alguns hotéis já existiam, como o Hotel Palace, no centro, e o Hotel Balneário, na Urca, mas três hotéis em específico foram encomendados por Epitácio Pessoa para a Exposição, sendo esses o Hotel Glória (na época o maior e mais luxuoso da América do Sul, inaugurado em setembro de 1922, tendo sido o único a ficar pronto até a data de inauguração da Exposição), Hotel Copacabana Palace (que, devido aos atrasos em sua construção, foi inaugurado somente no fim da Exposição) e Hotel Sete de Setembro, conhecido também como Hotel do Centenário (inaugurado em 15 de julho de 1922).

Inaugurada em 07 de setembro de 1922, a Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro durou até 24 de julho de 1923, em sessão solene de encerramento realizada no Palácio das Festas. Recebeu, desde a inauguração até o dia 02 de julho de 1923, um total de 3 626 402 visitantes, sendo 12 723 a média diária de visitação (Levy, 2010: 143). O recinto da Exposição contava com diversos edifícios como palácios, pavilhões (figs. 14, 15 e 16), quiosques, bares, restaurantes e cinema, e o ambiente era também caracterizado pelo aspecto lúdico, incluindo um parque de diversões (fig. 13), espetáculos pirotécnicos, concertos, festas, bailes e solenidades (o recinto da Exposição contava com um total de 80 construções).

Ao todo, 13 países participaram da Exposição: Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Inglaterra, Itália, Dinamarca, México, Tchecoslováquia, Noruega, Bélgica, Portugal e Suécia. Apresentava, assim, uma parte internacional, situada basicamente na Avenida das Nações (atual Avenida Presidente Wilson), e outra parte nacional, situada na outra extremidade da Exposição e, basicamente, junto à área onde se encontrava o antigo Mercado Municipal.



Fig. 13 – Parque de diversões da Exposição Internacional de 1922.

Fig.13 – Amusement Park of the 1922 International Exhibition.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1922)



Fig. 14 – Pavilhão da Argentina.

Fig. 14 – Pavilion of Argentina.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Augusto Malta, 1922)



Fig. 15 – Palácio das Festas.

Fig. 15 – Palace of Events.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: LEVI, 2010: 180)



Fig. 16 – Pavilhão da Caça e da Pesca.

Fig. 16 – Pavilion of the Hunting and Fishing.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som/RJ
(Foto: Ermakoff, 2009: 152)

Assim como ocorreu em 1908, grande parte das construções em 1922 tinha um caráter efêmero e daí sua demolição após a Exposição, salvo algumas exceções, como o Pavilhão dos Estados Unidos, que foi destinado à sede da embaixada americana no Brasil, e o Pavilhão da França (cópia do Petit Trianon, de Versailles), que abriga, até hoje, a Academia Brasileira de Letras. Dos pavilhões nacionais, o Pavilhão dos Estados Brasileiros (um dos maiores da exposição, com cinco pavimentos) foi construído com o intuito de ser edificação definitiva e após a Exposição abrigou a Secretaria de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio, e a edificação do Pavilhão das Grandes Indústrias encontra-se adaptada e ocupada atualmente pelo Museu Histórico Nacional. O Pavilhão do Distrito Federal também foi preservado e nos dias de hoje abriga a sede do Museu da Imagem e do Som.

Em suma, a Exposição Internacional de 1922 conformou-se como um significativo pretexto e justificativa às intervenções em plena área central do Rio de Janeiro, sobretudo a conquista de terrenos em decorrência do desmonte do Morro do Castelo e dos aterros. Eliminou-se um resíduo do passado que se configurava como um obstáculo às ações hegemônicas e à difusão do novo: o Morro do Castelo era, assim, uma barreira espacial, representada por sua dimensão tanto material quanto simbólica, uma vez que era visto como um símbolo representativo dos vestígios coloniais inerentes a um passado que se queria apagar com as ações de modernização do espaço urbano carioca.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender o papel dos megaeventos na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX, época a qual a cidade foi produzida como a “Paris dos Trópicos”, eliminando-se os traços coloniais existentes que representavam um retrocesso às ideias de modernidade, civilidade e progresso, que tanto se pretendia na jovem nação republicana.

Através da Exposição Nacional de 1908 e da Exposição Internacional de 1922, o poder público utilizou destes megaeventos enquanto estratégias urbanas: as modernizações territoriais se mostraram altamente seletivas e excludentes, através da introdução de novos conteúdos materiais e imateriais que se realizaram ligados à ideologia e à política, concretizando-se na própria produção de lugares elitizados e destinados a cumprirem certas funções determinadas por intencionalidades hegemônicas. Inovações introduzidas em função da realização destes megaeventos no Rio de Janeiro se concentraram nas áreas potencialmente valorizáveis (como é o caso do Bairro da Urca) e nas já valorizadas como a própria área central da cidade, utilizando-se de padrões de urbanização importados, especificamente aqueles inspirados na reforma urbana de Paris pelo Barão Haussmann. Essa reforma urbana, da década de 1860, era pautada num ordenamento espacial visando o embelezamento e a eliminação dos traços medievais de Paris (sob um discurso higienista), basicamente através de desapropriações, demolições, construção de largas avenidas e abertura de boulevares. No Rio de Janeiro, esse modelo foi aplicado em con-

traposição à cidade colonial e industrial pré-existente, com a eliminação de cortiços e, como exemplo maior, a construção da Avenida Beira Mar e a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco).

Após a Exposição Nacional de 1908, o bairro da Urca inseriu-se no movimento de integração de terrenos à cidade e de valorização seletiva de parcelas do solo urbano carioca, especialmente aquelas à beira-mar e rumo à Zona Sul, em um contexto inerente a fragmentos espaciais comercializados pelo mercado imobiliário, tendo o Estado como aliado e provedor de infra-estrutura urbana.

No centro do Rio de Janeiro, na ocasião da Exposição Internacional de 1922, a população de baixa renda ali existente foi inicialmente expulsa com a Reforma Passos, sendo novamente submetida ao mesmo processo na gestão de Carlos Sampaio, nas obras para a Exposição. A esses habitantes, restou “ocupar o subúrbio, longe do mercado de trabalho e mal servido de infra-estrutura e transportes, ou as favelas junto ao centro” (Martins, 1998: 125), numa situação oposta à presenciada na zona sul da cidade, dotada de infra-estrutura, transporte de bondes e ocupada por classes mais abastadas. A Exposição Internacional de 1922 deu-se em um momento de emergência de uma elite industrial no país, que perdia seu caráter essencialmente agrário e, portanto, a imagem de um Brasil industrial é almejada no ensejo da Exposição e, ao mesmo tempo, buscava-se difundir, em território nacional, o estilo de vida europeu, “moderno” e civilizado (como ocorreu também no momento da Exposição Nacional de 1908). Conforme Corrêa (1989), o centro do Rio de Janeiro é caracterizado, na segunda metade do século XX, pelo uso intensivo do solo e ampla concentração vertical, pelos elevados preços da terra, pela alta concentração diurna, sendo ainda foco de transportes intra-urbanos e área de decisões. Assim, a urbanização e o desenvolvimento de boa parte do núcleo central (CBD) do Rio de Janeiro a partir de terrenos conquistados e justificados em nome da Exposição Internacional de 1922 reforçaram o grau de centralidade do centro do Rio de Janeiro.

Utilizados como pretexto da expansão urbana (conquista de terrenos e sua integração à malha urbana), da produção de solo urbano e do reforço de centralidade na própria área central do Rio de Janeiro, os megaeventos analisados induziram redefinições dos usos do solo e de seu arranjo no espaço interno da cidade, mostrando-se relevantes, portanto, na estruturação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. (2010). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. (4.ed.). Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos.
- Canogar, D. (1992). *Ciudades efimeras: Exposiciones Universales: espectáculo y tecnología*. Madrid: Anjana Ediciones.
- Corrêa, R. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática.
- Ermakoff, G. (2009). *Augusto Malta e o Rio de Janeiro 1903-1936*. (2. ed.). Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial.
- Fabian, A. & Rohde, B. (2007). Progresso e modernidade: sonho de uma nação. *Revista Eclética*, 25, 2-6.
- Hall, C. (2006). Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of

- competitiveness within the hard outcomes of neo-liberalism. In Horne, J. & Manzenreiter, W. (Eds.), *Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon* (pp. 59-69). Oxford: Blackwell.
- Indovina, F. (1999). Os grandes eventos e a cidade ocasional. In Ferreira, V. & Indovina, F. (Orgs.), *A cidade da EXPO'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* (pp. 126-143). Lisboa: Editorial Bizâncio.
- La Barre, J. (2016). Future shock: mega-events in Rio de Janeiro. *Leisure Studies*, 35(3), 352-368.
- Lessa, C. (2005). *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. (3. ed.). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Levy, R. (2010). *A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: Editora EBA/UFRJ.
- Levy, R. (2008). *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Editora EBA/UFRJ.
- Machado, M. (2005). A formação do espaço turístico do Rio de Janeiro. In Bartholo, R., Delamaro, M. & Badin, L. (Orgs.), *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. (pp. 44-80). Rio de Janeiro: Garamond.
- Martins, A. (1998). A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro: um espaço urbano turístico na jovem república brasileira. In Rio, V. del (Org.), *Arquitetura: pesquisa e projeto*. (pp. 121-146). Rio de Janeiro: FAU UFRJ.
- Molina, F. (2013). *Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”*. (Dissertação de doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Pesavento, S. (1997). *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do Século XIX*. São Paulo: HUCITEC.
- Plum, W. (1979). *Exposições Mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística (1908). *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística.
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.
- Scherer, M. (2011). Cem anos de imprensa em exibição: jornais e jornalistas na Exposição Nacional de 1908. In *I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana - Confibercom*. São Paulo: Anais do Congresso (ECA/USP).
- Seixas, J. (2010). Os mega-eventos na cidade: imagem social, política econômica e governança urbana. *E-metropolis*, 2 (1), 4-9.
- Sposito, M. (1991). O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, 10, 1-18.

ⁱ Expressão utilizada por Pesavento (1997).

ⁱⁱ É este o momento em que o bairro de São Cristóvão (situado na zona norte do Rio de Janeiro e próximo à área central) sofre significativas transformações: deixa de ser o bairro que abrigava a família real para agora atrair indústrias (que tinham interesse pela localização próxima aos eixos ferroviários, ao porto e ao centro) e também a “difusão da ideologia que associava o estilo de vida “moderno” à localização residencial à beira mar” (Abreu, op. cit., 47), implicando no deslocamento das classes mais abastadas rumo à zona sul.

ⁱⁱⁱ A multiplicação de indústrias, assim como o declínio da atividade cafeeira, também são fatos importantes que ocorreram no final do século XIX, assim como o adensamento populacional na cidade em função das indústrias. Essas, com o incentivo do Estado, constroem vilas operárias e casas populares nas áreas abertas pelas ferrovias, levando Abreu (2010: 57) a afirmar que “trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida “moderno””.

^{iv} Que desde 1900 detinha a concessão das linhas de bonde para a Zona Sul, extinta em 1952.

^v Onde atualmente se encontra a Estação das Barcas, na Praça XV de Novembro, com partidas para a Ilha de Paquetá, Ilha do Governador e Niterói.

^{vi} Esse edifício, inaugurado em 1864 junto à Praia Vermelha, situava-se em frete à praia, bloqueando a vista para o mar.

^{vii} Em 1912 a Avenida Central passa a se chamar Avenida Rio Branco.

^{viii} O Palácio Monroe foi uma estrutura utilizada no pavilhão do Brasil na Exposição de 1904 em Saint Louis (EUA), e ali ganhou medalha de ouro no Prêmio Mundial de Arquitetura. Ao final de Exposição de Saint Louis, a construção foi desmontada e trazida ao Brasil, sendo reerguida em 1906 no Rio de Janeiro e utilizada na Exposição de 1922 como Escritório da Exposição e Bureau de Informações. Após o evento, o Palácio Monroe abrigou a sede da Câmara dos Deputados Federais e, ao fim da década de 1970, foi demolido em função das obras do metrô na cidade do Rio de Janeiro.

A EFICÁCIA DOS PROJECTOS ESPECIAIS DE URBANISMO COMERCIAL.

EVIDÊNCIAS DE BRAGA

PEDRO GUIMARÃES¹

RESUMO – Este artigo tem como objectivo analisar o processo de implementação dos programas públicos Procom e Urbcom na cidade de Braga. Estes programas foram concretizados no território através dos designados projectos especiais de urbanismo comercial, mecanismos peculiares no âmbito das intervenções de regeneração urbana das áreas comerciais em Portugal por disponibilizarem fundos integrados para a modernização dos estabelecimentos comerciais, reabilitação do espaço público e animação comercial. Para analisarmos a eficácia de ambos os projectos elaboramos 50 inquéritos a empresários que aderiram aos projectos e quatro entrevistas a *stakeholders* com conhecimento acerca dos mesmos. Concluimos que o processo de modernização dos estabelecimentos já estava em curso e ia efectuar-se mesmo sem a adesão aos projectos, tal como também já se encontrava a decorrer a reabilitação das ruas do centro da cidade, tendo a contribuição do Procom e Urbcom sido reduzida. As acções promocionais realizadas pela associação comercial foram efémeras e concentradas em poucos eixos comerciais, o que restringiu a sua capacidade de produzir impactos positivos. De forma geral, pelo que foi dito acima e porque não foram capazes de minimizar as ameaças externas, concluimos que ambos os projectos foram ineficazes na regeneração do tradicional centro de comércio da cidade de Braga.

Palavras-chave: Braga; Procom; Urbcom; projectos especiais de urbanismo comercial; regeneração urbana.

ABSTRACT – THE EFFECTIVENESS OF THE SPECIAL PROJECTS OF COMMERCIAL URBANISM. EVIDENCE FROM BRAGA. The aim of this article is to analyse the process of implementation of the public programmes Procom and Urbcom in the city of Braga. These programmes were implemented in the territory through the special projects of commercial urbanism, peculiar mechanisms for the urban regeneration of commercial areas in Portugal based on integrated funding for the modernization of shops, the rehabilitation of public space and commercial animation. To analyse the effectiveness of both projects we conducted 50 surveys with

Recebido: Agosto 2015. Aceite: Fevereiro 2016.

¹ Investigador da Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Centro de Estudos Geográficos, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276, Lisboa, Portugal. E-mail: pedroguimaraes@campus.ul.pt

entrepreneurs and four interviews with relevant stakeholders. Our findings show that the modernization of the outlets was already underway and it was going to be carried out even without adhering to the projects. In a similar process, the physical rehabilitation of the town centre was already under way. Thus, the role of the Procom and Urbcom projects was very limited. The promotional actions carried out by the Chamber of Commerce were ephemeral and concentrated in a limited number of commercial streets, which restricted their ability to produce positive impacts. Overall, due to this and the inability to minimize external threats we conclude that both projects were ineffective in the regeneration of the city centre of Braga.

Keywords: Braga; Procom; Urbcom; special projects of commercial urbanism; urban regeneration.

RESUME – L’EFFICACITÉ DES PROJETS SPÉCIAUX D’URBANISME COMMERCIAL. LE CAS DE BRAGA. Cet article analyse le processus de mise en œuvre de programmes publics Procom e Urbcom dans la ville de Braga. Ils ont été réalisés à travers des “Projets Spéciaux d’Urbanisme Commercial”, mécanismes qui, dans le cadre des interventions de renouvellement urbain des quartiers commerciaux au Portugal, présentent la particularité de fournir des fonds à la fois pour la modernisation des établissements commerciaux, pour la réhabilitation de l’espace public et pour l’animation commerciale. Afin d’analyser l’efficacité des deux projets, 50 enquêtes ont été menées auprès d’entrepreneurs ayant adhéré aux projets, ainsi que 4 entretiens auprès d’acteurs ayant connaissance de ces programmes. Les résultats montrent que le processus de modernisation des établissements était déjà en cours et qu’il allait de toute façon s’effectuer même sans adhésion aux projets. De la même manière, la réhabilitation des rues du centre-ville était déjà en cours. La contribution des projets Procom et Urbcom apparaît donc réduite. Les actions de promotion réalisées par l’association commerciale ont été éphémères et se sont concentrées sur un nombre réduit d’axes commerciaux, ce qui a diminué leur capacité à produire des impacts positifs. D’une manière générale, pour les raisons mentionnées plus haut et par leur incapacité à minimiser les menaces externes, il ressort en conclusion que les deux projets ont été inefficaces dans la régénération du centre-ville de Braga.

Mots clés: Braga; Procom; Urbcom; projets spéciaux d’urbanisme commercial; régénération urbaine.

I. INTRODUÇÃO

Face à forte relação entre o comércio e os centros urbanos, algumas transformações naquele sector provocaram impactos significativos na estrutura hierárquica dos centros de comércio das cidades (Barata-Salgueiro & Erkip, 2014; Cachinho, 2014). Estas mudanças acentuaram-se desde meados do século passado com o aparecimento de novos formatos comerciais e a sua localização fora dos tradicionais centros de comércio, o desenvolvimento de novas técnicas de venda e o alargamento dos horários de funcionamento, colocando em causa a viabilidade e a vitalidade dos centros das cidades e do seu tecido comercial (Balsas, 2007; Instone & Roberts, 2006; Thomas & Bromley, 2003). Num pro-

cesso que partilha algumas semelhanças com o que se verificou na maioria dos países da Europa Ocidental, em Portugal estas transformações decorreram um pouco mais tardiamente (Guimarães, 2013), tendo feito sentir-se de forma mais vincada já durante as décadas de 1980 e 1990.

Salientando a importância do antigo centro das cidades e do seu aparelho comercial, o sector público tem reagido através de um conjunto de medidas que usualmente se classifica como fazendo parte do planeamento comercial, entendido como a regulação levada a cabo pelo Governo sobre o sistema comercial (Guy, 2007). Em Portugal, a par da introdução da obrigatoriedade da autorização prévia para os estabelecimentos e conjuntos comerciais de maior dimensão, destacam-se os programas de urbanismo comercial, disponibilizando fundos para a modernização dos estabelecimentos comerciais, para a reabilitação do espaço público das áreas intervencionadas e para a elaboração de acções de animação e promoção comercial. Designados por Procom e Urbcom, foram considerados relevantes na regeneração de diversos centros de comércio das cidades em Portugal, sobretudo pela disponibilidade financeira e pela considerável adesão de empresas, câmaras municipais e associações comerciais. Neste artigo vamos analisar o processo de implementação dos projectos Procom e Urbcom, executados na cidade de Braga no final da década de 1990 e década de 2000, respectivamente. Para tal, recorreremos ao conceito da eficácia, tal como descrito no guia *Evalsed* da Comissão Europeia (2008), verificando se os objectivos foram atingidos e se as soluções utilizadas foram as adequadas. Entendemos que aqueles projectos se enquadram na definição de regeneração urbana tal como entendida por Roberts (2000: 17): *comprehensive and integrated vision and action which leads to the resolution of urban problems and which seeks to bring about a lasting improvement in the economic, physical, social and environmental condition of an area that has been subject to change*. Também iremos aludir ao conceito de reabilitação, neste caso com um carácter mais restricto e para nos referirmos às intervenções que apenas tiveram como objectivo a intervenção física no território.

Embora já existam alguns estudos nacionais que dedicaram alguma atenção aos programas de urbanismo comercial [Balsas, (1997, 1999, 2002); Fernandes, *et al.*, (2000); Fernandes, (2012)], nunca se procedeu a uma avaliação dos impactos que os seus projectos provocaram nas áreas intervencionadas. Apesar da especificidade daqueles programas, esta situação não é exclusiva do contexto nacional. Também Tyler *et al.* (2013) e Findlay e Sparks (2009) reconheceram que existe uma lacuna de bibliografia que foque os impactos dos vários projectos de regeneração urbana. Deste modo, a pesquisa realizada para este artigo pretendeu dar um contributo para suprir aquela lacuna e pode ser do interesse para dois conjuntos de leitores. Por um lado, para os investigadores que se possam debruçar sobre as experiências desenvolvidas em Portugal ou que encontrem nos casos de estudo desenvolvidos neste artigo um reflexo de experiências desenvolvidas em outros países. Por outro lado, para os decisores nacionais, representantes de autarquias e de associações comerciais e outros *stakeholders*. Apesar destes projectos já terem terminado na década de 2000, de facto alguns programas públicos com um cariz próximo daqueles que analisamos neste artigo continuam a ser implementados actualmente. Desta

forma, é possível aprender com a experiência dos projectos já terminados e que analisamos neste artigo. Ao assumirmos esta postura aproximamo-nos de Alexander (2006) que defende que o objectivo da avaliação *ex-post* é aprender a partir da experiência, na medida em que as conclusões obtidas podem ser lições úteis para o futuro. Ademais, Greene (2009) realça a importância do exercício de avaliação como um mecanismo para informar os vários *stakeholders* se os programas para os quais contribuíram conseguiram atingir os impactos desejados.

II. O PLANEAMENTO COMERCIAL

O planeamento comercial é uma das vertentes do planeamento territorial. Contudo, importa distingui-lo do urbanismo comercial, por vezes confundidos e utilizados como sinónimo. Com este propósito utilizamos a definição de Mérenne-Schoumaker e Browet (1988) que o considerou como o campo do urbanismo que se debruça sobre o sector comercial, na busca das localizações mais adequadas, com os aspectos arquitectónicos e funcionais, com os mecanismos de valorização das funções de animação e centralidade do comércio e com a determinação de critérios para a avaliação da necessidade de espaços comerciais. Ainda que posteriormente Cachinho (1992) tenha alargado aquela definição, consideramos que o planeamento comercial envolve outras valências, aproximando-o do conceito de Guy (2007: 1) que considerou que o planeamento comercial (...) *is usually described as a part of the process of government regulation of the retail system*. A este propósito entendemos haver um paralelismo com a distinção entre ordenamento do território e o planeamento tal como efectuada por Ferrão (2014). Este autor considerou este último conceito como integrador do ordenamento do território e, simultaneamente, transcendente. Assim, por considerarmos que o urbanismo comercial tal como entendido anteriormente é redutor, adoptamos o conceito de planeamento comercial pela sua abrangência. Baseado no trabalho dos autores referidos, Guimarães (2015) definiu o planeamento comercial como a regulação efectuada sobre o sector comercial onde deve estar presente, directa ou indirectamente, a estratégia de desenvolvimento do sector comercial em determinado contexto nacional. Não obstante, o conceito de urbanismo comercial mantém a sua validade e adequa-se às intervenções realizadas no âmbito do Procom e Urbcom.

Embora ao longo das últimas décadas tenha sofrido algumas variações significativas (Davies, 2004), já na década de 70 Dawson (1979) tinha distinguido duas abordagens nas políticas comerciais que ainda se mantêm relativamente inalteradas. A primeira procura a eficiência do sector, através da competição entre empresas, excluindo aquelas que, num quadro competitivo, sejam menos capazes. A segunda foca a equidade, exige uma maior participação do sector público, com o intuito de permitir o abastecimento da totalidade da população, independentemente da sua localização. Estas diferentes abordagens não decorrem isoladamente, o que leva a que num determinado momento os objectivos do planeamento comercial se assumam como contraditórios. De facto, tal como Seip e

Voogd (1998, in Gorter, *et al.*, 2003) constataram, dois distintos objectivos coexistem simultaneamente: por um lado, a procura do crescimento e renovação comercial e, por outro lado, a manutenção da função comercial do centro da cidade. A plena concretização do primeiro objectivo implica uma maior desregulamentação enquanto a obtenção do segundo exige uma regulação mais forte.

Ainda que tomando em consideração os dois objectivos referidos e reconhecendo as vantagens inerentes à modernização do sector, mas também a necessidade de abastecer a totalidade da população (Davies, 1995), na Europa Ocidental, a opção por abordagens mais ou menos restritivas tem variado no tempo e consoante o país (Guy, 1998; Howe, 2003). Embora nunca assumindo posições extremadas, de forma geral, esta variação tem sido visível em diferentes países, tal como a Holanda (Evers, 2002; Spierings, 2006), Grã-Bretanha (Guy, 2007), Suécia (Franzén, 2004; Karrholm & Nylund, 2011) e Dinamarca (Sorensen, 2004).

Considerando os diferentes objectivos, tem-se dado preferência a soluções intermédias, ainda que com variações. Deste modo, tem-se optado por não restringir totalmente a modernização do sector comercial, através de novos formatos e localizações e, simultaneamente, têm-se introduzido um conjunto de medidas de discriminação positiva do antigo centro das cidades e do seu aparelho comercial, sobretudo aquele constituído por empresas de menor dimensão (Guimarães, 2015). No primeiro caso destacam-se algumas medidas e instrumentos, como a Lei *Royer* em França (Colla, 2003), as políticas *PDV* e *GDV* na Holanda (Spierings, 2006) ou a política do *Town Centre First* no Reino Unido (Guy, 2007). No caso das medidas de discriminação positiva para o centro das cidades e o seu comércio, o destaque tem sido dado às estruturas de *town centre management* já difundidas por um conjunto alargado de países e, mais recentemente, os *Business Improvement Districts*⁴ que, após o aparecimento na América do Norte, têm vindo a adquirir um papel de relevo, em especial no Reino Unido.

III. MATERIAL E MÉTODOS

Os programas de urbanismo comercial executados em Portugal enquadram-se no conjunto de medidas de discriminação positiva dos centros das cidades. A utilização de um caso de estudo permitiu aprofundar o conhecimento acerca do processo de implantação dos projectos especiais de urbanismo comercial. Escolhemos Braga por ser uma cidade marcada pela relevância do seu principal centro. O projecto Procom implementado nesta cidade, usualmente apelidada por “capital do comércio”, foi um dos que obteve uma taxa de adesão mais elevada (DGAE, 2010). Considerando que na grande maioria das cidades apenas se concretizou um projecto de um dos dois programas de urbanismo comercial, Braga foi uma das poucas onde foi executado um projecto Procom e um outro no âmbito do Urbcom (as restantes cidades em que tal sucedeu são: Coimbra, Guimarães, Lisboa e Póvoa de Varzim). Assim, a escolha da cidade de Braga como caso de estudo permitiu analisar os projectos dos dois programas.

A hipótese definida para esta investigação parte do argumento que os projectos implantados permitiram a modernização dos estabelecimentos comerciais, a reabilitação do espaço público da área de intervenção e a realização de acções promocionais, embora a eficácia de intervenção tenha ficado circunscrita ao período de execução dos projectos. Adoptamos o conceito de eficácia tal como enquadrado pela Comissão Europeia no Guia *Evalsed* (fig. 1). Ao contrário dos outros conceitos, a abrangência do conceito de eficácia facilita a análise de todo o processo de implementação dos projectos, desde a fase inicial, onde se delimitam os problemas que se pretendem colmatar, passando pelos *inputs* e *outputs*, onde se analisa o montante financeiro disponibilizado, as empresas aderentes e suas intervenções, até à fase final em que se analisam os impactos que os projectos provocaram na área intervencionada.

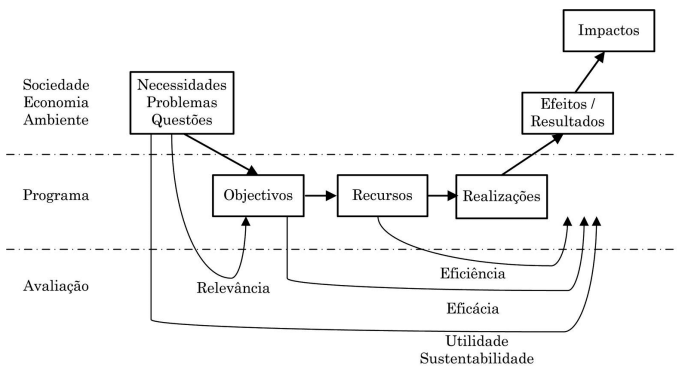


Fig. 1 – Esquema conceptual para a avaliação de programas.

Fig. 1 – Conceptual framework for programmes evaluation.

Fonte: Comissão Europeia (2008) (baseado)

Durante Março de 2014 foram realizados 50 inquéritos a empresários, cujos estabelecimentos aderiram ao Procom e/ou Urbcom. Como alguns empresários participaram nos projectos com mais do que um estabelecimento, estes inquéritos correspondem a 61 e 10 estabelecimentos aderentes ao Procom e Urbcom e a 36,1% e 52,6% do total de estabelecimentos apoiados, respectivamente. No caso da análise dos impactos da intervenção analisada no quadro VI, apenas nos iremos centrar no projecto Procom porque somente dois empresários aderentes ao Urbcom conseguiram dar-nos informação acerca dos impactos que o projecto provocou no território. De forma complementar foram entrevistados quatro responsáveis das seguintes instituições: Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE), enquanto entidade responsável pela aprovação e monitorização dos diversos projectos implantados a nível nacional; Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), na qualidade de estrutura representativa das associações comerciais a nível nacional; Associação Comercial de Braga; e Câmara Municipal de Braga. Parte da informação recolhida destas entrevistas foi colocada ao longo do texto como citação, tendo o nome do entrevistado sido excluído para salvaguardar a sua identidade. Estas citações distinguem-se das demais pela designação “entrevista”, sendo que o número atribuído corresponde ao da instituição representada pelo entrevistado tal como apresentado no quadro I.

Quadro I – Lista de entidades entrevistadas e data da sua realização.

Table I – List of entities interviewed and date of the meeting.

Nº da entrevista	Entidade	Data de realização
1	Direcção-Geral das Actividades Económicas	10-12-2014
2	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	26-06-2014
3	Câmara Municipal de Braga	20-03-2014
4	Associação Comercial de Braga	04-04-2014

IV. O PLANEAMENTO COMERCIAL EM PORTUGAL

O planeamento comercial em Portugal também se tem caracterizado pelas variações nas políticas de controlo do sector comercial (Fernandes & Chamusca, 2014). Em parte, esta semelhança deve-se à transposição para o contexto nacional de algumas políticas e instrumentos implantados em outros países, pois, tal como Pereira *et al.* (2002) assume, algumas políticas adoptadas em Portugal foram imitadas do modelo Francês, por influência da Lei Royer e restantes diplomas legais. Foi com base naquela lei que em 1989 surgiu a primeira medida moderna enquadrável no planeamento comercial em Portugal, com a introdução da obrigatoriedade de autorização prévia para a implantação de grandes superfícies comerciais (Barata-Salgueiro, 1996). No entanto, para Barata-Salgueiro (1995), por via do carácter efémero e da inexistência de ligação entre a legislação que regulava o comércio e a que regulava o planeamento do território, não se podia afirmar categoricamente que o planeamento comercial tenha existido em Portugal até meados da década de 1990. Esta opinião foi corroborada por Fernandes *et al.* (2000), para quem, no início do novo milénio, não existia uma política para o comércio. Tal como em outros países da Europa Ocidental (Davies, 1995), a regulação dos horários de funcionamento também foi utilizada neste período para controlar o sector. Em 1995, a introdução de limitações ao horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais contínuas aos Domingos pretendeu discriminar negativamente aqueles estabelecimentos, limitando o número de horas em que podiam estar abertos. A introdução destas medidas restritivas acaba por contrariar a tendência então vigente no Norte da Europa. Segundo (Fernandes, 1994:105) *nos anos 80 e na primeira metade dos anos 90 (...) penetra no ordenamento a filosofia liberal desregulamentadora (no Norte da Europa e no Reino Unido em particular) que contribuiu para a proliferação de grandes unidades e complexos comerciais.*

A par da introdução destas medidas, o Governo Português desenvolveu um conjunto de programas de apoio ao comércio, sobretudo o de pequena dimensão, com o objectivo de facilitar a modernização do tecido comercial mais antiquado que, de forma mais acentuada, tinha sentido o impacto das novas formas de comércio e que tinha perdido uma significativa quota de mercado. O primeiro programa foi o Simc – Sistema de incentivos à modernização do comércio – criado em 1991 e cujo foco se centrou em exclusivo na introdução de processos inovadores nos estabelecimentos comerciais. Em 1994, consciente de que a intervenção isolada não havia trazido grandes benefícios para a modernização do aparelho comercial dito tradicional, foi criado um novo programa. Denominado

por Procom – Programa de apoio à modernização do comércio – a génese deste programa está no urbanismo comercial praticado em França (entrevista 1). Para além dos fundos para a modernização dos estabelecimentos comerciais, foram disponibilizadas verbas para a reabilitação do espaço público e para a execução de um plano de promoção e animação comercial das áreas intervencionadas, dando origem aos projectos especiais de urbanismo comercial e concretizando desta forma um novo modelo de regeneração urbana que caracterizou a intervenção nas áreas tradicionais de comércio em Portugal durante mais de uma década. O carácter integrador desta intervenção aplicada em Portugal foi ainda acentuado ao fazer depender as verbas disponíveis para a reabilitação do espaço público e para as acções promocionais do número de estabelecimentos aderentes ao respectivo projecto. Com origem em verbas europeias através do segundo Quadro Comunitário de Apoio (QCA II), este programa despoletou grande interesse junto dos empresários, das associações comerciais e das câmaras municipais. Com o fim do QCA II no final da década de 1990, sentiu-se a necessidade de dar sequência ao Procom. Assim, ancorado no novo QCA (III), em 2000 foi regulamentado o Urbcom – Sistema de incentivos a projectos de urbanismo comercial. Os princípios e tipologias de intervenção foram semelhantes aos do programa que o precedeu. No entanto, atribui-se ao Urbcom uma menor relevância por ter tido uma dotação orçamental bastante mais reduzida, o que resultou em taxas de adesão muito inferiores (entrevista 1).

De forma geral, a nível nacional foram investidos mais de 634 milhões de euros no Procom (quadro II), cuja maior fatia se deveu ao investimento realizado pelas empresas aderentes, num total de 8 114 estabelecimentos intervencionados. O investimento na reabilitação urbana realizado pelas autarquias ascendeu a 86 milhões de euros e as associações comerciais investiram 28 milhões de euros nas acções promocionais. O incentivo atribuído a fundo perdido foi cerca de 50% dos valores investidos, sendo superior no caso das associações comerciais porque foram estas que ficaram encarregues de elaborar os estudos que deram origem aos diferentes projectos, designados por estudos globais.

Quadro II – Investimento realizado em Portugal no âmbito dos programas Procom e Urbcom, em euros.

Table II – Investment made in Portugal under the Procom and Urbcom programmes, in euros.

Investimento realizado por tipo de instituição, em €	Programa		Total
	Procom	Urbcom	
Empresas	519 293 467	9 803 106	529 096 573
Autarquias	86 880 763	1 344 116	88 224 879
Associações comerciais	28 197 191	1 531 114	29 728 305
Total	634 371 421	12 678 336	647 049 757

Fonte: elaboração própria a partir de dados da DGAE (2010)

Durante a vigência do Urbcom o valor investido foi significativamente inferior, por via da menor disponibilidade financeira deste programa. Apesar desta diminuição, o Governo tentou apoiar o maior número possível de projectos. Para tal, baixou de forma

clara a percentagem do incentivo (para as empresas), passando de um máximo de 66,6% no Procom para 45% no Urbcom, o que levou a que empresários, associações comerciais e autarquias tivessem tido relutância em aderir ao programa (entrevista 2). Consequentemente, apenas 294 estabelecimentos aderiram a este programa a nível nacional, face aos 8 114 que aderiram ao Procom.

De seguida iremos analisar o processo de implementação dos projectos especiais de urbanismo comercial dos programas Procom e Urbcom na cidade de Braga e analisar quais os impactos que produziram.

V. CASO DE ESTUDO: BRAGA

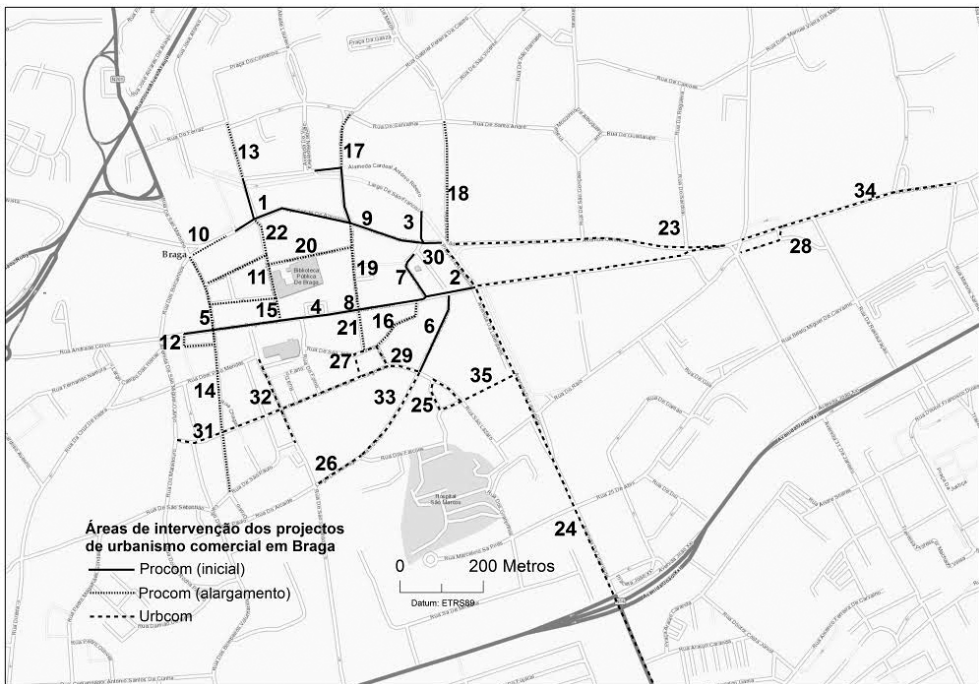
A cidade de Braga é reconhecida a nível nacional pelo dinamismo do seu tecido comercial, adoptando nas suas estratégias promocionais a designação de “capital do comércio” (Guimarães, 2014). É ainda actualmente uma cidade caracterizada pela relevância do seu centro enquanto destino de comércio e lazer, aspecto ainda mais marcado em meados da década de 1990, quando começou a ser pensado o projecto Procom. Naquele período, os principais problemas eram de cariz interno e estavam relacionados com a antiguidade do aparelho comercial, quer do espaço físico, quer das técnicas de venda e também com a fraca formação profissional dos trabalhadores e empresários do sector (Câmara Municipal de Braga, 1997).

A implantação do Procom, assim como o do Urbcom fez-se na sua área central, embora o primeiro projecto tivesse abrangido as principais ruas comerciais da cidade. Inicialmente composta por nove ruas, a área de intervenção foi alargada para um total de 22 ruas, estando as restantes treze (fig. 2) incluídas na área de intervenção do Urbcom.

Na altura da candidatura ao projecto Procom, estavam a verificar-se algumas alterações de relevo nesta cidade. No seguimento da criação em 1985 do Gabinete Técnico Local e em 1991 da Divisão de Renovação Urbana, o centro da cidade já estava a ser intervencionado, limitando um conjunto alargado de ruas à circulação pedonal (entrevista 3).

Foi ainda neste período que tanto a cidade de Braga como o seu aparelho comercial conheceram algumas transformações importantes. Uma face visível desta mudança foi o aparecimento de um novo tecido comercial que surgiu na consequência da expansão da cidade que se efectuou pela construção de novas urbanizações, sobretudo a que se localizou no Vale de Lamações. A cidade de Braga já possuía um conjunto significativo de centros comerciais, ainda que fossem na sua maioria condomínios comerciais sem gestão profissional e localizados em grande número no centro da cidade, plenamente enquadrados na malha urbana (Guimarães, 2015). No final da década esta situação altera-se com a inauguração dos centros comerciais Minho Center, em 1997, e do BragaParque, em 1999, ambos com uma localização periférica face ao centro da cidade. Por último, destaca-se a inauguração da auto-estrada nº 3 que permitiu a rápida ligação entre as cidades do Porto e Braga no final da década de 1990, o que fez com que o tecido comercial de maior dimensão existente no Porto se tornasse uma ameaça superior para o existente em Braga

(Associação Comercial de Braga, 1995). É neste contexto que surge e é executado o projecto Procom Braga, ao qual se associou até ao presente uma imagem de sucesso na regeneração do centro da cidade e do comércio existente (entrevista 2). Não obstante, apesar das mudanças serem notórias e relevantes, no final da década de 1990, aquando da execução do projecto Procom, o centro da cidade ainda era o principal destino comercial da cidade (Associação Comercial de Braga, 1995). Assim, este projecto assumiu um carácter essencialmente pró-activo e teve como objectivo reforçar a centralidade comercial desta área.



1. Campo da Vinha; 2. Largo Barão S. Martinho; 3. Largo de S. Francisco; 4. Largo do Paço; 5. Rua D. Diogo de Sousa; 6. Rua de S. Marcos; 7. Rua do Castelo; 8. Rua do Souto; 9. Rua dos Capelistas; 10. Praça Conselheiro Torres de Almeida; 11. Praça do Município; 12. Praça Velha; 13. Rua Alferes Ferreira; 14. Rua D. Frei Caetano Brandão; 15. Rua da Misericórdia; 16. Rua de Janes; 17. Rua do Carmo; 18. Rua dos Chãos; 19. Rua Dr. Justino Cruz; 20. Rua Eça de Queirós; 21. Rua Francisco Sanches; 22. Rua Santo António da Praça; 23. Avenida Central; 24. Avenida da Liberdade; 25. Largo Carlos Amarante; 26. Largo Santiago; 27. Largo São João do Souto; 28. Largo Sr.^a-a-Branca; 29. Largo Sta. Cruz; 30. Praça da República; 31. Rua D. Afonso Henriques; 32. Rua D. Gonçalo Pereira; 33. Rua do Anjo; 34. Rua São Victor; 35. Rua Gonçalo Sampaio.

Fig. 2 – Área de intervenção dos projectos Procom e Urbcom na cidade de Braga.

Fig. 2 – Intervention area of Procom and Urbcom projects in Braga.

O estudo global do projecto Urbcom Braga foi realizado em 2005 (Bússola, 2005). As ruas inseridas na área de intervenção deste programa eram significativamente de menor relevância comercial face às que foram incluídas no Procom. De acordo com as entrevistas

tas realizadas, dois motivos despoletaram a vontade de implantar um projecto Urbcom. O primeiro prende-se com a necessidade da associação comercial facultar aos estabelecimentos que se localizavam fora da área de intervenção do Procom os mesmos mecanismos financeiros para a sua modernização (entrevista 4). Em segundo lugar, como o projecto Procom não tinha englobado a totalidade do centro da cidade, a autarquia podia, desta forma, beneficiar de fundos para concluir o processo de reabilitação daquela área (entrevista 4).

Aderiram ao Procom 169 estabelecimentos de um total de 491 existentes, perfazendo uma taxa de adesão de 34,4%, ainda assim bastante inferior à que tinha sido prevista inicialmente (64%) (Associação Comercial de Braga, s/data). A adesão ao Urbcom foi significativamente inferior, com apenas 19 estabelecimentos a aderirem a este projecto, num total de 285 existentes na área de intervenção, o que perfaz uma taxa de adesão de 6,7% (face à previsão de 43%). Os erros na obtenção destas taxas devem-se ao optimismo exacerbado que se fez sentir com o projecto Procom (entrevista 3) e com deficiências ao nível da análise da intenção de adesão no Urbcom (Guimarães, 2015). No total foram investidos mais de quinze milhões de euros em ambos os projectos, com clara prevalência dos investimentos realizados no âmbito do projecto Procom (quadro III).

Quadro III – Investimento realizado pelas empresas, autarquia e associação comercial no âmbito dos projectos Procom e Urbcom em Braga.

Table III – Investment of companies, city council and chamber of commerce within Procom and Urbcom projects, in Braga.

Investimento realizado por instituição, em €	Procom Braga	Urbcom Braga	Total
Empresas	12 427 103	746 876	13 173 979
Autarquias	1 656 568	163 318	1 819 886
Associação comercial	569 582	95 468	665 050
Total	14 653 253	1 005 662	15 658 915

Fonte: elaboração própria a partir de dados da DGAE (2010)

Durante a realização dos inquéritos e entrevistas, quer aos empresários, quer aos técnicos da Associação Comercial e da Câmara Municipal ficou visível que, de forma mais vincada no Procom, houve um conjunto de empresas que não conseguiu aderir ao projecto por não cumprir com alguns dos requisitos, nomeadamente a obrigatoriedade de possuir capitais próprios e contabilidade organizada. Face a estes requisitos, parte do aparelho comercial de menor dimensão, ainda movido por técnicas de gestão empresarial antiquadas e com reduzida disponibilidade financeira ficou excluída deste projecto, mesmo que localizado no interior da área de intervenção. O avultado financiamento a fundo perdido apenas era atribuído como reembolso do investimento que teria que ter sido efectuado inicialmente pelos empresários. Os inquiridos também assumiram que os empresários com menor capacidade financeira dificilmente conseguiriam efectuar este investimento inicial e mesmo o recurso a um empréstimo bancário não se assegurava como uma alternativa concretizável.

1. Modernização do aparelho comercial

Tendo sido a componente com maior investimento realizado, em todos os estabelecimentos a modernização do aparelho comercial passou por obras de remodelação física (quadro IV). A aquisição de equipamento informático foi particularmente relevante no Procom, sobretudo porque na altura muitos estabelecimentos ainda não estavam dotados de equipamento informático, aproveitando este projecto para a sua aquisição. Também se privilegiou o uso de técnicas de promoção e marketing, ainda que quase sempre através do recurso a técnicas de vitrinismo. Aproveitou-se a remodelação dos estabelecimentos, em especial no Procom, para se proceder à introdução de novas técnicas de venda, com destaque para o livre-serviço que, até então, pela disposição física das lojas e pelo mobiliário existente, não era fácil de implementar. A diversificação do produto foi elaborada numa lógica de adaptação ao seu cliente-alvo. Os restantes tipos de intervenção são menos relevantes. Apesar de considerado como importante, não foram criados novos postos de trabalho nem foi ajustado o horário de funcionamento dos estabelecimentos, cujo desajustamento com aquele em que os consumidores estavam disponíveis para o consumo era evidente.

Quadro IV – Tipo de intervenção realizada nos estabelecimentos aderentes ao Procom e Urbcom.

Table IV – Intervention made on outlets, within Procom and Urbcom Braga projects.

Tipo de intervenção	Procom		Urbcom		Total	
	Nº estab.	% do total	Nº estab.	% do total	Nº estab.	% do total
Remodelação do estabelecimento	61	100	10	100	71	100
Equipamento informático	47	77	8	80	55	77,5
Promoção e marketing	37	60,7	5	50	42	59,2
Técnicas de venda	18	29,5	2	20	20	28,2
Diversificação do produto	14	23	2	20	16	22,5
Qualificação dos recursos humanos	5	8,2	1	10	6	8,5
Criação de postos de trabalho	0	0	0	0	0	0
Ajuste dos horários de funcionamento	0	0	0	0	0	0
Número de estabelecimentos analisados	61	100	10	100	71	100

Fonte: Inquéritos realizados aos empresários (2014)

Foi incorporada a análise do contra-factual, isto é, que intervenções teriam sido realizadas nos estabelecimentos caso não tivessem sido executados os dois projectos. Assim, percebe-se que na maioria dos casos as intervenções nos estabelecimentos iam-se realizar, independentemente da adesão aos dois projectos. No Procom, dos 61 estabelecimentos, apenas em 21 não se ia proceder a nenhum investimento, dos quais em 15 casos era por incapacidade económica. Apenas em 6 estabelecimentos o projecto Procom despoleto a necessidade de intervenção (quadro V). De facto, durante a realização dos inquéritos percebeu-se que a adesão ao Procom apenas teve como intuito minimizar o investimento que já estava em curso e, alguns casos, mesmo na sua fase final. Não obstante, os

empresários assumiram que pela obrigatoriedade de cumprir os prazos do projecto, a participação no Procom acelerou o investimento realizado. No projecto Urbcom, ainda que com números mais reduzidos, os dados apontam na mesma direcção.

Quadro V – Contrafactual da intervenção realizada nos estabelecimentos comerciais.

Table V – Counterfactual of intervention carried out in the outlets.

Programa		Se não tivesse recebido apoio, teria feito o investimento?						Total
		SIM			NÃO			
		Na totalidade	De forma parcial	Total (SIM)	Incapacidade económica	Foi o programa que fomentou a modernização	Total (NÃO)	
Procom	Nº estab.	26	14	40	15	6	21	61
	% do total	42,6	23	65,6	24,6	9,8	34,4	100
Urbcom	Nº estab.	7	1	8	1	1	2	10
	% do total	70	10	80	10	10	20	100

Fonte: Inquéritos realizados aos empresários (2014)

2. Promoção e animação comercial

Quer no projecto Procom, quer no Urbcom, as acções de promoção e animação comercial focaram-se em actividades que Stubbs *et al.* (2002) definiram como *Footfall builders*, i.e., actividades cujos impactos apenas se fazem sentir durante o período de execução das mesmas, tal como desfiles de moda, exposições temáticas, concertos de música ao vivo, entre outras acções promocionais. Foi exposto pelos empresários que todas as actividades promocionais desenvolvidas apenas se centraram no principal eixo comercial, localizado entre a rua do Souto e o Largo Barão S. Martinho, o que simultaneamente reforçava a sua importância e relegava as restantes ruas para um patamar inferior.

3. Intervenções urbanísticas

As intervenções urbanísticas realizadas pela autarquia enquadraram-se na política de reabilitação do centro da cidade que já vinha a ser seguida por esta entidade desde os anos 80. No Procom centrou-se na pedonização da rua Eça de Queirós e na reabilitação na Praça Conde de Agrolongo, vulgo Campo da Vinha (fig. 3 e 4).

Por via do reduzido número de empresas aderentes ao Urbcom, a verba disponível através deste projecto para a intervenção urbanística era limitada, tendo sido utilizada no arranjo de superfície da rua D. Afonso Henriques, cujo investimento ascendeu a 163 318 euros. O limitado orçamento para esta rubrica não explica na totalidade o reduzido investimento em acções urbanísticas. De facto, também se confirmou que no período em que o projecto foi executado, a maioria das intervenções no centro da cidade já estavam terminadas e, como tal, também não havia necessidade de intervir (entrevista 3).



Fig. 3 – Campo da Vinha antes da intervenção urbanística (orientação Este-Oeste).

Fig. 3 – Campo da Vinha before urban intervention (East-West orientation).

Fonte: Museu da Imagem/CM Braga



Fig. 4 – Campo da Vinha após a intervenção urbanística (orientação Oeste-Este).

Fig. 4 – Campo da Vinha after urban intervention (West-East orientation).

Fonte: Museu da Imagem/CM Braga

4. Efeitos da intervenção integrada

Conforme descrito na secção do material e métodos, apenas iremos apresentar dados sobre os efeitos de intervenção integrada no caso do projecto Procom. Os 44 entrevistados que classificaram os efeitos da intervenção integrada pelo Procom (quadro VI), assumiram que após o projecto a área ficou globalmente mais atractiva e conseguiu-se modernizar o aparelho comercial. No entanto, percebe-se que esta melhoria não foi acompanhada em igual medida por um aumento das vendas, do volume de negócios e do número de clientes, colocando em causa a eficácia do projecto face ao objectivo inicial de reforçar a centralidade desta área.

Quadro VI – Efeitos da intervenção integrada na área de intervenção do Procom Braga, por número de respostas.

Table VI – Effects of integrated intervention in Braga Procom project, in number of responses.

Efeitos	Classificação									Ns/Nr	Total	Média	
	1 (discordo totalmente)	2	3	4	5	6	7	8	9				10 (concordo totalmente)
A área ficou mais atractiva	-	-	1	-	2	4	11	13	-	1	12	44	7,13
Modernizou o aparelho comercial	-	-	-	-	4	4	11	12	1	-	12	44	7,06
Aumentou as vendas e volume de negócios	-	-	3	7	8	5	6	3	-	-	12	44	5,41
Aumentou o número de clientes	-	-	4	7	8	5	5	2	1	-	12	44	5,31

Fonte: Inquéritos realizados aos empresários (2014)

VI. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Neste artigo tivemos o objectivo de analisar o processo de implantação dos projectos especiais de urbanismo comercial Procom e Urbcom de Braga. Para tal, inicialmente debruçamo-nos sobre o planeamento comercial e a forma como se tem reflectido em Portugal. De seguida passamos para a análise dos dois projectos, centrada nas suas especificidades e no que foi realizado ao nível da modernização do aparelho comercial, da reabilitação do espaço público e das acções promocionais.

Retomando o argumento definido anteriormente verificamos que não se confirmou na sua plenitude. De facto, no caso da modernização comercial, comprovamos que na maioria dos casos, a intervenção realizada inseriu-se no processo normal de modernização dos estabelecimentos que os empresários já tinham delineado. Da mesma forma percebemos que os projectos apenas minimizaram os custos que as empresas estavam a ter e, apenas ocasionalmente despoletaram a consciência de que era necessário intervir. Relativamente às intervenções urbanísticas, estas já se encontravam delineadas no processo mais alargado de reabilitação do centro da cidade. A maioria das artérias desta área já tinha sido ou estava a ser intervencionada. No Procom, as excepções verificaram-se no Campo da Vinha e na rua Eça de Queirós, os dois eixos cuja intervenção foi financiada pelo Procom. No Urbcom apenas a rua D. Afonso Henriques foi intervencionada. No entanto, a menor relevância comercial desta rua e a sua localização periférica face à área de intervenção deste projecto faz com que não possa ter produzido impactos positivos relevantes. A componente das actividades de promoção e animação comercial foi a única que de facto não teria decorrido sem a execução dos projectos. Não obstante, não ficou claro de que forma as actividades desenvolvidas poderiam ter provocado impactos positivos na área de intervenção, quer por terem sido temporalmente limitadas, quer por terem sido privilegiadas em demasia algumas artérias comerciais.

Relativamente aos impactos dos projectos, não se conseguiu confirmar que tenham tido alguma durabilidade. Não obstante, a este respeito importa reconhecer a limitação dos vários processos de regeneração urbana. Tal como Hall (2006) apurou este tipo de processo deve ser encarado apenas como um instrumento que deve acompanhar a dinâmica urbana e que aquando do término de um programa é provável que as cidades já se estejam a deparar com novos desafios. Esta questão parece ter sido uma das principais lacunas destes projectos. Ao cristalizar as intervenções, balizando-as no tempo, não reconhece que as áreas urbanas estão muito susceptíveis a mudanças. A análise da intervenção integrada demonstra alguns indícios desta lógica. De facto, os empresários reconheceram que o projecto Procom permitiu melhorar o ambiente e a oferta comercial, sem que isso tenha implicado um reforço da área enquanto destino comercial. Esta incapacidade deve-se ao fato de a área intervencionada ser substancialmente diferente no momento da candidatura ao projecto e no momento em que o projecto se executou e finalmente se concluiu, interna e externamente. No primeiro caso porque sendo o comércio um sector privado e dinâmico, dificilmente se poderia manter estável durante aquele período. Em segundo lugar porque a própria cidade se alterou, deslocando-se para a periferia e abrindo dois centros comerciais de grande dimensão e porque elementos indi-

rectos como a inauguração da ligação Braga-Porto através da auto-estrada colocou o comércio do centro da cidade sob maior concorrência.

Não obstante, tal como transmitido em diversas reuniões sobre a temática e descrito por um dos entrevistados (entrevista 2), este projecto sempre teve associada uma imagem de sucesso, cuja explicação se deve a diferentes motivos. Em primeiro lugar, porque englobou um grande número de empresas. No entanto, tal como analisamos, em parte dos casos a participação no projecto não foi essencial para a sua modernização. Em segundo lugar, porque foi investido um valor avultado pelas empresas, ainda que, tal como constatamos no quadro IV, o investimento foi demasiado centrado na reabilitação física dos estabelecimentos quando outro tipo de intervenção também era premente. Em terceiro lugar, porque lhe foram atribuídos méritos de todo o processo de reabilitação do centro da cidade, quando na realidade apenas uma praça e uma rua foram intervencionadas com fundos do Procom. Por último, porque aquando da execução deste projecto a concorrência de outras centralidades comerciais ainda estava numa fase inicial e esta área ainda era o principal destino comercial da cidade, situação que se alterou com a abertura de centros comerciais BragaParque e Minho Center, com a expansão urbana de Braga e com a maior acessibilidade ao tecido comercial de maior dimensão que existia na cidade do Porto.

De forma geral, a adesão ao Procom e ao Urbcom parece ter cumprido com a necessidade da associação comercial e da autarquia em intervir naquela que é a área central da cidade. No entanto, a postura adoptada foi de mera resistência interna face às alterações no sector comercial, não levando em consideração a natural evolução da área. A este propósito importa referir que esta resistência apenas se destinou aos empresários cujas empresas já tinham alguma dimensão e cuja vitalidade financeira permitiu fazer face à exigência de capitais próprios, um dos requisitos para participação nos projectos. Desta forma, o desenho dos programas de urbanismo comercial excluiu as empresas mais debilitadas financeiramente e cujos proprietários apresentavam maior oposição à mudança porque mesmo havendo um financiamento significativo a fundo perdido, dificilmente conseguiriam fazer face ao investimento inicial.

Retomando o conceito de eficácia, concluímos que ambos os projectos não foram eficazes porque não conseguiram reforçar a centralidade comercial da área face às ameaças externas que entretanto foram surgindo e porque grande parte do investimento que acabou por ser financiado pelos projectos já o ia ser pelo sector privado. De facto, poderá ter acelerado o processo de modernização do aparelho comercial e até ter fomentado alguns acréscimos na intervenção realizada mas não desencadeou estes processos nem foi essencial para a sua execução.

Em termos de recomendações de política e considerando que programas semelhantes ainda estão em vigor em 2016, devem ser ponderados quais os reais destinatários dos programas. Entendendo que em último caso esta é uma decisão de cariz político, ficou claro que caso se pretenda a modernização de todo o sector comercial, incluindo aqueles apelidados como “históricos”, e não apenas os estabelecimentos comerciais que já terão alguma capacidade de se modernizar, novos instrumentos terão de ser aplicados. Num processo relacionado com a duração dos impactos, recomenda-se a introdução de instrumentos mais dinâmicos e permanentes como as estruturas de gestão de centros urbanos

que, de forma mais ágil e rápida consigam acompanhar a dinâmica urbana e de constante mudança que caracteriza as cidades. Caso contrário, tal como foi possível aprender com estes programas, quando se terminar um projecto, já existe necessidade de executar um novo para fazer face aos desafios que entretanto apareceram.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa para este artigo foi desenvolvida no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SFRH/BD/69355/2010. Fica um agradecimento à Professora Teresa Barata-Salgueiro pela orientação deste doutoramento.

O autor agradece à equipa editorial da Finisterra e aos revisores os comentários efectuados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, E. (2006). Evolution and status: where is planning-evaluation today and how did it get here?. In Alexander, E. (Ed.), *Evaluation in Planning – evolution and prospects* (pp. 3-16). Inglaterra: Ashgate.
- Associação Comercial de Braga (ACB) (1995). *Urbanismo comercial – projectos especiais – acções de revitalização do comércio no centro histórico de Braga*. Braga: Associação comercial de Braga.
- Associação Comercial de Braga (ACB) (n.d.). *Ficha técnica de candidatura a projecto especial*. Braga: Associação comercial de Braga.
- Balsas, C. (2007). City centre revitalization in Portugal: A Study of Lisbon and Porto. *Journal of Urban Design*, 12 (2), 231-259.
- Balsas, C. (2002). *Urbanismo comercial e parcerias público-privadas*. Lisboa: Observatório do comércio.
- Balsas, C. (1999). *Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades*. Lisboa: GEPE.
- Balsas, C. (1997). Retail planning in Portugal: an instrument of urban planning. In Ahern, J. & Machado, J. (Eds.), *Environmental challenges in an expanding urban world and the Role of Emerging Information Technologies* (pp. 37-48). Lisboa: CNIG.
- Barata-Salgueiro, T. (1996). *Do comércio à distribuição – roteiro de uma mudança*. Oeiras: Celta Editores.
- Barata-Salgueiro, T. (1995). Retail planning in Portugal. In Davies, R. (Ed.), *Retail planning policies in Western Europe* (pp. 182-199). Londres: Routledge.
- Barata-Salgueiro, T. & Erkip, F. (2014). Retail planning and urban resilience - an introduction to the special issue. *Cities*, 36, 107-111.
- Bússola (2005). *Estudo global Urbcom Braga*. Braga: Bússola.
- Cachinho, H. (2014). Consumerscapes and the resilience assessment of urban retail systems. *Cities*, 36, 131-144.
- Cachinho, H. (1992). L'urbanisme comercial: un instrument au service de l'aménagement des activités commerciales. In Barata-Salgueiro, T. (Ed.), *Retailing, Public Policy and Urban Retail Planning* (247-260). Lisboa: GECIC.
- Câmara municipal de Braga (1997). *Candidatura da Câmara Municipal de Braga ao projecto de urbanismo comercial de Braga*. Braga: Câmara municipal de Braga.
- Colla, E. (2003). France. In Howe, S. (Ed.), *Retailing in the European Union: structures, competition and performance* (pp. 23-55). Londres: Routledge.
- Comissão Europeia (2008). *EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Davies, R. (2004). Planning policy for retailing. In Reynolds, J., Cuthbertson, C. (Eds.), *Retail Strategy, the view from the bridge* (pp. 78-95). Reino Unido: Elsevier.
- Davies, R. (1995). Preface. In Davies, R. (Ed.), *Retail Planning Policies in Western Europe* (pp. xiii-xx). Londres: Routledge.
- Dawson, J. (1979). *The marketing environment*. Londres: Croom Helm.
- DGAE (2010). *Dinamização económica dos centros históricos*. Lisboa: DGAE.
- Evers, D. (2002). The rise (and fall?) of national retail planning. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 93, 107-113.
- Fernandes, J. (2012). Os projectos de urbanismo comercial e a revitalização do centro da cidade. *Revista Memória em Rede*, 2 (6), 76-89.

- Fernandes, J. (1994). Urbanismo Comercial – a experiência portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras, 1 série, X/XI*, 105-125.
- Fernandes, J. & Chamusca, P. (2014). Urban policies, planning and retail resilience. *Cities*, 36, 170-177.
- Fernandes, J., Cachinho, H. & Ribeiro, C. (2000). *Comércio tradicional em contexto urbano – dinâmicas de modernização e políticas públicas*. Porto: GEDES-UP.
- Ferrão, J. (2014). *O ordenamento do território como política pública* (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Findlay, A. & Sparks, L. (2009). *Literature Review: Policies Adopted to Support a Healthy Retail Sector and Retail Led Regeneration and the Impact of Retail on the Regeneration of Town Centres and Local High Streets*. Edimburgo: Scottish Government.
- Franzén, M. (2004). Retailing in the Swedish City: The move towards the outskirts. In Franzén, M. & Halleux, J. (Eds.), *European Cities Dynamics – Insights on Outskirts* (pp. 93-112). Bruxelas: European Science Foundation.
- Gorter, C., Nijkamp, P. & Klamer, P. (2003). The attraction force of out-of-town shopping malls: A case study on the run-fun shopping in the Netherlands. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 94 (2), 219-229.
- Greene, F. (2009). Assessing the impact of policy interventions: the influence of evaluation methodology. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 27, 216-29.
- Guimarães, P. (2015). *O planeamento comercial em Portugal, os projectos especiais de urbanismo comercial*. Dissertação de doutoramento em geografia. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Guimarães, P. (2014). The prospective impact of new shopping centres on the retail structure of Braga. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, 25, 167-180.
- Guimarães, P. (2013). The tools for city centre revitalization in Portugal. *Journal of Place Management and Development*, 6 (1), 52-66.
- Guy, C. (2007). *Planning for retail development, a critical view of the British experience*. Oxon: Routledge.
- Guy, C. (1998). Controlling new retail spaces: The impress of planning policies in Western Europe. *Urban Studies*, 35 (5-6), 953-979.
- Hall, T. (2006). *Urban Geography* (3ª edição). Oxon: Routledge.
- Howe, S. (2003). United Kingdom. In Howe, S. (Ed.), *Retailing in the European Union: structures, competition and performance* (pp. 155-187). Londres: Routledge.
- Instone, P. & Roberts, G. (2006). Progress in retail led regeneration: Implications for decision-makers. *Journal of Retail and Leisure Property*, 5, 148-161.
- Karrholm, M. & Nylund, K. (2011). Escalating Consumption and Spatial Planning: Notes on the Evolution of Swedish Retail Spaces. *European Planning Studies*, 19 (6), 1043-1059.
- Mérenne-Schoumaker, B. & Browet, A. (1988). *Localisation du magasin, Guide pratique*. Bruxelas: Comite Belge de la distribution.
- Pereira, M., Teixeira, J. A. & Biaggio, S. (2002). *Regulação do equipamento comercial nos países da União Europeia*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica.
- Roberts, P. (2000). The evolution, definition and purpose of urban regeneration. In Roberts, P. & Sykes, H. (Eds.), *Urban Regeneration – a handbook* (pp. 9-36). Reino Unido: Sage publications.
- Sorensen, M. (2004). Retail Development and Planning Policy change in Denmark. *Planning, Practice & Research*, 19, 219-231.
- Spierings, B. (2006). The return of regulation in the shopping landscape? Reflecting on the persistent power of city centre preservation within shifting retail planning ideologies. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 97, 602-609.
- Stubbs, B., Warnaby, G. & Medway, D. (2002). Marketing at the public/private sector interface; town centre management schemes in the south of England. *Cities*, 19 (5), 317-326.
- Thomas, C. & Bromley, R. (2003). Retail revitalization and small town centres: the contribution of shopping linkages. *Applied Geography*, 23, 47-71.
- Tyler, P., Warnock, C., Provins, A. & Lanz, B. (2013). Valuing the Benefits of Urban Regeneration. *Urban Studies*, 50 (1), 169-190.

¹ A Lei Royer foi um diploma legal implementado em França, em 1973, com o objectivo de controlar a expansão dos estabelecimentos comerciais de maior dimensão, em especial os hipermercados. As políticas PDV e GDV são instrumentos do planeamento comercial Holandês que regulam a localização dos estabelecimentos comerciais. A política do *Town Centre First* no Reino Unido está relacionada com a limitação da abertura de estabelecimentos e conjuntos comerciais na periferia das cidades e com uma orientação pró-activa de defesa da vitalidade e viabilidade do centro das cidades. As estruturas de *Town Centre Management* e *Business Improvement Districts* descritas neste artigo são instrumentos que reflectem esta orientação.

SHOPPING CENTER: CONSUMO, SIMULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

EDA GÓES¹

RESUMO – O consumo mudou de intensidade, conteúdo e *status*, conformando o mundo e se associando aos processos de diferenciação. Partindo deste pressuposto, mas sem desconsiderar problemas decorrentes, como a alienação, sobre a produção do espaço urbano, entendemos que os *shopping centers* são espaços estratégicos para o entendimento desses processos nas cidades médias brasileiras. A perspectiva de análise é a do cotidiano, com atenção às práticas espaciais dos diferentes frequentadores, em sua relação com a atuação dos agentes produtores dos *shopping centers*, o que implica levar em conta as dimensões simbólicas, tanto do consumo (conduta ativa e coletiva, sistema de valores, função de integração e de controle social), quanto destes espaços, supostamente convertidos em espaços públicos contemporâneos, o que se relaciona diretamente com a sua capacidade de exercer um férreo controle interno, sem deixar de proporcionar sensação de liberdade e assim, também, aos limites dessas simulações.

Palavras-chave: *Shopping center*; consumo; controle social; produção do espaço urbano.

ABSTRACT – SHOPPING MALL: CONSUMPTION, SIMULATION AND SOCIAL CONTROL. Consumption has changed in intensity, content and status, making the world conform to it, and associating itself with differentiation processes. We start from this presupposition without ignoring the problems it causes, like alienation. We see shopping malls as strategic to understanding the production of urban spaces in Brazilian middle-sized cities. Our perspective of analysis is that of the everyday, with attention to special practices of different users, and their relations with the producing agents of shopping malls. This implies taking into consideration the symbolic dimensions of consumption (active and collective behavior, system of values, roles of integration and of social control), as well as of shopping malls, supposedly converted into contemporary public spaces. This is directly related with the capacity of shopping malls to harbour a strong social control in their interiors, while still producing the sensation of freedom.

Keywords: Shopping mall; consumption; social control; production of urban space.

Recebido: Junho 2015. Aceite: Fevereiro 2016.

¹ Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Departamento de Geografia, 19060-900, Rua Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. E-mail: edagoes@fct.unesp.br

RÉSUMÉ – LE CENTRE COMMERCIAL: CONSOMMATION, SIMULATION ET CONTROLE SOCIAL. Comme les autres processus de différenciation qui modèlent le monde, la consommation a changé d'intensité, de contenu et de statuts. Sans oublier les autres aspects de la production de l'espace urbain, nous pensons que les Centres commerciaux sont des espaces privilégiés pour étudier l'action de ces processus dans les villes moyennes du Brésil. On y a analysé la pratique quotidienne de divers clients, mise en rapport avec l'action des agents producteurs, en prenant en compte la dimension symbolique de la consommation et des espaces considérés, apparemment convertis en espaces publics donnant une sensation de liberté alors qu'ils résultent d'un implacable contrôle interne.

Mots clés : Centre commercial; consommation; contrôle social; production d'espace urbain.

I. INTRODUÇÃO

Neste artigo, o consumo é considerado como o meio a partir do qual as práticas espaciais e as lógicas econômicas podem ser apreendidas na atualidadeⁱ. O ponto de vista que justifica tal opção está fortemente apoiado na ideia de Bourdin (2005), para quem o consumoⁱⁱ mudou de intensidade e conteúdo, bem como de *status*, conformando o mundo e se associando à tendência de individualização da experiência e aos processos de diferenciação. Nesta linha de interpretação, autores, como Baudrillard (1991), Lipovetsky (2007) e Bauman (2008) consideram que vivemos numa “sociedade do consumo”, sem deixar de levar em conta as intrínsecas relações entre produção e consumo e os problemas decorrentes de tal constatação, sobretudo, em função da alienação que implica.

Com base nestes pressupostos e particularmente nos inúmeros desdobramentos contemporâneos do segundo pressuposto, a alienação, sobre a produção do espaço urbano, voltamos nossa atenção para os *shopping centers*, escolhidos como espaços estratégicos para o entendimento desses processos nas seis cidades médias brasileiras pesquisadasⁱⁱⁱ. No final esperamos ter demonstrado que os *shopping centers* podem ser considerados como sínteses das contradições urbanas contemporâneas, com base nas características gerais identificadas.

A perspectiva de análise adotada é a das práticas espaciais dos diferentes frequentadores dos *shopping centers* escolhidos para a pesquisa empírica, consumidores e trabalhadores (também consumidores), sem deixar de levar em conta a atuação de agentes como a empresa responsável pela incorporação e administração, os lojistas e o poder público municipal^{iv}, a quem cabe a autorização para implantação e fiscalização posterior, e que, frequentemente, está, direta ou indiretamente, envolvido no estímulo da mesma^v. Este último aspecto deve ser entendido à luz das relações simbólicas entre *shopping center* e “cidade moderna”, na qual os moradores das cidades médias anseiam integrar-se.

Outras dimensões do consumo são importantes nesta pesquisa, já que “o consumo surge como conduta ativa e coletiva, como coação e moral, como instituição. Compõe todo um sistema de valores, com tudo o que este termo implica enquanto função de integração do grupo e de controle social” (Baudrillard, 1991: 95). Este controle torna-se bem

evidente nos *shopping centers*, inseridos por Caldeira (2000) no âmbito dos “enclaves fortificados”, que não se referem apenas a espaços residenciais, mas também a espaços comerciais, que estão na base da “cidade de muros”, caracterizada pela autora.

Mas é preciso considerar que, para Baudrillard (1991), conformidade não é sinônimo de homogeneização do grupo, mas [sim] o fato de terem em comum o mesmo código, de compartilharem os mesmos signos que os diferenciam globalmente de outros grupos. As mudanças decorrentes estão diretamente relacionadas com a capacidade atribuída ao *shopping center* de gerar desejos, através de imagens, garantindo apenas satisfação parcial via consumo, mas ampla satisfação via acesso visual (ver e ser visto), como um desejo dirigido, aparentemente sem tensão, e pela participação de diferentes grupos de frequentadores, incluindo aqueles que podem efetivamente consumir suas mercadorias e os que se limitam a consumos mínimos (Sarlo, 2009) ou à simples fruição coletiva do espaço (Freitas, 1996; Cachinho, 2006). Trata-se de uma das simulações que caracterizam esse espaço, cujos limites foram evidenciados na sequência de episódios denominados “rolêzinhos”, que foi a denominação dada às práticas coletivas de grandes grupos de jovens em *shopping centers* da periferia de São Paulo, ocorridos em dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Os “rolêzinhos” geraram forte reação da Justiça, da polícia, da mídia (nacional e internacional) e dos administradores desses empreendimentos, como é exemplar o caso dos cartazes onde se lia “Grupos com mais de cinco pessoas podem ser solicitados a dispersarem-se em grupos menores”, afixados nos corredores do Plaza Avenida Shopping de São José do Rio Preto, em janeiro de 2014.

Outra simulação é a suposta conversão do *shopping center* na praça pública contemporânea (Sarlo, 2009), vivenciada cotidianamente pelos jovens participantes dos “rolêzinhos”. Quando levamos em conta que a dicotomia público-privado é estruturante das práticas espaciais na cidade contemporânea, tanto pela separação entre as dimensões pública e privada da vida humana, quanto do ponto de vista produtivo, distinguindo diferentes modos de intervenção urbana, pautados em lógicas próprias, de promoção pública ou de iniciativa privada, compreendemos que os processos atuais que tendem a diluir fronteiras (global-local, rural-urbano), entre as quais, público-privado, tanto quanto a erigir outras, como aquelas que inibem o acesso de alguns a espaços privados de acesso coletivo, como são os *shopping centers*, estabelecem regras diferenciadas para controle de visitantes e trabalhadores em condomínios fechados, etc. (conforme demonstrado por Spósito & Góes, 2013). Esses processos demandam pesquisas sobre as tensões deles resultantes. No caso dos “rolêzinhos”, mais uma vez, os limites da simulação e os problemas inerentes ao referido processo de diluição de fronteiras foram revelados, tanto nas manifestações protagonizadas pelos jovens das periferias, como nas reações desencadeadas.

II. A DIMENSÃO ESPACIAL E A DIALÉTICA ENTRE HOMOGENEIDADE E HETEROGENEIDADE

Partindo da assertiva de Garrefa (2011) de que os *shopping centers* são capazes de “criar localizações”, o que demonstra sua flexibilidade, ao mesmo tempo em que a importância da localização é sempre levada em conta, observamos que, em Presidente Pru-

dente, o Parque Shopping^{vi} caracteriza-se por estar próximo ao centro tradicional da cidade e inclusive da estação rodoviária. O Prudenshopping^{vii} caracteriza-se por estar entre duas avenidas principais da cidade, sendo que a primeira dá acesso direto à Rodovia Raposo Tavares, além de estar próximo ao Parque do Povo, maior espaço público e área de lazer da cidade.

Em Marília, o Marília Shopping^{viii} situa-se na zona norte, próximo a três rodovias, enquanto o Esmeralda Shopping^{ix} situa-se na avenida do mesmo nome, na zona sul, próximo a loteamentos e condomínios fechados, além de outros estabelecimentos comerciais voltados ao consumo dos segmentos de alta renda.

Em São Carlos, há um único *shopping*, o Iguatemi^x. A sua localização, em área nobre, ao lado do Hotel Ibis (Rede Accor) e de espaços residenciais fechados, horizontais e verticais, assemelha-se, guardadas as diferenças entre as realidades urbanas, inclusive de tamanho populacional, com o Iguatemi Ribeirão^{xi}, localizado em área conhecida como Vila do Golf, ainda mais sofisticado, o que também ocorre com o perfil e o público alvo desse *shopping*, comparativamente ao de São Carlos. Tais localizações podem ser visualizadas na figura 1.

As conexões rodoviárias podem ser um critério importante para a localização, como ocorre em Presidente Prudente^{xii}, com cidades polarizadas por ela, o que garante ao Prudenshopping um alcance maior em termos da atração de consumidores de outras cidades, embora esses critérios não estejam ausentes no Parque Shopping. Mas a valorização dessas conexões não é regra, embora seja evidente a intensificação das conexões no âmbito da rede urbana, pela capacidade de atração, ainda que desigual, dos *shopping centers* implantados em cidades médias. Além dessas conexões rodoviárias, as conexões simbólicas simuladas por franquias como McDonald's, e marcas, como Nike, por exemplo, entre seus consumidores, também são estratégicas. Elas possibilitam a construção identitária de um grande grupo que, portanto, se diferencia dos outros, não conectados, ausentes dos *shopping centers*. Isso ocorre, mesmo que a homogeneidade também se imponha, ou seja, há uma relação dialética e contraditória entre homogeneidade e heterogeneidade.

O público alvo dos *shopping centers* pesquisados são as classes médias, o que poderia ser entendido como expressão de homogeneização e corrobora o que também foi observado por Sarlo (2009: 33), para quem “el *shopping* es un paraíso de capas medias”. A partir de observações gerais, consideramos que, por um lado, nas realidades metropolitanas brasileiras, está em curso um processo acelerado de segmentação dos *shopping centers* em públicos alvos específicos, selecionados por renda, ou seja, em São Paulo, por exemplo, há *shopping centers* voltados aos segmentos de alta renda, enquanto outros são voltados aos segmentos populares. Por outro lado, nas cidades médias, consumidores das classes médias continuam a ser indispensáveis a todos eles, como a presença das mesmas lojas âncoras (C&A, por exemplo) e *fast foods* (McDonald's, por exemplo) confirma, mesmo que se acentue a segmentação do público alvo de cada *shopping*, sugerida pela inauguração do Shopping Cidade Norte (2012), explicitamente popular, e do Iguatemi (2013), voltado a segmentos elitizados, ambos em São José do Rio Preto, assim como, pela inauguração do Londrina Norte Shopping (2012) e do Boulevard Londrina Shopping (2013), respectivamente, voltado as segmentos populares e elitizados, em Londrina.

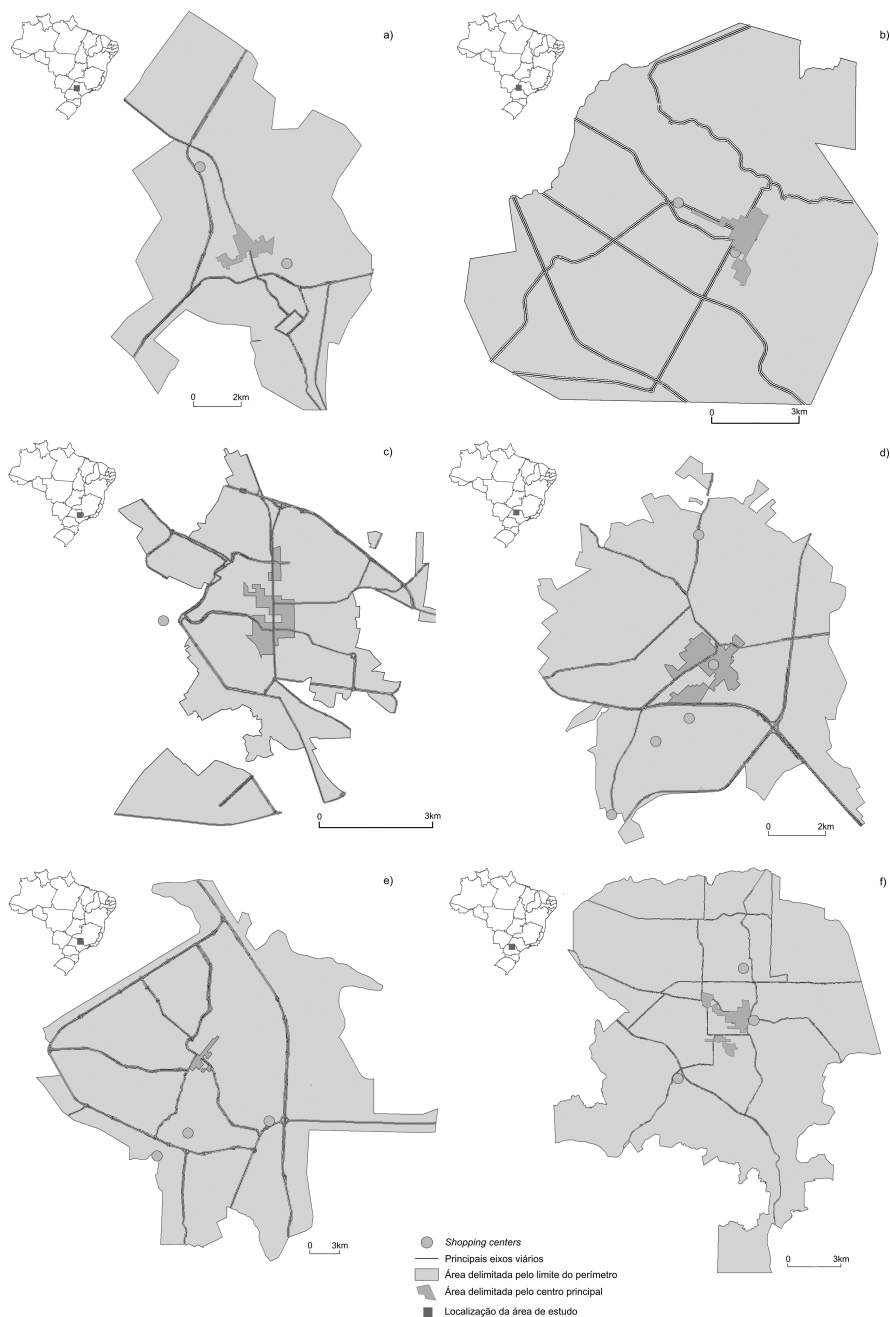


Fig. 1 – Shopping centers nas cidades médias pesquisadas, 2014.

Fig. 1 – Shopping malls in medium-sized cities surveyed, 2014.

a) Marília; b) Presidente Prudente; c) São Carlos; d) São José do Rio Preto; e) Ribeirão Preto; f) Londrina

Mas diferenças foram observadas entre os dois *shopping centers* cujo cotidiano acompanhamos mais detidamente, Prudenshopping e Parque Shopping, em Presidente Prudente, indicando que há relações contraditórias entre homogeneidade e heterogeneidade no cotidiano desses espaços. No caso do primeiro, os segmentos socioeconômicos de mais alto poder aquisitivo são o público alvo, o que se observa pelo destaque dado à presença de conhecidas *grifes* masculinas e femininas no seu *site* (Polo Play, Brookfield, M. Officer, Forum, por exemplo). Esse direcionamento é favorecido pela localização do Prudenshopping, em especial pela maior proximidade dos espaços residenciais fechados de classes médias e altas, mas também pela proximidade com o Parque do Povo, maior área de lazer da cidade, e com os estabelecimentos voltados ao lazer noturno que se têm instalados ao longo das vias nas quais se situa. Por outro lado, no caso do Parque Shopping, a referência às duas lojas âncoras, Americanas e Supermercado Mufatto, sugere que seu foco recai nos segmentos socioeconômicos de renda menos elevada que o primeiro, o que também é favorecido pelo entorno, não apenas no que se refere ao bairro no qual está localizado, Vila Nova, mas inclusive à proximidade de inúmeros espaços de trabalho e serviços, como Fórum, Santa Casa, Poupa Tempo, clínicas médicas, INSS, além do Terminal Rodoviário. Trata-se, portanto, de mais uma decorrência da localização, ainda que não exclusivamente dela. As observações que fizemos sobre o perfil dos frequentadores e sobre os horários de maior movimento nos levaram a identificar o público principal do Parque Shopping como de trabalhadores, nos termos propostos por Souza (2012)^{xiii}.

Quando atentamos para o entorno de cada um desses dois *shopping centers*, além das diferenças já comentadas, há evidente prioridade dos veículos (carros e motos) no caso do Prudenshopping, o que foi reforçado depois da sua ampliação, quando empenas cegas, apenas interrompidos por entradas de caminhões de carga, ampliaram a caracterização de uma fachada fechada e impermeável e seu impacto sobre a Avenida Washington Luiz, uma das mais importantes da cidade, que passou a ser evitada pelos pedestres nesse trecho^{xiv}. O mesmo pode ser observado no caso do Shopping Iguatemi, em São Carlos, mas há situações em que a localização próxima de uma rodovia (Marília Shopping, por exemplo) e a desconexão relativa com os demais espaços urbanos, torna a dependência de carros e motos mais evidente, embora a presença (ou não), além da frequência, de linhas de ônibus, seja sempre importante^{xv}.

No Parque Shopping, observamos uma relação mais direta com o entorno imediato, ainda que exclusivamente na sua entrada principal. A abertura direta para a rua, a inauguração do Café Jopanna's (2013), a pequena presença de câmeras e de agentes de segurança e a maior informalidade na atuação desses agentes, são elementos que proporcionam ao local um caráter de "espaço de transição" (Gehl, 2013), o que o torna mais convidativo à permanência e não apenas a sua utilização como espaço de passagem, além de ser mais permeável (fig. 2). Mas não se pode desconsiderar que a maior parte dos frequentadores chega ao Parque Shopping de carro ou moto^{xvi}, o que se faz pelas entradas diretamente ligadas aos estacionamentos, e que as fachadas desse *shopping* mantêm a mesma característica identificada em todos os *shopping center* pesquisados, são empenas cegas, evitando portanto qualquer comunicação com o entorno, qualquer permeabilidade.



Fig. 2 – Parque Shopping e Jopanna's Café – Presidente Prudente, 2015.

Fig. 2 – Parque Shopping e Jopanna's Café – Presidente Prudente, 2015.

A dimensão temporal é fundamental, uma vez que tratamos de processos e não de fatos novos, isolados e repentinos. No caso de Presidente Prudente, a instalação das Lojas Americanas, em 1988, que deu origem ao primeiro *shopping center* da cidade, Shopping Center Americanas, foi marco inicial de um processo desencadeado com amplo apoio do poder público municipal e dos prudentinos de modo geral, que vincularam fortemente esses novos espaços comerciais ao imaginário da cidade moderna a que desejavam se incorporar.

São espaços que prezam a previsibilidade, mas grandes rupturas, decorrentes de reformas e, sobretudo, de ampliações, cada vez mais frequentes^{xvii}. Os dois *shopping centers* de Presidente Prudente estiveram em obras nos últimos anos e, depois da última ampliação e reforma, vistosos lustres de cristal passaram a ser vistos no interior das lojas do Parque Shopping também. A partir da reforma, algumas das diferenças entre este e o Prudenshopping foram amenizadas, embora a nova ala inaugurada no Prudenshopping em 2013 explicita novos esforços de diferenciação^{xviii}, tanto entre *shopping centers*, como no interior do mesmo, ainda que de forma menos marcante^{xix}.

Estes aspectos, além de confirmarem a busca constante de novos signos de diferenciação, com os quais certos grupos se identifiquem (e não outros, mas em função dos outros) e o prestígio social reificado a eles associado (Baudrillard, 1991), indicam a necessidade de se problematizar as relações entre interior e exterior destes espaços, mesmo que as impermeabilidades e permeabilidades comentadas anteriormente estejam presentes. Neste sentido, reiteramos a identificação dos principais consumidores do Parque Shopping como trabalhadores, nos termos propostos por Souza (2012), e a importância das mudanças relacionadas à expansão da renda e do crédito (Neri, 2012), responsáveis pela ampliação do consumo^{xx} desse segmento, como aspectos relevantes para compreensão do processo de diferenciação, cujos impactos sobre as cidades médias pesquisadas são significativos e exigem mais atenção.

Outros frequentadores assíduos dos *shopping centers* são os jovens, cujas práticas criaram “espaços de transição” em alguns deles, como ocorre num dos estacionamentos do Prudenshopping, transformado em espaço de encontro, num movimento que mescla

reprodução das relações de consumo e lazer projetadas pelo *shopping*, previsíveis, portanto, com outras menos previsíveis e controladas. As primeiras decorrem da presença de grandes franquias que recorrem intensamente ao *marketing* com forte apelo visual, dirigindo-se a quem está dentro e fora deste espaço, ultrapassando, portanto, seus limites. Tanto quando consideramos a escala dos veículos, quanto a escala dos pedestres, suas placas chamam sempre atenção, tornando-se importantes símbolos urbanos e ajudando a criar uma “arquitetura de persuasão” (Venturi, 1968).

Dentre as outras práticas espaciais juvenis, menos previsíveis, observamos o namoro sob o escurinho protetor de uma das poucas árvores, a transformação de floreiras em bancos e os grandes agrupamentos de jovens próximos da placa “Proibido aglomerações”, colocada na entrada do Prudenshopping, justamente às sextas à noite. Será essa prática espacial tão visível, tolerável porque não ocorre no interior do *shopping* e sim nesse espaço de transição, tendo, portanto, impacto limitado sobre a representação de controle e segurança desses espaços? É provável que a resposta deva levar em conta um processo mais amplo, no qual os jovens da periferia são protagonistas, tanto nas cidades médias, quanto nas metrópoles, e que relaciona práticas toleráveis com práticas intoleráveis, como foi o caso dos “rolêzinhos” e como é reiterado na observação feita por uma ex-vendedora da “He Calçados” do Prudenshopping: “víamos um perfil muito diferenciado do esperado do *shopping* no horário da sexta à noite e sábado à noite, que comprometia as vendas”^{xxi} (Entrevista realizada em 13/09/2013).

Entrevista com a Gerente de Marketing do Shopping Iguatemi de São Carlos indicou semelhanças, relacionadas com a proximidade de áreas públicas^{xxii}, mas diferenças em relação à possibilidade dos estacionamentos serem transformados em espaços de transição. Nesta, a ambiguidade com que é vista a presença do “público jovem” também é ressaltada:

“O público jovem vem de quarta-feira, sábado e domingo. Porém, sexta-feira, menos. Nós temos um problema, temos uma praça aqui na frente do Hotel Ibis, aqui no entorno, e quando abrimos o *shopping*, tinha boate aqui dentro, na verdade, era restaurante que durante a noite tornava-se uma casa noturna, que chamava ‘Café Cancun’. Isso para nós foi um ‘tiro no pé’, nós teríamos que deixar o *shopping* aberto até 3 ou 4 horas da manhã, operando com o risco de todas as outras lojas fecharem e um público que vem para beber, para balada e pode ocorrer briga, polícia... Essa imagem é muito difícil de nós mudarmos, porque o público jovem vem para cá, compra bebida no [Supermercado] Extra e fica bebendo na praça e entra no *shopping*. Nós fazemos um trabalho muito forte para tentar mudar esse público. Não é um público jovem que não queremos e sim esse tipo de público jovem que vem para balada. Não é porque ele não consome, é porque ele ‘causa’”^{xxiii}

Assim confirmamos que, embora a homogeneidade seja almejada pelos *shopping centers*, há variações, embora sempre menores que as presentes em outros espaços coletivos da cidade, especialmente os espaços públicos. No caso das cidades médias, as distâncias menores são fator a ser levado em conta quando os processos de diferenciação revelam seus limites, sobretudo, se contrapostas às distâncias muito maiores e às condições de uso dos transportes coletivos das áreas metropolitanas, marcadas pela superlotação, lentidão do trânsito etc.

III. A DIMENSÃO TEMPORAL, A INSEGURANÇA URBANA E NOVAS FORMAS DE CONTROLE SOCIAL

Tanto a origem dos *shopping centers* nos EUA, no contexto do processo de suburbanização do pós-guerra, quanto a influência exercida sobre o Brasil, na incorporação de tal modelo, são amplamente reconhecidas (Vargas, 2001; Muller, 2004; Rifkin, 2009; Pérez, Salcedo & Cáceres, 2012), no entanto, os contextos diferentes precisam ser levados em conta. O Shopping Iguatemi, na capital paulista, foi o pioneiro, inaugurado em 1966, mas o desenvolvimento desses empreendimentos apenas ganha impulso nos anos 1980 (Garrafa, 2011; Padilha, 2006; Pintaudi, 1992). Desse modo, a atenção à dimensão temporal favorece a identificação de formas semelhantes, com diferenças em seus conteúdos, aí incluídos os frequentadores desses empreendimentos.

No contexto dos anos 1980, além das mudanças demográficas e econômicas ressaltadas por Pintaudi (1992) e Padilha (2006), importantes para a compreensão do contexto no qual a expansão dos *shopping centers* se dá, também precisam ser levados em conta, a crise econômica dos anos 1980 e suas relações com as mudanças políticas que estavam em curso, como a redemocratização, cujos desdobramentos, segundo Caldeira (2000), teriam gerado reação nas classes médias, que buscaram demarcar novas diferenças, em função da igualdade de direitos propugnada pela Constituição de 1988. Nessa reação, o processo de fragmentação socioespacial foi impulsionado nas cidades brasileiras, com a implantação de espaços residenciais fechados e *shopping centers*.

Em tal processo, a insegurança emerge como problema urbano cada vez mais central. Mas é fundamental compreender que esse processo não se limita às realidades metropolitanas, sendo por isso significativa a inauguração do Ribeirão Shopping, em 1981^{xxiv}. Mas a dimensão do controle social sempre foi importante nos *shopping centers* brasileiros, tendo sido atualizada e aperfeiçoada consoante os avanços tecnológicos. Ocorreu também, no âmbito do mesmo processo, um esforço de segmentação do mercado consumidor, por renda. Três aspectos diferentes sustentam tal constatação: a) a observação de Garrafa (2004) sobre a matéria “Shopping tem recorde de visitas”^{xxv}, com base na qual, afirma que “tal fato – apesar dos jornais noticiarem como sucesso de lotação do Shopping – não foi avaliado como positivo, pois atrapalhava as vendas”; b) a entrevista realizada com o administrador do Esmeralda Shopping (Marília), quando afirma que “nosso público consumidor é bem classe média alta, classe A.[...] O nosso público é mais segmentado, principalmente por conta da área onde nos localizamos”^{xxvi}; e c) a recente inauguração de *shopping centers* voltados a segmentos de classe média e elite, como o Iguatemi Ribeirão^{xxvii}, o Boulevard Londrina Shopping^{xxviii} e o Iguatemi São José do Rio Preto^{xxix}, em São José do Rio Preto.

Outros aspectos, observados nas cidades de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto reiteram, ao mesmo tempo que introduzem, a tendência para a segmentação. Na primeira cidade, a par da matéria “Iguatemi abre com promoções”^{xxx}, na qual o público alvo do *shopping* é repetidas vezes identificado como de classe média e alta, foi publicada uma notícia menor, “Buriti Shopping deve abrir as portas em 2015”, que informa: “Cerca de 200 lojas e Área Bruta Locável de 32 000m² e investimentos de R\$300 milhões^{xxxi}, o *shopping* visa atender a classe média e baixa da região central e norte de Ribeirão”. Além das

diferenças evidenciadas na comparação com as informações sobre o Iguatemi, como a área bruta locável de 44 100m², também a localização do Buriti, em área próxima ao centro tradicional, ganha mais significado, quando contraposta à localização “privilegiada” do Iguatemi, a que já fizemos referência.

Reconhecemos, assim, um duplo processo de fragmentação socioespacial, no qual os *shopping centers* desempenham papel importante no reconhecimento da ampliação da capacidade de consumo dos segmentos populares, ambos intensificados a partir dos anos 1990. É nesse sentido que aponta a inauguração, já mencionada, do Shopping Cidade Norte, em São José do Rio Preto, localizado na zona norte, amplamente caracterizada como popular, contrapondo-se a outra, a zona sul, cada vez mais elitizada, na qual já estão o Rio Preto Shopping e o Iguatemi; assim como do Londrina Norte Shopping (2012) e do Boulevard Londrina Shopping (2013).

Assim vão se configurando as especificidades adquiridas pelos *shopping centers* no Brasil^{xxxii}, mesmo que a atenção aos estudos de caso possibilite a identificação de outras particularidades próprias das escalas mais reduzidas, inclusive, das microescalas do cotidiano. Trata-se, portanto, de tendência à homogeneização, numa escala global, do *way of life* dos EUA, via incorporação do modelo *shopping center*, conforme reafirma o seguinte depoimento dado por um vendedor do quiosque das Havaianas, do Prudenshopping:

“O público aqui do *shopping* eu acho muito igual, muito igual, muito uniforme, as mulheres são todas iguais, os homens são todos iguais, os casais todos iguais, as crianças todas vão na mesma escola, nada de diferente.” (Entrevista realizada em 28/10/2013).

Mas, simultaneamente, se trata de tendência à produção de conteúdos e, sobretudo, de seus desdobramentos, que guardam diferenças. São heterogêneos especialmente no que se refere aos impactos urbanos, sociais e políticos. Assim chegamos à importância adquirida pela dimensão do controle social, que sempre esteve presente nesses espaços, mas cuja relevância cresce nas últimas décadas. Há outros desdobramentos, no entanto, como a naturalização dos mecanismos e práticas de controle social, não apenas nestes espaços, mas a partir deles, bem como a contraposição a uma suposta eficiência do mercado para dar resposta a problemas que o Estado não se tem mostrado capaz, como é o caso da insegurança^{xxxiii}. Mais uma vez, as implicações de natureza política vão muito além do *shopping center*, impactando a produção do espaço urbano.

Para caracterizar a atuação concreta dos *shopping centers* no que se refere ao controle dos seus espaços e partindo do pressuposto de que eles são “una organización férrea que parece libre y algodonosa” (Sarlo, 2009: 24), dois principais procedimentos metodológicos foram utilizados: a) a elaboração de plantas com a localização dos estabelecimentos comerciais, demais espaços internos e sistemas de segurança; e b) a elaboração de croquis com os principais percursos dos frequentadores no interior de cada *shopping*.

Da análise das plantas e croquis, no que se refere aos equipamentos de segurança, importa realçar que o Parque Shopping não possui câmeras de segurança em sua entrada principal de pedestres. No total, foram encontrados 13 câmeras de segurança no andar térreo e 3 no subsolo^{xxxiv}. No entanto, o Prudenshopping possui dois modelos de câmeras de segurança, um em que a câmera aponta para o local que está sendo filmado e outro no

qual há proteção redonda e preta, que impossibilita a identificação da sua direção, mas permite que uma área mais ampla seja filmada. Este possui um total de 50 câmeras, distribuídas entre as entradas e a parte interna, com evidente direcionamento para as primeiras: são 27 câmeras num piso e 23 no outro^{xxxv}.

Nossa hipótese é que a presença destes equipamentos e serviços de segurança atua em dois sentidos principais, além daqueles que são mais evidentes e, portanto, atraentes para os frequentadores. Primeiro, a mediação dos sistemas de segurança^{xxxvi} estabelece limites estreitos para os contatos entre diferentes cidadãos, buscando tornar desnecessárias as evitações, embora elas acabem por se manifestar na predominância dos diferentes segmentos sociais, em termos dos dias e horários de frequência. Assim, por exemplo, jovens da periferia são esperados nas sextas à noite, quando não virão jovens de classe média; homens e mulheres trabalhadores são esperados de segunda a quinta, no período noturno; por sua vez famílias com crianças vêm principalmente aos sábados, domingos e feriados. Essas lógicas, assim como a mediação dos sistemas de segurança, limitam a produção de um esfera pública nos espaços coletivos dos *shopping centers*, podendo chegar a sua neutralização, justamente pela limitação dos contatos entre diferentes cidadãos.

O segundo sentido diz respeito à homogeneização, uma vez que, aparentemente, todos os frequentadores, incluindo-se os trabalhadores do *shopping*, têm em comum o mesmo código, compartilham os mesmos signos que os diferenciam globalmente de outros grupos, encobrendo profundas desigualdades sociais e tensões a ela relacionadas, numa simulação cujos limites foram evidenciados pelos “rolêzinhos”. Uma vendedora entrevistada expressou assim essa experiência: “Como consumidora, acaba sendo positiva [a experiência de trabalhar num *shopping center*] porque eu escolho as lojas, ou as lojas me escolhem, não sei...” (Entrevista realizada em 28/10/2013).

No que se refere aos percursos, durante as observações de campo, procuramos identificar os predominantes, levando em conta a relação que estabelecem com as lojas e sua localização, além dos outros equipamentos e serviços, conforme demonstra o exemplo da figura 3.

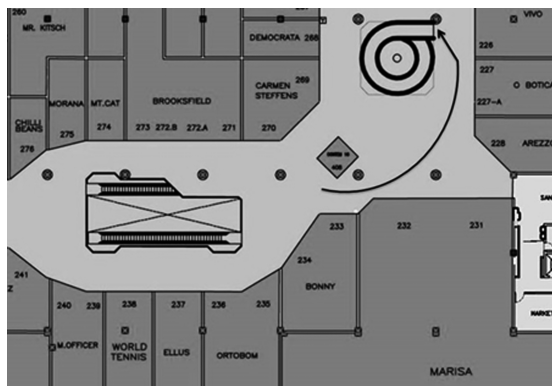


Fig. 3 – Percurso identificado no piso superior do Prudenshopping, 2013.

Fig. 3 – Route identified on the rooftop Prudenshopping, 2013.

Realização: Ana Paula Zimiani Vicente (Bolsista I.C./FAPESP)

Tais critérios partem do pressuposto que, num espaço controlado, pautado em lógicas do mercado, as lojas não foram dispostas de uma maneira aleatória e os percursos foram previstos (Goss, 1993), o que pôde ser constatado nos dois casos, pois, de uma maneira geral, analisando os percursos tanto do Prudenshopping, quanto do Parque Shopping, os deslocamentos levam os usuários a passar pelas lojas âncoras. Recorrem a um desejo dirigido e reforçam a ausência de casualidade (Sarło, 2009), embora a ilusão de liberdade esteja presente. Novamente, sobre este aspecto, a entrevista com o superintendente do Parque Shopping (07/05/2013) foi reveladora. Para este, “o ideal, o conceito, o corretinho, é nenhuma loja estar por acaso do lado da outra”, além disso, “tem até empresas que no planejamento já sabem quem vai ficar onde; têm projetos que são mais segmentados, o que é uma coisa bem moderna, bem americana, um planejamento de *shopping* mais maduro”.

Tal nos leva a perceber que os percursos feitos no interior destes espaços, juntamente com a posição e conteúdos das vitrines, atuam estrategicamente na conquista do consumidor, quando vai ao *shopping*. Porém, não se deve esquecer que é possível ao indivíduo entregar-se somente ao “prazer ótico” (Sarło, 2009: 26). Isso faz com que a relação dos cidadãos com o *shopping center* se intensifique, porque neste espaço há uma sobreposição estratégica entre o real e o sonho, o imaginário e o cenário produzido, que utiliza a linguagem visual para seduzir o consumidor, simulando sua inclusão no mundo da mercadoria. Nessa estratégia, as repetições, a rotina nos percursos, são importantes. Novamente, as entrevistas com vendedores foram significativas, como ilustra o seguinte exemplo:

“Quando você trabalha em um *shopping*, você conhece tudo, passo a passo, você sabe até a posição do manequim de cada loja, porque você está aqui dentro, não tem o que fazer. [...] E você sabe quando chega mercadoria, com a amizade que você cria com as outras lojas, eles acabam te dizendo – ‘oh, vai chegar tal coisa, vai ter saldão, eu separo tal coisa pra você’ – então, como consumidora, é bom. E o salário vai embora...” (Entrevista realizada em 11/10/2013).

Na elaboração de plantas com identificação e localização dos estabelecimentos comerciais, atenção especial foi dada às franquias, como McDonald’s, Subway, Pizza Hut, por sua notável capacidade de simular a inserção de cada um dos seus consumidores, particularmente dos jovens consumidores, numa rede, invisível e global, na qual desejam ser incluídos, sobretudo graças à astúcia da publicidade, que é capaz de “atingir cada qual em função dos outros, nas suas veleidades de prestígio social reificado” (Baudrillard, 1991). Esta ideia é confirmada pelo depoimento de um jovem sobre os “rolêzinhos”: “um *shopping* era tudo que a gente poderia aspirar na vida. Com McDonald’s então... [...] Na periferia de São Paulo, consumir é glorioso” (*Folha de S. Paulo*, 19/01/2014, versão digital). Nessa passagem, a combinação estratégica entre *shopping center* e franquias como McDonald’s é valorizada, mesmo que tais franquias também se localizem fora desses espaços.

Relacionados com a mesma estratégia, baseada na dialética entre ser e parecer, identificamos os mecanismos de controle empregados sobre os trabalhadores das lojas dos *shopping centers*. Exigências relacionadas com a aparência e ser jovem são requisitos combinados com proibições como: “na loja não poderia sentar durante o período de

trabalho, tinha que ficar o tempo todo em pé” (Entrevista realizada em 13/09/2013). O mesmo ocorre com a abordagem de clientes no corredor ou próximo à vitrine da loja, havendo inclusive orientação no sentido de se evitar olhar diretamente para ele, antes da entrada, o que reafirma o controle exacerbado pelo qual gestos simples, como olhar, são dirigidos. Além disso, são simultaneamente trabalhadores e consumidores, especialmente da praça de alimentação, onde se alimentam diariamente, mas, com frequência, também dos demais estabelecimentos comerciais. Compartilham “o prazer de comprar”, durante a jornada de trabalho, atendendo duplamente aos interesses do mercado, ao mesmo tempo em que ajudam a tornar mais suportáveis, porque menos evidentes, as diferenças historicamente reproduzidas na sociedade brasileira. Mas nem sempre esse cotidiano é aceite com tranquilidade, conforme comenta um dos trabalhadores entrevistados:

“Me irrita, eu acho uma caixa, me irrita, os outros vendedores não têm essa percepção, eles nem param para pensar, mas eu acho que a respiração é artificial, eu não sei quando chove, quando faz vento. [...] Sabe, eu não sei se está chovendo, então é seguro, até nisso é seguro, nesses fatores climáticos, acaba não passando frio, nem calor, tem a segurança do *shopping*, tem essas comodidades, mas me irrita bastante, é um mundo programado para ser bonitinho.” (Entrevista realizada em 28/10/2013).

IV. CONCLUSÕES

Consumo, simulação e controle social são algumas dimensões que se combinam na produção dos *shopping centers* nas cidades médias. Nessa tríade, a simulação desempenha papel estratégico que possibilita, inclusive, a suposta conversão do *shopping center* na praça pública contemporânea, numa simulação cujos limites e contradições foram evidenciados pelos “rolêzinhos” e pelas reações por eles desencadeadas, nas quais, a importância das diferentes lógicas que pautam espaços públicos e espaços privados foram explicitadas. Assim se reconhece que, ao mesmo tempo em que algumas fronteiras experimentam um processo de diluição, outras são erigidas e se multiplicam, indicando que a simulação influencia fortemente as representações sociais desses processos e dos espaços produzidos.

Tal influência está presente inclusive na bibliografia recente sobre os *shopping centers* e suas relações com os demais espaços urbanos. Sarlo (2009), por exemplo, neles identifica uma contraposição aos espaços públicos da cidade, baseada na suposta superioridade dos espaços privados. Nessa perspectiva, a característica homogeneidade que se refere à estética e à arquitetura, à rigidez do controle social e dos consumidores, se contrapõe à heterogeneidade própria da cidade. As relações entre controle social e consumo são reiteradas, uma vez que tudo o que dificulte a obtenção do lucro deve ser rejeitado, conforme mencionado por representante da Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping), justificando as liminares obtidas contra os ‘rolêzinhos’, “eles assustam clientes e, conseqüentemente, prejudicam as vendas” (*Folha de S. Paulo*, 19/01/2014).

Ainda que leve em conta entrevista feita com o diretor do *Centre Commercial La Toison d'Or*, de Dijon (França), na qual ele afirma que “o que é preciso compreender bem é que nosso negócio é econômico, não se trata de nos dar prazer associando lazer e comércio” (Padilha, 2006: 67), a reflexão de Padilha diferencia-se de Sarlo, inclusive quando procura incorporar as relações entre “violência” e produção do espaço urbano no Brasil. Para ela, os *shopping* se transformam em novas cidades (Padilha, 2006). Assim, também no âmbito da produção do conhecimento sobre as cidades brasileiras, passamos das imagens à realidade, sem mediações e, sobretudo, sem crítica e sem desvendar as contradições nas quais se pauta esse processo, até que a realidade se manifeste e nossas respostas sejam problematizadas, como aconteceu frente aos “rolêzinhos”.

Além da estratégica combinação entre compras e lazer, o trabalho de Padilha oferece elementos importantes sobre o papel desempenhado pelos serviços nesses espaços, o que contribui para a compreensão das simulações acima referidas. Para essa autora, é a relevância crescente dos serviços que os caracteriza como “*shopping center* híbridos” (Padilha, 2006: 26), o que foi reiterado durante as entrevistas que fizemos com representantes das administrações de *shopping centers*.

No Shopping Iguatemi Ribeirão, novos aspectos relacionados aos serviços foram incorporados e devem merecer atenção nas pesquisas que estão em curso, como é o caso da inauguração de um posto de atendimento da Polícia Federal no seu interior, com o fechamento do posto que funcionava na Av. Presidente Kennedy, acompanhada do seguinte comentário do Secretário de Turismo do Município: “São pessoas que virão de cidades da região para Ribeirão. Além de impulsionar o turismo emissor, também movimenta o turismo receptor e gera consumo em Ribeirão” (*A cidade*, 30/09/2013).

Retomando o papel estruturador das distinções entre espaços públicos e privados nas cidades contemporâneas e reconhecendo as contradições inerentes aos processos que buscamos discutir neste artigo, nos quais os *shopping centers* são estratégicos, defrontamo-nos com os desafios colocados pelos limites das simulações das quais participamos cotidianamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudrillard, J. (1991). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Ed. 70.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdin, A. (2005). *La métropole des individus*. Paris: Éditions de l'Aube.
- Cachinho, H. (2006). Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI (81), 33-56.
- Caldeira, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34 – Edusp.
- Freitas, R. (1996). *Centres commerciaux: îles urbaines de la postmodernité*. L'Harmattan, Paris.
- Garrafa, F. (2011). *Shopping centers: de centro de abastecimento a produto de consumo*. São Paulo: Senac.
- Garrafa, F. (2004). O Ribeirão Shopping e suas quatro expansões: um retrato da evolução dos espaços e estratégias utilizadas pelo setor terciário. *Anais do IV Seminário Internacional da LARES (Latin American Real Estate Society)*, São Paulo.

- Goss, J. (1993). The 'magic of the mall': na analysis of form, function and meaning in the contemporary retail built environment", *Annals of the Association of American Geographers*, 83 (1), 392-403.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Muller, P. O. (2004). Transportation and urban form: stages in the spatial evolution of the American metropolis. In Hanson, S. & Giuliano, G. (Eds.), *The Geography Urban transportation*. (pp. 59-85). New York: Guilford Press.
- Neri, M. (2011). *A nova classe média*. São Paulo: Saraiva.
- Oliveira, F. (1999). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In Oliveira, F. & Paoli, M. C. (Orgs.), *Os sentidos da democracia*. (pp. 55-81). Petrópolis: Vozes/Brasília: NEDIC.
- Padilha, V. (2006). *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo.
- Perez, M., Salcedo, R. & Cáceres, G. (2012). Apropriação y control social en un centro comercial de Santiago: prácticas socioespaciales y significaciones adolescentes. *Eure*, 113, 53-75.
- Pintaudi, S. M. (1992). *O templo da mercadoria*. São Paulo: Editora UNESP.
- Rifkin, J. (2000). *La era del acceso*. Barcelona: La revolución de la nueva economía. Paidós.
- Sarlo, B. (2009). *La ciudad vista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Sposito, M. E. B. (2007). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular.
- Sposito, M. E. B., & Góes, E. M. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora UNESP.
- Souza, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Vargas, H. C. (2001). *Espaço terciário*. São Paulo: SENAC.
- Venturi, R. (2003). *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo: Cosac & Naify.

ⁱ Por essa razão, o consumo foi eleito como importante para o Projeto Temático "Lógicas econômicas práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo" (FAPESP, 2012 – 2016), cujos resultados parciais são discutidos neste artigo. Nesse projeto, se define cidades médias como aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito das redes urbanas das quais são constitutivas (Sposito, 2007), distinguindo-se, portanto, das cidades de porte médio, definidas com base no tamanho populacional. O foco nas cidades médias possibilita uma ampliação do campo analítico dos estudos urbanos, tradicionalmente direcionados aos espaços metropolitanos.

ⁱⁱ Isso não significa que na sociedade capitalista, na qual vivemos, o acesso ao consumo tenha deixado de ser uma necessidade a ser garantida, inclusive como forma de acesso a direitos, como a habitação, e tudo que se produz como importante para habitá-la. O que se discute é a centralidade assumida pelo consumo na vida urbana, como mediação de um número crescente de relações socioespaciais.

ⁱⁱⁱ Cidades médias brasileiras pesquisadas: Marília (207 737 habitantes), Presidente Prudente (203 370 habitantes), São Carlos (213 070 habitantes), São José do Rio Preto (383 558 habitantes) e Ribeirão Preto (603 401 habitantes), no Estado de São Paulo, e Londrina (493 457 habitantes), no Estado do Paraná (Fonte: IBGE [2010] Instituto Brasileiro de Estatística. Rio de Janeiro).

^{iv} Foram os seguintes os procedimentos metodológicos empregados: entrevistas com trabalhadores e representantes das administrações dos *shopping centers*, observações de campo, pesquisa em jornais, consultas aos *sites dos shopping centers* e das associações respectivas, contagens de placas dos veículos nos estacionamentos, além da consulta à bibliografia já disponível sobre os *shopping centers* e cidades pesquisados, e ao IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística).

^v É radical o caso do Prudenshopping. Foi a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente que, proprietária do terreno, iniciou a construção do então denominado Shopping Center Aicás, nos anos 1980. O poder público municipal reproduz a lógica dos incorporadores e demais representantes do mercado imobiliário.

^{vi} O Parque Shopping foi inaugurado em 1986, com o nome de Shopping Americanas.

^{vii} O Prudenshopping foi inaugurado em 1990.

^{viii} O Marília Shopping foi inaugurado em 2000.

^{ix} O Esmeralda Shopping foi inaugurado em 2004.

^x O Iguatemi São Carlos foi inaugurado em 1997.

^{xi} O Iguatemi Ribeirão foi inaugurado em 2013.

^{xii} Isso também ocorre com o Marília Shopping, conforme já mencionamos, e com o Iguatemi, inaugurado em maio de 2014, em São José do Rio Preto.

^{xiii} Para Souza (2010: 52) “o trabalhador é reconhecido como membro útil da sociedade e pode criar uma narrativa de sucesso relativo para sua trajetória pessoal”. O trabalho é, para muitos deles, a verdadeira escola da vida.

^{xiv} Além de continuar a ter o trânsito interrompido, com certa frequência, pelas manobras de caminhões que descarregam nessa área do Prudenshopping.

^{xv} Garrefa (2004: 6) informa que até 1985 o Ribeirão Shopping era servido por apenas uma linha de ônibus, o que interpreta como sinal claro do direcionamento do seu público alvo às classes médias e altas. Indicando as mudanças ocorridas posteriormente, os trabalhadores desse *shopping center* que entrevistamos valorizaram a sua acessibilidade.

^{xvi} Ainda que exceções tenham sido identificadas, essa é uma característica que pode ser generalizada.

^{xvii} As ampliações são projetos característicos destes espaços nos últimos anos, sendo exceções os casos em que estas não ocorreram e não há previsão de que ocorram. Como exemplos que confirmam a regra, temos o caso do Ribeirão Shopping, que já foi ampliado 8 vezes e informa em seu *site* sobre os planos para a nona ampliação.

^{xviii} Tomamos a presença de marcas e lojas associadas ao consumo mais elitizado (Gregory, Divina Casa, Pink Lou, por exemplo) como indicativa desse aspecto, ainda que lojas âncoras voltadas aos segmentos de renda média estejam presentes (Riachuelo e Renner).

^{xix} Processo semelhante ocorreu em Ribeirão Preto, quando o anúncio da inauguração do Shopping Iguatemi estimulou a elitização das novas alas pelo Ribeirão Shopping.

^{xx} Dois aspectos, dialeticamente relacionados, devem ser levados em conta quando discutimos a ampliação do consumo: a importância do acesso à habitação, entendida como reconhecimento do “direito à casa própria”, dos eletrodomésticos e demais equipamentos relacionados à habitação, aos veículos particulares, como motos e carros, às roupas e calçados etc., embora inseridos no âmbito do consumo e a centralidade adquirida pelo consumo, referenciada na “sociedade do consumo” e expressa na valorização de certos locais de consumo, como é o caso dos *shopping centers*.

^{xxi} As expressões empregadas pelos entrevistados foram sempre mantidas na transcrição.

^{xxii} Um parque, em relação ao Prudenshopping, uma praça, em relação ao Iguatemi.

^{xxiii} Entrevista coordenada por Arthur Magon Whitacker, em 3/10/2013.

^{xxiv} Padilha (2006: 71) apresenta gráfico com dados de 1981 a 1991, quando o número de *shopping centers* no Brasil passou de 16 para 90 (Fonte: Abrasce, Associação Brasileira de Shopping Centers, jan. 2003).

^{xxv} *Folha de S. Paulo*, Caderno Ribeirão Preto, 22/12/1998.

^{xxvi} Entrevista coordenada por Arthur Magon Whitacker, em 21/02/2013.

^{xxvii} Inaugurado em setembro de 2013.

^{xxviii} Inaugurado em maio de 2013.

^{xxix} Inaugurado em maio de 2014.

^{xxx} *A Cidade*, 30/09/2013.

^{xxxi} 75 milhões de euros (07/07/2016).

^{xxxii} Pode ser que o emprego de uma expressão de língua inglesa, porém, não utilizada nos EUA, *shopping center*, seja expressiva desse movimento. Conforme informa Padilha (2006: 31), trata-se de “criação brasileira”, já que nos países de língua inglesa chama-se *shopping mall* ou *mall*, ou ainda *shopping centre*.

^{xxxiii} Sobre a denúncia dos encobrimentos e inversões que caracterizam o discurso sobre a suposta “desnecessidade do Estado”, no âmbito do avanço do neoliberalismo, ver Oliveira (1999).

^{xxxiv} O Parque Shopping possui 15.148m² de área bruta locável, segundo seu *site*.

^{xxxv} O Prudenshopping possui 21.568 m² de área bruta locável, segundo seu *site*.

^{xxxvi} Referimo-nos tanto às câmeras de vigilância, como a atuação dos agentes de segurança, e levamos em conta que tais sistemas de segurança são particularmente dinâmicos, caracterizando-se por constantes inovações e mudanças, como é o caso dos novos modelos de câmeras que não permitem a identificação do seu foco e da presença de um agente fardado e armado na entrada do Shopping Iguatemi Ribeirão.

JÓVENES DOCTORANDOS EUROPEOS Y LATINOAMERICANOS EN BARCELONA: EXPERIENCIAS MIGRATORIAS Y VIVENCIAS EN LA CIUDAD

ANNA ORTIZ¹

CRISTÓBAL MENDOZA²

RESUMEN – La literatura sobre migraciones internacionales ha estudiado sólo parcialmente la migración de estudiantes, que se apunta como uno de los flujos migratorios más relevantes del actual momento de diversidad de patrones migratorios mundiales. Menos exploradas han estado incluso las cotidianidades de este colectivo y su relevancia para entender los patrones de migración futura. Este artículo intenta llenar ese espacio en la literatura y se centra en el análisis de un colectivo de estudiantes extranjeros de doctorado en varias universidades de Barcelona. En particular, analiza sus motivos para emigrar, sus trayectorias laborales y vitales, sus espacios cotidianos, así como sus visiones del futuro. La experiencia de residir en el extranjero se vive como un punto de no retorno en las transiciones de este grupo de jóvenes hacia la vida adulta y la independencia. El artículo explora este proceso complejo de emancipación del hogar familiar en relación con las prácticas y experiencias espaciales cotidianas. En este sentido, la ciudad de Barcelona permite usos variados del espacio público que facilitan cotidianidades y experiencias personales alternativas.

Palabras clave: Jóvenes estudiantes de doctorado; migración calificada; técnicas visuales; Barcelona.

ABSTRACT – YOUNG PHD STUDENTS FROM EUROPE AND LATIN AMERICA IN BARCELONA: MIGRATION EXPERIENCES AND EVERYDAY PRACTICES IN THE CITY. Literature on international migration has partially studied student migration, which is seen as an outstanding migration flow in the current age of hypermobility. Even less explored is the study of the everyday experiences of this group and its relevance for understanding students' future

Recibido: Janeiro 2015. Aceite: Abril 2016.

¹ Profesora de la Universitat Autònoma de Barcelona, Facultad de Letras, Departamento de Geografía, 08193 Bellaterra, Barcelona, España. E-mail: anna.ortiz@uab.cat

² Profesor de la Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, División de Ciencias Sociales y Humanidades, Departamento de Sociología, Av. San Rafael Atlixco, 186, Colonia Vicentina, Delegación Iztapalapa, 09340 Ciudad de México, México. E-mail: cmp@xanum.uam.mx

migration patterns. This article fills a gap in the literature, and it focuses on the analysis of a group of foreign PhD students in Barcelona's universities. Specifically it revolves around their motivations for emigration, everyday experiences in the city, as well as labour and life trajectories in the light of future expectations. Living abroad is regarded as a point of no return in young people's transitions towards independence and adulthood. The paper explores the complex process of leaving home in relation with their everyday spatial practices and experiences. In this regard, their everyday lives in Barcelona opens up previously unexpected personal choices, with the city offering many personal potentialities concerning alternative uses of public places.

Keywords: Young PhD students; skilled migration; visual methods; Barcelona.

RÉSUMÉ – LES JEUNES DOCTORANTS EUROPÉENS ET LATINO-AMÉRICAINS À BARCELONE: EXPÉRIENCES MIGRATOIRES ET LEUR VIE À LA VILLE. La littérature sur les migrations internationales n'a que partiellement étudié celle des étudiants, qui apparaît comme l'un des plus importants flux migratoires à l'échelle globale. Moins explorées encore ont été les pratiques quotidiennes de ce groupe et leur importance pour la compréhension des futurs modèles de migration. On essaie de combler cette lacune en se concentrant sur l'analyse d'un groupe de doctorants étrangers dans diverses universités de Barcelone. On analyse en particulier leurs raisons d'émigrer, leurs parcours professionnels et personnels, leurs espaces quotidiens et leurs visions d'avenir. Vivre à l'étranger est vécu par ce groupe de jeunes comme un point de non-retour, lors de leur transition vers l'âge adulte et l'indépendance. On montre la complexité des processus d'émancipation du foyer familial, en ce qui concerne les pratiques spatiales quotidiennes. En ce sens, la ville de Barcelone permet des usages très divers de l'espace public, qui facilitent des expériences personnelles quotidiennes alternatives.

Mots clés: Jeunes doctorants; migration qualifiée; techniques visuelles; Barcelone.

I. INTRODUCCION

La mayoría de estudios sobre movilidad relacionan el aumento de los desplazamientos con la globalización y la integración económica mundial (Castles & Davidson 2000; Stephen, 2007; Smith & Bakker, 2008).¹ La facilidad de contacto y de comunicación entre diferentes puntos del planeta ha comportado además el replanteamiento teórico de la migración pensada como un proceso unidireccional, entre un punto de salida y otro de llegada, que ya no implicaría automáticamente un proceso de adaptación/integración/asimilación en una sociedad de destino. En este sentido, por ejemplo, Smith (2001), propone el concepto "urbanismo transnacional", en cuanto el sentido de interconectividad transnacional permite combinar la distancia física y la movilidad con las posibilidades de reconstruir relaciones sociales en ámbitos geográficos concretos separados espacialmente. Además, es evidente que muchos de los desplazamientos que se realizan en este mundo cada vez más integrado responden a razones que no se podrían calificar, al menos de forma automática, como "económicas"; por ejemplo, el turismo, los procesos de reagrupación familiar o los desplazamientos por estudio (Favell, 2008).

A pesar del reconocimiento de nuevas formas de movilidad en el mundo contemporáneo, e incluso el nacimiento del “paradigma de las nuevas movilidades” en el marco de la sociología británica (por ejemplo, Sheller & Urry, 2006; Urry, 2007), las investigaciones empíricas que abordan colectivos concretos, sus problemáticas y sus pautas de inserción social son escasas (Favell, 2001). En este sentido, los estudiantes constituyen un colectivo que, de forma creciente, se está desplazando a nivel mundial, a pesar de que es una de las categorías de migrantes menos estudiadas (King & Ruiz-Gelices, 2003; King & Raghuram, 2013). En el contexto actual de globalización y de internacionalización de los sistemas educativos, los estudiantes internacionales forman un grupo de migrantes que se desplazan atraídos por distintas razones a universidades europeas (Staniscia, 2012), siendo las relaciones sociales de amistad y parentesco razones determinantes para que los jóvenes decidan estudiar en el extranjero (Beech, 2015). La movilidad geográfica mejora el capital humano de los estudiantes (Baláz & Williams, 2004) y es, en sí misma, una forma de capital que se convierte en capital económico en el momento de entrar el mercado laboral (Leung, 2013). En principio, son migrantes esperados y deseados porque traen consigo habilidades y conocimientos que desarrollan en los países de destino (Raghuram, 2013) y pueden establecer interrelaciones socioculturales (Waters & Brooks, 2011), al margen de la entrada de dinero que aporta este colectivo a las arcas de las universidades. Los estudiantes internacionales pueden llegar a ser también agentes urbanos que contribuyen a cambios morfológicos, económicos y sociales en el paisaje urbano de determinadas ciudades (Collins, 2010).

En esta línea, este artículo analiza un grupo de personas que ejemplifican la diversidad creciente de los patrones contemporáneos de migración internacional: un colectivo de personas jóvenes que están realizando estudios de doctorado en universidades de Barcelona. Su perfil de movilidad, intuimos, es complejo, en el sentido de que estas personas se han desplazado a la ciudad por un período de tiempo amplio, de más de un año, durante el cual realizarán unos estudios considerados cruciales en su desarrollo profesional, tanto es así que la finalización exitosa de estos estudios está asociada a un ascenso profesional en el mundo universitario (y también son valorados por las empresas privadas). Probablemente debido a que su migración está acotada, en principio, a un período de su vida, la vinculación con el país de origen puede no sufrir una ruptura traumática. Es más, es previsible que la relación y los vínculos con el país de origen sean fluidos y la movilidad periódica.

Los ejes centrales de nuestra investigación giran en torno a las motivaciones y expectativas de movilidad de estos jóvenes, sus transiciones laborales y personales, la concepción de la migración como un paso decisivo para consolidar una apuesta profesional determinada y el papel de la ciudad de Barcelona como lugar de atracción de estas migraciones. En concreto, respecto a este último punto, analizamos el uso y apropiación del territorio y el espacio, en el marco de una migración temporal. El hecho de que estas migraciones sean consideradas temporales, en momentos vitales que, en muchos casos, corresponden a procesos formativos, implica potencialidades y restricciones diferenciadas a los de su lugar de origen, de tal forma que las cotidianidades de estos “migrantes” pueden verse liberadas en un territorio nuevo “de transición”. Este territorio puede per-

mitir relaciones sociales, usos del tiempo y del espacio “alternativos”, aunque también restricciones inherentes a un nuevo espacio urbano y social, que puede ser ajeno a este colectivo. Con algunas excepciones (Conradson & Latham, 2005; Wiles, 2008), este aspecto que se quiere abordar en el artículo ha sido, por último, poco explorado en los estudios de migración internacional, que han ignorado, en gran medida, los aspectos cotidianos y geográficos que construyen comunidades migrantes en más de un estado-nación.

De esta manera, el análisis de las vivencias de este colectivo de estudiantes en Barcelona constituye el argumento principal en torno al cual se organiza este artículo. A partir del análisis de sus experiencias vitales urbanas, se reflexiona sobre la relevancia que tienen las características sociodemográficas y las trayectorias migratorias de los estudiantes a la hora de analizar cómo estas vivencias inciden o se interrelacionan con otras formas de entender su cotidianidad a partir del hecho de ser estudiantes, extranjeros y hombre/mujer. Esta reflexión en torno a las cotidianidades urbanas servirá también para entender los recorridos migratorios futuros del colectivo que actualmente está realizando estudios de postgrado. Esta visión es ciertamente innovadora dado que los estudios de migración internacional han priorizado los aspectos laborales a la hora de comprender las trayectorias migratorias de las personas.

Una vez enmarcada teóricamente la investigación, presentaremos los principales resultados de ésta. En primer lugar, se explican las técnicas cualitativas utilizadas y el perfil de las personas entrevistadas. En segundo lugar, se presentan los principales resultados de las entrevistas realizadas a un grupo de jóvenes doctorandos europeos y latinoamericanos, abordándose las razones por las cuales estos jóvenes decidieron en su momento migrar a Barcelona, la percepción que tienen de la etapa vital que están viviendo, sus cotidianidades en la ciudad de Barcelona, así como sus proyectos migratorios futuros. Para complementar estos resultados, se muestra el análisis de las fotografías realizadas por las personas entrevistadas y los mapas mentales elaborados por ellas mismas de la ciudad de Barcelona. Por último, se exponen las reflexiones finales.

II. TÉCNICAS CUALITATIVAS UTILIZADAS Y PERFIL DEL GRUPO ENTREVISTADO

Se optó por la entrevista semi-estructurada como la técnica más adecuada para explorar la complejidad de las subjetividades de los jóvenes doctorandos, así como sus experiencias migratorias y vida cotidiana en Barcelona. En total, se entrevistó a 23 personas (14 mujeres y 9 hombres) entre finales de 2012 y principios de 2014. Las entrevistas se llevaron a cabo a partir de un guión de entrevista semiestructurado y los contactos se establecieron a partir de la técnica de la bola de nieve. El sexo, la edad, el tiempo de residencia en Barcelona y la nacionalidad fueron las variables básicas establecidas para la selección de las personas entrevistadas, aunque se intentó ampliar al máximo la tipología de los perfiles humanos para recoger opiniones y experiencias de personas con diferentes situaciones personales.

Las entrevistas, que duraron un promedio de una hora, se estructuraron a partir de tres ejes temáticos (académico/laboral, social y geográfico), lo cual permitió profundizar en cuestiones tan diversas como las motivaciones para decidir estudiar y residir en Barcelona, las opiniones sobre el programa de estudios de doctorado, las transiciones laborales y personales, las experiencias cotidianas en la ciudad, la vinculación con el país de origen y los planes de futuro.

Al finalizar la entrevista, se pedía a los entrevistados que dibujaran un mapa mental de Barcelona y se solicitaron fotografías, tanto de su lugar de origen como de Barcelona, con el fin de analizar su experiencia vivida, la apropiación personal del espacio y la memoria individual. El mapa mental indica la representación de un lugar en términos espaciales, y muestra la organización y el análisis que hacen las personas del espacio, como éste se compone por lugares familiares o relevantes y, al mismo tiempo, cómo estos lugares sirven para que los individuos se ubiquen en términos relativos y se orienten a la hora de realizar tareas o desplazamientos en el espacio (De Alba, 2004; De Castro, 1997). Por lo tanto, los mapas mentales obtenidos de las personas entrevistadas permitieron conocer con más profundidad los espacios familiares y sus espacios de ocio, así como sus rutas cotidianas y la representación que hacen de la ciudad. En cuanto a las fotografías, las personas investigadas, después de la entrevista, debían escoger imágenes de sus lugares de origen y su lugar de destino, Barcelona. Este ejercicio contenía un fuerte componente emocional ya que suponía la elección de una imagen que tuviera un significado especial para ellos (su familia, sus paisajes cotidianos, algún momento de su vida particularmente emocionante, etc.). Los entrevistados tenían que enviar por correo electrónico sus fotografías y añadir una breve explicación del porqué de la elección. Así como señalan Maresca y Meyer (2015), la fotografía como apoyo a la entrevista permite explorar valores, creencias o actitudes de las personas e introducir las imágenes como catalizadoras de la memoria y de la verbalización. Asimismo, tal y como señalan Guell y Ogilvie (2015), las fotografías pueden producir una información muy rica para complementar las narraciones obtenidas con el uso de técnicas cualitativas más tradicionales, como son las entrevistas.

El colectivo analizado es muy homogéneo, lógicamente, en cuanto a niveles formativos, y el abanico de edades abarca desde los 25 hasta los 35 años. El tiempo de residencia también está muy acotado, ya que se entrevistaron estudiantes que, al menos, hubieran residido en la ciudad un año y que estuvieran realizando estudios de doctorado en el momento de la entrevista, aunque su llegada a la ciudad se podía haber debido a otros factores (por ejemplo, estudiar un máster). Las personas entrevistadas fueron informadas del objetivo de la investigación y se les aseguró que los datos se tratarían de forma confidencial. Por ello, en este artículo, siempre se usan pseudónimos y no se mencionan las universidades donde se desarrollan los estudios de doctorado.

El perfil de las 23 personas entrevistadas es de 14 mujeres (ocho latinoamericanas y seis europeas) y nueve hombres (siete latinoamericanos y dos europeos), con edades comprendidas entre los 25 y los 35 años. De este total, 20 de 23 tenían pareja en el momento de la entrevista, resaltando que nueve de estas parejas eran de distinta naciona-

lidad a la suya. Otro patrón homogéneo: todas comparten piso, ya sea con la pareja o con amigos/as o conocidos/as, y llevan un promedio de tres años y medio residiendo en Barcelona. Para muchos de estos jóvenes no es la primera experiencia migratoria fuera de su país de origen: 11 personas habían vivido en otro país previamente (desde un mes hasta seis años), mayoritariamente por motivo de estudios. Sobre sus perspectivas de futuro, buena parte de los latinoamericanos/as quieren regresar a su país de origen, ya sea porque tienen la obligación de hacerlo debido a que sus becas doctorales están financiadas por los gobiernos de dichos países, o porque saben que en América Latina será mucho más fácil encontrar trabajo en su campo de estudio en estos momentos de crisis económica en España. La mayoría de los europeos/as entrevistados, por su parte, expresan su deseo de continuar viviendo más tiempo en el extranjero y pedir becas postdoctorales para ampliar estudios en cualquier país del mundo.

III. ¿MIGRACIÓN POR ESTUDIOS?

El grupo de estudiantes de doctorado muestra motivaciones de migración muy dispares. Contrariamente a lo que se pudiera pensar, sólo una minoría, y particularmente los europeos/as, tiene trazada una línea académica clara, enmarcándose el doctorado en una universidad de Barcelona dentro de un proyecto académico con unos contornos bien definidos. Para los latinoamericanos/as, el doctorado fue, más bien, una opción con la que se encontraron, por ejemplo después de haber abandonado los estudios por un tiempo, y responde más a un deseo de cambio de vida, que a la voluntad de profundizar en su carrera académica, al menos en un primer momento. Una vez tomada la decisión, no obstante, el doctorado parece encauzar a la mayoría de los entrevistados hacia la carrera académica, aunque algunos pocos mencionan otras posibilidades laborales de cara al futuro. Estaríamos ante carreras académicas dilatadas por cuestiones laborales, pero sin una vocación clara desde el inicio. La persona se “encuentra” con unos estudios de postgrado y decide emprenderlos teniendo en cuenta otras cuestiones personales y profesionales. En cambio, para otros, la carrera académica estaba clara, desde el principio, como opción profesional, aunque también se aplaza la decisión de estudiar un doctorado por motivos económicos. Esta espera se traduce en una inserción laboral temprana y acotada en el tiempo. Es el caso de dos jóvenes colombianos que trabajaron a la espera de una beca para estudiar el doctorado: uno en un *call center* (tras acabar un máster en Suecia) y otro como operario en la construcción.

Este patrón, de dilación de la carrera académica, que es mayoritario entre los entrevistados/as latinoamericanos/as, se da también para algunos europeos/as. Como es el caso de Helena, que llegó a Barcelona siguiendo a su novio catalán (se conocieron en Italia) y que se vio obligada a adaptar sus estudios universitarios en la universidad escogida por ella. Sin embargo, el resto de europeas y europeos entrevistados siguen un patrón muy definido: Durante sus estudios de grado o postgrado en su país de origen, solicitan becas de intercambio de la Unión Europea para estudiar y trabajar en una universidad de

Barcelona y, por diversos motivos, principalmente la satisfacción con la experiencia vital y la oportunidad de solicitar (y obtener) una beca de doctorado deciden quedarse en la ciudad.

Entre los europeos/as entrevistados, por tanto, se encuentran las pocas trayectorias académicas “puras”, sin inserción laboral previa, o con inserciones limitadas a prácticas profesionales. Pero, incluso en el caso de estas trayectorias, como la de Marie (una estudiante franco-canadiense, que decidió estudiar relaciones internacionales en un máster compartido entre una universidad de París y otra de Londres, y que actualmente realiza el doctorado en Barcelona), el hecho de escoger una universidad de Barcelona no responde tanto a la calidad de la misma, sino a decisiones relacionadas con el deseo de vivir en la ciudad, que se percibe como cosmopolita, pero al mismo tiempo apegada a la tradición y con dinámicas de barrio o vecinales muy marcadas.

En definitiva, los motivos que nuestro grupo de entrevistados/as consideran para emprender una migración son básicamente dos, no necesariamente antagónicos. Uno sería más académico y profesional: el interés por continuar estudiando y especializarse en un ámbito del conocimiento concreto en una universidad (situada además en una ciudad imaginada como muy atractiva, como veremos más adelante) que cumple con sus expectativas, desde un punto de vista formativo, ya que consideran que un mayor grado de especialización comporta un mayor reconocimiento y oportunidad para la promoción laboral. El otro motivo, relacionado con el anterior, sería de carácter más personal: el reto de vivir solos/as en otro país (a excepción de dos jóvenes chilenos y un ecuatoriano que llegan casados) y desarrollar una transición hacia la vida adulta.

IV. ETAPA DE TRANSICIÓN VITAL Y DIFERENCIAS DE GÉNERO

En el mundo actual, la emancipación del hogar familiar y la obtención de un salario son momentos clave en la consecución de la autonomía y la autoestima personal, aunque la precariedad en el trabajo dificulte la transición hacia un nuevo hogar en muchos casos para los jóvenes. Dejar el hogar es un momento clave en el proceso de transición de las personas hacia la independencia y la vida adulta. Es un proceso complejo que puede ser definitivo o variar su duración dependiendo de factores como la mayor o menor durabilidad y estabilidad del trabajo remunerado o del tiempo transcurrido en un hogar de transición compartido con amigos o compañeros de estudio o trabajo (Hopkins, 2010). Una persona adulta asume, en principio, la responsabilidad de sus acciones, de tomar decisiones autónomas y ser independiente económicamente.

Esta transición, en el caso de las personas migrantes, implica la adaptación a un nuevo país y a una nueva realidad social, así como la construcción de nuevos sentidos de pertenencia. Como señala Ley-Cervantes (2012), los sentimientos de pertenencia, incluyendo aquellos relacionados con la construcción de un nuevo hogar en un país, en principio, extranjero, no son sólo experimentados a través de lo fijo y lo estable, sino que también pueden alcanzarse en condiciones de movilidad y temporalidad. Los sentidos de

pertenencia se construyen en el caso de los migrantes cualificados a través de múltiples experiencias cotidianas, rutinas y hábitos desarrollados en el nuevo lugar habitado (Ortiz & Mendoza, 2008).

De forma significativa, una buena parte de las personas entrevistadas se emancipa del hogar familiar en el momento que migran a Barcelona para realizar estudios de postgrado. En general, esta emancipación se vive de forma muy positiva, ya que se considera un período de desarrollo vital y de crecimiento personal, así como un proceso imprescindible para llegar a la edad adulta (Holdsworth, 2009). Cabe destacar que más mujeres que hombres expresan abiertamente lo que significó para ellas separarse de sus familias y empezar una nueva vida lejos del hogar. La independencia económica aparece, sin lugar a dudas, como un factor importante en el proceso de emancipación pero otros aspectos, como administrar sus propios recursos económicos, compartir piso con otras personas o responsabilizarse de los quehaceres domésticos, resultan también determinantes a la hora de explicar el proceso de emancipación. Las mujeres jóvenes expresan mucho más abiertamente que los hombres las emociones relacionadas con esta etapa de transición, donde a pesar de continuar estudiando (como en la infancia y adolescencia) ya no lo hacen con la ayuda de los padres (con alguna excepción), sino con financiación propia y viviendo fuera del hogar familiar. De la misma forma que los resultados obtenidos por Kennedy (2010) en las entrevistas realizadas a jóvenes comunitarios y postgraduados residentes en Manchester, las personas entrevistadas en nuestro trabajo, especialmente las mujeres, muestran emociones positivas por haberse “redescubierto”, “crecido como personas”, “desarrollar su propia identidad” y “sentirse felices” en la transición hacia una nueva etapa de sus vidas. Martina resume estos sentimientos con las siguientes palabras:

“En México la gente es muy cerrada. Te preguntan que por qué no estás casada. Ya por tener 31 años y no estar casada, eres una ‘quedada’. Y yo ya era de ideas sobre el aborto, temas de equidad de género, tema de matrimonio, de hijos, de derechos, de exigencia, de política, de cultura muy diferente a mis amigos en mi país (...) Yo es que aquí aprendo mucho. Me encanta, me encanta conocer, me encanta saber (...). Y yo a veces llevo allá con ideas y me ven como un bicho raro. Cada vez me siento más alejada”. (Martina, 31 años, México).

Un sentimiento de libertad acompaña el proceso de emancipación del hogar familiar y, en algunos casos también, el distanciamiento de la sociedad de origen. Haber crecido y vivido en una ciudad pequeña o percibir la sociedad de origen como más cerrada se contraponen a las experiencias de vivir en una ciudad más grande con una sociedad más diversa desde el punto de vista cultural, “más relajada” y “más informal”.

Tradicionalmente, para las mujeres, la emancipación del hogar familiar se asociaba al momento de contraer matrimonio. Actualmente dicha emancipación llega de múltiples formas, siendo el caso que nos ocupa, la ampliación de los estudios en el extranjero, una de ellas. Curiosamente, en el caso de nuestros entrevistados, el matrimonio es un momento clave para la consecución de una mayor estabilidad y madurez personal, aunque no de emancipación del hogar familiar, que ya se había realizado previamente.

Es el caso de un estudiante ecuatoriano, que también cuenta con nacionalidad italiana, que se casa con su novia, antes de emigrar a Barcelona, para que ambos puedan tener las mismas oportunidades laborales. Este hecho burocrático, sin embargo, se vive como una apuesta personal y profesional, de madurez; un momento de ruptura con la vida de soltero. En términos parecidos, vive José Luis su experiencia matrimonial. Este entrevistado, que se casó con un chico catalán gracias a la nueva ley de matrimonios homosexuales en España, considera este trámite como decisivo para sentirse a gusto en esta nueva etapa vital.

De la experiencia en el extranjero como estudiantes de doctorado, las personas entrevistadas subrayan ante todo el crecimiento y el enriquecimiento personal que sienten a partir de las experiencias cotidianas y las relaciones de amistad forjadas durante su estancia. En efecto, los estudiantes son sujetos complejos atentos a una multiplicidad de intereses más allá de la obtención conocimientos específicos relacionados con su campo de estudio. Son simultáneamente miembros de una familia, ciudadanos de un determinado país o/y trabajadores. En la intersección de estas múltiples esferas y posicionalidades, se desarrollan sus vidas (King & Raghuram, 2013).

V. COTIDIANIDADES EN LA CIUDAD DE BARCELONA

Todos los entrevistados/as resaltan la atracción de Barcelona y la valoran como una ciudad dinámica, con una gran calidad de vida, y un importante patrimonio cultural y arquitectónico. Barcelona aparece ante la mirada atenta y crítica de los hombres y mujeres jóvenes como una ciudad cosmopolita, multicultural, rica en matices, cómoda, vibrante y segura.

“[Es] una ciudad bonita, que lo tiene todo y te da opción para todo, una ciudad organizada, limpia, cuidadosamente diseñada y planificada para atrapar y cautivar el corazón de quienes la visitan, con montañas, playas y paisajes inigualables... una ciudad cosmopolita.” (Carolina, 30 años, Colombia).

En la misma línea, pero centrándose en aspectos de su vida cotidiana, Margarida, una joven brasileña de 31 años, dibuja en su mapa mental los aspectos más positivos de Barcelona, de acuerdo con su opinión. En él, representa imágenes relacionadas tanto con sus actividades académicas (aulas de su universidad y biblioteca municipal), como con el uso del espacio público (parques, playa, terrazas al aire libre). También resalta, en el mapa, la movilidad segura y sostenible (representado por el *Bicing*, transporte de uso público y compartido de la bicicleta) (fig. 1). El mapa sintetiza sus cotidianidades de forma clara, estudio y ocio, y su forma de entender la ciudad entendida en términos positivos; una ciudad que ofrece servicios municipales (biblioteca, bicicletas, universidades), espacios públicos de calidad (playa, parques) y permite el uso del espacio público (terrazas) a cafeterías y bares. Estas terrazas, tan distintivas de las ciudades europeas, son muy apreciadas por Margarida, que resalta en su entrevista que no son frecuentes en su ciudad de origen.

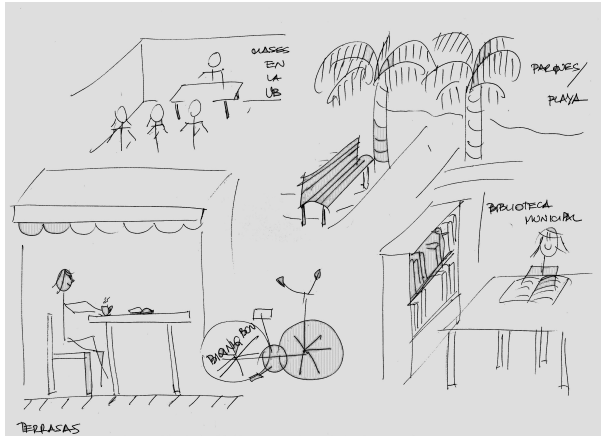


Fig. 1 – Mapa mental de Barcelona de Margarida (31 años, Brasil).

Fig. 1 – Mental map made by Margarida (31 years old, Brasil).

Los microterritorios, los barrios, son referencias importantes en la vida cotidiana de las personas entrevistadas, independientemente del área geográfica de residencia de los entrevistados. Es el lugar donde desarrollan su experiencia geográfica en la ciudad; hecho que se observará en los mapas mentales que dibujan de la ciudad. El barrio emerge como una escala privilegiada para conocer las prácticas cotidianas y los recursos materiales y relacionales a partir de los cuales las personas organizan su vida. La vida cotidiana está conectada con los lugares donde las mujeres y los hombres viven, trabajan, consumen, se relacionan con otras personas, construyen identidades, hacen frente a la rutina o la desafián. Más allá de la imagen turística de Barcelona, estos jóvenes viven la ciudad a través de donde residen o frecuentan en el tiempo libre; perciben su diversidad cultural, valoran la proximidad de los servicios y los comercios, la comodidad del transporte público, captan la identidad de los barrios (por ejemplo, a través de sus fiestas o mercados) y aprecian sentirse seguros/as y tranquilos/as, cuando pasean por la ciudad.

En efecto, la ciudad de Barcelona es un calidoscopio multicultural que, sin embargo, conserva el sentimiento de barrio y una fuerte personalidad, que da cohesión cívica al entramado social. Entre los numerosos discursos que subrayan la visión cosmopolita de la ciudad, Helena, de nacionalidad italiana, resalta su multiculturalidad y las posibilidades de relacionarse con gente de diferentes etnias, culturas y lenguas. La multiculturalidad no se contradice con una cierta vida de barrio y con el anonimato que da vivir en una ciudad grande. Barcelona tendría así el tamaño perfecto que permite ambos sentimientos.

Las comparaciones con las ciudades de origen son constantes, afirmando, en la mayoría de los casos, que la calidad de vida es más satisfactoria en Barcelona que en la ciudad de origen. Pero, mientras los europeos/as subrayan, con agrado, cuestiones relacionadas con un cierto estilo de vida, la tranquilidad de vivir en una ciudad “habitabile” y los servicios de calidad (exceptuando un joven polaco que la encuentra un poco agobiante, llena de tráfico y con escasos espacios verdes); los latinoamericanos/as subrayan la comodidad

y facilidad de desplazarse en transporte público, en bicicleta o caminando por la ciudad (comparado con la dificultad y el tiempo dedicado a desplazarse de un sitio a otro en ciudades tan extensas como Bogotá, Ciudad de México o Santiago de Chile) y la seguridad percibida en la ciudad (en comparación con la inseguridad objetiva y subjetiva de sus ciudades de origen).

Concretamente, en las narraciones de las mujeres, la comodidad y la seguridad que sienten en Barcelona juegan un papel relevante a la hora de opinar muy satisfactoriamente sobre la ciudad y el desarrollo de su vida cotidiana. Llama la atención que, al igual que en una investigación realizada en Ciudad de México con un grupo de migrantes cualificados españoles (Mendoza & Ortiz, 2006), las formas de vestir de las mujeres se modifican según la percepción de seguridad que transmita el espacio; de esta forma, sobre todo las mujeres latinoamericanas, comentan reiteradamente que visten más “libremente” en Barcelona que en su lugar de origen, porque “aquí cada uno va a su bola (hace lo que quiere)” (Daniela, 34 años, Colombia).

“Mi ciudad es pequeña y allí todo el mundo se conoce. Te cohibes con muchas cosas de hacer. Aquí [en Barcelona] nadie te conoce. Aquí cambias el chip. Es mi vida y nadie tiene por qué opinar ni decir nada. Y el hecho de no estar con los papás, de alguna manera, te hace más libre y más responsable. Me he vuelto mucho más responsable que estando allá... que si comprar, que si la comida... allá no, allá abría la nevera y siempre había comida. Libre y más responsable”. (Daniela, 34 años, Colombia).

Cuando se habla de Barcelona o Cataluña, y sus características sociales y culturales surgen, de forma recurrente, comentarios sobre la lengua y la identidad catalanas. En el momento de llegar a la ciudad, algunos entrevistados/as se sorprenden de que la lengua catalana sea un vehículo de comunicación en todos los ámbitos de la sociedad. Tras la primera sorpresa, este hecho no resulta ser un obstáculo para su integración social. Aunque son pocos los que declaran hablarlo normalmente (sólo una entrevista, con un joven colombiano, se desarrolló en catalán), la mayoría dice entenderlo después de pasar unos meses en la ciudad y de haber realizado cursos básicos de catalán y atendido clases en esta lengua. Una minoría, no obstante, ven en la lengua catalana una barrera, interpuesta por la población local, que dificulta su integración social.

“Con Barcelona, me pasó algo muy curioso. Era un completo ignorante de la realidad catalana, al punto de que vine a saber que existía la lengua catalana a tres meses de venir. Llegar aquí fue fascinante, descubrir todo lo relativo a la cultura catalana”. (José Luis, 30 años, Colombia).

VI. FOTOGRAFÍAS PARA RECORDAR DE “ALLÍ” Y DE “AQUÍ” Y MAPAS MENTALES DE BARCELONA

Una vez realizada la entrevista, se pedía a las personas entrevistadas que enviaran una fotografía del lugar de origen y del lugar de destino que considerasen significativas, por

cualquier razón, y que explicasen por escrito los motivos de la elección de cada una de ellas. Las fotografías complementaron los resultados obtenidos en las entrevistas semi-estructuradas y permitieron, al igual que en otras investigaciones (Lombard, 2013; Young & Barrett, 2001), acceder a espacios y lugares no previstos previamente en la investigación. De las 21 personas entrevistadas, 10 de ellas enviaron las fotografías y lo hicieron por correo electrónico. De las 29 fotografías analizadas, la mayoría (17 de ellas) muestran paisajes rurales y urbanos, otros monumentos, espacios públicos u otras realidades del lugar de origen y de destino; y solamente en seis de ellas aparecen personas, ya sean familiares o amistades.

Las fotografías donde aparecen personas, ya sean ellas mismas, familiares y amigos/as son realizadas por tres mujeres, aunque una cuarta evoca a través del paisaje al hermano y a los amigos de infancia. Para Valeria (31 años, México) las razones son evidentes:

“Están ahí las personas de mi familia que más amo y representan lo más importante en mi vida (mis padres, mi abuela, mi hermana, mi pareja y unos tíos), además que me recuerdan mucho las reuniones familiares donde siempre la pasamos tan bien por la comida, la plática, en ocasiones la cantada (ponerse a cantar) o el baile. Para mí, el núcleo familiar es relevante porque es ese motor que siempre te ayuda a echar para adelante, son los que incondicionalmente siempre están contigo en las buenas, en las malas y en las peores, su apoyo en todo aspecto ha sido importante, sobre todo ahora a la distancia es cuando más extrañas estos momentos”. (Valeria, 31 años, México).

Daniela (34 años, Colombia) envía también fotografías de su familia en un domingo cualquiera en casa de sus abuelos donde solían reunirse para comer y estar juntos, y Carolina (30 años, Colombia) expresa a través de imágenes de su ciudad de origen, paisajes y monumentos los vínculos entre su pasado y su presente, siendo la familia, nuevamente, un elemento central en sus recuerdos:

“La familia es uno de los componentes más fuertes y representativos de todas las personas que vamos al exterior a realizar estudios... es una conexión que en vez de romperse se hace más fuerte y más importante y que tarde o temprano te hace regresar a tu país, a pesar de que los catalanes son grandes y magníficas personas poseen una cultura muy diferente a la nuestra, sobre todo en lo relacionado a festividades. Te confieso que una de las épocas más difíciles de nuestra estancia eran las festividades de Navidad. Esos días eran días muy tristes y preferíamos viajar y no permanecer en Barcelona”. (Carolina, 30 años, Colombia).

Otros entrevistados escogen paisajes para representar sus recuerdos en su lugar de origen. Nina (29 años, Eslovenia), por ejemplo, escoge mostrar una fotografía de su pueblo porque “representa mi infancia con mi hermano y amigos que la pasé jugando entre agua, mar y casitas abandonadas”. Y para representar su etapa en Barcelona fotografía un cielo con nubes y el ala de un avión “es la foto que hice durante un viaje de Barcelona a Eslovenia, representa mi vida volando, mi libertad, energía y ambición que he ganado viviendo aquí en Barcelona” (fig. 2).



Fig. 2 – Fotografía tomada por Nina (29 años, Eslovenia).

Fig. 2 – Photo taken by Nina (29 years old, Slovenia).

Carlos, un joven brasileño, elige presentar dos fotografías de su ciudad natal, Río de Janeiro, que muestran la “gran desigualdad” de su país. En una aparece una persona recogiendo basura en un vertedero con el fondo del Corcovado (fig. 3) y en la otra unos policías caminando con los fusiles bien agarrados con un niño en primera línea mirándolos. Al respecto, Carlos comenta: “Las fotos que elijo de Río son las que indican la gran desigualdad de mi país, [desde] la política pública (en el caso de la foto de los militares) hasta la gente empobrecida. Como te comenté antes, aunque las clases acomodadas en Brasil piensen que estos problemas afectan solamente a los más pobres, yo tengo muy claro que su repercusión corrompe incluso la propia comprensión que tenemos sobre qué es la sociedad”.



Fig. 3 – Fotografía tomada por Carlos (29 años, Brasil).

Fig. 3 – Photo taken by Carlos (29 years old, Brasil).

Carlos opina de Barcelona que “es una ciudad en que la realidad social es más justa que la brasileña. Soy consciente de que, al fin y al cabo, ambas sociedades son desiguales. Pero los niveles de desigualdad son mucho más grandes en mi país”. Las fotografías que elige de la ciudad muestran un fuerte contraste con las de su lugar de origen. En este sentido, y retomando el hilo argumental de las cotidianidades, las experiencias geográficas, como elementos que ayudan a entender la integración social del colectivo de estudiantes en las sociedades de destino, este entrevistado subraya el uso y la apropiación del espacio público en Barcelona como uno de los aspectos que más valora de la vida en la ciudad. Para ello, muestra dos espacios de Barcelona donde se ven personas disfrutando del aire libre durante el día (carrera de bicicletas en la ciudad) y la noche (gente sentada en una explanada del castillo de Montjuïc viendo una película, figura 4).



Fig. 4 – Fotografía tomada por Carlos (29 años, Brasil).

Fig. 4 – Photo taken by Carlos (29 years old, Brasil).

Enrique (31 años, Chile), por su parte, explica la elección de una fotografía donde se pueden observar un río, unas montañas y una balsa, y de esta forma la describe (fig. 5):

“Corresponde a la ciudad de Aysén [Chile], en el extremo sur del país. Por razones de trabajo viajé mucho a esa zona y tuve la oportunidad de vivir un tiempo cerca de esa ciudad. Elegí esta foto porque fue en ese lugar donde tomé la decisión de realizar el doctorado fuera del país. La gente, el paisaje, el clima y la tranquilidad de ese lugar representan la mejor motivación que dispongo para volver a mi país y especialmente a vivir a esa ciudad”.

La elección de esta fotografía responde, por tanto, a la toma de una decisión vital en su vida, de la que se siente particularmente orgulloso. En un sentido parecido, otra entrevistada, Flavia (31 años, Italia) muestra una de las playas de la ciudad con dos edificios emblemáticos de la ciudad en el fondo de la imagen. La fotografía escogida evoca su vida en el lugar de origen, dado que la playa “es el lugar que, dependiendo donde voy, me recuerda mi primera ciudad y que siempre me hace sentir como en casa (...). Además

desde hace años mi trabajo y mi investigación están enfocados en el entorno costero. Es como un hilo rojo. La costa es lo que siempre me acompañará en la vida y en el mundo”. Estos elementos del paisaje de las ciudades de destino que recuerdan a los lugares de origen y la vida cotidiana que los migrantes realizaba previamente (ese “hilo rojo” que menciona la entrevistada) también se ha visto en otras investigaciones que han utilizado mapas mentales y recursos visuales en general (véase, por ejemplo, Mendoza, 2006, que aborda el colectivo mexicano en Albuquerque, Nuevo México).

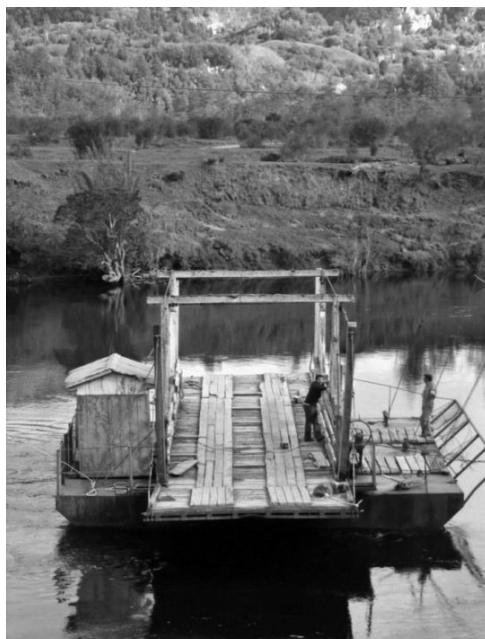


Fig. 5 – Fotografía tomada por Enrique (31 años, Chile).

Fig. 5 – Photo taken by Enrique (31 years old, Chile).

En un sentido diferente, varios entrevistados escogen una fotografía muy similar para mostrar qué significa para ellos Barcelona. Álvaro (27 años, México), por ejemplo, toma una fotografía desde el parque Güell donde obtiene una panorámica general de la ciudad. Aquí se ve una de las torres del parque y, en segundo plano, la ciudad con el mar al fondo y dos rascacielos (Hotel Arts y edificio Mafre) situados en primera línea de mar y que en los últimos años han llegado a estar presentes en el *skyline* de la ciudad. Comenta al respecto: “Disfruto mirar la ciudad, su estructura, el color rojo y el mar” (Álvaro, 27 años, México). Otro edificio modernista de Gaudí, la Sagrada Familia, es fotografiado también desde el parque Güell por Daniela (34 años, Colombia): “porque es lo primero que vio de la ciudad y le gusta mucho” (fig. 6). Y nuevamente, para otro entrevistado, este monumento es el que mejor representa su estancia en Barcelona: “nunca pensé que iba a vivir muy cerca de la Sagrada Familia” (Enrique, 31 años, Chile).



Fig. 6 – Fotografía tomada por Daniela (34 años, Colombia).

Fig. 6 – Photo taken by Daniela (34 years old, Colombia).

La mayoría de los entrevistados, como Manuel (31 años, Portugal), afirma que “yo no soy muy bueno dibujando”, ante la demanda del investigador y la investigadora de este trabajo para que dibujasen Barcelona según su imagen mental de la ciudad. Sin embargo, todos acabaron aceptando dibujar en un papel blanco la ciudad donde vivían. Unos lo hacían con trazos seguros, otros con pinceladas inseguras, con líneas gruesas o finas, con más o menos detalle, con nombres en las calles o parques o simplemente con rayas rectas o curvas. De esta forma, Manuel, mientras dibuja describe su dibujo (fig. 7):

“La Diagonal... yo no soy muy bueno dibujando... el Raval, l’Eixample ortogonal... la Sagrada Família... los parques, Montjuïc me encanta y no lo he dibujado aquí pero me encanta Collserola, la carretera de las Aguas y las playas. Los fines de semana siempre voy a correr. De mi vida cotidiana, los barrios, los pequeños cafés, los que tengo cerca de casa, la panadería que siempre voy... son mis espacios favoritos. Como voy variando de barrio, varían. La Rambla del Poblenou... me encanta estar allí y ver a la gente pasar, tener la playa cerca...” (Manuel, 31 años, Portugal).

Los mapas mentales de Barcelona dibujados por las personas entrevistadas están formados por líneas, cuadrados y círculos que representan respectivamente, las calles principales de la ciudad (las Ramblas, la Diagonal, la Gran Vía), los barrios de residencia (Sagrada Família, Esquerra de l’Eixample, Gràcia, Guinardó, Sants, Raval, Camp de l’Arpa y Poblenou) y los más frecuentados (Eixample, Born, Gràcia, Poblenou, Barceloneta) y los espacios públicos centrales de la ciudad, de acuerdo a su criterio (Plaza Cataluña, Plaza España o Plaza de las Glorias). La playa, el mar o la línea de costa (dibujadas

mediante líneas onduladas) y las montañas (Montjuïc y Tibidabo, representadas por montículos) son frecuentes en los dibujos, ya que ayudan fácilmente a delimitar la ciudad y a orientarse por ella. La Sagrada Familia, además, aparece como el monumento más emblemático de la ciudad y, por ello, es el más dibujado por nuestros entrevistados. Unos dibujos son totalmente minimalistas y aparecen solamente rayas sin ningún elemento escrito (fig. 8), mientras que en otros se etiqueta el dibujo con los nombres de los barrios, las calles, las plazas y los monumentos que quieren resaltar. Solamente en tres de ellos aparecen elementos como el sol, las palmeras, las terrazas, los bancos para sentarse, un avión y personas. En general, los mapas reflejan un buen conocimiento de la ciudad y de sus barrios. El hecho de que la propia ciudad responda a una cuadrícula bien organizada, con la excepción del barrio gótico, y la ubicación de la misma, inserta entre montañas y el mar, hacen que los entrevistados tengan poca dificultad para identificar estos elementos que sirven para orientarse en la ciudad y, en consecuencia, los reflejan en sus mapas mentales.

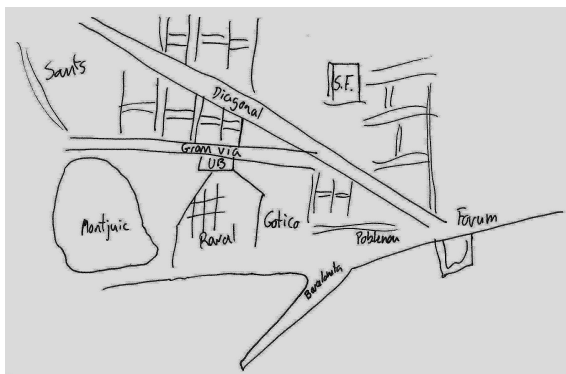


Fig. 7 – Mapa mental de Barcelona de Manuel (31 años, Portugal).
 Fig. 7 – Mental map made by Manuel (31 years old, Portugal).

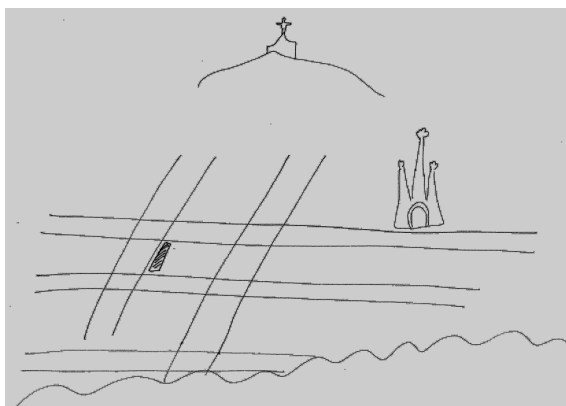


Fig. 8 – Mapa mental de Jadranka (32 años, Serbia).
 Fig. 8 – Mental map made by Jadranka (32 years old, Serbia).

VII. PROYECTO MIGRATORIO FUTURO: ¿NUEVA MIGRACIÓN?

El proyecto migratorio de los entrevistados/as está fuertemente influenciado por la situación económica que está viviendo España, en particular, y el sur de Europa, en general. En este contexto de crisis económica (con altas tasas de desempleo juvenil y recortes presupuestarios en educación), no se ven muchas opciones laborales en el futuro en la universidad donde se están realizando los estudios de postgrado. En cambio, para muchas personas entrevistadas – y no solamente latinoamericanas –, América Latina se vislumbra como un buen destino para trabajar en la academia.

Así pues, teniendo en cuenta la situación de la economía española, cabría destacar algunas diferencias de matiz en cuanto a los proyectos migratorios. Encontramos, en primer lugar, un grupo de estudiantes de doctorado que, por el tipo de ayuda que reciben o por el plan de estudios, están condicionados a continuar su carrera profesional fuera de España. Es el caso, por ejemplo, de los latinoamericanos entrevistados que son financiados por becas o préstamos de sus lugares de origen (de Chile, Ecuador y México) y que deben regresar a su país cuando finalicen sus estudios de doctorado.

Con una perspectiva totalmente diferente, otro grupo se plantea vivir en Barcelona, pensando que las opciones laborales pueden ser mejores en el futuro y ampliando dichas opciones a otros campos profesionales. Para este colectivo, son determinantes los aspectos relacionados con la pareja y la vida en la ciudad. Este grupo valora muy positivamente la calidad de vida de Barcelona, aspecto con el cual coinciden prácticamente la totalidad de los entrevistados, y le da un peso decisivo al hecho de tener pareja catalana.

De hecho, en cuanto a proyectos de futuro, la opinión de José Luis es la mayoritaria. No se quiere dejar Barcelona, la realidad cotidiana se valora positivamente y la académica, en su mayoría también, aunque sobre este último punto no existe tanta unanimidad. La cuestión es que no se ven posibilidades laborales en la universidad catalana y, por tanto, se abren las opciones a otros países, siempre con la idea de permanecer en la academia. En este sentido, el buen momento económico, al menos en términos comparativos, de algunos países latinoamericanos plantea el regreso a los países de origen como una opción laboral atractiva:

“Mi padre me dice ‘pues igual deberían venirse los dos para acá...’. Mi padre no es que me quiera retener allí, él y mi madre también fue el que me dijo ‘vete donde quieras’. Pero ellos lo ven como ‘España es muy difícil’. Mi padre dice, según sus análisis políticos, que a España le queda mucha crisis y que en estos momentos tiene más futuro de crecimiento México que España, que tiene mucho más potencial... me dice que ahí se va a estancar, se va a estancar y puede que tenga razón pero hay un detalle y es que nosotros trabajamos en investigación y en México no se hace investigación. Somos buenos, por ejemplo, en medicina, tengo que reconocerlo o en química o en bioquímica (...). Los dos [ella y su novio] estamos metidos en logística del transporte y allí esto es una porquería. Hay mucho potencial, pero a nadie le interesa”. (Martina, 31 años, México).

Como último patrón, encontramos un grupo minoritario de entrevistados que abordan su proyecto migratorio desde una perspectiva que podríamos calificar de transnacio-

nal. Ven que su futuro personal y profesional no pasa por residir permanentemente en un lugar, al menos durante un cierto tiempo, sino de articular una respuesta profesional que pase por compaginar estancias de investigación más o menos largas en varios países.

VIII. REFLEXIONES FINALES

La llegada a Barcelona del colectivo de jóvenes doctorandos constituye un punto de ruptura y quiebra que, en algunos casos, coincide con la emancipación familiar. Este patrón se observa más entre los europeos que, en general, acceden a los estudios de doctorado a edades más tempranas. De esta manera, se da un triple proceso, de emancipación familiar, entrada en los estudios de doctorado y adaptación a un nuevo país. Este triple proceso es vivido, particularmente entre las mujeres entrevistadas, con mucha intensidad y con narraciones de corte positivo.

Sorprende, en un primer momento, dada importancia del paso que significa la migración internacional para la mayoría de los estudiantes de doctorado latinoamericanos, que sus motivaciones para residir en la ciudad de Barcelona no siempre están asociadas con una decisión clara de realizar estos estudios de posgrado. De hecho, entre este colectivo, no nos encontramos con trayectorias académicas “puras”, sino con personas que, en algún momento de su vida se han incorporado al mercado laboral en sus países de origen y han decidido retomar la carrera académica. Sin embargo, retomando el argumento anterior de ruptura y transición que representa la migración internacional para la mayoría de entrevistados, se entiende que, para muchos, el hecho de emigrar se relacione con momentos cruciales en transiciones hacia la edad adulta, por ejemplo, una ruptura sentimental, y no tanto con un deseo explícito de continuar los estudios. Por otro lado, algunos pocos entrevistados experimentan el proceso inverso: toman decisiones vitales en su vida personal, por ejemplo, deciden casarse, ante la eventual emigración a España para realizar estudios de doctorado.

Al margen del momento en que se tomó la decisión de seguir los estudios de doctorado, la situación académica presente se describe, en general, en términos que podríamos calificar de formación personal y éxito académico que, no obstante, se oscurece ante las perspectivas de futuro. A grandes rasgos, es destacable que se acepte la movilidad profesional y geográfica como característica del mercado laboral universitario actual. Es más, algunos consideran que su vida ya no va a pasar por residir permanentemente en un solo país, interiorizando la migración dentro de las opciones posibles a futuro, dependiendo de las condiciones laborales que puedan surgir. Además, para algunos latinoamericanos que gozan de apoyos financieros de sus países de origen, la opción de regreso a su país es clara, ya que así está estipulado en sus becas. En otros, es un regreso que quizá no es tan deseado, dada la pérdida de calidad de vida que comporta, desde su punto de vista, vivir en una ciudad latinoamericana. De todas maneras, la mayoría de los entrevistados piensan que su futuro va a estar fuera de España, dada las condiciones actuales de crisis económica y la falta de recursos de las universidades del país.

A pesar de pensar que el futuro no pasa necesariamente por permanecer en Barcelona, la experiencia cotidiana y personal en la ciudad se valora como muy positiva, que ofrece una buena calidad de vida. De manera incuestionable el bienestar personal asociado a la calidad de vida y el lugar están íntimamente relacionados. La conexión emocional con el lugar resulta ser un componente muy significativo en el bienestar de las personas. Los vínculos afectivos con el lugar o el barrio donde se vive, se construyen a partir de diferentes vertientes, complejas y dinámicas. Las personas entrevistadas muestran un fuerte arraigo al lugar donde viven debido a las emociones positivas y a las muchas actividades rutinarias, experiencias cotidianas y eventos significativos. Desde esa perspectiva, la ciudad de Barcelona se ofrece como un calidoscopio vital de múltiples aristas que permite una gran variedad de experiencias e intercambios. Entre estos intercambios, se encuentra la formación de nuevos hogares, dado que la mayoría de los entrevistados/as encuentra pareja en Barcelona y decide emprender la cohabitación en la ciudad.

Finalmente, cabe decir que el uso de métodos visuales, las fotografías y los mapas mentales, ha permitido complementar los resultados obtenidos en las entrevistas orales. La riqueza en los matices obtenidos en cuanto a sus recuerdos del lugar de origen y a sus experiencias y expectativas en la sociedad y ciudad de destino se han dado gracias al uso de fotografías realizadas por las mismas personas entrevistadas y a los mapas mentales dibujados al final de la entrevista por estas.

AGRADECIMIENTOS

Los dos autores agradecemos mucho estos comentarios ya que han mejorado significativamente el artículo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baláz, V. & Williams, A. M. (2004). Been there, done that': International student migration and human capital transfers from the UK to Slovakia. *Population, Space and Place*, 10 (3), 217-237.
- Beech, S. E. (2015). International student mobility: the role of social networks. *Social and Cultural Geography*, 16 (3), 332-350.
- Castles, S. & Davidson, A. (2000). *Citizenship and migration: Globalisation and the politics of belonging*. London: Macmillan.
- Collins, F. L. (2010). International students as urban agents: International education and urban transformation in Auckland, New Zealand. *Geoforum*, 41 (6), 940-950.
- Conradson, D. & Latham, A. (2005). Friendship, networks and transnationality in a world city: Antipodean transmigrants in London. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31 (2), 287-305.
- De Alba, M. (2004). Mapas mentales de la Ciudad de México: Una aproximación psicossocial al estudio de las representaciones sociales. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 19 (1), 115-143.
- De Castro, C. (1997). *La geografía en la vida cotidiana: de los mapas cognitivos al prejuicio regional*. Ediciones del Serbal, Barcelona.
- Favell, A. (2001). Migration, mobility and globaloney: metaphors and rhetoric in the sociology of globalization. *Global Networks*, 4 (1), 389-398.

- Favell, A. (2008). *Eurostars and Eurocities: Free movement and mobility in an integrating Europe*. Oxford: Blackwell.
- Guell, C. & Ogilvie, D. (2015). Picturing commuting: photovoice and seeking well-being in everyday travel. *Qualitative Research*, 15 (2), 201-218.
- Holdsworth, C. (2009). 'Going away to uni': Mobility, modernity, and independence of English higher education students. *Environment and Planning A*, 41 (8), 1849-1864.
- Hopkins, P. (2010). *Young people, place and identity*. London: Routledge.
- Kennedy, P. (2010). Mobility, flexible lifestyles and cosmopolitanism: EU postgraduates in Manchester. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33 (3), 465-482.
- King, R. & Ruiz-Gelices, E. (2003). International student migration and the European 'year abroad': Effects on European Identity and subsequent migration behavior. *International Journal of Population Geography*, 9 (3), 229-252.
- King, R. & Raghuram, P. (2013). International student migration: Mapping the field and new research agendas. *Population, Space and Place*, 19 (2), 127-137.
- Leung, M. W. H. (2013). 'Read ten thousand books, walk ten thousand miles': geographical mobility and capital accumulation among Chinese scholars. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 38 (2), 311-324.
- Ley-Cervantes, M. (2012). *Home-making strategies of Mexican middling migrants*. Tesis doctoral dirigida por Liliana Suárez Navaz. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Lombard, M. (2013). Using auto-photography to understand place: reflections from research in urban informal settlements in Mexico. *Area*, 45 (1), 23-32.
- Maresca, S. & Meyer, M. (2015). *Compendio de fotografía para uso de sociólogos*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Mendoza, C. (2006). Transnational spaces through local places: Mexican immigrants in Albuquerque (New Mexico). *Journal of Anthropological Research*, 62 (4), 539-562.
- Mendoza, C. & Ortiz, A. (2006). Hacer las Américas: Migrantes españoles de alta calificación en la ciudad de México. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 47, 93-114.
- Ortiz, A. & Mendoza, C. (2008). Vivir (en) la Ciudad de México: Espacio vivido e imaginarios espaciales de un colectivo de migrantes de alta calificación. *Latin America Research Review*, 43 (1), 113-138.
- Raghuram, P. (2013). Theorising the spaces of student migration. *Population, Space and Place*, 19 (2), 138-154.
- Sheller, M. & Urry, J. (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, 38 (2), 207-226.
- Smith, M. P. (2001). *Transnational urbanism: Locating globalization*. Malden: Blackwell.
- Smith, M. P. & Bakker, M. (2008). *Citizenship across borders: The political transnationalism of El Migrante*. Ithaca: Cornell University Press.
- Staniscia, B. (2012). Mobility of students and attractiveness of universities. The case of Sapienza University of Rome. *International Review of Sociology*, 22 (2), 245-258.
- Stephen, L. (2007). *Transborder lives: Indigenous Oaxacans in Mexico, California, and Oregon*. Duke University Press, Durham.
- Urry, J. (2007). *Mobilities*. Cambridge: Polity Press.
- Waters, J. & Brooks, R. (2011). 'Vive la différence?': The 'international' experiences of UK students overseas. *Population, Space and Place*, 17 (5), 567-578.
- Wiles, J. (2008). Sense of home in a transnational social space: New Zealanders in London. *Global Networks*, 8 (1), 116-137.
- Young, L. & Barrett, H. (2001). Adapting visual methods: action research with Kampala street children. *Area*, 33 (2), 141-152.

¹ Una primera versión del artículo fue presentado como comunicación oral en el Decimocuarto Encuentro de Geógrafos de América Latina "Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos" celebrado en Lima (Perú), del 8 al 12 de abril de 2013.

REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA DA JUVENTUDE E A PRODUÇÃO DO MEDO: EXPERIÊNCIA EM UMA CIDADE MÉDIA BRASILEIRA¹

CLARICE CASSAB¹

JULIANA APARECIDA CANTARINO TOLEDO²

KÁTIA OLIVEIRA FERREIRA²

RAYSSA PINTO REZENDE²

RESUMO – A cidade pode ser o *locus* da experiência política. Para tanto, é central que ela possa ser apropriada através do seu uso. Contudo, o que se nota é que cada vez mais o medo e a insegurança têm restringido seu uso mediante a determinação dos lugares e dos sujeitos violentos. O objectivo deste texto é discutir a forma pela qual são construídas as imagens dos jovens pobres e de seus bairros periféricos a partir da imprensa e ainda compreender como a mídia contribui para a elaboração de uma representação social que, além de produzir uma imagem estereotipada daqueles jovens e de seus bairros, restringe as possibilidades de mobilidade pela cidade. O trabalho é fruto de pesquisa realizada num jornal local, para sua realização foram coletadas matérias envolvendo jovens no período de 2005 a 2011 na cidade de Juiz de Fora, Brasil. Em seguida, foram realizadas entrevistas com jovens estudantes da cidade, com o intuito de cotejar suas escolhas em relação aos locais que evitam frequentar e as representações sociais da violência. O que se nota é a forte associação entre as imagens difundidas pela mídia e as escolhas relativas aos lugares da cidade que os jovens estudantes evitam.

Palavras-chave: Juventude; cidade; mídia; representação social.

ABSTRACT – REPRESENTATIONS OF YOUTH IN THE MEDIA AND THE PRODUCTION OF FEAR: EXPERIENCE IN AVERAGE CITY IN BRAZIL. The city can be the locus of political experience. However, it is eminent that increasing fear and insecurity has restricted its use through the determination of violent places and subjects. The purpose of the paper is to discuss how images of poor youth and their suburbs are constructed by the media. The objective is to

Recebido: Junho 2014. Aceite: Abril 2016.

¹ Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Geociências, 36037-087, Rua Ervália 28 - casa 1, São Pedro Juiz de Fora - MG, Brasil. E-mail: clarice.torres@ufjf.edu.br

² Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Geociências, 36037-087, São Pedro Juiz de Fora - MG, Brasil. E-mail: Juliana_cantarino@yahoo.com.br; katiiaferreira2312@gmail.com; rayssarezende@yahoo.com.br

comprehend how the media contributes to the development of social representation that, besides producing a stereotyped image of those young people and their neighborhoods, restricts the possibilities of mobility throughout the city. The work is the result of research conducted at a local newspaper. Material was collected involving young people over the period between 2005 and 2011 in the city of Juiz de Fora, Brazil. Then interviews were conducted with young students from the city in order to collate their choices related to places they avoid frequenting and the social representations of violence. There is a strong association between the images broadcast by the media and the choices relating to places in the city that the young students avoid.

Keywords: Youth; city; media; social representation.

RÉSUMÉ – REPRESENTATION MEDIATIQUE DE LA JEUNESSE ET DE LA NAISSANCE DE LA PEUR. L'EXEMPLE D'UNE VILLE BRÉSILIENNE MOYENNE. L'expérience politique peut être acquise en ville, à condition de connaître bien celle-ci. Or, on remarque que cette connaissance est de plus en plus limitée, à cause de l'insécurité et de la peur liées aux lieux et aux gens considérés comme violents, on discute ici la façon dont sont construites par la presse les images de la jeunesse défavorisée et des quartiers périphériques, afin de comprendre comment les médias contribuent à l'élaboration d'une représentation sociale qui, en produisant des images stéréotypées, restreint les possibilités de circulation à travers la ville. Cette étude résulte d'une recherche réalisée en rassemblant sur un journal de la ville brésilienne de Juiz de Fora, de 2005 à 2011, les informations concernant les jeunes et en réalisant des entrevues avec des étudiants afin de déterminer leurs choix concernant les lieux fréquentés ainsi que leur représentation sociale de la violence. On note une forte corrélation entre les images diffusées par les médias et les lieux évités par les étudiants en raison de leur violence.

Mots clés: Jeunesse, ville, médias, représentation sociale.

I. INTRODUÇÃO

O texto discute como são construídas as imagens dos jovens pobres a partir da mídia e de que maneira ela contribui para a construção de uma representação social que, além de produzir uma imagem negativa desses jovens e de seus bairros, restringe as possibilidades de mobilidade pela cidade ao forjar a sensação de medo e de insegurança.

Tratar juventude como categoria social significa pensá-la como uma representação sociocultural e uma situação social. A juventude é uma percepção simbólica produzida pelos próprios sujeitos, tidos como jovens e pelos grupos sociais que compõem a sociedade. Os jovens, inseridos em processos sociais complexos, experimentam a juventude de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Por essa razão, é possível afirmar que não existe apenas um tipo de juventude, mas juventudes, que assumem diferentes expressões de acordo com as condições culturais e materiais que as rodeiam. Cada juventude, portanto, deve ser entendida a partir de suas experiências individuais e coletivas. Cada jovem se assemelha ou se distingue um do outro de acordo com suas afinidades de valores, seu modo de vida em comum e pelas estratégias de enfrentamento da vida cotidiana que se entrelaçam ao ambiente urbano. Destaca-se, portanto, que a juven-

tude é um momento da vida que se define em um determinado contexto histórico e geográfico. Ela não é uma entidade de espírito como se difunde, por exemplo, nas representações midiáticas que estimulam o consumo a partir de um comportamento associado à juventude, assim como não deve ser concebida a partir de esquemas modulares, ou tipologias homogeneizantes. Por fim, certamente não se refere a um período de transição entre a dependência da infância e a independência da vida adulta. Castro e Abramovay (2003: 15), são enfáticas ao afirmarem que “definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicação, participação, consumo, gênero, raça etc”. Desse modo, embora o corte cronológico seja importante para a delimitação metodológica dos sujeitos dessa pesquisa ele não é o que define os jovens estudados. Contudo, se cada juventude deve ser entendida a partir de suas experiências individuais e coletivas é fundamental delimitá-la. No trabalho, o corte cronológico de 14 a 24 anos, adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aparece como suporte na delimitação do universo sem, no entanto, ser o marco definidor dos sujeitos dessa pesquisa. Aqui, os jovens serão apresentados e definidos a partir de duas vivências distintas. A primeira aquela marcada pela pobreza. Nesse caso, a pobreza refere-se a distintas formas de privação de bens materiais e simbólicos fundamentais para a vida. Tratada não apenas como uma categoria econômica ou política, mas como algo que está presente na própria produção da subjetividade dos indivíduos e sendo capaz de situar esse sujeito na sociedade a qual pertence e a própria pobreza como um fenômeno que afeta os sujeitos como um todo. Jovem pobre é adotado no sentido de refletir um corte dentro do universo da juventude e refere-se àqueles que vivem uma juventude marcada fortemente pelos processos de desigualdade social e de distinção territorial. São aqueles jovens que pouco vivem os direitos sociais sendo também estigmatizados em função dos seus lugares de moradia. São aqueles retratados pelas notícias difundidas no jornal pesquisado. A segunda vivência refere-se aquela partilhada pelos jovens estudantes entrevistados na pesquisa e que os colocam num lugar diferenciado em relação aos noticiados na imprensa, em função de um conjunto de oportunidades que passa pela família, pela educação e pelo emprego.

Ambos têm em Juiz de Fora o espaço onde se definirá e se desenrolará suas juventudes. O município de Juiz de Fora integra a microrregião de mesmo nome e a mesorregião da Zona da Mata Mineira, na região Sudeste brasileira. De forma geral, é possível dizer que seu desenvolvimento está fortemente vinculado aos fluxos de pessoas, capital, serviços, de três das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Sua posição geográfica possibilitou que o município e, em particular, a cidade de Juiz de Fora, adquirisse certa centralidade na região, cumprindo o papel de conexão entre pequenos centros urbanos e rurais e as grandes cidades.

Conforme o último censo de 2010, Juiz de Fora possui 516 247 habitantes, sendo que 87 790 encontravam-se na faixa de 15 a 24 anos. O que corresponde a 17% da população total. Da população total de jovens 99% vive na área urbana, sendo que 43 285 são homens e 43 649 mulheres. Atualmente, a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 550 710 habitantes.

Em relação aos demais municípios da sua microrregião, Juiz de Fora responde por 70,8% da população total e por 23,7% dos moradores da mesorregião Zona da Mata. A população de Juiz de Fora aumentou 13,3% nos últimos dez anos, correspondendo ao 4º município do estado de Minas Gerais em número de habitantes, tendo um aumento maior do que o registrado em todo o estado (9,52%).

Juiz de Fora se configura como o principal pólo regional da Zona da Mata, sendo o 5º município do estado no setor de serviços e o 10º no setor industrial. Tem-se observado, nos últimos anos, o crescimento de oferta de serviços de ponta e comércio, convertendo a função urbana da cidade rumo a um setor terciário especializado, em que se destacam os serviços privados, como modernos procedimentos médicos e variadas atividades educacionais. São essas actividades as que mais têm aumentado na cidade, ampliando a oferta que visa atender a demanda não apenas da microrregião, como também de muitos municípios da Zona da Mata Mineira e mesmo da região Serrana do estado do Rio de Janeiro e cidades do Vale do Paraíba – RJ. A breve caracterização permite inferir o peso de Juiz de Fora na região, o que tem impulsionado um importante crescimento demográfico e econômico do município.

Do ponto de vista de sua urbanização é possível afirmar que ela se deu pela lógica clássica da expansão “em salto”, na qual vazios urbanos são mantidos como reservas especulativas e tendo seu valor ampliado a partir da implantação da infraestrutura básica. É assim que, a partir das décadas de 1960-1970 a cidade foi crescendo em direção às suas vertentes e às regiões mais afastadas, em especial a região Norte, preservando, contudo o significativo adensamento nas regiões Central e Leste. Esse padrão de crescimento configurará algumas das periferias da cidade, nas quais reside parte expressiva da juventude empobrecida representada na imprensa.

Essa breve caracterização ganha razão quando pensamos que o espaço também se configura como importante elemento na definição das juventudes. Para Hopkins (2011) isso se dá, pois as experiências e acessos aos lugares serão distintos em função da idade. Assim como também os lugares associados a determinados grupos de idade influenciarão aqueles que os utilizam. Acresce-se a essas razões o fato de que o espaço é parte constitutiva da prática desses jovens, sendo, igualmente, elemento que define a condição juvenil em suas múltiplas dimensões. No movimento dialeticamente imbricado, sua juventude se produz na/pela/com a relação que os jovens estabelecem com o espaço. Suas diferentes formas de espacialidade, os usos distintos e desiguais, a maneira como concebem e representam a cidade, os lugares que frequentam e não frequentam, vão compondo a complexa teia de relações que constitui as juventudes. É assim que a experiência do jovem na cidade é elemento fundamental na constituição do sujeito.

II. METODOLOGIA

Norteadas pelo objetivo de compreender a maneira como a imprensa local contribui na construção de uma representação social sobre os jovens pobres e seus bairros de residência, a metodologia consistiu de duas etapas. A primeira possibilitou apreender qual a

imagem vinculada pela imprensa local a respeito dos jovens pobres, residentes nos bairros de maior vulnerabilidade social. Para isso, realizou-se a leitura do jornal *Tribuna de Minas*, impresso diário de maior circulação da cidade. A coleta incluiu o período de janeiro de 2005 a dezembro de 2011. Todas as seções do jornal foram lidas, tendo sido coletadas, no entanto, apenas as notícias em que jovens eram retratados, seja como autores ou vítimas do ocorrido. Posteriormente, as matérias foram agrupadas em categorias conforme o tipo de evento e participação do jovem dando origem a um banco de dados. Os eventos foram nomeados como: assalto, agressão, homicídio e droga. Cabe destacar que esse último evento refere-se a circunstâncias envolvendo consumo e venda de drogas. Por fim, cada evento reúne um conjunto de situações consideradas crime pela legislação brasileira, tais como: agressão física, assalto ou tentativa de assalto, tráfico e consumo de drogas, assassinato e/ou tentativa de homicídio. Fica ainda a ressalva de que os dados coletados são matérias vinculadas na imprensa e não representam necessariamente um incremento no número real de atos violentos e criminosos ocorridos nesses bairros, mas o aumento do interesse da mídia em noticiar esse tipo de fato nessas localidades.

Foi coletado o total de 1 731 notícias que resultaram em 1 606 eventos. Desse total, 1 434 correspondiam a eventos categorizados como homicídio, droga, assalto e agressão. Cabe esclarecer que um evento pode agrupar mais de uma notícia veiculada no impresso (ou seja, o mesmo evento pode ter sido noticiado durante mais de um dia no jornal). Nesse caso, cada matéria vinculada ao mesmo evento foi registrada em mais de uma entrada, sendo indicado, todavia, que se referia a um mesmo evento. Disso resulta a discrepância entre o número total de notícias e o de eventos.

No que respeita ao perfil geral das notícias, tem-se que mais de 90% referiam-se a eventos associados à violência. Também é importante destacara impossibilidade de traçar um perfil mais detalhado e preciso dos jovens retratados em relação à idade e sexo, já que nem todas as matérias fornecem essas informações. O que é possível dizer é que os jovens retratados eram tanto homens como mulheres e em idades que variavam de 14 a 24 anos. Dentre as matérias que explicitavam o sexo a grande maioria tratava de jovens homens, sendo que esse padrão se repete para todas as categorias de eventos coletados.

Numa segunda etapa foram realizadas entrevistas com jovens estudantes de duas universidades da cidade, bem como numa escola que oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA), de maneira que fosse possível avaliar suas formas de uso e apropriação da cidade. O objetivo foi o de identificar o rebatimento das imagens construídas pela imprensa, relativas à juventude pobre e às práticas espaciais dos jovens estudantes. Ou seja, tendo como perspectiva de análise o cotidiano dos jovens estudantes, buscou-se apreender como suas escolhas relativas aos locais que evitam na cidade são condicionadas e influenciadas pelas representações produzidas e difundidas pela imprensa a respeito dos lugares considerados violentos da cidade, bem como dos sujeitos dessa violência.

A escolha por esses jovens se justificou por estarem ainda em processo de formação e contarem com um conjunto de oportunidades. O que os diferem daqueles comumente retratados na imprensa. Procurou-se também considerar as características de gênero, cor, renda, local de moradia, situação familiar e outras categorias julgadas relevantes no processo de pesquisa e que, de alguma forma, influenciassem o movimento desses jovens

pela e na cidade. Em 2012 foram entrevistados 48 jovens na faixa de 15 a 24 anos, dos quais 25 homens e 23 mulheres, sendo que 63% deles declaram possuir algum tipo de renda. Desse número de participantes da pesquisa, 40% afirmaram ser o salário o principal tipo de rendimento, seguido de bolsa estudantil. A grande concentração de jovens que declarou ter no salário a principal fonte de renda é entendida quando se considera que 49% dos entrevistados afirmaram trabalhar. Além disso, levando-se em conta a maior concentração de entrevistados na faixa de 21 a 24 anos é previsível que grande parte deles já esteja inserida, de alguma maneira, no mundo do trabalho. Também foi expressiva a importância da mesada como fonte de renda, especialmente entre os jovens de menor faixa etária. Por fim, quanto ao local de residência, o que se registrou foi um padrão de localização na região central, refletindo o próprio padrão de ocupação da cidade. Destaca-se que os bairros componentes dessa região de Juiz de Fora são os que concentram população de maior nível de renda, sendo também os mais dotados de equipamentos públicos e privados.

A imagem exprimida pela imprensa foi confrontada com as escolhas dos jovens estudantes em relação à sua movimentação pela cidade. Portanto, o foco está no desvelamento das formas de apropriação da cidade, tendo como ponto de partida as experiências cotidianas dos jovens na e pela cidade. Tais experiências implicam a escolha quanto à mobilidade que, por seu turno, é entremeada pelas representações sociais da violência (em sua natureza, local de ocorrência e sujeitos), tendo a mídia importante papel na definição dela.

III. O OUTRO DESIGUAL: IMAGEM E REPRESENTAÇÕES SOBRE OS JOVENS POBRES

Para Moscovici (2003: 33), estamos frequentemente envoltos por ideias, palavras e imagens que “penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossas mentes” e que vão engendrando as representações de determinado objeto social. Ainda, conforme o autor, essas representações sociais são como códigos do senso comum, tecidos a partir do cotidiano e que participam na construção de certas concepções e visões de mundo que os diferentes sujeitos possuem sobre a realidade. Essas representações seriam sistemas de interpretações que regem os sujeitos com o mundo e com os outros, sendo definidas como “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” (Moscovici, 1978: 75).

Tal interpretação permite concluir que a representação sobre algo sempre se dá a partir da relação com o outro, capaz de produzir uma interação que, para Alves-Mazzotti (2008: 21), cria “universos consensuais”, nos quais novas representações são produzidas e comunicadas, transfigurando-se de simples opiniões para “verdadeiras teorias do senso comum, construções esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto, facilitar a comunicação e orientar condutas”.

De modo geral, é possível pensar que as representações sociais se constituem como ideias socializadas, resultantes da vivência coletiva e da forma como cada um inter-

preta as figuras e imagens socializadas. São, portanto, orientadas para a comunicação e compreensão do contexto social e, manifestam-se como imagens, conceitos, categorias, teorias socialmente elaboradas e compartilhadas. Elas contribuem tanto para a elaboração de uma realidade comum como para a comunicação entre os indivíduos, sendo somente compreendidas quando contextualizadas em termos de suas funções simbólicas e ideológicas. Ou seja, no seu contexto de produção e dos agentes produtores e suas finalidades.

É assim que “os sistemas simbólicos emergem para unificar o imaginário social” e “arquitetam as finalidades e a funcionalidade das instituições e dos processos sociais” (Moraes, 1997: 96). Para Moraes (1997: 97), por meio dos variados imaginários “uma sociedade traduz visões que coexistem, superpõem-se ou excluem-se enquanto forças reguladoras do cotidiano”.

“Na atualidade, a mídia tem cada vez mais assumido centralidade no processo de construção do imaginário social, tornando-se um instrumento capaz de produzir “esquemas dominantes de significação e interpretação do mundo” (Coimbra, 2001: 29). Ao influenciar sobre o que pensar e como pensar, a mídia impõe temas e perspectivas. É assim que as imagens veiculadas no tocante à juventude são partícipes na construção do imaginário social sobre os jovens. Especialmente os residentes nas periferias pobres da cidade”.

São jovens os que mais apareceram nas manchetes e notícias do Jornal Tribuna de Minas. Do total de matérias recolhidas pela pesquisa mais de 95% associavam esses jovens a eventos de violência. Confirma-se, portanto, a reflexão de Coimbra (2001) sobre a centralidade que a mídia adquire na atualidade ao definir e determinar os temas, comportamentos e modos de compreensão que deverão ser tratados pela sociedade. Esses temas tornam-se, mediante a repetição constante e de sua vinculação cotidiana na imprensa, problemas sobre os quais é preciso se posicionar e criar “soluções”. Pela ininterrupta construção de modelos de unidade, de racionalidade, de justiça, de beleza, de cientificidade, os meios de comunicação de massa produzem subjetividades que nos indicam como nos relacionar, como, enfim, ser e viver dentro de uma permanente processo de modelização» (Coimbra, 2001: 30)

Dentre os temas preferidos na mídia para falar dos jovens está a violência. O quadro I a seguir indica a distribuição dos eventos de acordo com suas categorias e tipo de participação do jovem.

Quadro I – Total de eventos, segundo categoria e participação do jovem (2005-2011).

Table I – Total events, according to category and participation of youth (2005-2011).

Participação do jovem	Categorias de eventos				Total
	Assalto	Homicídio	Agressão	Drogas	
Autor	259	122	115	342	838
Vítima	188	258	150	0	596
Total	447	380	265	342	1434

Uma primeira leitura da tabela aponta que os jovens são mais retratados como autores do evento. Todavia, vale uma ressalva. Os eventos relacionados à droga não possuem registros na categoria vítima, pois tratam apenas da venda e/ou consumo. Sendo assim, se excluídos os eventos envolvendo droga tem-se a inversão, aparecendo os jovens como vítimas mais do que como autores.

Quanto à participação dos jovens em tais matérias nota-se que quando são autores do evento eles estão associados, especialmente, a situações que envolvem drogas, seguidas por assalto e homicídio. Já quando vítimas é o evento homicídio o de maior quantidade de registros.

Ao atentar-se para o total de registros por evento e ano, o que se evidencia é um interesse maior no relato de situações que envolviam jovens e atos considerados violentos. O quadro II evidencia que de um total de 49 registros em 2005, esse valor passou para 257 no ano de 2011. Aumento considerável, portanto.

Quadro II – Total de eventos segundo categoria e ano de publicação.

Table II – Total events, according to category and year of publication.

Tipo de evento	Ano da publicação						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Assalto	18	46	53	99	56	94	81
Agressão	17	44	27	64	12	52	49
Homicídio	6	36	58	57	68	85	70
Drogas	8	29	41	64	55	88	57
Total	49	155	179	284	191	319	257

Fonte: Jornal Tribuna de Minas, 2013

Em relação à categoria de evento houve o incremento das notícias relativas a assalto, seguidas de homicídio e droga. Chama especial atenção, no entanto, o fato de que em muitas situações o jornal noticia o consumo ou tráfico de drogas como sendo o “motivo” que explica o evento retratado. A associação direta e simplista entre drogas e violência é repetidamente difundida em muitas das matérias registradas. Homicídio e assalto acabam por se tornar as expressões objectivas dessa relação. Ou seja, é como se as causas das mortes e dos assaltos na cidade estivessem directamente ligadas a um suposto aumento do tráfico de drogas.

Se de um lado, pode-se imaginar que esse aumento acompanha um real incremento da violência na cidade, de outro, contribui para que se forje o imaginário que associa de forma direta os jovens à violência. Imaginário que acompanha a maneira como a própria juventude é muitas vezes concebida tanto pelo senso comum, como nas políticas públicas. Momento transitório que exige atenção e vigilância por parte do mundo adulto, os jovens seriam naturalmente propensos a rompantes violentos. São considerados sujeitos que precisam de constante vigilância, controle e tutela para que não se pervertam ou não se percam no mundo das drogas ou do crime. Por conta dessa imagem da juventude, sobrevive, por exemplo, o discurso que transfere à família e/ou ao indivíduo a culpa pela violência cometida pelo jovem.

Nas palavras de Guedes (2003: 50):

“A família pobre é frequentemente acusada como responsável pelo destino fracassado de seus filhos, que desde muito cedo são lançados aos perigos das ruas, a falta de escolaridade, aos diversos tipos de exploração, atribuindo à esse abandono a conotação de um ato voluntário praticado por mães insensíveis e por pais descompromissados com o seu papel de proteção.”

Cotidianamente a imprensa remete para a sensação (real ou não) de insegurança e medo. O resultado é que a centralidade assumida pela questão da criminalidade e violência nos debates públicos, nas decisões políticas e na vida diária das pessoas é acompanhada pela intensificação do sentimento de medo e pela estigmatização e criminalização de determinados grupos sociais e lugares da cidade.

Ao retratar as manifestações de violência e os jovens como sujeitos dessa violência, a mídia contribui para a construção de estereótipos que consolidam binômios causalistas como: violência e miséria, violência e tráfico, jovem e violência. Ao fazer isso, ela reforça a imagem negativa do jovem pobre urbano. Para Guedes (2003: 56):

“Os jovens pobres são cada vez mais identificados a partir de estereótipos que os enquadram como marginais em potencial atraindo os olhares carregados de preconceitos: do aparato policial que o identifica como “suspeitos”, da mídia que reforça essa imagem através de matérias que alardeiam a sua enorme ameaça e da sociedade que deposita nesses jovens a responsabilidade pelo aumento da criminalidade.”

A violência, no entanto, somente pode ser compreendida ao ser acionada uma complexa teia de múltiplas determinações. Isso exige, conforme salientado por Sposito e Góes (2013: 13), “a problematização da unificação de uma pluralidade de eventos, circunstâncias e fatores num único conceito, que tem favorecido o encobrimento de relações de poder, ao mesmo tempo em que a violência é representada como um sujeito difuso”. Embora fuja ao escopo da discussão deste trabalho, existem alguns elementos que ajudam a compreender o fenômeno da violência. Dentre eles, o sentido de instabilidade que domina a vida atual, decorrente, em grande medida, da inexistência de barreiras à ação do mercado e do capital, que tornam incertas as garantias de emprego e de condições de trabalho e vida. Tal insegurança resulta no enfraquecimento dos laços e das relações interpessoais, produzindo a sensação partilhada por todos de um mundo cada vez mais indeterminado, maleável e competitivo. Sob essa lógica, a diferença se reverte em desigualdade e, o outro passa por completa objetivação de sua humanidade, tornando-se objecto de políticas de segurança pública e/ou mesmo de aniquilação.

Para Ribeiro e Lourenço (2003: 87), há uma racionalização cada vez mais aguda, no sentido de legitimar o descarte dos jovens pobres, que “não se ajustam às molduras simbólicas da juventude e não interessam aos comandos da gestão da economia”. Ainda, de acordo com as autoras:

“(…) os processos envolvidos no acesso à idade adulta e, portanto, à construção cultural do envelhecimento, contêm, atualmente, pressões contraditórias quase avassaladoras: por um lado a navegação na incerteza, que constitui a alavanca da fase contemporânea

do capitalismo, e, de outro, a exigência de adesão a crenças que orientem a relação presente → futuro e, portanto, a afirmação num mundo comandado pela competitividade e pelo individualismo” (Ribeiro & Lourenço, 2003: 87).

Nesse ambiente de instabilidade e insegurança na vida, o aumento do medo do crime torna-se comum ao cotidiano das cidades. Crime e a violência convertem-se em assuntos de destaque e o medo passa a simplificar a leitura sobre o mundo, dividindo-o entre o bem e o mal. É ele que explica o crime e a violência a partir de preconceitos, estereótipos e estigmas e define a existência de um grupo social centrado no tema da violência urbana, objeto do medo e alvo das medidas repressivas.

IV. “LÁ EU NÃO VOU, NÃO!”: O MEDO DA CIDADE É O MEDO DO OUTRO

1. A perspectiva da mídia

Assim como não são todos os jovens descritos como perigosos, também não são todos os locais da cidade retratados como violentos e perigosos. A vinculação entre violência e pobreza expressa outra relação comumente concatenada nos registros coletados na imprensa, aquela referente à violência e periferia. Para melhor compreensão dessa relação é preciso considerar que Juiz de Fora se caracteriza por ser uma cidade de significativa concentração de renda, tendo expressivo percentual de população, cujo rendimento é de até um salário mínimo (SM), conforme dados do último censo. Essa concentração também tem sua expressão territorial. Enquanto na região Central estão localizados os bairros considerados mais valorizados, espalham-se por grande parte do território de Juiz de Fora os bairros de expressiva pobreza, sendo nas regiões Norte e Leste da cidade onde mais se concentram. São também essas as três regiões – Central, Norte e Leste – as mais retratadas no jornal.

Todavia, é preciso refinar a investigação separando as matérias por categorias de evento. Tal movimento permite identificar que para cada tipo de crime há um determinado padrão de localização e uma forma específica de tratamento pelo jornal. Embora o medo da violência perpassasse a totalidade da cidade e as matérias estivessem fundamentalmente concentradas na região Central, existem aqueles locais considerados potencialmente perigosos e, por isso, devem ser evitados. Há, com isso, uma espécie de regra que determina para cada tipo de ato violento e para cada forma de participação do jovem, um padrão específico de espacialização das matérias.

Ao tomar como referência os tipos de evento, os assaltos foram mais relatados no Centro e na região Norte. Porém, enquanto na região Norte, os jovens eram predominantemente os autores do assalto, na Central, eles eram retratados como vítimas, o mesmo ocorrendo na região Sul. Em ambas, mas em especial na Central, os jovens são descritos como estudantes que ou residiam ou estavam transitando pelas regiões em função do estudo ou da busca pelos serviços existentes. É comum o uso de termos como “jovem”,

“rapaz”, “estudante”, “transeunte”, ao referirem-se aos jovens como vítimas. Enquanto, no caso de serem autores, foram mais comuns palavras como “marginal” “meliante” “indivíduo” e “bandido”.

Para os eventos categorizados como *agressão*, considerando ambas as formas de participação, foi a região Norte, seguida pela Central, as que mais apareceram nas reportagens. Muitas dessas matérias são relativas às brigas de motivação territorial. Nesse contexto, há o confronto entre jovens residentes de bairros considerados rivais. Também é frequente que tais enfrentamentos ocorram na região Central da cidade, considerada neutra pelos jovens. Além dessas notícias, também são comuns as matérias que apresentavam agressões ocorridas nas escolas. Para esse tipo de evento – agressão – autores e vítimas se confundem e são representados fundamentalmente como sendo jovens das periferias, estando mais comumente no papel de vítima do que de autor.

Também os atos envolvendo *drogas* e *homicídios* são mais frequentemente relatados nas periferias da cidade, tradicionalmente associadas à imagem de pobreza e habitando o imaginário social como lugares violentos. As matérias relativas à categoria homicídio estão concentradas na Região Norte da cidade, seguida da Leste, sendo maior o número de matérias relatando os jovens como vítimas de homicídio do que autores. A região Leste, de Juiz de Fora, destaca-se como tendo a maior concentração de matérias relativas à droga, seguida pela Norte. No caso do evento drogas, o jovem é apenas o autor.

São as regiões Central, Norte e Leste as que se sobressaem na imprensa local quando se faz alusão a atos violentos. Há, no entanto, que se fazer a distinção necessária entre elas e, em especial, entre as regiões Norte e Leste e a Central. Tal diferenciação permite compreender como o jornal trata e relata cada uma delas ao estipular uma forma de abordagem diferenciada para o Centro da cidade e para as duas outras regiões.

A região Central tem população um pouco maior que 100 mil habitantes, distribuídos em 24 bairros, dos quais a maioria é residencial e considerada valorizada na cidade. Também é nela que se localiza o centro comercial, que reúne as principais atividades comerciais e de serviços, sendo, portanto, a de maior circulação de pessoas e capital em Juiz de Fora.

O mesmo não se pode dizer das regiões Norte e Leste, estando nelas a maior parcela da população pobre da cidade. A região Norte subdivide-se em 63 bairros, com população maior que 76 mil habitantes. A Leste é composta por 34 bairros e, cerca de 85 mil moradores, sendo também caracterizada por uma ocupação antiga e bastante adensada, superada apenas pelo Centro. Seu sítio é íngreme sendo comum a ocupação nas encostas de morros. São nas regiões Norte e Leste que se localizam o maior número de habitações subnormais, classificadas pelo IBGE (2010). Dos 14 aglomerados subnormais definidos por aquele órgão, seis estão na Zona Norte e dois na Leste. Além disso, considerando que a média de pessoas na cidade que recebe até 1 SM é de 22,7%, 45 regiões urbanas encontram-se acima da média, sendo que, proporcionalmente, é a região Leste da cidade a que mais concentra essa faixa de rendimento.

Ao retratar com maior frequência os eventos ocorridos nessas duas regiões, a imprensa acaba por contribuir para a consolidação de uma imagem de pobreza e violência. Autores, como Caldeira (1984) e Marques e Torres (2005), já apontaram para a

importância de se reconhecer a diversidade material e simbólica que compõe a vida da/na periferia. Todavia, ao repetir sistematicamente o binômio pobreza-violência, a imprensa difunde a ideia oposta, a de uma suposta unidade e homogeneidade das áreas periféricas, atribuindo a essas regiões características homogeneizantes, marcadas, especialmente aos homicídios e ao envolvimento com drogas.

Baptista (1999) desperta nossa atenção para a existência de determinados sujeitos sociais que se comportam como “amoladores de faca”. Sem rosto e sem personalidade, ocultos sob uma pretensa neutralidade, através de discursos, textos, modos de pensar e de falar, esses sujeitos fragmentam a violência, reduzindo-a a particularidades e a casos individuais, contribuindo para o acirramento das tensões urbanas. Para o autor, os “amoladores de faca” podem ser encontrados entre “profissionais de prestígio” tanto dentro quanto fora da mídia e, produzem a “ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra”. A ação de seus discursos, todavia é microscópica e cuidadosa. Esses profissionais, ao criarem perguntas e procurarem dar-lhes resposta, determinam quais os problemas e suas respectivas soluções (Baptista, 1999: 46).

Ao agir como “amoladores de facas”, a imprensa participa da construção de uma imagem de violência que se objetiva nessas áreas da cidade, definindo-as como perigosas e, portanto, lugares a serem evitados. Assim a imprensa local legitima e aclama a necessidade de ações que tenham como intenção “reduzir a incidência de crimes violentos (...) e aumentar a sensação de segurança da população”, conforme depoimento do comandante geral da Polícia Militar da cidade, quando questionado sobre o incremento de assaltos no Centro da cidade por uma repórter local.

Para as zonas Leste e Norte, as matérias centram-se unicamente em relatar o ato sem apresentar ou cobrar as ações do poder público e/ou da sociedade. Ou seja, a distribuição das matérias por tipo de evento e região na cidade permite perceber que, de uma forma geral, são outorgadas às periferias da cidade a imagem de violenta. Ao enfatizar apenas a violência e as ocorrências policiais, conforme já afirmado, a imprensa acaba homogeneizando esses espaços, simplificando sua vida social e, atribuindo a eles valores e sentidos associados ao crime, à violência e à pobreza.

A mídia faz isso tanto pela repetição quanto pela determinação dos temas e fatos relativos às periferias que podem e devem ser relatados, bem como a forma como eles serão apresentados. Ao serem desconectadas da cidade e ao desconsiderarem os processos sociais que lhe originaram e lhe conformaram, as periferias da cidade são vistas como lugares violentos e seus moradores, especialmente quando jovens, como criminosos ou potenciais bandidos.

O que, portanto, permite pensar que o imaginário social, além de uma dimensão política, possui uma forte componente espacial dada pelos significados que são atribuídos aos lugares. Para Castro (1997: 177),

“(...) todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico. (...), o imaginário reporta-se a espaços, produz uma topografia que lhe é própria e reflete, embora transformado, as relações que o homem estabeleceu com o espaço, onde o passado trouxe suas inscrições, dando assim uma materialidade à memória colectiva”.

2. A perspectiva dos jovens estudantes

Pain (2001) define o medo do crime e da violência como uma gama ampla de respostas emocionais e práticas ao crime e à desordem. Para ela, essa definição enfatiza o impacto das preocupações sobre o crime na vida social cotidiana das pessoas. Além disso, o medo do crime e da violência se constrói socialmente e a partir de diversas identidades sociais, reforçando o fato de que para muitos haveria uma associação entre o medo e determinados lugares na cidade. É assim, que o medo contribui para a imagem negativa de determinadas áreas da cidade e participa nas escolhas dos locais que se evita ir, forjando estigmas que são dados aos lugares e aos sujeitos que neles residem.

Pain e Smith (2008) sinalizam para o fato de que o medo se materializa de diferentes formas. Uma delas alude os efeitos que ele tem sobre a mobilidade, o comportamento e o estilo de vida. É o que se observou entre os estudantes entrevistados na pesquisa. Ao elencarem os lugares da cidade a que evitam ir, apontaram não irem a bairros periféricos, identificados, por eles, como violentos. Um dos entrevistados, morador do bairro São Mateus, na região Central da cidade, é enfático em declarar: “Lá eu não vou, não!”. Lá, citado pelo jovem, é um bairro periférico de Juiz de Fora.

Chama atenção, contudo, o fato de que todos os bairros mencionados pelos jovens entrevistados nunca foram visitados por eles, como exemplificam as suas opiniões:

“(...) eu não vou assim em lugares que não seja os que eu conheço, então em nem sei te falar onde eu evito assim, mas **eu sei que tem os bairros perigosos**, tipo assim, Dom Bosco que eu sei que é perigoso e eu tento evitar passar” (Jovem, homem, 20 anos, morador da região Oeste. Entrevista de campo, 2012).

“Vila Ozanan, Solidariedade, esses assim. Porquê **cê olha no jornal** é muita violência, é muita gente mexendo com esse negócio de drogas, então por causa dessas coisas mesmo” (Jovem, homem, 22 anos, morador da região Central. Entrevista de campo, 2012).

“(...) se eu fosse evitar eu ia evitar **um bairro mais famoso** por ser violento. Linhares ou Cidade do Sol, eu posso até estar equivocado no que eu to falando. **Só por ouvir falar**, mas posso estar equivocado” (Jovem do sexo masculino, 19 anos. Entrevista de campo, 2012).

“Acho que os **lugares mais perigosos**, que têm mais índices de assalto, e assassinatos, essas coisas a gente procura evitar mesmo” (Jovem, mulher, 22 anos, moradora da região Central. Entrevista de campo, 2012).

“Atrás da minha casa **dizem que é muito perigoso**, atrás do Bom Pastor, na Vila Olavo Costa, acho que é só lá. Eu conheço muito pouco esses bairros assim” (Jovem, mulher, 22 anos, moradora da região Central. Entrevista de campo, 2012).

Para eles, a ausência de experiência real nesses bairros não é o fator determinante em suas escolhas. Não vão, pois “ouviram falar”, ou porque “leram no jornal”, ou ainda porque “alguém disse que é muito perigoso”. Pedrazzini (2006: 119) pondera que “a qualidade

da relação entre usuário e seu ambiente é mediada pelo sentimento de insegurança e directamente afetada pela instauração progressiva do perigo”. Para esses jovens entrevistados, não pesa, na sua decisão de evitarem determinados bairros, o fato de nunca terem vivido uma experiência violenta neles. O que determina suas escolhas é a percepção de insegurança que, por sua vez, condiciona as práticas adotadas para respondê-la.

A violência representada não necessariamente coincide com a violência real. Nesse movimento de dissociação entre o real e o representado, a mídia tem papel fundamental ao produzir e se apropriar do medo e forjar uma determinada realidade. É assim que, mesmo sem nunca terem ido a esses locais, ou terem vivido alguma experiência violenta, os jovens aceitam com naturalidade as imagens socialmente produzidas sobre as periferias e seus moradores. Os jovens reproduzem a dicotomia entre centro e periferia através das ideias que são transmitidas a eles por outros, que lhe dizem o que é a periferia: violenta e perigosa. Ao naturalizarem essas imagens, acabam por torná-las suas. Eles relatam:

“É, os bairros que **eu não conheço e dizem ser mais violentos**, eu evito sim. Ah, eu não sei nome, não sei nome, mas os mais afastados do Centro” (Jovem, mulher, 20 anos, moradora da região Sul. Entrevista de campo, Juiz de Fora, 2012).

A sensação de insegurança associada àqueles bairros não surge como uma experiência real, mas como repetição de um medo que é, em grande medida, socialmente (re) produzido. Pain (2001) salienta que o medo do crime cria e reforça a exclusão da vida social e de determinados espaços urbanos. “Ouvir falar”, “é o que se lê”, “é o que se vê no jornal” foram expressões comuns nas falas dos estudantes para justificar por que determinados locais da cidade seriam perigosos. A frase seguinte exemplifica:

“Santa Rita, Furtado, Olavo Costa, Alguns da Zona Norte, os mais distantes né, Náutico, Igrejinha, a gente acaba evitando. Ah, o motivo é aquele **que a gente sempre vê no jornal**, né. Confusão” (Jovem, homem, 19 anos, morador da região Central. Entrevista de campo, Juiz de Fora, 2012).

Há, dessa forma, na colocação do jovem, um significativo abismo entre a violência real e a violência representada. Nas palavras de Abramovay e Castro (2006:15):

“(…) nem sempre a violência se fundamenta em crimes e em delitos, mas ela permeia nosso cotidiano, nossas mentes e alma na forma de um sentimento de insegurança. Ou seja, não necessariamente se fazem necessárias provas, corpos para configurar algo como violência e é neste momento que nos violentamos, alterando gostos, hábitos e prazeres culturais, nos disciplinado por medos. A violência é ressignificada segundo tempos, lugares, relações e percepções, e não se dá somente em atos e práticas materiais.”

É o caso dos jovens entrevistados que atribuem valores e significados a determinados bairros da cidade, reproduzindo os estereótipos “da periferia” e a frágil relação entre pobreza e violência, acompanhando e reeditando as imagens geradas de medo difundidas pela imprensa. Uma das entrevistadas alega não ir para Nossa Senhora Aparecida, bairro comumente conhecido como Cidão e localizado na região Leste de Juiz de Fora. O motivo alegado é o o medo:

“Cidão porque eu já ouvi falar muito também. Então eu tenho medo e nem passo por lá. Ah porque lá tem muito... Dizem que lá é... Não é preconceito, mas é porque eu tenho medo entendeu? Então eu evito.” (Jovem, mulher, 23 anos, moradora da região Central. Entrevista de campo, Juiz de Fora, 2012).

O medo da violência, expresso como a razão para evitarem locais na cidade, não é o resultado da experiência e vivência efetiva da violência, mas sim o produto de um imaginário social que determina e define coletivamente os lugares perigosos ou não na cidade, bem como os sujeitos da violência e os modos de pensar e agir diante dela.

Ao mesmo tempo em que relata um aparente caos resultante do aumento crescente da violência, a mídia também procura estabelecer certa ordem (Imbert, 1992). Faz isso indicando os lugares e os sujeitos que devem ser evitados, porque potencialmente são perigosos. Com isso, a imprensa estimula práticas que intensificam a desconfiança em relação ao outro, o esvaziamento dos espaços públicos e a consequente perda da tessitura política.

Sposito e Góes (2013) pontuam a relação entre essas novas práticas cidadinas e o futuro da cidade. Para as autoras, o futuro da cidade é cada vez mais condicionado por um presente pautado na representação de uma insegurança urbana e pela desconfiança em relação ao outro. Assim, embora as autoras tratem particularmente das práticas espaciais de moradores residentes em condomínios fechados em cidades paulistas, parece ser possível generalizar essa afirmativa para outras práticas espaciais cotidianas, como as escolhas feitas pelos jovens desta pesquisa ao determinarem os lugares não frequentados.

Por essa razão, são igualmente significativas as paradas e os trajetos desses jovens pela cidade, na medida em que iluminam uma escolha e uma forma de particularizar e valorizar diferencialmente o espaço. Isso porque seus passos, os lugares para onde vão e para onde não vão, os motivos de suas escolhas, seus percursos e as formas de uso da cidade são influenciados pela maneira pela qual a própria imagem da cidade é produzida, tendo a mídia, nesse processo, importante papel.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos que se sobressai no tocante ao poder dos meios de comunicação é aquele que se manifesta na produção da culpa e condenação sumária de determinado perfil de indivíduos, através da generalização da suspeição. O que implica, evidentemente, a presunção de culpa. É assim que no processo de construção das representações sociais sobre o jovem pobre e das periferias das cidades a imprensa cria e difunde estereótipos, super dimensionando a violência, ampliando o sentimento de insegurança urbana e contribuindo para a intolerância e criminalização dos jovens, da pobreza e das periferias.

A mídia atua ativamente na produção do medo, associando juventude à violência, apresentando o jovem como o causador da violência. Por sua vez, ela estimula, no imaginário social, a urgente necessidade do aumento da repressão desse grupo. O medo é ampliado quando se soma à condição juvenil atributos geográficos. Como visto pela coleta de dados, são os jovens moradores das periferias os mais retratados, especialmente quando estão envolvidos em assaltos, homicídio e drogas.

Resulta desse movimento a fragmentação da cidade em territórios tratados e percebidos como dicotômicos e, em muitos casos, antagônicos: centro e a periferia, o asfalto e a favela, etc. Dicotomias que refletem a separação entre o eu e o outro desigual. O medo da cidade é especialmente o medo do outro. Outro esse que ganha rosto por meio de matérias diariamente veiculadas na imprensa. Outro que reside nos bairros considerados perigosos. A fragmentação da cidade coloca em risco o direito de todos à cidade. Direito que é negado de diferentes formas e intensidades, tanto aqueles jovens rotulados como perigosos, cujos passos devem ser vigiados, controlados e reprimidos, como entre aqueles que também têm sua mobilidade restrita em função da insegurança.

O medo é direcionado tanto aos sujeitos compreendidos como potencialmente perigosos como para os espaços considerados favoráveis à ocorrência de atividades criminais. É assim que o medo do crime e da violência provoca efeitos e tensões excludentes que atingem a vida cotidiana intensificando desigualdades sociais e demonizando os grupos sociais que estariam no fio da navalha do medo (Pain & Smith, 2008).

A pesquisa conduziu a um entendimento desse processo ao perceber que as escolhas relativas aos lugares da cidade que os jovens estudantes evitam ir são também condicionadas pela sensação de medo e insegurança que domina a vida social. O “medo na cidade” é algo que constitui o próprio imaginário dos jovens entrevistados. Medo que é também encarnado em seus corpos e vai ressignificando seu cotidiano, conduzindo suas práticas socioespaciais na medida em que dividem a cidade em lugares que podem ou não serem visitados. Em suas práticas, portanto, os jovens estudantes reproduzem os estigmas territoriais (Saravi, 2008) produzidos e vinculados pela mídia.

A reprodução de falsas dicotomias como o bem e o mal, o centro e a periferia, naturalizam a desigualdade, expõem preconceitos e multiplicam práticas repressivas e de controle sobre os jovens pobres das periferias urbanas. Mas, tal reprodução também vai enfraquecendo a cidade como espaço público na medida em que rompe os liames sociais que promovem a copresença dos indivíduos. O que se percebeu, portanto, foi a dupla dimensão dessa fragmentação. De um lado, e de forma mais cruel, os jovens pobres vivenciam a negação da cidade em função de sua condição social. Medidas de contenção dos pobres na periferia, de restrição à sua mobilidade na cidade, de repressão e até mesmo o seu extermínio, são exemplos de práticas que negam a cidade aos jovens pobres. De outro, o medo e a insegurança imobilizam outros jovens, aqueles representados nessa pesquisa. Jovens estudantes, de classe média, que pelo temor do desconhecido vão eliminando da cidade os pedaços que consideram estranhos e perigosos (Sarlo, 2009), repetindo os lugares permanentemente retratados pela imprensa. A negação da cidade é a própria supressão da copresença, do estar com o outro diferente, da possibilidade da política como exercício de convivência, coexistência e futuro.

A partir de representações estereotipadas e estigmatizadoras, incansavelmente produzidas e transmitidas pela mídia, se consolida uma sociedade cada vez mais centrada no individualismo que conduz a suspeitarmos do outro e de suas intenções, culpabilizando certos grupos e/ou indivíduos e rotulando os bairros que habitam. A individualização, como forma da sociabilidade moderna, ganha uma tonalidade ainda mais forte num

cenário de insegurança, em que a apreensão sobre o que poderá vir a acontecer e o temor do outro é cada vez mais banalizada. Para Castel e Haroche (2001), trata-se do enfraquecimento da identidade coletiva, decorrendo na constituição de novas formas de individualidade e na descoletivização, que coloca em xeque o sentido de pertença coletivo dos indivíduos ao forjarem uma nova sociabilidade cada vez mais centrada na individualização. Para os autores, esse indivíduo é fortemente marcado pelo excesso de subjetividade, orientando-se no mundo exclusivamente conforme seus interesses.

Na exacerbação do individualismo a vida coletiva se enfraquece, condicionando e limitando a possibilidade do uso da cidade como *locus* da experiência pública e, portanto, política. A vida pública passa a ser substituída pela vida privada, cada vez mais fortificada diante do medo e da insegurança.

Fica, todavia, o desafio de tratar a juventude e a cidade como categorias políticas, superando as leituras que tratam a primeira como abstração e a segunda como objeto. Tal ação obriga pensar a dimensão política da cidade e os jovens enquanto sujeitos. O que, evidentemente, força a refletir como a cidade pode ser espaço de convivência, de troca, de celebração da diferença. Espaço material e simbólico para e na construção de estratégias que projetam um presente e um futuro possível a todos e, em especial, aos jovens.

AGRADECIMENTOS

Registramos os agradecimentos aos jovens que concordaram em participar dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M. & Castro, M. G. (2006). *Caleidoscópio das violências nas escolas*. Brasília: Missão Criança.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2008). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Revista Múltiplas Leituras*, 1 (1), 18-43.
- Baptista, L. A. (1999). A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de faca. In Baptista, L. A. (Org.), *A cidade dos sábios*. (pp. 45-49). São Paulo: Summus.
- Caldeira, T. P. R. (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- Castel, R. & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété social, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: Fauard.
- Castro, I. E. (1997). Imaginário Político e território: natureza, regionalismo e representação. In Castro, I. E., Gomes, P. C. & Correa, R. L. (Org.), *Explorações Geográficas*. (pp. 155-196). São Paulo: Ed. Bertrand Brasil.
- Castro, M. G. & Abramovay, M. (2003). *Por um novo paradigma de fazer políticas: políticas de/para com juventudes*. Brasília: UNESCO.
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói: Editora Oficina do Autor e Intertexto.
- Guedes, V. G. (2003). *Jovens pobres e as vicissitudes da esperança*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Hopkins, P. (2011). Jovens, masculinidades, religião e raça: novas geografias sociais. In Silva, J. M., Ornat, M. J. & Chimin Junior, A. B (Org.), *Espaço, gênero e masculinidades plurais*, (pp. 193-224). Ponta Grossa: Ed. Toda palavra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico do Brasil*. Disponível em: [consult.og.mar.2015].
- Imbert, G. (1992). *Los escenarios de la violencia*. Barcelona: Icaria.

- Marques, E. & Torres, H. (2005). São Paulo: *segregação, pobreza e desigualdades Sociais*. São Paulo: Editora SENAC.
- Moraes, D. (1997). Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. *Revista Contracampo*, 1, 93-104.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações sem psicologia social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Pain, R. (2001). Gender, race, age and fear in the city. *Urban Studies*, 38 (5-6), 899-913.
- Pain, R. & Smith, S. J. (2008). *Fear: Critical Geopolitics and everyday life*. Hampshire: Ashgate.
- Pedrazzini, Y. (2006). *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes.
- Ribeiro, A.C.T. & Lourenço, A. (2003). Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In Fraga, P. C. P. & Iulianelli, J. A. S. (Org.), *Jovens em tempo real*. (pp. 38-53). Rio de Janeiro: DP&A.
- Saravi, G. A. (2008). *Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad em La Ciudad de México*. Santiago do Chile: EURE.
- Sarlo, B. (2009). *La ciudad vista: mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Sposito, M. E. B. & Góes, E. M. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp.

ⁱ Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tendo financiamento do CNPq.

MOVILIDAD RESIDENCIAL EN EDADES AVANZADAS EN ESPAÑA: UNA PERSPECTIVA METROPOLITANA

ISABEL PUJADAS RÚBIES¹
JORDI BAYONA-I-CARRASCO²
MIGUEL RUBIALES PÉREZ³

RESUMEN – En las áreas metropolitanas de Barcelona y Madrid, las dos mayores regiones metropolitanas de España, las migraciones internas de carácter residencial protagonizadas por mayores de 80 años doblan sus intensidades en apenas dos décadas. Este crecimiento se produce de forma similar en el conjunto de España, y se relaciona con la pérdida de independencia domiciliar producto de la edad. Desde un punto de vista territorial, estas migraciones se caracterizan por una sobrerrepresentación de las salidas desde las ciudades centrales de las dos metrópolis, con una especialización de algunos de los municipios periféricos en su recepción, principalmente de aquellos donde la tipología de la vivienda predominante es la unifamiliar. Las migraciones previas de los hijos en un entorno metropolitano, además de la fijación de instituciones para mayores en dichos municipios, explican unas pautas que, por otro lado, son muy parecidas en Barcelona y Madrid.

Palabras clave: Migración interna; población en edades avanzadas; características sociodemográficas; pautas territoriales.

ABSTRACT – RESIDENTIAL MOBILITY OF OLD PEOPLE IN SPAIN: A METROPOLITAN PERSPECTIVE. This paper analyses the internal migration of the elderly in the Barcelona and Madrid metropolitan areas. The population with more than 80 years experienced an increase in the intensity of their mobility over the past two decades. This growth is distributed throughout the country and associated with an age related autonomy loss. From a territorial point of view, the main traits of these migrations are: an overrepresentation of exits from the central cities of both metropolises and the concentration of arrivals in some peripheral

Recibido: Outubro 2014. Aceite: Janeiro 2016.

¹ Catedrática de Geografía, Departament de Geografia, Universitat de Barcelona. E-mail: ipujadas@ub.edu

² Profesor Asociado, Departament de Geografia, Universitat de Barcelona, e investigador del Centre d'Estudis Demogràfics.

E-mail: jordibayona@ub.edu

³ Becario FPU del Ministerio de Educación, Departament de Geografia, Universitat de Barcelona. E-mail: mrubiale@gmail.com

municipalities, specifically in those where single-family dwellings are the predominant housing typology. These features, in both Barcelona and Madrid, can be explained by the prior migration of children and the regional location of nursing homes.

Keywords: Internal migration; sociodemographic characteristics; territorial patterns; old ages.

RESUMO – MOBILIDADE RESIDENCIAL EM IDADES MAIS AVANÇADAS EM ESPANHA: UMA PERSPECTIVA METROPOLITANA. Nas áreas metropolitanas de Barcelona e Madrid, as duas maiores regiões metropolitanas de Espanha, as migrações internas de tipo residencial feitas pelos maiores de 80 anos dobram as suas intensidades em apenas duas décadas. Esse crescimento é feito de modo semelhante ao conjunto da Espanha, e relaciona-se com a perda de independência domiciliar, produto da idade. Desde uma ótica territorial, essas migrações caracterizam-se por uma sobrerrepresentação das saídas das cidades centrais das duas metrópoles, e com a especialização de alguns municípios da periferia na sua receção, principalmente de aqueles onde a tipologia de moradia predominante é a unifamiliar. As migrações prévias dos filhos num círculo metropolitano, além do estabelecimento de instituições para idosos naqueles municípios, explicam que as orientações que fazem tornem semelhantes os casos de Barcelona e Madrid.

Palavras-chave: Migrações interiores; população idosa; características sócio-demográficas; pautas territoriais.

RÉSUMÉ – LA MOBILITÉ RÉSIDENTIELLE DES PERSONNES ÂGÉES EN ESPAGNE: UNE PERSPECTIVE MÉTROPOLITAINE. Dans le contexte de Barcelone et de Madrid, les deux plus grandes régions métropolitaines d'Espagne, la migration interne résidentielle des personnes de plus de 80 ans a doublé d'intensité en deux décennies. Cette croissance est liée à la perte de l'autonomie des personnes âgées et se produit de façon similaire dans toute l'Espagne. Du point de vue territorial, ces migrations se caractérisent par la sortie des capitales métropolitaines et la concentration des arrivées dans quelques municipalités périphériques, où le type prédominant des logements est la maison familiale. Ces caractéristiques, très semblables à Barcelone et Madrid, pourraient être expliquées par la migration antérieure des enfants vers les régions métropolitaines et par l'installation des maisons de retraite dans les municipalités périphériques.

Mots clés : Migration interne; caractéristiques sociodémographiques; modèles territoriaux; âge avancé.

I. INTRODUCCIÓN, OBJETIVOS E HIPÓTESIS DE TRABAJO

En un reciente proyecto de investigación, ya finalizado, que abordaba de forma comparativa las dinámicas demográficas urbanas en las regiones metropolitanas españolas de Barcelona y Madrid, y de forma más particular la evolución de las pautas de movilidad residencial¹, uno de los resultados más significativos y que se producía con similar magnitud en ambas áreas de estudio era el aumento, de forma importante y en apenas un par de décadas, de la intensidad de la movilidad residencial producida en las edades más avanzadas (fig. 1). Estos resultados indicaban como en ambas regiones las tasas de migración interna se llegaban incluso a doblar entre la población que superaba los ochenta años de edad

(Bayona & Pujadas, 2014; Pujadas & Bayona, 2015). Por si fuera poco, el incremento de estas tasas era incluso mayor que el observado en las edades más móviles, diferenciándose cada vez más de la movilidad observada entre los 50 y los ochenta años de edad. De esta forma, se llega a producir una edad modal secundaria de la movilidad residencial alrededor de los noventa años, con valores de intensidad que superan tasas del 20 por mil anual. La coincidencia de los perfiles por sexo y edad de esta movilidad, en cuanto se observa una mayor intensidad entre las mujeres, es otra de las características compartidas entre Barcelona y Madrid.

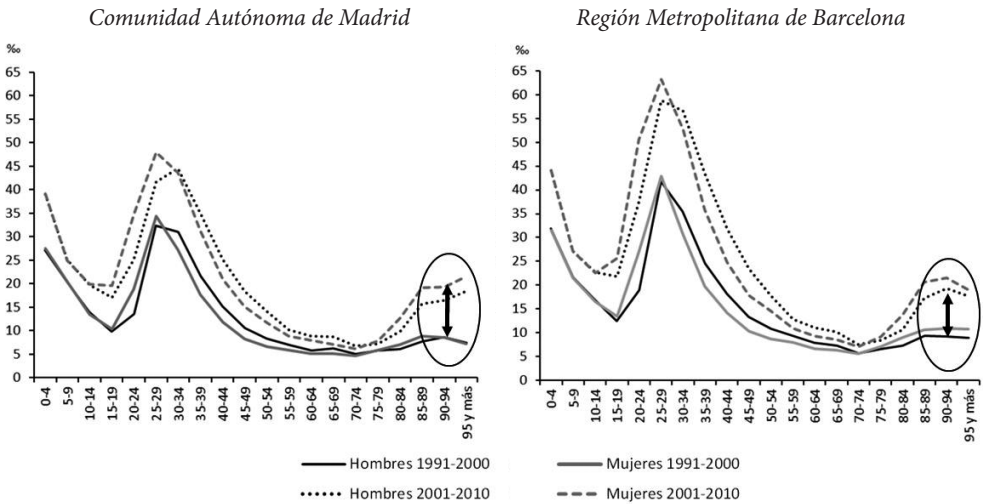


Fig. 1 – Tasas de movilidad interna por sexo y edad, Comunidad Autónoma de Madrid y Región Metropolitana de Barcelona, 1991-2000 y 2001-2010.

Fig. 1 – Internal mobility rates by sex and age, Autonomous Community of Madrid and Barcelona Metropolitan Region 1991-2000 and 2001-2010.

Fuente: Elaboración propia, con datos de la Estadística de Variaciones Residenciales (EVR), 1991-2010, del Censo de población (1991) wwyel Padrón Continuo de población, del Instituto Nacional de Estadística (INE).

Estos incrementos observados más la coincidencia del mismo proceso en las dos áreas urbanas justifica el presente trabajo, que trata con mayor profundidad esta situación identificada. Inicialmente, nos planteamos varias hipótesis que pueden servir para interpretar dichas variaciones en la intensidad, en unas edades donde el cambio de municipio se relaciona con toda seguridad con la pérdida de independencia domiciliar producto del envejecimiento y de la propia edad. En primer lugar, cabe considerar que la intensificación de dicha movilidad puede estar indicando una migración residencial relacionada con un cambio de residencia previo de los hijos (debido al proceso de suburbanización, ya que abordamos el estudio de dos regiones metropolitanas donde este proceso se desarrolla desde inicios de los años ochenta), y por ende, de un proceso de reagrupación familiar relacionado con la edad y que implica un cambio domiciliario y municipal. También, de forma paralela y no excluyente, el crecimiento de la movilidad residencial podría indicar la posible mayor institucionalización de este colectivo en la actualidad en relación a décadas precedentes, y de la existencia de residencias para la tercera edad en municipios distintos al de residencia actual (en zonas urbanas más dispersas, por ejemplo), con lo que el internamiento en una de estas instituciones debería comportar un desplazamiento residencial. Sin descartar otras hipótesis, creemos que ambas posibilidades deben copar la gran mayoría de cambios residenciales registrados en estas edades.

En función de los perfiles etarios obtenidos en la figura 1, este trabajo centra la atención en los mayores de 80 años de edad. De ellos, se analizan sus migraciones internas en el contexto de las dos mayores regiones metropolitanas de España, la de Madrid (a partir de ahora CAM, ya que se utiliza el conjunto de la Comunidad Autónoma de Madrid) y la de Barcelona (Región Metropolitana de Barcelona, RMB). Los tres principales objetivos de esta investigación se resumen en conocer los siguientes aspectos:

- 1) Si el aumento de las tasas migratorias intra-metropolitanas en las edades más avanzadas es un fenómeno básicamente metropolitano o bien se produce por igual en todo el país;
- 2) Si, en comparación al resto de edades, se da la existencia en el contexto metropolitano de pautas territoriales específicas; y finalmente,
- 3) La existencia de singularidades socio-demográficas diferenciales de aquellos mayores que se desplazan a escala metropolitana.

II. FUENTES ESTADÍSTICAS Y ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabajo realiza una aproximación al fenómeno de la movilidad interna desde una perspectiva cuantitativa. Para ello se utilizan dos fuentes estadísticas de características muy diferentes. En primer lugar, se analizan los datos de la Estadística de Variaciones Residenciales (EVR), fuente derivada del Padrón Continuo de poblaciónⁱⁱ, con los que se estudia la intensidad de los cambios residenciales internos y su evolución, y al mismo tiempo, las pautas territoriales presentadas por la movilidad a escala provincial y metropolitana. Para ello se han delimitado los grupos de edad pertenecientes a los mayores de 80 años, y se emplean datos de una serie estadística de 27 años que se remontan a 1988, primer año con microdatos disponibles, hasta el reciente 2014. El umbral de edad utilizado se define a partir de la observación empírica de las tasas de movilidad representadas en la figura 1, ya que si bien estas aumentan en todas las edades por encima de la jubilación, es en estos grupos de edades más avanzadas donde el crecimiento de las tasas es mayor, incluso dibujando un nuevo perfil de la movilidad residencial en relación al crecimiento experimentado en estas edades. En este sentido, cabe recordar que no existe un consenso preestablecido sobre la edad cuando se estudia la movilidad residencial de los mayores o de los hogares de los mayores. En la creciente bibliografía sobre el tema, encontramos como en la mayoría de estudios se delimita la edad muy tempranamente, en algunos casos incluso a partir de los 50 años de edad (Tatsiramos, 2006; Angelini & Laferrère, 2012); de los 55 años (Puga, 2000); o más usualmente utilizando la edad de jubilación (Fernández-Carro & Evandrou, 2013). En nuestro caso, la atención se centra en un subgrupo muy específico de la población, que no acostumbra, por sí sólo, a establecerse como objetivo de estudio.

Desde un punto de vista territorial, el marco de análisis es el entorno metropolitanoⁱⁱⁱ (fig. 2), entendiéndose que los procesos que puedan producirse a esta escala difieren de los observados en otros ámbitos geográficos, como puede ser el caso del mundo rural. De esta manera se han analizado las dos mayores regiones metropolitanas de España, las construidas en torno de las ciudades de Madrid y de Barcelona. Para el caso de Barcelona se emplea la denominada Región Metropolitana de Barcelona (RMB), que cuenta con 164 municipios en 3.236 km² y con 5.028.258 habitantes a inicios de 2015, área que fue delimitada durante los años sesenta y que históricamente, desde entonces, se ha utilizado como unidad de análisis metropolitana preferente. En el caso de Madrid, en cambio, y dada la inexistencia de una delimitación consensuadamente utilizada, empleamos el conjunto de la Comunidad Autónoma de Madrid (CAM), con 179 municipios en 8.022 km² y 6.436.996 habitantes en 2015. Ambas unidades se emplean habitualmente como definición de las respectivas regiones metropolitanas (Nel-lo, 2004; Méndez, 2008)^{iv}, aunque en sus periferias la dinámica metropolitana no siempre esté presente (Sierra Norte en Madrid, comarca del AltPenedès en la RMB). Conjuntamente suman 11,5 millones de residentes, lo que representa casi una cuarta parte de la población de España.

En segundo lugar se emplea el último Censo de población y viviendas de 2011. A partir del análisis de los microdatos se estudia con mayor detalle las características sociodemográficas de aquellos mayores de edad que han realizado, durante los últimos años, un movimiento migratorio interno. En este análisis, y para la provincia de Barcelona, se utiliza el total provincial en lugar de la RMB. Esto es debido a la no disponibilidad de una desagregación municipal suficiente para reconstruir unidades infraprovinciales⁹. En cambio, se mantiene la unidad de análisis para la CAM, al coincidir con la provincia. Con los microdatos del Censo de 2011 se ha aplicado un análisis de agrupación en árboles, metodología estadística que permite identificar la estructura subyacente de los datos. Se han utilizado seis variables interpretativas: el sexo, la estructura del hogar, el nivel de estudios, el tamaño del municipio, la nacionalidad y el tamaño de la vivienda. Cada subdivisión de los datos se realiza intentando que los grupos resultantes sean lo más homogéneos posibles internamente.



Fig. 2 –Localización de las principales regiones metropolitanas españolas.

Fig. 2 – Location of the main Spanish metropolitan regions.

Fuente: Elaboración propia a partir del *Atlas Estadístico de las Áreas urbanas en España, 2006*

En la comparación entre ambas fuentes debemos tener en cuenta como el Censo y las EVR registran de forma diferente las migraciones, y en especial las migraciones internas. Por ejemplo, para el conjunto de España el Censo de población de 2011, con fecha de referencia a 1 de noviembre, registra 690 mil migrantes internos durante el último año. Por su parte, la Estadística de Variaciones Residenciales del año 2011 (es decir, con datos referidos a todo el año 2011) cuenta hasta 1.650.000 migraciones internas (un 26,6% de las cuales de extranjeros), 15.030 y 45.535 migraciones según las fuentes respectivas si se considera la movilidad de los mayores de 80 años en España. Como se puede observar, los datos obtenidos por una fuente estadística (EVR) triplican la intensidad de la otra (Censo) entre la población estudiada. Parte de las diferencias se deben a que en el Censo solamente se registran las migraciones internas de los residentes en viviendas familiares, ya que el Censo no da información de la movilidad hacia establecimientos colectivos (y que podría explicar parte de la menor movilidad en las edades aquí estudiadas). Estas diferencias fueron ya apreciadas con el Censo de 2001, y fueron atribuidas básicamente a una falta de respuesta y a la mala imputación por parte del INE de estos casos, pero también, en menor porcentaje, a migraciones repetidas y falsas migraciones captadas por las EVR (Ródenes & Martí, 2009), aunque estas últimas representan un porcentaje poco importante y no justifican por sí solas las diferencias.

Una de las principales problemáticas existentes, si consideramos la fiabilidad de los datos empleados, es la existencia o no de un empadronamiento al realizar el cambio de municipio, es decir, hasta qué punto se produce la comunicación estadística del desplazamiento. Esta situación, que infravaloraría la

movilidad total, podría afectar más a los mayores de edad, en cuanto el cambio de domicilio legal podría incluso tener repercusiones sobre los impuestos a pagar por el domicilio habitual en caso de fallecimiento y en el proceso de herencia. Algunos de los resultados del Censo de 2011, referidos a los residentes en establecimientos colectivos^{vi} añaden mayor confusión a esta situación: sólo el 61,6% de los que habitan en residencias para mayores se encontraban realmente empadronados en éstas. Además, parecen existir ciertas particularidades geográficas, ya que este porcentaje es más importante en la provincia de Barcelona (el 72,1%, 25.137 de 34.849 personas) que en Madrid (el 61,5%, 23.303 de 37.887 personas). Esto incluso indica un subregistro de las Estadísticas de Variaciones Residenciales (EVR) de esta movilidad, con lo cual las diferencias al compararlas cifras de movilidad con el Censo serían aún mayores. Desconocemos, en cambio, el posible subregistro si esta movilidad se realiza en dirección de hogares de familiares.

III. MARCO TEÓRICO: EL CRECIENTE INTERÉS POR LA MOVILIDAD EN EDADES AVANZADAS

Rogers (1988), en su modelo de movilidad, identificaba la existencia de una pauta de intensidad de las migraciones según la edad de los individuos, donde las edades relacionadas con el proceso de jubilación (alrededor de los 65 años) experimentaban un ligero repunte de la intensidad, para un último incremento de la movilidad relacionada con la pérdida de independencia (producto de la enfermedad) o por la defunción de uno de los cónyuges, que se produciría en edades muy avanzadas. Estos perfiles de la movilidad se caracterizan por su estabilidad, observándose pequeñas variaciones entre países, que generalmente se producirían entre las edades jóvenes y adultas-jóvenes (Bernard *et al.*, 2014).

Estas migraciones en edades avanzadas no acostumbran a ser numéricamente muy destacadas, ya que se observan, en estas edades, otros tipos de movilidad. Lardies (2010), por ejemplo, y a partir de un estudio cualitativo para el conjunto de los desplazamientos de la población mayor, indica como la existencia de familiares y especialmente de los nietos ejerce una influencia muy significativa en los desplazamientos residenciales, encontrando una preferencia por los movimientos pendulares en relación a los desplazamientos definitivos. La multiresidencia, a la que se refiere esta opción, no queda bien recogida en los censos ni en los padrones de población, opción de movilidad a la que no podremos aproximarnos.

Por su parte, Fernández-Carro y Evandrou (2013) apuntan como la mayor parte de los mayores de 65 años permanecerán residiendo de forma estable en sus propios domicilios hasta que el traslado a una institución u hogar dependiente es inevitable por deficiencias severas en el estado de salud. Esta preferencia por envejecer en el propio domicilio es lo que se conoce como “Ageing in place”, y es el modelo preferido de envejecimiento en el contexto europeo (Rojo *et al.*, 2001, Costa-Font *et al.*, 2009).

Dentro de este modelo, las características sociodemográficas de los individuos y de la vivienda donde residen aparecen como factores determinantes para conocer su posible movilidad. La propiedad mayoritaria de la vivienda de algunas de estas generaciones, más las pensiones que cobran del Estado (lo que les garantiza un mínimo de estabilidad), producen que mantengan su residencia habitual y adapten ésta a las condiciones físicas cambiantes, posponiendo la movilidad (Bonvalet & Ogg, 2008). El tránsito entre propiedad y alquiler en las edades más avanzadas, en cambio, se asocia a aquellos que viven solos, especialmente cuando se relaciona con la viudedad o separación (Herberset *et al.*, 2014).

El análisis longitudinal o de curso de vida aporta también una perspectiva interesante de análisis, en cuanto los cambios residenciales que se producen en la vejez deben relacionarse con el historial migratorio y los cambios de residencia previos del individuo (Puga, 2004), sin los cuales es difícil de entender las migraciones que se producen en la actualidad (Gobillon & Laferrère, 2006).

Existe, también, un consenso sobre la creciente importancia de los desplazamientos entre los mayores. Puga (2000), considerando en este caso a los mayores de 55 años, estima que uno de cada cinco de ellos realizará, en un futuro próximo, un movimiento migratorio en edades avanzadas (Puga, 2004a y

2004b). En estos trabajos se observa ya la existencia, a partir de los 75 años de edad, de un aumento de las probabilidades de migrar, edades donde a veces la migración no es “una opción, sino una imposición creada por la soledad o la discapacidad” (Puga, 2000). Desde una perspectiva metropolitana García-Coll *et al.* (2016), observan también este crecimiento de las tasas de migración interna en edades muy avanzadas, geográficamente importante en los municipios con un hábitat más disperso de la región, aunque interpretan este crecimiento como un retorno al centro metropolitano relacionado con la pérdida de la independencia domiciliar y el mayor número de servicios de las ciudades más densas.

Abellán y Rojo (1997), y para la ciudad de Madrid, identifican una tipología de movimientos observados, pudiéndose estos agrupar en cuatro grandes flujos: retorno, movilidad a zona de amenidad, desplazamiento local e institucionalización. En todo caso, un porcentaje importante de los mayores cambia de residencia en Europa, con la cifra más reciente que se eleva al 20% de los mayores de 65 años (Fernández-Carro, 2012).

Finalmente, cabe considerar además como este aumento de la movilidad, en el caso de España, se ha venido produciendo al mismo tiempo que crece la demanda de cuidadoras inmigrantes (Rodríguez *et al.*, 2010, Domingo & Houle, 2005), cuyo efecto es posiblemente el contrario, el de mantener a la persona de edad en su mismo entorno domiciliar, en contra del desplazamiento, facilitando lo que se conoce como “ageing in place”, o el envejecimiento en un mismo domicilio.

IV. LAS MIGRACIONES INTERNAS EN EDADES AVANZADAS: EVOLUCIÓN TEMPORAL Y TERRITORIAL

Desde que se dispone de datos anuales sobre los cambios de domicilio entre municipios, el crecimiento de las migraciones en el interior del país protagonizadas por mayores de 80 años es constante, multiplicándose por 8 el número de cambios municipales registrados. En el año 1988, en España, poco más de 5 mil personas eran empadronadas en un nuevo municipio a estas edades (5.574 casos, sólo el 0,95% de los 589.087 migraciones internas contabilizadas en España). Desde entonces el crecimiento observado es constante y lineal, hasta alcanzar en 2014 un total de 45.733 migraciones y un peso del 2,93% de la movilidad global, aunque el número de migraciones es similar al de 2007, mientras aumenta ligeramente el peso sobre la movilidad total (fig. 3, derecha).

Parte del crecimiento observado en cifras absolutas se debe, obviamente, a un efecto estructura, por el continuado envejecimiento que se produce entre la población española. La evolución de los datos censales y padronales dan cuenta de este fenómeno: en 1991, los mayores de 80 años sumaban 1.147.490 personas. Años más tarde, y con cifras del padrón, a enero de 2015 se contabilizan 2.726.076 personas que superan los 80 años de edad. En 25 años la cifra de mayores se multiplica por 2,4 y se añade 1,5 millones de personas, evidenciando el aumento de la longevidad en un país que ostenta una de las esperanzas de vida más elevadas a nivel mundial: 80,1 años para los hombres y 85,6 para las mujeres. En términos relativos la evolución es similar, si en 1991 eran el 2,95% de la población española en 2015 representan el 5,85%. Además, esta dinámica se ha producido en el período de mayor crecimiento de la población española, coincidiendo con el llamado *boom migratorio* internacional (Bayona, 2008; Domingo & Cabré, 2015), con la llegada de seis millones de nuevos residentes, en gran parte jóvenes. De esta forma, España crece en los años considerados desde los 38.872.268 habitantes a los 46.624.382 (aunque antes de la crisis económica se llegaron a superar los 47 millones), con una tasa de crecimiento anual que se sitúa en valores del 0,77%. Esta misma tasa, para los mayores de 80 años, se sitúa muy por encima, en el 3,71%. A pesar del fuerte crecimiento de la población española producto del boom migratorio internacional, el proceso de envejecimiento ha continuado su curso con una elevada intensidad, eso sí, con un importante freno a su visibilidad debido a la emergencia de otros flujos migratorios, como es el caso de las migraciones internacionales.

Volviendo a la movilidad residencial, es significativo como desde 1988 prácticamente se triplica la importancia de la movilidad en estas edades, a pesar de que estamos hablando de cifras modestas. Si consideramos un grupo etario más amplio, los mayores de 65 años, la movilidad experimentada, a pesar de conocer también un crecimiento, no muestra este continuo incremento (especialmente en el último lustro, como indican Parreño *et al.*, 2014), como lo denota su participación sobre la movilidad total, con máximos a finales de los noventa y con una evolución más relacionada con la coyuntura económica del momento (fig. 3, izquierda). De hecho, la propia figura 1 muestra cómo, para las regiones metropolitanas de Barcelona y Madrid el crecimiento de la movilidad justo en las edades de la jubilación, alrededor de los 65 años, es la más baja de todas las edades.

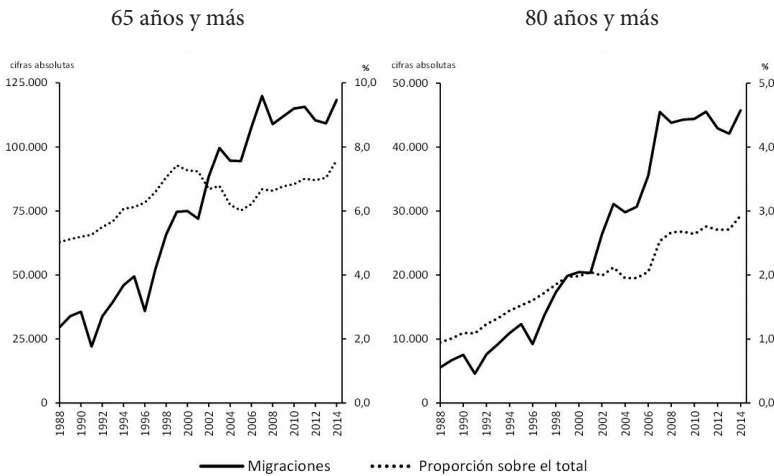


Fig. 3 –Evolución de las migraciones internas en España de los mayores de 65 y 80 años, 1988-2014.

Fig. 3 – Evolution of internal migrations in Spain of over 65 and 80 years, 1988-2014.

Fuente: Estadística de Variaciones Residenciales, 1988-2014, con datos del Instituto Nacional de Estadística (INE)

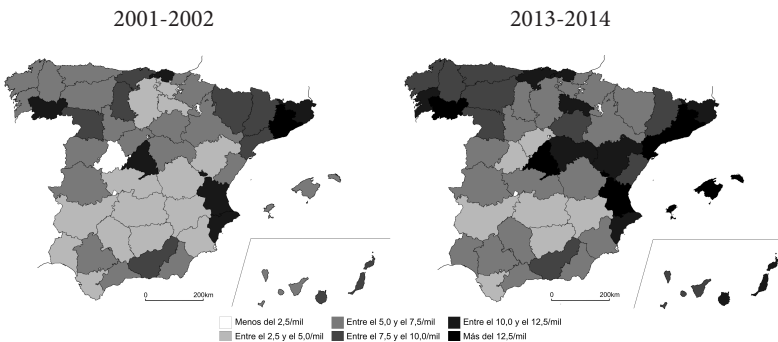


Fig. 4 – Tasas de movilidad intra-provincial en España de los mayores de 80 años.

Fig. 4 – Rates of intra-provincial mobility in Spain for over 80 years.

Fuente: EVR, y Padrón Continuo de población a 1 de enero de 2002 y 2012, con datos del INE

Para establecer las pautas a nivel provincial, se ha comparado las tasas de movilidad intra-provinciales del grupo estudiado en dos momentos, en el bienio 2001-2002 (en pleno momento de expansión y antes de la etapa de mayor crecimiento del boom migratorio) y en el 2013-2014 (fig. 4), últimos años disponibles. Los resultados indican un crecimiento general de la movilidad interna intra-provincial de los mayores, situación que se observa en 42 de las 50 provincias analizadas. En las ocho restantes, el descenso siempre es poco importante, a excepción de Huesca, y en menor medida de Segovia y Palencia, mientras que en la mayoría de provincias se observan crecimientos de fuerte intensidad. Con valores por encima de Barcelona y Madrid sólo se sitúa una provincia, Ourense, aunque si bien Madrid experimenta un crecimiento importante de la movilidad (del 10 al 14,8 por mil), en Barcelona apenas este crecimiento es relevante (14,1 a 15,8 por mil). Esta última situación contrasta con los resultados obtenidos a nivel metropolitano, donde el crecimiento observado en la figura 1 era significativo. Esto significa un cambio en las destinaciones de los migrantes, si en el primer bienio se superaría normalmente el límite metropolitano, en el segundo las migraciones se producirán mayoritariamente dentro de los límites de la RMB. Por otro lado, estos resultados indican como más allá del efecto estructura, existe un crecimiento de la intensidad de las migraciones internas en las edades estudiadas, que se produce en todo el país.

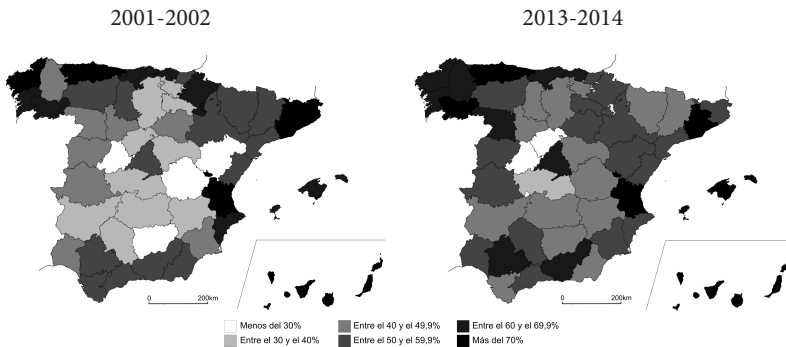


Fig. 5 – Proporción que representan las migraciones intraprovinciales sobre el total de migraciones internas en España, mayores de 80 años, 2001-2002 y 2013-2014.

Fig. 5 – Percentage of aged population (more than 80 years) over intra-provincial migrations, 2001-2002 and 2013-2014.

Fuente: Estadística de Variaciones Residenciales, 2001-2002 y 2013-2014, con datos del INE

En segundo lugar, y en relación con la movilidad total interna, se ha considerado en la figura 5 el peso de los movimientos intra-provinciales sobre el total de movimientos internos en el conjunto de España, para los mismos intervalos temporales. Los resultados nos indican qué provincias contienen la mayoría de migrantes internos, y cuales, en cambio, envían migrantes hacia otras zonas o provincias, así como la evolución en el tiempo. De esta forma, se observa como las provincias más pobladas y urbanas son las que más capacidad tienen de contener un mayor grado de movilidad (es el caso de Barcelona y Valencia), situación que se reproduce en menor medida en Madrid (donde la suburbanización llega a superar los límites provinciales y se extiende en dirección a Guadalajara o Toledo, por ejemplo). Las provincias insulares también experimentan cierto efecto de aislamiento, con una elevada autocontención migratoria en estas edades. Las provincias colindantes a Madrid son, en cambio, las que menor poder de retención muestran, producto en parte de la atracción migratoria ejercida por la capital. El norte de España y la costa mediterránea son también puntos de elevada contención de la movilidad. En cambio, usualmente se ha apuntado como en Madrid y en el País Vasco las migraciones de retorno ligadas a la

edad de jubilación han sido siempre importantes (Recaño, 2004), situación que aquí no se observa debido a que esta migración, mayoritariamente, se produciría en edades por debajo de las aquí estudiadas. En cambio, se observa el efecto contrario, aquellas zonas de mayor emigración histórica retienen menos a sus mayores (es el caso de las dos castillas), mientras que el norte del país tiene un importante efecto de autocontención. Entre ambos periodos las pautas son similares, aunque el contexto general es del aumento de la autocontención.

1. La movilidad a escala metropolitana

Desde la perspectiva metropolitana (fig. 6) sólo se utilizan los movimientos migratorios producidos dentro del mismo ámbito, sin tener en cuenta movimientos realizados hacia otras zonas de España (o de la provincia, sea el caso de la RMB). A pesar de ello, en primer lugar cabe apuntar como la participación de los mayores en la movilidad interna es ligeramente superior a la del conjunto de España que mostrábamos en la figura 3 (donde se consideraba todas las migraciones internas), porcentaje que aumentaría si se considerara el resto del país. En el caso de la RMB, por ejemplo, el número de desplazamientos protagonizados por mayores de 80 años se multiplica por 8 desde el año 1988, de los escasos 455 desplazamientos residenciales registrados en 1988 a los 4.360 recogidos en 2014, con un ascenso desde el 0,9% de la movilidad total al 3,2% de ésta. Además, si la movilidad global en la RMB se encuentra estancada desde 2003 (Pujadas *et al.*, 2016), en cambio la movilidad de los mayores sigue en constante aumento. Para la Comunidad Autónoma de Madrid los resultados van en la misma dirección, aunque el crecimiento de la movilidad del grupo estudiado es incluso más importante, alcanzando a representar valores superiores al 3,5% de la movilidad total. En ambos casos, la proporción de migraciones aquí observadas es ligeramente superior a la media estatal, con una evolución similar y que a partir de 2011 se encuentra ligeramente por encima (fig. 7).

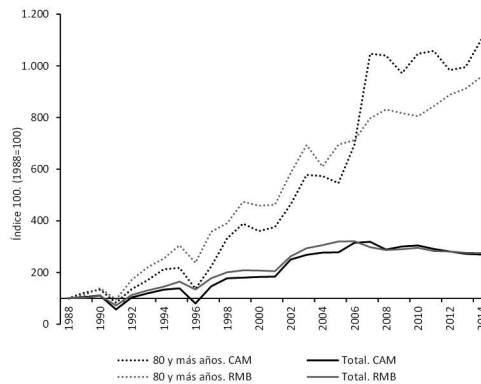


Fig. 6 – Evolución de las migraciones de los mayores de 80 años y del total. Índice 100 (1988=100), 1988-2014.

Fig. 6 – Evolution of migrations of general and over 80 years population.

Index 100 (1988 = 100), 1988-2014.

Fuente: EVR, 1988-2014, con datos del INE

Utilizando las tasas de migración, se constata como la movilidad a estas edades es inferior a la del conjunto de la movilidad (fig. 8), ya que los cambios migratorios internos siguen produciéndose entre la población joven, mayoritariamente. Lo que la figura 8 nos dibuja es un comportamiento diferencial entre Barcelona (donde las tasas se mantienen a pesar de la crisis) y Madrid, con un descenso importante durante

los últimos años, desconociendo, con los datos disponibles, el motivo de esta evolución. En ambos casos, el año 2014 representa un ligero repunte de la movilidad entre los mayores, mientras el resto de la movilidad sigue sin presentar alteraciones. En ambos casos se muestran tasas similares, del 15,2 por mil en la CAM y del 16,2 por mil en la RMB (por valores de 22,0 y 27,1 por mil respectivamente entre el total).

Finalmente, indicar que se trata, además, de un crecimiento de la movilidad donde no han participado apenas los residentes extranjeros^{vii}, a diferencia de lo que ha sucedido con la movilidad interna del resto de la población en España, que no se puede explicar sin considerar que ha sucedido con los inmigrantes extranjeros, y donde la dinámica ascendente ininterrumpida contrasta con la estabilización de la movilidad residencial de los españoles desde finales del primer quinquenio del siglo.

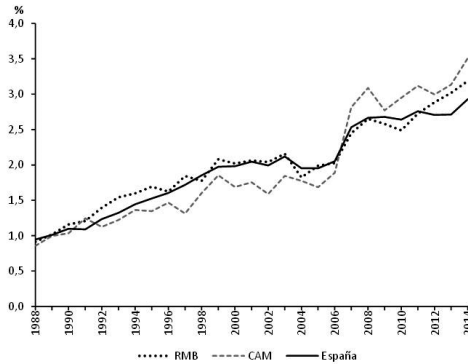


Fig. 7 – Peso de los cambios migratorios realizados por mayores de 80 años sobre el total de migraciones internas, RMB, CAM y España, 1988-2014.

Fig. 7 – *Weight of migratory changes made by population over 80 years over total internal migration, RMB, CAM and Spain, 1988-2014.*

Fuente: EVR, 1988-2014, con datos del INE

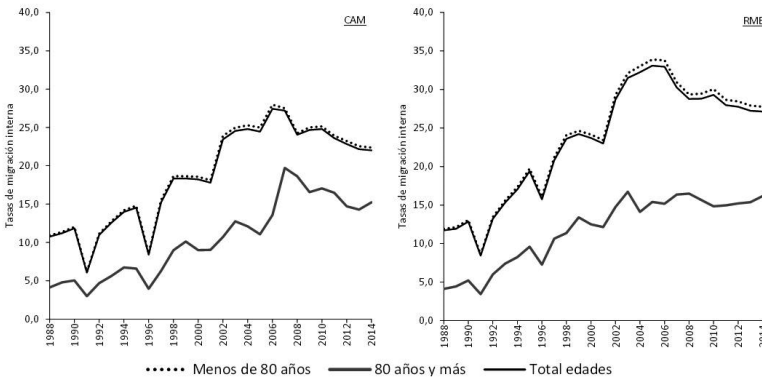


Fig. 8 – Evolución de las tasas de migración interna de los mayores y menores de 80 años y de la población total, CAM y RMB, 1988-2014.

Fig. 8 – *Evolution of internal migration rates of population older and younger than 80 years, CAM and RMB, 1988-2014.*

Fuente: EVR, 1988-2014, con datos del INE, Censo de población de 1991, 2001, Padrón de 1986 y Padrón continuo de población, 1996-2015

2. Las pautas migratorias intrametropolitanas

La segunda pregunta de investigación plantea la existencia de pautas territoriales propias de la población mayor en comparación a otros grupos de edades o al conjunto de la población. Para responder a esta pregunta, se analizan los municipios de origen y destino de esta movilidad interna durante el bienio 2013 y 2014, últimos años con datos disponibles. Los años 2013 y 2014 siguen viéndose influenciados por la crisis económica que afecta España desde 2008, aunque se observa un incremento de la movilidad de los mayores después de haber tocado fondo en 2013 en Madrid y en 2010 en Barcelona. Los efectos generales de la crisis económica sobre la movilidad metropolitana se caracterizan por un ligero descenso de la intensidad de los cambios residenciales (especialmente entre los extranjeros, pero poco importantes entre los mayores), y una atenuación de las pautas territoriales preexistentes (Pujadas *et al.*, 2015).

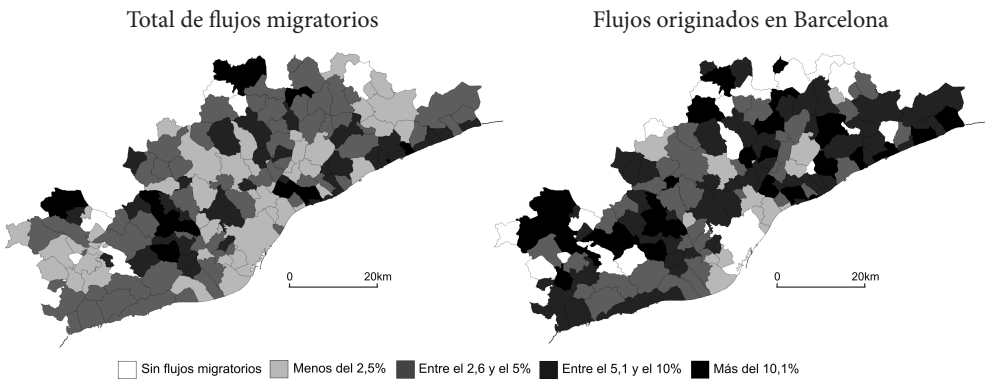


Fig. 9 – Porcentaje de mayores de 80 años en los flujos migratorios intrametropolitanos (izquierda) y en los flujos originados en el centro metropolitano (derecha), RMB, 2013-2014.

Fig. 9 – Percentage of population over 80 years in the intrametropolitan (left) and migration flows originating from the metropolitan center (right), RMB, 2013-2014.

Fuente: EVR, con datos de los años 2013 y 2014

En el caso de la RMB, en los dos años estudiados se mueven un total de 274.188 personas, 8.508 (el 3,1%) lo hacen con 80 años o más. En primer lugar, cabe destacar el papel de la ciudad central, que de representar el 21,3% de los flujos por lugar de procedencia entre los que tienen menos de 80 años, ascienden al 30,8% si se considera los 80 y más. Existe, por lo tanto, una sobrerrepresentación de la ciudad central en las emigraciones de los mayores. De esta forma, hasta un 4,5% de las salidas de Barcelona la producen mayores de 80 años de edad (por únicamente un 1,7% de las entradas). De esta forma, salen 1.343 mayores y solo entran 455, con un saldo negativo de 888 personas. Este saldo representa casi una tercera parte del saldo negativo que tiene la ciudad central con su metrópolis.

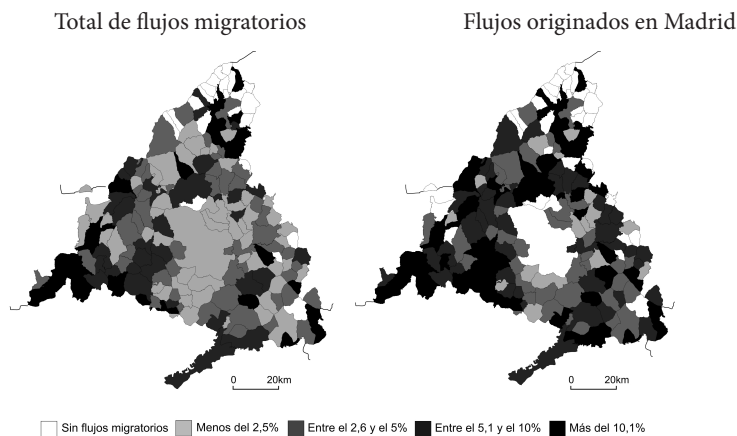


Fig. 10 – Porcentaje de mayores de 80 años en los flujos migratorios intrametropolitanos (izquierda) y en los flujos originados en el centro metropolitano (derecha), CAM, 2013-2014.

Fig. 10 – Percentage of population over 80 years in the intrametropolitan (left) and migration flows originating from the metropolitan center (right), CAM, 2013-2014.

Fuente: EVR, con datos de los años 2013 y 2014

Desde una perspectiva territorial, en la figura 9 se ha representado el peso de los mayores en los flujos recibidos por cada municipio (izquierda) y la proporción de mayores en los flujos con origen en la ciudad de Barcelona (derecha). En ellos se observa como los porcentajes menos elevados se corresponde a municipios de la primera corona metropolitana o a los de mayor tamaño situados de forma más alejada (las ciudades de Terrassa o Sabadell, por ejemplo). En cambio, en municipios de la segunda corona metropolitana de menor tamaño estos flujos se sitúan fácilmente entre el 5% y el 10% del total de entradas e incluso por encima, lo que nos sugiere una especialización de algunos de los municipios más alejados, de las comarcas del Maresme (Canet de Mar), o de forma muy clara entre los municipios situados en el Ordal (Vallirana, Cervelló, Corbera de Llobregat, Torrelles de Llobregat), todos ellos con porcentajes de más de un 10% de mayores entre sus llegadas. Si se consideran las salidas de Barcelona, más de 40 municipios superan el umbral del 10%. La mayoría de estos municipios se caracterizan por tener un parque de viviendas unifamiliar importante, y han experimentado durante los últimos años un fuerte crecimiento de su población por migraciones internas. Este especialización, por lo tanto, puede deberse a las dos hipótesis de trabajo, es decir, a la reagrupación familiar pero también a la institucionalización.

Para la Comunidad Autónoma de Madrid (fig. 10), entre 2013 y 2014 de los 285.402 movimientos internos, 9.479 los protagonizan el grupo estudiado, un 3,32% de la movilidad registrada. Si consideramos la ciudad central, Madrid, las salidas de menores de 80 años representan el 29,6% de toda la movilidad metropolitana, porcentaje que aumenta considerablemente entre los más mayores, ya que el 53,6% de las salidas de estos se originan en la ciudad central, Madrid. La situación descrita para la RMB se produce aún con mayor intensidad en el caso de la CAM. De esta forma, hasta el 5,8% de las salidas de la capital la protagonizan los mayores. En cuanto a su destino, existe también una cierta especialización en municipios del oeste y noroeste de la comunidad autónoma, con 52 municipios donde los mayores de 80 años representan más del 10% de los flujos recibidos desde Madrid capital. En cambio, el poder de atracción de la capital es menor, ya que sólo un 13,9% de los desplazamientos a estas edades se dirigen al centro metropolitano.

Finalmente, y en relación con este último punto, destaca en ambas ciudades el hecho de que a pesar de observar algunos retornos desde la periferia al centro metropolitano, en estas edades éste no es un flujo migratorio preferente, al contrario de lo que algunas teorías sobre re-centralización podían sostener.

V. EL ANÁLISIS DE LA MOVILIDAD INTERNA CON DATOS CENSALES

Este último apartado de análisis busca responder la tercera pregunta de investigación, sobre la existencia de características sociodemográficas propias de aquellos que se han desplazado. Para ello se utilizan los datos del Censo de 2011, seleccionando a las personas que hayan realizado un cambio de municipio durante los últimos 10 años y que, entonces, tuvieran 80 años o más. Los microdatos del Censo 2011 permiten un mayor nivel de detalle que otras fuentes pero, como fuente para el estudio de las migraciones internas de los mayores, plantean algunas limitaciones muy claras: 1) por un lado, excluyen a las personas que se encuentran en residencias colectivas, lo que obliga a concentrarse en quienes residen en un hogar familiar; 2) por otro lado, el Censo de 2011 no es de carácter universal, sino que toma forma de una gran encuesta, lo que impone límites al número de cruces de variables que puede realizarse, afectando por ejemplo al análisis de este tipo de movilidad residencial entre colectivos de nacionalidad extranjera; 3) los efectos de la mortalidad hacen que el Censo subestime parte de los migrantes en edades avanzadas. Para las personas mayores de 80 años, la realización de un cambio residencial suele relacionarse con el empeoramiento de sus condiciones de salud. Es, por lo tanto, una población con tasas de mortalidad previsiblemente superiores a las de las demás poblaciones, lo que lleva a un subregistro por su fallecimiento durante el periodo intercensal, especialmente de aquellos que se han movido; y finalmente, 4) como en el resto de edades, únicamente disponemos de información de un cambio residencial, excluyendo la posibilidad de más de una migración durante los últimos diez años, situación que puede ser incluso muy importante entre ancianos que vivan simultáneamente en casa de varios hijos, o con un comportamiento residencial que difiera según la época del año (invierno-verano). Conjuntamente, estos factores provocan que la movilidad residencial observada con datos censales sea muy inferior a la observada con la EVR.

Tras aplicar el correspondiente factor de elevación a los microdatos del Censo 2011, obtenemos una población con 80 años o más de más de alrededor de medio millón de personas en las provincias de Barcelona y Madrid, el 23,6% de los 2.272.690 mayores de 80 años censados en España. De estas, el Censo estima que algo más de 99.400 en todo el estado, 15.259 en Madrid y 12.097 en Barcelona han variado su municipio de residencia en los últimos 10 años (cuando ya contaban con 80 años o más), lo que nos indica una muy baja movilidad. Esta población se ha analizado mediante un análisis de árbol que sirve para localizar aquellas variables que explican mejor la presencia o ausencia de variación residencial de mayores (cuyos resultados se incluyen en el anexo) y mediante un análisis descriptivo de las variables señaladas como relevantes tanto por el análisis de árbol complementado por la literatura existente sobre el tema.

1. Variación residencial de mayores y características demográficas. Censo 2011

Tanto la distribución porcentual, como el análisis de clasificación en árbol que se desarrolla más adelante, muestran la importancia que tienen los elementos demográficos. Cabe destacar la feminización y el tipo de hogar de llegada que tiene este tipo de migraciones. En proporción al total, las mujeres mayores de 80 años varían su municipio de residencia sobre un 40% más que los hombres. Esta mayor movilidad debe asociarse a su mayor longevidad, sobre todo en aquellos movimientos causados por el fallecimiento de uno de los cónyuges.

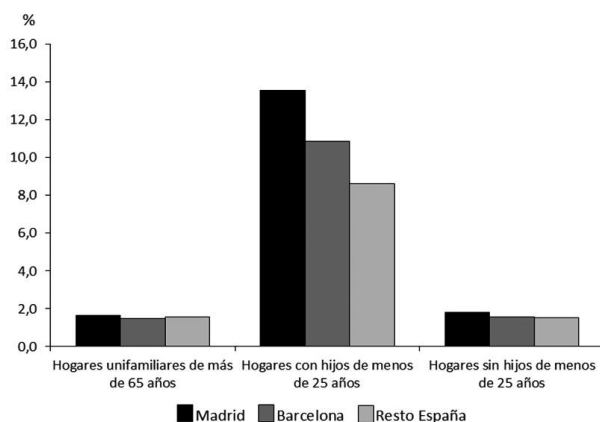


Fig. 11 – Proporción de variaciones residenciales de población mayor de 80 años en función de la estructura del hogar de destino sobre el total de variaciones residenciales de la población mayor.

Fig. 11 – Proportion of residential variations of population over 80 years, by structure of arrival household, over the total residential variations.

Fuente: Elaboración propia a partir de los Microdatos del Censo de población y viviendas 2011 (INE)

La estructura familiar del hogar de destino de la migración, en congruencia con lo que señala el estudio cualitativo de Lardies (2010), se dirige en una mayor proporción hacia hogares familiares con hijos menores de 25 años (fig. 11). Las otras formas de hogar, todas aquellas que se pueden englobar en personas mayores solas o en hogares sin hijos menores de 25 años, no sólo presentan niveles muy inferiores en la recepción de este tipo de migración, sino que el cambio que sufren en su cruce con otras variables relevantes como provincias, tamaño de municipios, país de nacionalidad... es casi inexistente, por lo que su importancia analítica es reducida. Demográficamente, estos hogares se corresponden con los hogares de los hijos, con una coresidencia mayoritariamente con los nietos. Posiblemente, el hecho de funcionar como una unidad de cuidados hace que estos hogares estén relativamente mejor acondicionados para la llegada de un nuevo miembro y que esta llegada pueda suponer una ayuda o una carga menor al activar economías de escala.

Respecto a la estructura del hogar de partida, puede deducirse por el estado civil de la persona mayor que se desplaza, que los hogares de personas solas mayores de 65 años tienen un gran peso. Esto es, la movilidad está protagonizada básicamente por personas mayores solas. Según su estado civil, las personas solas muestran tasas más altas de movilidad que las casadas. Estas tasas de variación residencial casi se triplican al comparar la movilidad de las personas mayores viudas con las que siguen casadas (cuadro I). Este rasgo confirma algunos elementos generales del modelo que propone Rogers (1988), según el cual la movilidad está en parte determinada por las dificultades de accesibilidad de la vivienda y la soledad de la persona. Por ejemplo, en Madrid, el porcentaje de los mayores que ha variado de municipio y reside ahora en hogares con mejor accesibilidad es del 8,3% frente a un 4,9% que no.

Cuadro I – Porcentaje de mayores de 80 años que han variado de municipio de residencia según su estado civil y accesibilidad del edificio.

Table I – Percentage of population over 80 years who changed from municipality of residence, by marital status and accessibility of the building.

	Accesibilidad del edificio		Estado civil			
	Si	No	Soltero	Casado	Viudo	Separado o divorciado
Madrid	8,3	4,9	6,8	3,0	8,5	7,7
Barcelona	4,9	4,6	6,0	2,5	6,4	11,3
España	5,6	4,0	5,5	2,5	6,0	14,7

Fuente: Elaboración propia a partir de los Microdatos del Censo de población y viviendas 2011, con datos del INE

2. Variación residencial de mayores y estructura territorial. Censo 2011

Los diferentes porcentajes de variación residencial de personas mayores por provincias y tamaño del municipio permiten inferir el fuerte componente metropolitano de esta migración. No parece excesivamente arriesgado caracterizar estos movimientos como una recomposición de la distribución residencial activada por la incapacidad de la persona mayor, pero muy condicionada tanto por los costes de la vivienda (tanto los directos como los costes de oportunidad) en las capitales de las regiones metropolitanas como por la dispersión intermunicipal de las familias, típica de las grandes regiones metropolitanas españolas, que dificulta una atención diaria, constante y próxima a los parientes mayores. Dos elementos fundamentan esta suposición: las diferencias por tamaño del municipio de destino y las diferencias provinciales.

En primer lugar, aparece un importante efecto de capitalidad. Las grandes capitales, debido al envejecimiento de su población, densidad y coste de la vivienda (en precios de alquiler, y en oportunidades de venta) son previsiblemente expulsoras netas de población mayor a favor de los municipios menores que se encuentran en su órbita de influencia metropolitana. Así, por tamaño del municipio final, las tasas de inmigración de mayores caen por debajo del 4% en las grandes capitales (más de 500.000 habitantes).

En segundo lugar, el porcentaje de los cambios residenciales sobre el total de población con más de 80 años es sensiblemente mayor en la provincia de Madrid (sobre el 10%) que en la provincia de Barcelona (8% o menos) y, a su vez, que en el resto (sobre el 4%). Esta gradación es paralela al porcentaje de población de la provincia residente en municipios incluidos en una dinámica de región metropolitana. Este porcentaje es casi total en la provincia de Madrid (cuyos efectos metropolitanos en ocasiones se hacen sentir en algunos municipios limítrofes de las provincias vecinas), incluye aproximadamente a la mitad de los municipios de la provincia de Barcelona y es marcadamente inferior en la mayoría de provincias del resto del Estado.

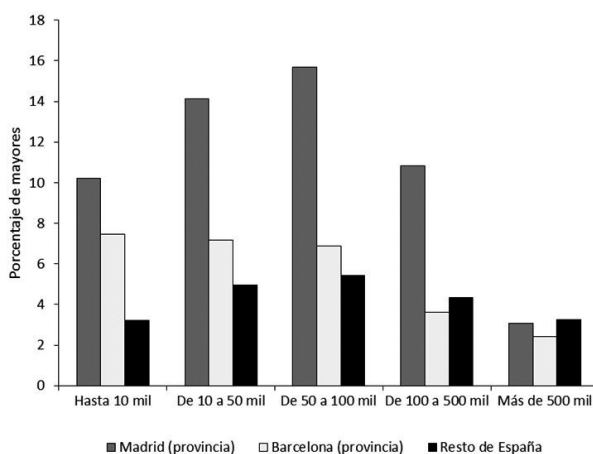


Fig. 12 – Porcentaje de mayores de 80 años que han variado de municipio de residencia según el tamaño del municipio de destino y la provincia.

Fig. 12 – Percentage of population over 80 years who changed from municipality of residence, by province and size of destination municipality.

Fuente: Elaboración propia a partir de los Microdatos del Censo de población y viviendas 2011, con datos del INE

Finalmente, el efecto de capitalidad indicado más arriba también explica por qué las tasas de inmigración de los mayores son sensiblemente inferiores en los municipios de más de 100.000 habitantes de la provincia de Barcelona (fig. 12). Esta capital, se caracteriza por tener una fuerte proporción de grandes municipios de la provincia conurbados a ella: L'Hospitalet de Llobregat, Badalona y Santa Coloma de Gramenet, por ejemplo. Esto no ocurre con otras capitales provinciales, cuya influencia metropolitana no tiene una extensión y desarrollo tan importante como la de Barcelona. Madrid, en una escala mucho mayor, sí produjo desarrollo y conurbación de sus municipios inmediatos, pero los incorporó a su término municipal durante el transcurso de su desarrollo metropolitano. Así, es en Barcelona donde existe una mayor proporción de municipios de más de 100.000 habitantes con un envejecimiento, densidad de población y precios de vivienda casi capitolinos, con sistemas migratorios propios en relación con sus municipios colindantes (Bayona & Pujadas, 2014).

3. Variación residencial de mayores y nacionalidad. Censo 2011

Finalmente, la nacionalidad introduce importantes diferencias en la proporción de mayores que cambian su municipio de residencia después de los 80 años. Los mayores extranjeros presentan, sistemáticamente, porcentajes superiores de movilidad residencial (fig. 13). Un menor acceso a la vivienda en propiedad, mayor dependencia económica de las personas mayores, una mayor residencia en regiones metropolitanas, una mayor movilidad residencial, así como la posibilidad de reagrupación familiar son elementos que podrían explicar la importancia de los contrastes que produce esta variable. Además, aunque numéricamente sean poco importantes en relación a lo que sucede en otras edades, (con la única excepción de los europeos comunitarios), en su gran mayoría acaban de llegar en el último decenio a España. Esta llegada reciente no sólo es de los mayores sino del conjunto de la unidad familiar. El arrastre migratorio, en un colectivo con tasas de movilidad residencial muy importantes, explica por sí sólo su representación. Esta línea de explicación es congruente con las

diferencias internas entre países agrupados por tipos migratorios: la población mayor de los países más desarrollados presenta tasas inferiores que el resto de nacionalidades.

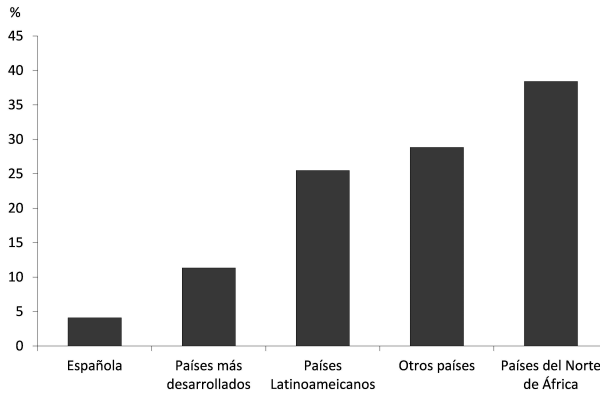


Fig. 13 – Porcentaje de mayores de 80 años que han variado de municipio de residencia según la nacionalidad.

Fig. 13 – Percentage of population over 80 years who changed from municipality of residence, by nationality.

Fuente: Elaboración propia a partir de los Microdatos del Censo de población y viviendas 2011, con datos del INE

Para concluir se incluye en el anexo (fig. 14 en anexo) la jerarquización de variables producida por la agrupación de árbol o particionamiento recursivo. Este análisis pretende explicar la presencia o ausencia de un rasgo o comportamiento en una población sobre la que se conocen también otras características relevantes. En este caso, se explica la variación residencial municipal de los mayores de 80 años. Para ello, se generan subgrupos en función de las variables independientes como la estructura del hogar, la nacionalidad, el sexo... La variable independiente que genera subgrupos con mayores diferencias porcentuales de observaciones (a partir del contraste de Chi cuadrado) es seleccionada en primer lugar. Este método se aplica recursivamente en cada nivel generando así una selección de las variables que mejor podrían explicar la variación residencial de los mayores y, en ocasiones, un modelo predictivo. Se han realizado cuatro análisis: para la provincia de Madrid, para la provincia de Barcelona, para el resto de España y para el conjunto de España. Por razones de espacio, en el anexo figura únicamente este último, que recoge la información para el conjunto del país. Este análisis proporciona una selección estadísticamente significativa de las variables más determinantes, al tiempo que propone cierta jerarquización en su importancia. Así, la primera subdivisión subraya la importancia de la estructura del hogar de destino. De todos los posibles hogares familiares que pueden recibir a una persona mayor de 80 años, los más frecuentes son aquellos en los que hay hijos menores de 25 años. Después, aparece toda una serie de variables importantes a destacar: la nacionalidad, que asocia una mayor probabilidad de cambios residenciales intermunicipales a los mayores extranjeros; el tamaño del municipio de destino, que diferencia la capital y los mayores municipios metropolitanos con pocas entradas y muchas salidas del resto de municipios; el tamaño de la vivienda; el nivel de estudios; y, también, el estado civil (ver anexo).

VI. CONCLUSIONES

Los datos analizados indican como la movilidad de la población mayor es creciente, ya sea en las dos áreas metropolitanas observadas como en el conjunto del país. Por un lado, se observa la creciente movilidad residencial de la población por encima de los ochenta años, que se produce en el conjunto de España más allá de las regiones metropolitanas estudiadas. Este crecimiento es importante en números absolutos, producto del continuado envejecimiento de la población, pero también en su intensidad, como lo demuestran las tasas de migración interna. Territorialmente, las provincias con grandes aglomeraciones urbanas, pero también el norte de España, muestran altas participaciones de la movilidad intraprovincial, con valores reducidos en Andalucía y en zonas próximas a Madrid. Esta situación es aún producto de las migraciones internas españolas de mitad de siglo XX, cuyos últimos coletazos se observaban aún a inicios de los setenta.

En segundo lugar, cabe apreciar una cierta especialización territorial en el interior de las dos regiones metropolitanas estudiadas. Por un lado se reafirma el papel del centro expulsor, ya que los mayores representan un peso importante sobre las salidas de la ciudad central. Al mismo tiempo, existen municipios con altas proporciones de migrantes ancianos entre los flujos recibidos, muchos de ellos por encima del 10% de todos los movimientos migratorios intrametropolitanos. La tipología de estos municipios nos informa de entidades municipales caracterizadas por un parque de viviendas con una alta proporción de vivienda unifamiliar y con un hábitat disperso (García *et al.*, 2016), donde además de la recepción de migrantes metropolitanos pueden haber surgido con suma facilidad residencias de ancianos, por las características del parque inmobiliario construido.

En contraposición, el poder de atracción de las ciudades centrales es, al menos en entornos metropolitanos, insuficiente para fomentar el retorno desde las periferias de los más ancianos (lo que formaría parte de la llamada recentralización). Esta situación, en la actualidad, sería minoritaria y no justificaría el crecimiento de los flujos observados. Es más, una tercera parte de las actuales pérdidas de población de la ciudad central se estaría produciendo por el saldo migratorio negativo en edades por encima de los ochenta años de edad. Los tentáculos de la suburbanización se difuminan en el tiempo.

En último lugar, el análisis del Censo de población de 2011 ayuda a explicar las características socio-demográficas de aquellos mayores que se han desplazado. En este caso, la movilidad de los mayores hacia hogares familiares se dirige principalmente a hogares con hijos menores de 25 años (los nietos), localizados en municipios suburbanos. Además, esta movilidad es más típica en extranjeros (mayoritariamente europeos comunitarios), en mayores con nivel de estudios más elevado y en hogares que disponen de viviendas más grandes y más accesibles, lo que conjuntamente nos estaría indicando que la movilidad es más importante entre clases sociales con mayores recursos económicos. Cierta inmovilidad podría relacionarse con peores situaciones económicas y mayor vulnerabilidad (Fernández Carro & Evandrou, 2013).

Finalmente, recordar otra vez la dificultad de registro de estos movimientos, posibilidad a veces incluso desalentada por la legislación vigente referente al proceso de herencia y a la vivienda que consta como primera residencia habitual, que desaconseja a veces el empadronamiento, y que puede funcionar con diferencias entre CCAA, clases sociales y años en función de la evolución de la legislación al respecto.

En todo caso, la reconfiguración territorial de las mayores regiones metropolitanas, con una periferyzación de su población, implica una mayor movilidad de arrastre de otros familiares, en este caso de mayores dependientes, que podrían estar siguiendo años más tarde el camino emprendido por sus descendientes. Esta situación es producto de la creciente complejidad metropolitana, donde el peso del centro es menor y las relaciones entre sus municipios son cada vez más intensas. Como resultado, esto comportará que aquellos mayores que se deban desplazar hacia los hogares de los hijos deban asumir, al mismo tiempo, un importante cambio en su entorno residencial, con un coste personal considerable debido a que deben romper al mismo tiempo con las relaciones sociales establecidas a lo largo de su vida.

AGRADECIMIENTOS

El trabajo forma parte del proyecto “Desigualdad social, polarización territorial y formación de espacios vulnerables en las grandes áreas metropolitanas españolas” (CSO2015-65219-C2-1-R, MINECO/FEDER, UE), dirigido por la Dra. Isabel Pujadas y el Dr. Fernando Gil. Los autores forman parte del Grupo de Investigación “Territori, Població i Ciutadania” (GRC_2014SGR380), reconocido por la Generalitat de Catalunya, con Isabel Pujadas como Investigadora Principal. Esta línea de trabajo fruto a una primera comunicación en el XIV Congreso de la Población española, en septiembre de 2014 en Sevilla (Pujadas *et al.*, 2014). Finalmente, queremos agradecer los comentarios efectuados por los revisores, que han ayudado a mejorar el presente texto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abellán, A. & Rojo, F. (1997). Migraciones y movilidad residencial de las personas de edad en Madrid. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 17, 175-193.
- Angelini, V. & Laferrère, A. (2012). Residential Mobility of the European Elderly. *CESifoEconomicStudies*, 58, 544-569, doi:10.1093/cesifo/ifr017
- Bayona, J. & Pujadas, I. (2014). Movilidad residencial y redistribución de la población metropolitana: los casos de Madrid y Barcelona. *EURE-Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos y Regionales*, 40 (119), 261-287. Retrieved from: <http://www.eure.equipu.cl/index.php/eure/article/view/358>
- Bayona, J. (2008). La población de nacionalidad extranjera en España: evolución y características demográficas. *Entelequia: revista interdisciplinar*, 8, 117-137.
- Bernard, A., Bell, M. & Charles-Edwards, E. (2014). Life-Course Transitions and the Age Profile of Internal Migration. *Population and Development Review*, 40 (2), 213-239.
- Bonvalet, C. & Ogg, J. (2008). The housing situation and residential strategies of older people in France. *Ageing and Society*, 28 (6), 753-777.
- Bonvalet, C. (dir.) (2007). *Vieillesse de la population et logement: les stratégies résidentielles et patrimoniales Paris*. La Documentation Française (actes du séminaire Patrimoine immobilier et retraite organisé par le Ministère de l'Équipement, PUCA).
- Costa-Font, J., Elvira, D. & Mascarilla-Miró, O. (2009). Ageing in place? Exploring elderly people's housing preferences in Spain. *UrbanStudies*, 46, 295-316.
- Domingo, A. & Cabré, A. (2015). La demografía del siglo XXI: evolución reciente y elementos prospectivos. In C. Torres (Ed.), *España 2015. Situación social*. (pp. 63-73), Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS).
- Domingo, A. & Houle, R. (2005). Situación laboral de la población de nacionalidad extranjera censada en España. *Papers de Demografia*, 266.
- Fernández Carro, C. (2012). Movers or stayers? Heterogeneity of older adults' residential profiles across continental Europe. *European Spatial Research and Policy*, 19 (1), 17-32.
- Fernández Carro, C. & Evandrou, M. (2013). Envejecer en casa: ¿preferencia habitacional o falta de alternativas? Un análisis del contexto europeo. Comunicación al XI Congreso Español de Sociología, Madrid.
- García-Coll, A., López-Villanueva, C., Pujadas, I. (2016). Movilidad residencial en tiempos de crisis. El caso de la Región Metropolitana de Barcelona. *Scripta Nova*, XX.
- Gobillon, L. & Laferrère, A. (2006). Les choix de logement des personnes âgées: consommation et épargne. *Revue Française d'Economie*, 20, 115-151.
- Herbers, D., Mulder, C. & Módenes, J. A. (2014). Moving Out of Home Ownership in Later Life: The Influence of the Family and Housing Careers. *Housing Studies*, DOI: 10.1080/02673037.2014.923090
- Lardies, R. (2010). Entre la movilidad residencial y la migración. Factores y razones para el cambio de residencia desde un entorno urbano entre la población mayor. *Estudios Geográficos*, LXXI (268), 177-201.
- Méndez, R. (2008). Inmigración y mercados de trabajo urbanos: Tendencias recientes en la región metropolitana de Madrid. *Scripta Nova*, XII (257).
- Ministerio de la Vivienda (2006). *Atlas Estadístico de las Áreas urbanas en España*. http://www.fomento.gob.es/mfom/lang_castellano/direcciones_generales/arq_vivienda/suelo_y_politicas/atlas/
- Nel-lo, O. (2004). ¿Cambio de siglo, cambio de ciclo? Las grandes ciudades españolas en el umbral del siglo XXI. *Ciudad y territorio. Estudios Territoriales*, 36 (141-142), 523-542.

- Parreño, J. M., Domínguez, J. & Díaz, R. (2014). El impacto territorial de las variaciones residenciales de los jubilados españoles. In A. López-Gay et al. (Ed.), *XIV Congreso Nacional de Población. Cambio demográfico y socio territorial en un contexto de crisis*. Sevilla (pp. 122-136). ISBN: 978-84-697-0997-9.
- Puga, D. (2000). Pautas migratorias de los mayores en España, *Revista Internacional de Sociología*, 27, 23-40.
- Puga, D. (2004a). El comportamiento residencial de los mayores. Análisis biográfico de la movilidad en la vejez. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 105, 79-102.
- Puga, D. (2004b). *Estrategias residenciales de las personas de edad. Movilidad y curso de vida*. Fundació "La Caixa", Barcelona.
- Pujadas, I., López-Villanueva, C. & Bayona, J. (2016). Residential mobility in the Barcelona Metropolitan Region during the present economic crisis. *Portuguese Journal of Social Sciences*, 15 (1), 91-110.
- Pujadas, I. & Bayona, J. (2015). Las migraciones residenciales en las regiones metropolitanas de Barcelona y Madrid. In M. Domínguez & C. López (Cords.), *Barcelona y Madrid: Procesos urbanos y dinámicas sociales*. Editorial Síntesis (pp. 43-70). ISBN: 978-84-907722-5-6.
- Pujadas, I., Bayona, J. & Rubiales, M. (2014). El incremento de las migraciones internas en las edades avanzadas: pautas territoriales y características sociodemográficas. In A. López-Gay et al. (Ed.), *XIV Congreso Nacional de Población. Cambio demográfico y socio territorial en un contexto de crisis* (pp. 150-163). Sevilla, ISBN: 978-84-697-0997-9
- Recaño, J. (2004). Las migraciones internas de retorno en España durante la primera mitad de la década de los noventa: implicaciones demográficas y territoriales. *Papers de Demografia*, 243.
- Ródenas, C. & Martí, M. (2009). ¿Son fiables los datos de migraciones del Censo de 2001? *Revista de Economía Aplicada*, 50 (17), 97-118.
- Rodríguez, V., et al. (2010). Inmigración y cuidados de mayores en los hogares de la Comunidad de Madrid. *Informes Portal Mayores*, 102.
- Rogers, A. (1988). Age patterns of elderly migration: An international comparison, *Demography*, 25 (3), 355-370.
- Rojo, F., Fernández-Mayoralas, G., Pozo, E. & Rojo, F. M. (2001). Ageing in place: predictors of the residential satisfaction of elderly. *Social Indicators Research*, 54, 173-208.
- Tatsiramos, K. (2006). Residential Mobility and Housing Adjustment of Older Households in Europe. *Discussions Paper n. 2.435, The Institute for the Study of Labor (IZA) Bonn*.

ⁱ Hacemos uso del término de "movilidad residencial" cuando hablamos de migraciones internas que se producen dentro de una misma región metropolitana.

ⁱⁱ Ambas fuentes son recogidas por el Instituto Nacional de Estadística (INE). Por un lado el Padrón Continuo de Población es el registro municipal que recoge a todos los residentes de un municipio (con independencia de su situación legal en el país), que se ha utilizado para obtener las poblaciones de referencia a escala municipal. Los flujos, en cambio, provienen del análisis de los microdatos de las Estadísticas de Variaciones Residenciales (EVR), que agrupa las altas y bajas que se producen en el padrón entre municipios españoles y también, aunque con menor fiabilidad, con el exterior.

ⁱⁱⁱ Tanto en los casos de Barcelona como de Madrid no utilizamos las definiciones del *Atlas Estadístico de las Áreas urbanas* (Ministerio de la Vivienda, 2006), dibujadas para el resto de España en la figura 2, y sí que empleamos delimitaciones de mayor tamaño, que consideramos que son más apropiadas y que se utilizan comúnmente para delimitar ambas metrópolis.

^{iv} A pesar de ello, algunos municipios de la Sierra Norte madrileña no seguirían dinámicas metropolitanas. Como su peso sobre la población total de la CAM es muy pequeño, se decide mantener como unidad de análisis el total de la comunidad.

^v En España, el Censo de 2011 no tiene carácter exhaustivo, y se trata de una muestra de población. Los microdatos publicados hasta la fecha no disponen de los municipios menores de 20 mil habitantes, con lo cual es imposible reconstruir unidades territoriales por debajo de la delimitación provincial. En el caso de la provincia de Barcelona, la RMB supone el 91% de la población provincial.

^{vi} No se dispone de suficiente información sobre este colectivo (ni por edades ni territorial), por ello no se ha podido sumar esta información a los datos analizados.

^{vii} Como ejemplo, basta comentar que en 2008 se alcanzó el máximo de representación de los extranjeros en la movilidad. Aquel año, en la RMB, el 41,3% de todas las migraciones internas en fueron protagonizadas por extranjeros, mientras que si se considera los mayores de 80 años el peso de estos era de apenas de un 0,1%.

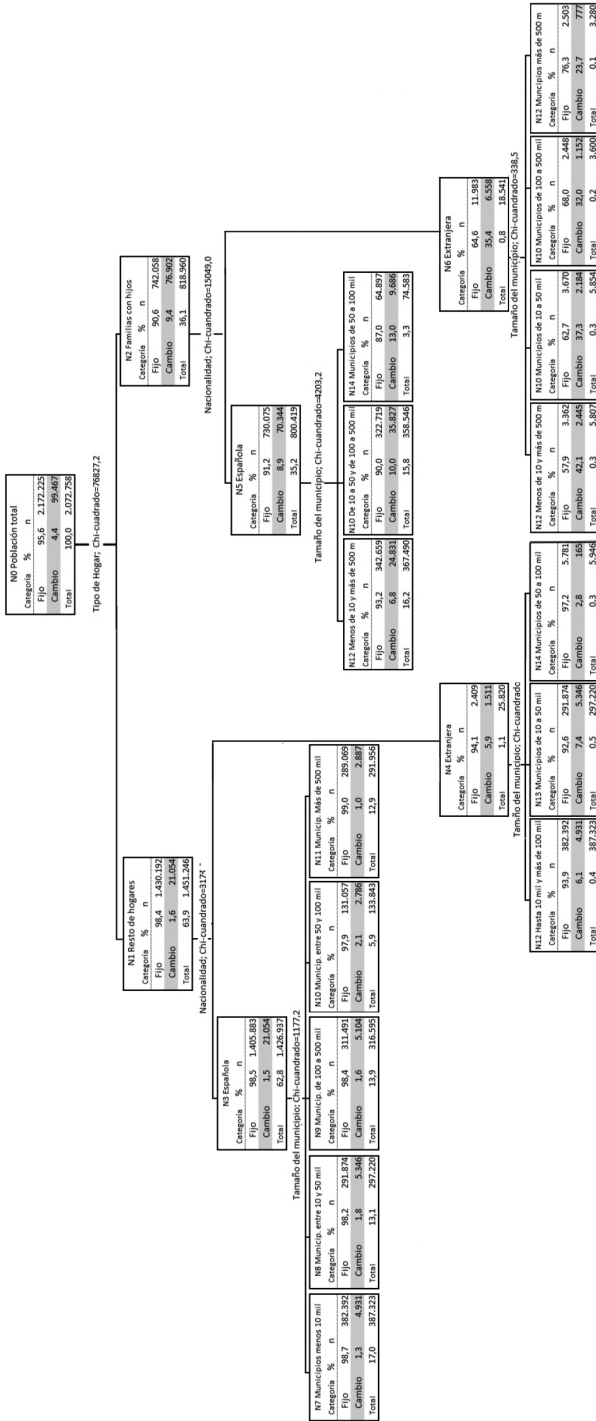


Fig. 14 – Análisis de árbol de la movilidad intermunicipal de los mayores de 80 años y más. Variables que producen principales diferencias de medias. España.

Fig. 14 – Tree Analysis. Intermunicipal mobility of those aged 80 years and over. Variables that produce major differences in means. Spain. Fuente: Elaboración propia con los microdatos del Censo de 2011

«WHITE CITY, BLACK CITY» DE SHARON ROTBARD

ANTOINE MANDOUX¹

«[...] in the problematic political contexts and difficult circumstances of any possible architectural practice anywhere, and especially in Israel, writing has always seemed to me one of the few decent and effective ways to be an architect.» p. 184.

«It is not really necessary to state again that the White City will never be white enough – the earth simply does not rotate fast enough.» p. 177.

En 2004, la « Ville blanche de Tel Aviv » est classée au patrimoine mondial de l'UNESCO parce qu'elle est « la synthèse d'une valeur exceptionnelle des diverses tendances du Mouvement moderne en matière d'architecture et d'urbanisme au début du XX^e siècle. » Le discours officiel qui a soutenu l'élection de la ville lie intimement la naissance et la croissance de Tel Aviv au Bauhaus et au Style International apportés par les premiers « migrants » juifs venus d'Europe centrale. Si on le suit un peu plus loin, les fondements de la ville reposent sur des dunes de sable blanc, apportant modernité et prospérité à une terre délaissée par ses anciens habitants. Avec « White City/Black City », Sharon Rotbard, architecte israélien, commence une critique systématique de cette véritable hagiographie de l'édification de Tel Aviv à nos jours.

Usant de faits historiques et politiques comme d'éléments de la culture populaire, Sharon Rotbard compose morceau à morceau une histoire de l'histoire, le récit du récit dans lequel l'architecture devient un moyen d'écrire la narration et la narration de construire la ville. Concevoir une ville n'est pas un acte anodin et la forme qu'elle prend reflète les valeurs et les aspirations de ses concepteurs et, dans le même mouvement, ces valeurs et aspirations, une fois matérialisés, conditionnent ceux qui la vivent. De cette manière, la conception de Tel Aviv est un projet politique qui relève plus des visées coloniales sionistes et britanniques que de tout autre mythe fondateur.

Ne recensant que peu d'édifices construits, encore moins d'architectes israéliens, qui auraient pu être liés au mouvement Bauhaus, le livre révèle que la ville dans sa structure comme dans sa forme doit bien plus au Mandat britannique qu'à tout autre pouvoir en place, même le nouvellement indépendant Etat hébreu. De ce point de vue, Tel Aviv ressemble plus à Casablanca ou Alger, des ensembles urbains

¹ Étudiant Erasmus, Master Population, Société et Territoire, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. (U.L.B.) Compte rendu préparé pour le Séminaire Géopolitique et Mondialisation. E-mail: amandoux@campus.ul.pt

modernistes et « européens » élaborés par le colonisateur français qu'au projet national ou nationaliste qu'il est censé être. Le pouvoir colonial britannique est le premier – et peut-être le seul – à avoir envisagé la cité et sa région comme un tout et à les avoir redessinées selon leurs intérêts : traçant les axes liant l'arrière-pays au port commercial de Jaffa, ébauchant les structures d'un état moderne, détruisant, divisant ou développant des quartiers urbains pour éviter les révoltes et les troubles. Comme nous le voyons, l'histoire de Tel Aviv est un peu plus complexe que le conte officiel et Sharon Rotbard nous propose dans son style brillant et acerbe de passer de l'autre côté du miroir et de rencontrer la « Ville noire » – encore aujourd'hui les parties les plus sombres et pauvres de la ville.

Si la « Ville blanche » repose sur des dunes, la « Ville noire » a été bâtie sur de florissants vergers d'agrumes et les restes de la ville de Jaffa, les uns et les autres ayant fait la renommée de la région.

Dès lors, commence le récit passionnant de l'histoire tragique de Jaffa, autrefois l'un des ports les plus prospères de la côte levantine. Du siège sanguinaire par les troupes françaises en 1799 à sa capture et son annexion par le tout neuf Etat hébreu en 1948, l'auteur retrace dans le détail près d'un siècle et demi d'une histoire tumultueuse sur fond de colonialismes britannique et sioniste et de nationalismes arabe et juif. Des premières colonies au début du XX^e siècle au projet *Homa Umigdal*¹, il expose le mouvement d'expansion et d'accaparement du territoire par les nouveaux arrivants, mouvement qui isolera petit à petit Jaffa de son arrière-pays et qui mènera à ce qu'il nomme son « urbicide ». Si Tel Avivⁱⁱ incarne l'aspiration des populations juives à l'indépendance, Jaffa, de par sa position enclavée par le tracé des frontières de novembre 1947, devient le symbole de la cause palestinienne. Des groupes paramilitaires sionistes, Etsel entre autres, se lancent à l'attaque de la ville déjà partiellement détruite et dont une partie de la population a quitté les lieux et ils l'achèveront, elle et ses derniers habitants, alors même que l'indépendance d'Israël est prononcée.

Après son annexion au territoire israélien et à la municipalité de Tel Aviv, l'« urbicide » de Jaffa continue en s'attaquant à sa mémoire et à sa matérialité. Le champ de ruines qu'elle est devenue est surnommé « The Big Zone » et sert d'accueil aux nouveaux venus arrivés des pays de l'Est et des pays arabes environnants. Ceux-ci, souvent pauvres, lui donnent une mauvaise réputation, à la fois lieux de tous les trafics et de toutes les libertés. Lâchée aux mains de spéculateurs dans les années 60, le front de mer se hérissé d'hôtels et d'immeubles, des pans entiers de l'ancienne ville sont rasés et reconstruits avec de nouveaux noms, de nouvelles formes et de nouvelles histoires. La nouvelle gare routière est peut-être le signe par lequel la démesure de l'entreprise peut être aperçue : « objet » monolithique d'architecture moderniste dont l'utilité reste encore à prouver. Le musée Etsel est lui aussi un exemple, paradoxe de la politique israélienne : un cube en verre ultra-moderne sur les restes de l'une des dernières maisons jaffoïtes encore debout et abritant le musée à la gloire des bourreaux de l'ancienne ville arabe...

Si des voix s'élèvent au début des années 80 pour défendre et protéger la « Ville blanche », c'est également pour glorifier le progressisme et l'abnégation des premiers colons, souvent issus de familles allemandes ou d'Europe occidentale, porteuses d'un sioniste, socialiste et athée et dont elle serait l'œuvre ; et ce, après la victoire de la droite israélienne aux élections de 1977, partisane d'une colonisation à tout-va et d'un laisser-aller urbanistique et spéculatif dont la « Ville noire » serait le résultat. Si en 2004, la « Ville blanche » est reconnue internationalement pour son architecture moderne, la « Ville noire » est l'objet d'une vaste opération sécuritaire qui aboutira à l'expulsion de 115.000 travailleurs étrangers, soit autant que la population arabe avant 1947.

Sharon Rotbard, lui-même installé dans la partie « sombre » de la ville, achève son premier livre par une réflexion plus générale sur l'utilisation de l'architecture comme moyen de domination. Représentant les principales caractéristiques du modernisme – austérité et efficacité, béton et blancheur, il compare leurs usages dans Tel Aviv à d'autres cas de villes neuves comme Dakar, Alger ou Casablanca,

toutes issues de l'imagination d'urbanistes modernistes et qui portent encore aujourd'hui les formes de la domination coloniale. En plus d'être un exposé intelligent de l'histoire de Tel Aviv-Jaffa selon le prisme de l'urbanisme, ce livre, le premier de Sharon Rotbard, laisse les jalons d'une réflexion plus profonde et dans d'autres contextes de l'emploi de l'architecture comme « arme de guerre ».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rotbard, S. (2015). *White City, Black City: Architecture and War in Tel Aviv and Jaffa*. Cambridge (Massachusetts): MIT Press.

ⁱ Voir « Wall and Tower (*Homa Umigdal*), the mold of israeli architecture » de Sharon Rotbard, in Rafi Segal, Eyal Weizman, « A civilian occupation, the politics of israeli architecture », Babel/Verso, Tel Aviv/London-New York, 2003.

ⁱⁱ Tel Aviv signifie en hébreu « Ancienne-Nouvelle Terre », un autre nom de *Eretz Israel*, la « Terre promise ». C'est également la traduction du roman de Theodore Herzl, fondateur du sioniste, *Altneuland* publié en 1902.

THE PARADOX OF GERMAN POWER OF HANS KUNDNANI

JAKOB HORNEBER¹

Again, as in the years before World War I and II, Germany seems to be too big to be a European state like any other, but too small to be a hegemon of Europe. About 150 years after the foundation of the German Reich that once led to a substantial shift in Europe's balance of power, the "German question" – believed to be solved decades ago – re-emerges once again "in a new form". Germany, appearing both powerful and weak at the same time, has become a political paradox again that is challenging the European community.

In his book "The paradox of German Power" the British author Hans Kundnani analyzes the development of German foreign policy since it came into existence as a state. According to him, there has been a fundamental transformation of the political priorities since the early 2000s, causing a new disturbance of balance inside of Europe. The modern imbalance, though, is not so much introduced by Germany's military potential, as was the case in the late 19th and the first half of the 20th century, but by its economic strength and its dominant role in the EU. The problem is thus not a geopolitical one, but what could be described, in line with Edward Luttwak, as a "geo-economical" one. By means of its economic power, on the one hand Germany forces the members of the Euro zone into austerity policy and thereby creates an "instability culture" (110). On the other hand, recent German foreign policy seems to be influenced more by economic interests than by alliances, which induces fear of the onset of a new "Sonderweg" in Western states. Kundnani characterizes this policy as a "strange mixture of economic assertiveness and military abstinence" (103).

The author develops his position by illustrating the classical "German question" that evolved with the creation of a German nation in 1871. The large state in the middle of Europe disturbed the balance of power - by its mere existence, but even more by the aggressive expansionist politics of colonization. Although Germany was considered a powerful threat by its neighbors, it perceived itself as vulnerable because of its "Mittellage", being surrounded by other European powers. It was partly because of this paradoxical situation, that European powers built a complicated system of alliances in an attempt to create a security balance, which ultimately led the continent into World War I.

This imbalance problem was not solved before the end of World War II, when Germany was divided into a western and an eastern state – both significantly smaller and less powerful than the former German nation. Due to its new geopolitical position at the very edge of Western Europe, the newly created Federal Republic of Germany strongly depended on the security guaranteed by NATO, which made it a reliable western ally

¹ Erasmus student, Master in Population, Society and Territory, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Book review prepared for the Seminar on Geopolitics and Globalisation. Email: jakobh@campus.ul.pt

during the Cold War. Still, because of historical experience the FRG didn't recognize itself as a "normal" state. Any kind of political solo action was out of the question. Hence, German foreign policy was strongly imbedded into multilateral structures. The rapprochement to the Soviet Union as a careful attempt to reunification – the so-called "Ostpolitik" – never challenged the FRG's self-conception as a Western state.

These strong ties did not disappear in the years after Germany's reunification in 1990. Although first steps to "normality" were made by means of small military engagements, these operations were primarily understood as taking responsibility in the Western Alliance. It was not before the opposition to the Iraq War in 2003 that a new and more self-confident understanding of the term "normality" evolved, which now included the open pursuit of Germany's own political interests. This development coincided with a stronger economic dependency on exports in the early 2000s as a consequence of the labor market reforms.

The fact that Germany no longer relied "on the US and NATO for protection" (90) enabled foreign policy to focus more on economic interests. Of course, this politically more "realist" approach was not completely new. The economical focus has been strong ever since the Federal Republic and even before, as Kundnani illustrates. However, what was new was the politically distinct role that Germany took inside the Western Alliance, reflected for example in its position towards Russia, China or Iran. It is shown even more in Germany's denial of a military engagement in Libya, which can be understood as a weakening of multilateralism. Another new development was Germany's recent insistence on its economic preferences regarding the Euro, risking even an alliance against Germany in the EU. Overall, Kundnani identifies a clear shift from an "idealist" to a "realist" position in German foreign policy.

This explicit division of "realist" and "idealist" approaches put forward in the book seems somewhat questionable. Strong western-oriented multilateralism in the early years of the Federal Republic could, for instance, be argued "realist", as it led to more sovereignty. Just as well, the completely excluded efforts made by Germany in international environmental politics in the 2000s could be argued to be "idealist" driven. The described tendency that foreign policy is based more and more on distinct (economical) interests is nevertheless convincing.

To make his point, Kundnani concisely creates a coherent picture of Germany's political continuity and change. He demonstrates profound knowledge of the inner debates as well as the exterior view and manages to add enriching background information without losing focus on the central topic. The author's argumentation is confident and assertive, but never inadequate. And while you sometimes get the feeling that Kundnani is trying hard to arrange an argument to fit – for example when he focuses on statements of former office holders who are out of active politics for years or accentuates the role of the debate whether Germans were victims as well in World War II, which actually did not play a significant role in the justification of any kind of politics – the major line of thought stays traceable at any time.

A major strength of the book is, of course, its high relevance and the topicality of its issue. Western states' fears of a more "equidistantly" oriented, Russia-friendly Germany did not prove true in the Crimean crisis. Nonetheless, considering the latent Eurozone crisis and the fact that a consistent NATO-position towards Syria is yet to be found, tensions are likely to increase. However, the book can not only be read as an analysis of Germany's current foreign and European policy but as well as a plea for more historical awareness. In view of the imminent throwbacks of European integration, such as the limitation of the Schengen Agreement and nationalism on the rise, some retrospection seems advisable not only for Germany.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Kundnani, H. (2015). *The Paradox of German Power*. Oxford University Press, Oxford/New York, 160. ISBN-13: 978-0190245504.

O PROFESSOR GALOPIM DE CARVALHO E O LABORATÓRIO DE GEOMORFOLOGIA DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DE LISBOA

SUZANNE DAVEAU¹

Um *Centro de Estudos Geográficos* foi criado pelo Instituto de Alta Cultura, a pedido de Orlando Ribeiro, quando obteve, em 1943, um lugar de Professor Catedrático de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Até ao fim dos anos 50, este Centro minúsculo, quase simbólico, ocupava um acanhado local próximo do antigo Convento de Jesus, onde se acotovelam a Academia das Ciências, os Serviços Geológicos e a Faculdade de Letras. O número de alunos de Geografia era muito reduzido, apenas começando a aumentar com a reforma de 1957 que permitiu que esta disciplina aparecesse desde o primeiro ano de ensino, mas sem ter ainda o peso da História e das Ciências Naturais.

Na mesma altura (1958), inaugurava-se o novo edifício da Faculdade de Letras, na Cidade Universitária planeada pelo Estado Novo ao norte da cidade, no Campo Grande. Com nobre fachada e espaços de circulação amplos, o edifício ia revelar-se em breve funcionalmente acanhado, pelo número de alunos duplicar de 1960 a 1970. Mas, ao princípio, parecia tão amplamente concebido que Orlando Ribeiro obteve com facilidade confortáveis instalações para o Centro de Estudos Geográficos, inclusive um Laboratório de Geomorfologia.

A criação deste Laboratório, estranhada por alguns colegas mais “literários”, impunha-se, tanto pela orientação multidisciplinar que Orlando Ribeiro entendia dar à Geografia como pelas dificuldades de circulação intraurbana. Com efeito, se a partilha do novo edifício facilitou bastante os contactos com colegas linguistas, historiadores ou filósofos, a sua implantação na periferia lisboeta dificultava as relações com a Faculdade de Ciências, mantida no vetusto edifício da Escola Politécnica, a 6 km da Cidade Universitária e ainda sem ligação pelo Metropolitano.

A geração dos Professores que, no fim dos anos 50, fizeram face à esta drástica mudança locativa, tinha beneficiado, antes da Segunda Guerra Mundial, de uma feliz prefiguração do atual programa “Erasmus”, ao usufruir lugares de “leitores” ou bolsas do Instituto de Alta Cultura, então eficazmente dirigido pelo Prof. Celestino da Costa. Restabelecida a paz, estes jovens Professores entenderam mandar os próprios assistentes formar-se por seu turno no estrangeiro. Orlando Ribeiro orientou assim sucessivamente Francisco Tenreiro para Londres, Raquel Soeiro de Brito para Clermont-Ferrand, Ilídio do Amaral para Munique, Jorge Gaspar para Lund, António de Brum Ferreira para Toulouse, Carlos Medeiros para Bordéus, Isabel Marques e Carminda Cavaco para Estrasburgo... Do lado dos geólogos,

¹ Professora catedrática aposentada. E-mail: sdaveau@sapo.pt

Carlos Teixeira mandou, entre outros, António Ribeiro completar a sua formação de geólogo estrutural em Paris e Montpellier, Filomena Dinis aprender a Palinologia e Galopim de Carvalho formar-se em Sedimentologia em Paris.

De 1965 a 1981, este jovem geólogo ia ensinar aos geógrafos a prática da sua ciência, posta ao serviço das investigações que, desde o fim dos anos 30, Pierre Birot, Orlando Ribeiro, Mariano Feio e, a seguir, eu própria, António de Brum Ferreira e outros, praticaram sobre a evolução geomorfológica de Portugal. No funcionamento do Laboratório, Galopim foi sucessivamente ajudado por duas alunas de Geografia, Celeste Alves até 1968 – que seguiu então para as Universidades de Aberdeen e de Aveiro –, e Maria Fernanda Alegria – que tomará a direção do Laboratório de 1981 a 1987, sendo então, doutorada, nomeada na Universidade Nova.

Ana Ramos Pereira e Carlos Sirgado assumiram a seguir a responsabilidade deste espaço muito cobiçado, num Centro cada vez mais acanhado para o número crescente dos investigadores, numa fase de transição em que a investigação geomorfológica tomou novas orientações, mais viradas para a evolução quaternária das formas e, até, para a sua dinâmica atual e os riscos daqui decorrentes. Pode considerar-se que a síntese coletiva sobre as *Grandes Unidades Regionais do Relevo de Portugal*, planeada em 1998 e publicada em 2004, fechou o ciclo da brilhante fase de investigação em que as técnicas sedimentológicas ensinadas aos geógrafos por Galopim de Carvalho, permitiram grandes progressos na compreensão da gênese do relevo de Portugal, graças à análise dos chamados “depósitos correlativos”. Novas técnicas foram, entretanto, aparecendo, abrindo inéditas e prometedoras perspetivas para a compreensão do relevo terrestre.

Na Faculdade de Ciências, Galopim de Carvalho continuou a ensinar Sedimentologia até se reformar em 1981, resumindo então em três volumes, publicados em 2003-2006, o seu saber em *Geologia Sedimentar*. Mas os seus interesses foram sempre bem mais vastos e a sua capacidade pedagógica de qualidade verdadeiramente excepcional. Foi ao dirigir Museus, organizar Exposições, escrever artigos e proferir conferências, que acordou num muito vasto público o interesse pela compreensão do Mundo em que vive o Homem, usando sempre, para isso, uma linguagem que, perfeitamente exata cientificamente, fica no entanto acessível a qualquer leitor ou auditor. E basta ler, para se convencer disso, o lindo texto que apresenta e explica a origem da sua natal e amada planície alentejana.

“Ó MINHA TERRA NA PLANÍCIE RASA...”¹

A. M. GALOPIM DE CARVALHO¹

Há uma trintena de anos, transportei comigo, vinda do Alentejo interior, uma comadre de visita a uma filha residente em Almada. Viemos por Setúbal e, durante a subida da serra da Arrábida, esta minha amiga, que pela primeira vez saía do campo a perder de vista onde nascera e vivera, dava mostras de um certo mal-estar.

– Não sei o que tenho, sinto-me apertada. Falta-me a lonjura do nosso Alentejo. Isto aqui é só cabeços. E que cabeços!

E foi assim até ao alto da capelinha de Nossa Senhora das Necessidades. A partir daí, na descida para Azeitão, foi-se-lhe diluindo a aflição e, quando passámos à planura, que nos conduziu ao nosso destino, ouvi-a exclamar

– Aqui, sim, já se pode ver ao longe! Já a gente respira!

Nunca mais esqueci esta visão da nossa paisagem interiorizada na mente desta minha comadre e foi a pensar nela que procurei reunir, em palavras simples, o que me foi dado aprender sobre a “planície alentejana”.

Sempre que me afasto da ficção em torno da cultura alentejana, em que o “ver ao longe” facultado pela planura das suas paisagens é um dos temas mais apetecidos e exaltados, e me concentro nos ensinamentos que a geografia ou a geomorfologia colocaram à minha disposição, interrogo-me sobre a longa e complexa história geológica da vasta superfície levemente ondulada por suaves outeiros (colinas) e abertos valados que inspirou Antunes da Silva, Florbela Espanca, José Saramago, Manuel da Fonseca, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira e tantos outros.

“Planície” aparece aqui entre comas porque, se bem que a palavra tenha perfeito cabimento como figura de estilo no discurso literário, não o tem na abordagem geográfica ou geomorfológica. Na origem, o termo planície, que nos chegou vindo do latim *planitie*, significa simplesmente superfície plana. E, em rigor, plana é a superfície da água em repouso. Como vocábulo do léxico geográfico, esta mesma palavra passou a referir uma extensão maior ou menor de terreno aplanado, de notada horizontalidade e, na maioria dos casos, a muito baixa altitude, onde a sedimentação supera largamente a erosão. Planícies são, por exemplo, a lezíria do Tejo, os campos do Mondego ou os do Sado. Ora, no âmbito desta disciplina, a chamada “planície alentejana” não corresponde minimamente a este conceito.

Para podermos abordar o conhecimento da “planície alentejana”, temos necessariamente de começar por saber o que é e como se formou a mais extensa das unidades fundamentais do relevo da Península Ibérica, citada em todos os manuais de geografia por Meseta Ibérica.

¹ Museu Nacional de História Natural, Universidade de Lisboa. E-mail: galopim@sapo.pt

Em 1825, na sequência de uma visita que fez à Península Ibérica, o geógrafo e naturalista alemão Alexander von Humbolt (1769-1859) definiu aqui uma extensa superfície planáltica, ocupando a maior parte do território, conhecida, desde então, por Meseta Ibérica. Levemente basculada de NNE para SSW, esta superfície, fundamental para a definição do relevo da maior parte de Espanha e de Portugal, resultou do arrasamento do troço ibérico da grande cadeia de montanhas elevada durante a orogenia hercínica ou varisca, entre finais do Devónico e meados do Pérmico, ou seja, entre há 380 e 280 milhões de anos (Ma).

Uma primeira evidência do começo desta aplanção, fruto de cerca de 90 milhões de anos (Ma) de erosão (durante os quais terão desaparecido quatro ou mais quilómetros de altura da montanha), já estava esboçada no Triásico superior (há 210 Ma), tendo ficado conhecida por superfície pós-hercínica ou pré-triásica.

Observável em alguns locais de Espanha, temos espectacular testemunho desta superfície de erosão na discordância angular observável na Praia do Telheiro (Vila do Bispo), onde camadas sub-horizontais do Triásico superior continental, de característica coloração vermelha (Grés de Silves, com arenitos, siltitos e, por vezes, leitos conglomeráticos) assentam sobre xistos e grauvaques do Carbónico superior marinho (Vestefaliano, com 300 Ma) pregueados e truncados pela dita superfície pós-hercínica.

Se tivermos em conta que, no Triásico superior, o território hoje ocupado pela Península Ibérica se encontrava numa latitude tropical, no interior da Pangea, a cor vermelha dos sedimentos dessa idade, bem representados em Silves, Praia do Telheiro, Santiago do Cacém, Coimbra, Águeda e Eirol (Aveiro), aponta para uma situação climática quente de tendência semiárida, susceptível de mobilizar o ferro (durante a estação húmida) e de o fixar sob a forma de óxido (na estação seca). Neste quadro climático, a superfície pré-triásica terá tido, pelo menos em parte, uma evolução próxima da da pediplanicie tal com a definiu, em 1962, o geomorfólogo sul-africano Lester King (1907-1989).

Em 1889, o geofísico americano Clarence Edward Dutton (1841-1918) pôs em evidência o fenómeno natural a que deu o nome de isóstase (ou isostasia), que definiu como o equilíbrio gravítico que se estabelece entre a litosfera e a astenosfera, ou seja, camada externa do manto superior terrestre, sobre a qual assenta, mais densa e caracterizada por alguma plasticidade. À semelhança de um barco sobrecarregado cujo casco vai emergindo da água à medida que se lhe alivia a carga, também grande parte do bloco litosférico peninsular, aligeirado da carga correspondente à montanha desaparecida por erosão, se foi soerguendo (elevando).

É curioso assinalar que uma primeira abordagem ao citado equilíbrio consta do livro “Tratado dos Meteoros”, da autoria do filósofo francês Jean Bouridan (circa 1300-1360), reitor da Universidade de Paris. Este clérigo não irmanado com qualquer ordem religiosa, escreveu “A erosão torna mais leves os continentes que, aplanados, tendem a erguer-se...” o que representa uma notável antecipação ao conceito de isóstase.

Assinale-se que, enquanto o interior da península se ia elevando, as suas bordaduras (as hoje Orlas Meso-cenozóicas Ocidental e Meridional) iam-se afundando, em relação com o estiramento (adelgaçamento) e fracturação da faixa da Pangeia precursora da abertura do Oceano Atlântico. É nessas bordaduras afundadas que se irão instalar as Bacias Lusitana e Algarvia e nelas acumular milhares de metros de sedimentos resultantes da erosão da parte mais soerguida do referido bloco.

Ao longo do Jurássico e do Cretácico inferior, esta superfície em elevação isostática continuou a ser alvo de erosão mas, pelo menos numa grande parte deste intervalo, de cerca de 100 Ma, sob condições de clima quente e húmido indutoras de intensa alteração das rochas. A natureza essencialmente quartzítica e caulínica dos sedimentos terrígenos (conglomerados, arenitos e argilitos) de fácies deltaica do Cretácico inferior da Orla Meso-cenozóica aponta nesse sentido, pelo que o modelo de erosão poderá ser explicado com base no concebido e divulgado, em 1957, pelo alemão Julius Büdel (1903-1983), segundo o qual terão existido duas superfícies de aplanção, uma exposta, ou seja, a “superfície topográ-

fica” que suportava a paisagem, sujeita a erosão pelas águas de escorrência e fluviais, e outra no subsolo, entre a capa de alteração (rególito) e a rocha sã, referida por “superfície basal”, tanto mais profunda, quanto maior tiver sido a espessura do rególito. Büdel defendia que, quando a humidade prevalece relativamente à secura, a meteorização é mais veloz do que a erosão e, assim, a espessura do rególito aumenta. Se, segundo ele, o clima evoluir no sentido da aridez, a erosão superficial torna-se mais veloz do que a meteorização das rochas, podendo, no limite, pôr a descoberto a dita superfície basal que, assim, se transforma numa superfície de aplanação. O arenito do Buçaco, que eu tive oportunidade de estudar, em 1960, em conjunto com o de Coja (o Supra-Buçaco de Orlando Ribeiro), conservados no fundo da Bacia da Lousã, discordantes sobre esta superfície, são ainda, à semelhança dos do Cretácico inferior, quartzo-cauliníticos, corroborando esta visão do geomorfólogo alemão.

Entre a idade cretácica inferior (Albiano, com base no conteúdo polínico) deste arenito e os primeiros depósitos que, por falta de elementos seguros de datação, têm sido atribuídos, de forma abrangente, ao Paleogénico (65 a 23 Ma), decorreu um grande intervalo de tempo, na ordem de três a sete dezenas de milhões de anos, durante o qual o bloco crustal correspondente à Península não parou de subir, rejuvenescendo o relevo, não só em virtude da procura do citado equilíbrio isostático, mas também como consequência do começo da colisão das placas africana e ibérica.

Os referidos sedimentos, atribuídos “grosso modo” ao Paleogénico, são correlativos deste rejuvenescimento do relevo, depositados nas planuras vizinhas. Na maioria detríticos, com destaque para as arcoses, podem ser observados de norte a sul do país, em Vale Álvaro e Vilarica (Bragança), Longroiva e Nave de Haver (Guarda), Coja (Coimbra), Cabeço do Infante (Castelo Branco), sendo de destacar, no que se refere ao Alentejo, os de Tramaga (Ponte de Sor) e Vale do Guizo (Alcácer do Sal), na base da cobertura cenozóica da grande Bacia do Tejo-Sado, e Marmelar (Vidigueira). Discordantes sobre a superfície afeiçoada no final deste grande intervalo de tempo, apontam uma evolução climática no sentido da secura, pelo que é de admitir que este afeiçoamento se tenha verificado em regime de pediplanação.

Não estando condicionada ao nível de base geral (como acontece na chamada erosão normal de Davis), este retoque na planura da Meseta, segundo o modelo preconizado por Lester King, pode perfeitamente ter tido lugar em situação planáltica.

É, pois, a partir desta superfície paleogénica, tida, no seu compartimento a norte da Codilheira Central, como uma das superfícies de erosão mais perfeitas do mundo, consentânea com o processo de pediplanação, que podemos definir o relevo do maciço antigo ibérico.

A compressão da Placa Africana sobre a Península Ibérica (compressão Bética do ciclo orogénico Alpino), em especial durante o Miocénico superior, conduziu a deslocamentos verticais de blocos do soco, em alguns casos na ordem das centenas de metros, através de falhas tardi-hercínicas. Deslocados entre si, como teclas de piano desniveladas, estes blocos deram origem, por exemplo, às Serras da Estrela e do Caramulo, aos planaltos transmontanos e da Guarda, às superfícies de Castelo Branco, de Évora e de Beja, e a depressões, como a de Celorico, a Cova da Beira ou a que faz de substrato da grande Bacia Cenozóica do Tejo-Sado, cujo enchimento completa a parte restante desta planura que caracteriza a maior parte da paisagem alentejana.

Persistem nesta aplanação ou nos troços dela desnivelados pela referida movimentação vertical de blocos alguns relevos residuais ou de dureza, constituídos por quartzitos, sob a forma de cristas alongadas, como são, em Portugal, entre outras, as referidas como serras da Marofa, do Buçaco, de Penha Garcia, de Moradal, de Marvão e de Alcaria a Ruiva. A par destes relevos há, ainda, os “Inselberge” ou montes-ilhas graníticos, como o de Monsanto, na Beira Baixa que, embora raros, parecem testemunhar um retoque tardio nesta superfície, muito provavelmente no Vilafranquiano, de novo em regime semelhante ao que conduz à pediplanicie, consentâneo com a semiaridez geralmente atribuída a este intervalo de tempo.

A “PLANÍCIE ALENTEJANA”

Desde há muito que a ideia segundo a qual a erosão destrói o relevo e tem por meta a aplanção a muito baixa altitude faz parte do pensamento racional. No século X, os membros de uma fraternidade de filósofos ismaelitas, conhecida por “Irmãos da Pureza” (Ikhwan al-Safa, em árabe), que se admite ter estado sediada em Bassorá, no Iraque, escreveram numa enciclopédia que nos legaram “os continentes, uma vez arrasados pela erosão, ficam ao nível do mar”.

Em finais do século XIX, William M. Davis divulgou o conceito de peneplanície como um tipo de aplanção inacabada, a relativamente baixa altitude, fruto de um longuíssimo desgaste por parte da erosão fluvial, sob clima temperado húmido. O elemento de origem latina “pene”, que escolheu para antepor à palavra “planície”, significa “quase”, pelo que, para o autor, quer dizer uma planície inacabada, em vias de o ser, cujo limite teórico, ainda não atingido, seria uma superfície plana e horizontal, ao nível do mar.

São muitos os geógrafos profissionais e os livros de ensino que, entre nós, referem com mais ou menos pormenor a peneplanície alentejana e têm-no feito, não no sentido genético, de uma aplanção em vias de acabamento, desenvolvida no quadro climático preconizado por Davis, mas sim no de uma aplanção imperfeita em termos da configuração topográfica. Enquanto que para este geógrafo, o prefixo “pene” tem a conotação de algo por atingir ou por acabar, para a generalidade dos nossos estudiosos que a ela se têm referido, esse mesmo prefixo tem um sentido meramente morfológico.

Voltando à tectónica de deslocamentos verticais de bloco, referida atrás, do tipo “teclas de piano” diferentemente desniveladas. A extensão do território nacional vulgarmente referida por planície alentejana, ocupa, no essencial, duas destas grandes teclas: a superfície de Évora, mais elevada e acidentada, variando entre 350 e 300 m de altitude; e a superfície de Beja, mais baixa e mais aplanada, entre 250 e 200 m, desnivelada pela importante falha da Vidigueira e bem marcada na paisagem pelo abrupto que limita a sul a Serra de Portel.

Deixando de parte os relevos residuais emergentes destas duas superfícies, Castelo de Vide e Marvão, na de Évora, Ficalho e Alcaria a Ruiva, na de Beja, e os de natureza tectónica (outras teclas de piano de menor extensão, no interior das grandes teclas referidas), que as afectaram, entre os quais São Mamede, Monfurado, Alcáçovas, Ossa, Grândola e Portel, o essencial da morfologia de suaves outeiros e abertos valados, comum na paisagem alentejana, deve ser entendida como degradação por embutimento fluvial, ao longo do quaternário, de uma pediplanação conseguida no Paleogénico, aperfeiçoada ao longo do tempo (superfície poligénica), desnivelada, como se disse, pela compressão Bética e finalmente retocada durante um episódio de semiaridez no Vilafranquiano, possivelmente o mesmo que desencadeou os derrames caóticos, heterométricos, conhecidos por “ranhas”, essencialmente quartzíticos e grosseiros, na Beira Baixa, e essencialmente quartzíticos e menos grosseiros, no Alentejo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Nuno Pimentel a leitura crítica do texto.

¹ Florbela Espanca, no poema *Minha Terra*, in “Charneca em Flor”.

ÁNGEL CABO ALONSO (1922-2016): UM MESTRE DA GEOGRAFIA PENINSULAR

JORGE GASPAR
LORENZO LÓPEZ TRIGAL

Falleció en abril de 2016 el profesor Ángel Cabo Alonso a los 93 años, quien fuera catedrático de Geografía en la Universidad de Salamanca desde 1964 a 1988, presidente de la Asociación de Geógrafos Españoles (AGE) de 1981 a 1985 y doctor Honoris Causa por la Universidade de Coimbra en 1998. Tres nominaciones, entre otras, que enmarcan la destacada personalidad docente, investigadora y profesional, de un distinguido representante de la escuela de geógrafos españoles de la segunda mitad del siglo XX.

De raíces familiares castellanas, se formó en la Universidad de Madrid – denominada desde 1970 Complutense de Madrid –, en la Facultad de Filosofía y Letras, sección de Historia y Geografía, donde va a ser su maestro el geógrafo Manuel de Terán, quien le encamina a la Tesis doctoral (*El paisaje agrario salmantino*, 1960), trabajo para el que obtuvo una beca de investigación en el Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), pero que, habida cuenta de las dificultades económicas en el Madrid de la época, alternaba con la docencia como ayudante y profesor encargado de curso en su misma Facultad de Letras y en la de Ciencias Políticas. Continuará su andadura docente en la Escuela de Comercio de Vigo y ya como catedrático de Geografía en la Universidad de Granada, un bienio antes de trasladarse a la de Salamanca, donde va a organizar “desde cero” el Departamento de Geografía y se consolidará como el maestro de “tono tolerante” y “talante humanista” (Cabero, 1992), con influencia en la trayectoria y memoria de dos generaciones de docentes con destino en Centros de bachiller y Universidades de España.

De su labor investigadora en varios campos, resalta su especialización en Geografía agraria a partir de la concepción ruralista y el método regional tradicional, interesándose por las fuentes de información agraria, la evolución económico-agraria, las monografías comarcales, los paisajes agrarios, las producciones y cultivos, apoyado en todo momento por un trabajo minucioso de campo y archivo, además de la pertenencia al Centro de Edafología y Biología Aplicada del CSIC en Salamanca. Tal línea de investigación perseguirá como objetivo esencial el estudio de las transformaciones históricas y recientes en el rural español, particularmente en el periodo 1950-1980 (Cabo, 1984), a la que seguirán también en sus tesis doctorales algunos de sus discípulos (Barrientos, Cabero Diéguez, Cruz Reyes, García Martín, Martín Rodrigo).

Una segunda línea de investigación enlaza con la Geografía urbana y con su maestro Terán al abordar estudios, entre otros, sobre las raíces y bases geográficas de Salamanca y Zamora, sus analogías y contrastes. Asimismo, la temática urbana será tratada también en tesis doctorales de otros discípulos suyos como Enrique Clemente Cubillas – recientemente fallecido –, Antonio Campesino, Julio Villar Castro y José Luis Alonso Santos.

Por último, una tercera línea será dedicada a la Geografía regional de España y de Castilla y León, Galicia o Extremadura, en monografías y en capítulos iniciales de síntesis históricas o geográficas de gran divulgación editorial, por lo que las contribuciones de Cabo Alonso, al igual que maestros coetáneos como Vilá Valentí, García Fernández, López Gómez y Bosque Maurel, serán ilustradoras de la diversidad regional del territorio y la sociedad en la España autonómica, siguiendo así la estela de autores clásicos de la geografía regional española, los profesores Solé Sabarís, Terán y Otero Pedrayo.

La presencia de Ángel Cabo será recordada en múltiples aspectos de su vida académica, tanto en sus clases magistrales como en las clases prácticas y salidas de campo y ciudad. Será difícil igualar su excelente y precisa enseñanza en los itinerarios guiados por ciudades de la España interior, particularmente de Salamanca. Será encomiada por todos los que le conocimos su relación amigable y familiar en el trato personal a la vez que por su gestión de cuantos servicios académicos o profesionales fuera responsable, como jefe de laboratorio del CSIC, director del Departamento, Decano de la Facultad, director del Centro de Estudios Salmantinos o Presidente de la AGE. En esta última actividad, por ejemplo, pondría el mayor empeño en aproximar los estudios de Geografía y la actividad de los geógrafos al nuevo sistema educativo y al conocimiento de la sociedad en el periodo crucial de la Transición española.

Una presencia particular, a resaltar aquí, fue la del apoyo decisivo de Ángel Cabo a la relación entre los geógrafos y las instituciones académicas de Portugal y España, facilitada en primer lugar por su amistad desde tiempo atrás con el profesor Orlando Ribeiro y más recientemente con los discípulos de este en Lisboa y Coimbra. En este contexto, fue decisiva su aportación al proyecto de organizar lo que en un principio convenimos en llamar “Encuentros de Geógrafos Ibéricos”, como podemos confirmar como animadores del proyecto desde Lisboa y León.

Será precisamente en 1977 cuando se mantienen los primeros contactos con el profesor Cabo y posteriormente, con ocasión del V Coloquio de Geografía español, celebrado en Granada, con el profesor Vilá Valentí. Las dificultades en los compromisos financieros para llevar a cabo la organización del I Coloquio Ibérico de Geografía demorarán su realización, que tendrá lugar en Salamanca en mayo de 1979, esencialmente “pela energía de Cabo”, con tres ponentes españoles – el mismo Cabo, García Fernández y Vilá Valentí –, al que seguirán en 1980 el II Coloquio en Lisboa y el III Coloquio en 1983 en Barcelona, consolidándose desde entonces su organización.

Ángel Cabo Alonso tem um percurso científico e académico marcado pela busca da qualidade e utilidade da sua ação, na melhor tradição da moderna Geografia, ou seja, do que se poderia considerar o modelo de um mestre em meados do século XX: uma visão ampla e integrada das questões do território, na sua espessura temporal e enquanto resultado do drama humano. Para tanto privilegiou na linha do seu mestre Manuel de Terán uma formação clássica na procura de uma Geografia enquanto encruzilhada de saberes, das Ciências da Terra e das Ciências Sociais.

A grande demonstração dessa atitude encontramos-na, por um lado, na sua produção científica e, por outro, no magnífico exercício do magistério a que se dedicou de facto muito para além de meio século.

Um tal posicionamento e atitude provocaria necessariamente a emergência do sentido ético que acode naturalmente à prática da Geografia, na investigação, no ensino, na produção literária, na aplicação dos saberes adquiridos.

Na explicação geográfica, fosse na cidade, na montanha ou na complexidade que é o modelado que o Douro construiu para enriquecimento da Geografia e das suas práticas, Ángel Cabo era excelente. Em todas as demonstrações nunca faltava o colóquio multidisciplinar e intergeracional, assim como umas quantas estórias exemplares que muitas vezes me perguntava onde as tinha descoberto, como as tinha vivido? – muito trabalho de campo, muito amor à Terra.

Assim, nas belezas dos *Arribes del Duero*, “humanizando” ardilosa conjugação da tectónica com a erosão, que só se compreenderia plenamente percorrendo a meseta de um e do outro lado da fronteira, incluindo mesas e páramos, observando os blocos soerguidos que se constituíram na coluna dorsal da Península Ibérica, enfim a explicação de uma autêntica gramática generativa das formas de relevo do interior peninsular. Um regalo para o espírito e, sem dúvida, a demonstração de como a Geografia é mais.

Nesses percursos de aprendizagem – para todos, incluindo para o Mestre, como ele muitas vezes o sublinhava – a preocupação primeira correspondia aos assentamentos humanos e sobremaneira aos seus habitantes – vivos e mortos, pois todos fazem parte daquelas paisagens que Ángel Cabo tão bem sabia ajudar a descortinar, para depois as integrar numa ordem do conhecimento que verdadeiramente interessa, a que está no encontro dos três vetores: social, cultural e humano.

Assim, por exemplo, nos longos ciclos agrários e pecuários da *cuenca* duricense, até às modernas *exsurgências* do vinho, também ele puxado pelo mercado internacional que a filoxera proporcionou e pela moderna nobilitação dos Ribera, dos Toro e dos Rueda, e, mais recentemente, a moderna indústria alimentar; por último, o lazer e o turismo que transformaram cidades, *pueblos* e até grandes fincas.

Assim, no processo oculto da erosão de gentes e território que assolou Las Hurdes, deixando a marca das misérias de um certo tempo.

Assim, na explicação da prevalência da cultura e das práticas judaicas-neocrístãs, tão bem sintetizadas aquando da visita a Hervás.

Assim, no desfiar do *fio da meada*, que nos fazia percorrer as *cañadas* da Mesta, até chegar à construção das atividades têxteis, cuja demonstração geográfica se fazia num pilar da fase industrialista, a cidade serrana de Béjar.

Don Ángel Cabo Alonso faz parte da galeria dos “Mestres Salamantinos”, que ao longo de oito séculos deram à cidade leonesa e castelhana a dimensão de farol dos saberes, científicos e literários. Mestres que por norma se respeitaram e dialogaram, o que significa que tiveram que ser sensíveis às pontes que se foram estabelecendo. Por isso Cabo Alonso admirava e cultivava poetas, historiadores, geólogos e engenheiros de montes e em todos buscava as melhores leituras que lhe permitiam a um tempo aprofundar as dimensões da cidade e da região, bem como para dar o melhor conteúdo à formação dos jovens que a universidade lhe confiava.

Don Ángel Cabo Alonso, o nosso Mestre de Salamanca, ficará na História não só como um geógrafo sábio, válido e competente, mas também como exemplo de um dedicado professor universitário, na mais pura das tradições académicas, em que o ser da universidade não se pode separar do estar na universidade: local de encontro de gentes e de ideias, por isso local de aprofundamento e criação das artes e das ciências, também lugar onde o permanente diálogo deve levar a outras grandezas, como o são a abertura de espírito, a crítica e a tolerância. Foi nesta Universidade que viveu o geógrafo Salamantino e aí o podíamos encontrar sem grandes dificuldades e assim encetar projetos e diálogos. Que saudades dessa Universidade, que saudade de Ángel Cabo.

NOTA FINAL

Para uma certa geração de geógrafos e de intelectuais, para lá da sua beleza e intensa e original urbanidade, Salamanca tinha dois motivos suficientes para uma visita: Ángel Cabo e a Livraria Cervantes – um lugar de cultura viva a uma hora da fronteira. Ambos se foram no dealbar deste ano de 2016. Assim como a cidade e a Universidade, também deixaram os seus frutos e as suas sementes, que vão contribuir para manter viva a chama, a luz de Salamanca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cabero, D. V. (1992). Semblanza: Ángel Cabo Alonso y la geografía española. In V. Cabero Diéguez *et al.*, (Eds.), *El medio rural español. Cultura, paisaje y naturaleza*, vol. I (pp. 11-16). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca – Centro de Estudios Salmantinos.
- Cabo, A. I. (1984). Transformaciones en el mundo rural español durante el último cuarto de siglo. In Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios (Eds.), *Coloquio Hispano-Francés sobre Espacios Rurales*, vol. I (pp. 31-44). Madrid: Ministerio de Agricultura.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Tipos de documentos

A Finisterra publica artigos, resenhas (sínteses e atualizações bibliográficas), comentários de autor e curtas notícias relativas a acontecimentos científicos recentes.

Dimensão

Os artigos não devem exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave em duas línguas, bibliografia, figuras e quadros.

As restantes publicações (resenhas, comentários, notícias) não devem ultrapassar os 20 000 caracteres com espaços.

Formatação do texto e seções

Os originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Word. O ficheiro deve ser identificado pelo apelido do 1º autor, seguido de _txt. e da extensão. Ex: Castro_txt.docx

Os capítulos têm numeração romana e são apresentados em maiúsculas. Se existirem subcapítulos têm numeração árabe, e são formatados a negrito com letra minúscula.

A indicação bibliográfica de um autor, no decurso do texto, deve ser feita pelo apelido, apenas com inicial maiúscula, seguido da data da obra e, se for uma citação, com indicação das páginas. Ex: Couto (2010), ou (Alves, 2011), ou (Ribeiro, 2011: 23-24). Havendo 2 autores usa-se “e” entre os apelidos. Ex: (Castro & Alves, 2009); se forem 3 ou mais autores indica-se o apelido do 1.º seguido de *et al.* Ex: (Tavares *et al.*, 2011).

Se forem necessárias abreviaturas indica-se o nome ou título completo a primeira vez que for referido, seguido da sigla entre parêntesis. Ex: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Título

Deve ser conciso, exprimindo o conteúdo. Se necessário, usar subtítulo. É apresentado em maiúsculas a negrito e centrado.

Autores

O nome dos autores é escrito em maiúsculas pequenas, sob o título do texto, à direita.

A seguir ao nome insere-se uma nota que indica a situação profissional e o e-mail de cada autor.

A sequência dos nomes de autores é da responsabilidade dos próprios.

Resumos

São apresentados dois resumos, um na mesma língua do texto e outro numa das outras línguas aceites pela revista. A tradução do resumo inclui obrigatoriamente a tradução do título.

PUBLISHING RULES

Types of documents

Finisterra publishes articles, summaries and bibliographical updates, in addition to short news of recent scientific developments.

Size

Articles must not exceed 50,000 characters with spaces, including abstract and keywords in two languages, references, figures and tables.

The other publication must not exceed 20,000 characters with spaces

Formatting of text and sections

The originals must be prepared in digital form, using a recent version of Word. The file must be identified by the 1st author's last name, followed by _txt. and the extension of the Word version. Ex: Castro_txt.docx

The text sequence and formatting should comply with the template available for downloading onto the platform.

The chapters must be numbered using Roman numerals and the titles typed in capital letters. Sub-chapters must be numbered using Arabic numerals, and typed in bold lowercase.

References should be cited in the text using the author's capitalized surname, followed by the date of the work. In case of a quote, pages' numbers must be included. Ex: Couto (2010), or (Alves, 2011), or (Ribeiro, 2011: 23-24). If there are two authors use “and” between the surnames, Ex: (Castro & Alves, 2009). If there are three or more authors use the first author's surname followed by *et al.* Ex: (Tavares *et al.*, 2011).

If it is necessary to use abbreviations the full name or title must be written for the first time, followed by the abbreviation in brackets. Ex: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Title

Should be concise and informative. A subtitle may be used if necessary. Should be typed in bold capitals and centred.

Authors

The author's names should be typed in small capitals, beneath the title aligned to the right.

A note stating the author's professional status and the e-mail should be typed after the author's name. The order of the authors' names is chosen by the authors.

Abstracts

Two abstracts should be submitted one in the language used in the text and the other one in one of languages accepted by the journal.

The translation of the abstract must include the translation of the title

O resumo deve exprimir o conteúdo do texto, ressaltando os aspectos essenciais, sem que o leitor precise de consultar o texto.

Não devem incluir-se nos resumos referências bibliográficas nem citações.

A dimensão de cada resumo é de cerca de 1 500 caracteres com espaços.

No fim de cada resumo são apresentadas palavras-chave, num máximo de 5, separados por “;”.

Notas de pé de página

Não se incluem notas de pé de página, exceptuando a afiliação dos autores

Não se aceitam notas que sejam meras referências bibliográficas.

As notas que forem imprescindíveis terão sequência numérica árabe e ficarão no final do texto.

Figuras

A palavra figura contempla mapas, gráficos, desenhos, fotografias, etc.

O título deve ser conciso exprimindo o conteúdo.

Deve ser feito um ficheiro separado, com os títulos das figuras, numeradas em árabe, em duas línguas. Esse ficheiro deve ser identificado pelo apelido do 1º autor, seguido de `_fig` e da extensão do Word. Ex: `Durão_fig_docx`
Todas as figuras devem ser referidas no texto, usando a palavra figura se esta ficar no meio da frase, ou a abreviatura `fig.` caso se usem parêntesis Ex: (fig. 1).

As figuras são enviadas em ficheiro separado do texto em formato `jpeg`, `tiff`, `bpm`, `gif`, `png`, com uma resolução não inferior a 300 dpi. Cada figura terá um ficheiro individualizado, que não deve exceder 5 MB; o conjunto não pode ultrapassar os 30 MB. Cada figura é identificada pelo apelido do primeiro autor, nº da figura e extensão. Ex: `Durão_fig.2.jpeg`

As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes para permitirem redução para a mancha da revista.

A reprodução em papel será feita a preto e branco, salvo se o autor custear as despesas para reprodução a cor.

Nas convenções deve evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos, pela dificuldade de distinção entre elas, sendo aconselhado o uso de tramas que permitam fácil leitura.

As legendas devem ser simples mas claras.

A fonte deve ficar expressa, se tiver havido recurso a autores que não os do texto

Quadros

Os quadros devem ser incluídos no texto e aí mencionados através de numeração romana.

Os títulos devem ser claros mas sintéticos, em duas línguas.

The abstract should convey the contents of the article, emphasizing the essential aspects, so that the reader gets a clear idea of the manuscript before reading it.

No references or citations should be included in the abstracts.

Each abstract should have approximately 1,500 characters including spaces

A maximum of five keywords should be provided at the bottom of each abstract, separated with “;”.

Endnotes

No endnotes are allowed with the exception of authors' affiliations.

Notes with bibliographic references will not be accepted.

All notes deemed indispensable should be numbered sequentially in Arabic numerals and presented at the end of the manuscript.

Figures

Figures may include maps, graphs, drawings, photographs, etc.

The title should be concise and informative.

Please provide a separate file with the titles of figures in two languages, numbered using Arabic numerals. This file must be identified by the 1st author's surname, followed by `_fig` and extension of the Word version. Ex: `Durão_fig_docx`

All figures should be mentioned in the text by the word figure if it appears in mid-sentence or by the abbreviation `fig.` if parentheses are used Ex: (fig. 1).

Pictures must be submitted as separate image files in `jpeg`, `tiff`, `png`, `gif` or `bpm` formats, with a resolution of no less than 300 dpi. Each figure file must not exceed 5 MB and the total cannot exceed 30 MB. Each figure is identified by the name of first author, figure number and extension. Ex: `Durão_fig.2.jpeg`.

The figures should have sufficient quality and legibility to allow reduction for the journal pages.

Paper reproduction will be in black and white, unless the author bears the cost for colour reproduction.

Multiplication of gray scales should be avoided due to the difficulty of distinguishing between them.

Legends should be concise and clear.

Whenever a picture does not belong to the author of the manuscript, its source should be mentioned.

Tables

Tables should be included in the text and referred to therein using Roman numerals.

The headings should be clear and concise, and typed in two languages

Devem evitar-se quadros que não caibam numa só página. Os quadros devem ser o mais simples possível, evitando frases longas, números extensos e demasiadas casas decimais.

A formatação dos quadros contempla linhas horizontais, sem limites verticais exteriores, sendo permitidas verticais internas (ver números anteriores da revista).

A fonte deve ser indicada, sempre que o autor não seja o próprio.

Bibliografia

Inclui exclusivamente as referências citadas no texto.

É inserida no final do texto, com o título “REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS”.

As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.

São apresentadas por ordem alfabética.

No caso de existirem diversas obras do mesmo autor segue-se a ordem cronológica, com a obra mais recente em primeiro lugar.

Se existir mais do que uma obra do mesmo ano e autor acrescentam-se à data as letras a, b, c, etc.

Por motivos de citação são recomendadas referências bibliográficas em inglês.

Normas APA www.apastyle.org

Direitos de Autor

Cabe aos autores obter autorização para publicação de material sujeito a direitos de autor.

Direitos de edição

Os direitos de edição pertencem ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

A edição de um texto submetido à Finisterra para publicação implica que seja um original.

A publicação implica a aceitação das “normas para submissão de manuscritos”, “deveres dos autores” e o envio de uma “carta de aceitação”.

Tables that do not fit on a single page should be avoided, should be as simple as possible, avoiding long sentences, and large numbers with too many decimal places.

The format of tables should have horizontal lines without outer vertical limits; internal vertical limits are allowed (see the journal's earlier issues).

Whenever a table does not belong to the author of the manuscript, its source should be mentioned.

References

Includes only those cited in the text;

Are included at the end of the text, with the title “REFERENCES”; Must not appear as footnotes and must be in alphabetical order;

In case there are several works by the same author, references must follow chronological order, with the most recent one first;

Whenever there are several works of the same year and by the same author letters a, b, c, etc. should come after the date;

For citation reasons is recommended bibliographic information in English;

APA Citation Style www.apastyle.org

Authors' rights

It is the authors' duty to obtain permission for publication of materials subject to copyright.

Edition rights

Edition rights belong to the Centre for Geographical Studies of the University of Lisbon

Edition of a text submitted to Finisterra for publication applies only to an original text.

The publication is subject to acceptance of the “standards for submission of manuscripts”, “duties of authors” and of a “letter of acceptance”.

PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

MEMÓRIAS

	€
Alcoforado M J (1992) <i>O clima da Região de Lisboa</i> . 15, 347 p.	15,00
Alegria M F (1990) <i>A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego</i> . 12, 560 p., fig. e mapas	10,00
Dias M H (1991) <i>Leitura e comparação de mapas temáticos em geografia</i> . 13, 433 p., fig. e mapas	10,00
Fonseca M L (1990) <i>População e território. Do país à área metropolitana</i> . 14, 416 p.	15,00

PUBLICAÇÕES AVULSAS

Amaral A (1996) <i>Bibliografia Científica de Ilídio Amaral</i> . 106 p.	6,50
Barata Salgueiro T, Cachinho, H (Eds.) (2011) <i>Retail Planning for the Resilient City. Consumption and Urban Regeneration</i> . 332 p.	15,00
Cavaco C (coord) (2008) <i>Turismo. Inovação e desenvolvimento (Actas do I Seminário “Turismo e Planeamento do Território”)</i> . 393 p.	20,00
Daveau S (2010) <i>Um antigo mapa de Portugal (c. 1525). Reconstituição a partir do Códice de Hamburgo</i> . 359 p. CD-ROM	20,00
Daveau S (1998) <i>Bibliografia científica de Orlando Ribeiro (2.ª Parte, 1981-95)</i>	1,00
Dias M H, Botelho T, Coronel Henrique F (Coord.) (1999) <i>Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa, (2ª Ed.)</i> , LIV p. + 71 p.	20,00
Fonseca M L (coord) (2008) <i>Cities in movement. migrants and urban change</i> . 281 p.	20,00
Fonseca M L (coord.) (2006) <i>Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares De Turismo E Lazer</i> . 361 p.	20,00
Gaspar J, Vale M (1998) <i>Desenvolvimento industrial e território (actas do seminário internacional)</i> . 326 p.	12,50
Henriques E B, Sarmento J. M, Lousada, M A (Eds.) (2010) <i>Water and Tourism Resources Management, Planning and Sustainability</i> . 269 p.	20,00
Medeiros E J R (2009) <i>O Processo de Cooperação Transfronteiriça na EU. Os casos de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega</i> . 144 p.....	14,00
Medeiros I M (2011) <i>Dinâmicas socioeconómicas e governanças no litoral norte de Moçambique (Província de Cabo Delgado)</i> . 163 p.	12,00
Moreira, L M (2011) <i>O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas</i> . 349 p.	10,00
Oliveira F R de (coord) (2012) <i>Leitores de mapas: dois séculos de história da cartografia em Portugal</i> . 191 p.	5,00
Oliveira F R, Mendoza Vargas H (2010) <i>Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX</i> . 643 p.	20,00

Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia</i> . Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório. 94 p.	8,00
Pires I M (ed.) (2008) <i>A integração dos Mercados Ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado?</i> 201 p.	18,00
Simões J M, Ferreira C (Eds) (2009) <i>Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios</i> . 411 p.	20,00
Simões J M (concepção), Costa E M da, Henriques E B, Queirós M, Lousada M A, Neves M (colaboração) (2007) <i>Portugal: Olhares da Geografia</i> . 211 p.	50,00
Vários (2007) <i>Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia Homenagem a Jorge Gaspar</i> . 717 p.	25,00

PUBLICAÇÕES DOS GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO (*)

Abreu D de (2011) (1ª reimpressão) <i>Análise de Dados II. Programa</i> . E.P-R.U., 69: 114 p. + 288 p (Anexos)	22,50
Abreu D de (2006) <i>Análise de Dados II. Programa</i> . E.P.R.U., 69: 150 p.	Esgotado
Abreu D de (1993) <i>Programa de Análise Regional e Urbana</i> . E.P.R.U. ¹ , 40: 111 p.	Esgotado
Alberto A (2001) <i>O contributo da educação geográfica na educação ambiental</i> . <i>A Geografia no Ensino Secundário</i> . E.G.H.R. ² , 43: 177 p. + anexos	18,50
Alcoforado, M J (2010) <i>Climatologia Urbana para o Ensino</i> . CliMA, 3: 179 p.	Esgotado
Alcoforado M J (1993) <i>Programa de Climatologia</i> . A.I.G-E. ³ , 16: 99 p.	Esgotado
Alcoforado M J, Alegria M F, Pereira A R, Sirgado C (2009) <i>Domínios Bioclimáticos de Portugal. Definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger</i> . CliMA, 1: 57 p. e mapas (reedição).....	8,00
Alcoforado M J, Andrade H, Lopes A, Oliveira S (Eds) Frago M, Lombardo M, Matzarakis A (2008) <i>Estudos sobre cidades e alterações climáticas</i> . A.I.G-E., 8: 108 p.	12,00
Alcoforado M J, Dias M H (2002) <i>Imagens climáticas da Região de Lisboa</i> . A.I.G-E. (CD-ROM).	5,00
Alcoforado M J, et al. (eds) (2004) <i>Urban climate studies in Lisbon</i> . A.I.G-E., 1: 72 p.	10,00
Alcoforado M J, Lopes A, Andrade H, Vasconcelos J (2005) <i>Orientações climáticas para o Ordenamento em Lisboa</i> . Área de Investigação de Geo-Ecologia, 4: 81 p.	Esgotado
Alegria J M (2004) <i>As migrações pendulares de trabalho geradas por Évora</i> . E.P.R.U., 58: 213 p.	18,00
Almeida D (2011) <i>Planeamento e gestão de frentes de água. A frente ribeirinha norte de Almada</i> . TERRiTUR, 3: 112 p.	10,00
Alves T, Carvalho F T (org. e ed.) (2012) <i>Portugal. Vinte anos de integração na Europa</i> . <i>Mudanças e Perspectivas</i> . MOPT, 102 p.	10,00
Alves T (2010) <i>Geografia da Noite: Conhecer, Compreender, e Repensar os Territórios</i> . TERRiTUR: 176 p.	14,00

* Algumas das publicações esgotadas estão disponíveis online.

¹ E.P.R.U – Estudos para o Planeamento Regional e Urbano.

² E.G.H.R. – Estudos de Geografia Humana e Regional.

³ A.I.G-E – Área de Investigação de Geo-Ecologia.

Alves T (2005) <i>Serviços e desenvolvimento que oportunidades para as áreas rurais</i> . E.P.R.U., 62: 118 p.	15,00
Alves T (2005) <i>Geografia dos serviços</i> . E.P.R.U., 65: 176 p.	12,00
Andrade H, Vieira R (2005) <i>O estudo climático de um Espaço Verde de Lisboa: o Jardim da Gulbenkian</i> . A.I.G-E., 5: 45 p.	12,00
André I (2005) <i>Metodologias de investigação em geografia humana</i> . E.G.H.R.: 90 p.	12,50
Arrabaça P (2003) <i>Formas urbanas na cidade construída. Agualva-Cacém, 1953-2001</i> . E.P.R.U., 57: 286 p.	20,00
Aurindo M J (2006) <i>Portugal em Cartaz – representações do destino turístico</i> . E.G.H.R., 48: 208 p.	15,00
Avelino J L (1998) <i>O protagonismo territorial das cidades intermédias. O sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo</i> . E.P.R.U., 48: 315 p.	20,00
Barata H D (1996) <i>O Porto de Lisboa. O porto, a economia regional e o território</i> . E.P.R.U., 44: 188 p.	10,00
Barata Salgueiro T (1993) <i>Programa de geografia urbana</i> . E.G.H.R., D6: 126 p.	Esgotado
Barata Salgueiro T (1998) <i>Globalização e reestruturação urbana</i> . E.G.H.R., D7: 118 p.	Esgotado
Barata Salgueiro T (2002) <i>Lisboa e os desafios da nova economia</i> . E.G.H.R., 44: 132 p.	18,00
Cavaco C (2004) <i>Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 59: 135 p.	15,00
Cavaco C (1999) <i>Desenvolvimento rural desafio e utopia</i> . E.P.R.U., 50, 455 p.	20,00
Cavaco C (coord.) (2002) <i>Repensar Portugal na Europa, perspectivas de um país periférico</i> . E.P.R.U., 55: 393 p.	20,00
Cavaco C (coord.) (1995) <i>As regiões de fronteira. Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu</i> . E.P.R.U., 43: 408 p.	Esgotado
Cavaco C, Ramos A, Gomes H (1999) <i>O tapete no desenvolvimento local de Arraiolos</i> . E.P.R.U., 47: 56 p.	4,00
Cavaco C, Fonseca M. L. (2001) <i>Território e turismo no Brasil</i> . E.P.R.U., 53: 225 p.	18,00
Claudino S (1995) <i>Ensino superior português, diplomados e desenvolvimento regional</i> . E.G.H.R., B9: 220 p.	11,00
Correia S (2013) <i>Análise de padrões temporais e espaciais de descargas eléctricas atmosféricas em Portugal Continental</i> . CliMA, 5: 124 p.	15,00
Dias M H (2007) <i>Cartografia temática: programa</i> . A.I.G-E., 6: 146 p.	Esgotado
Dias M H (coord.) (2003) <i>Contributos para a história da cartografia militar portuguesa</i> . CEG-IgeoE (CD-ROM)	20,00
Dias M H (1993) <i>Expressão gráfica</i> . (2ª Edição), 11: 71 p.	Esgotado
Ferreira A B, Ramón J, Román V, Zêzere J L, Rodrigues M L (1999) <i>A glaciação Plistocénica da Serra do Gerês</i> . A.G.F.A. ⁴ , 37: 151 p.	Esgotado
Ferreira D de B (2005) <i>Geografia física dos oceanos</i> . A.G.F.A.: 240 p.	20,00
Ferreira D de B (1993) <i>Agroclimatologia</i> . A.G.F.A., 34: 119 p.	5,00
Fonseca M L (1993) <i>Programa de geografia económica</i> . E.P.R.U., 39: 106 p.	5,00
Fonseca M L (coord.) (1995) <i>Lisboa: abordagens geográficas</i> . E.P.R.U., 42: 136 p.	9,00
Fonseca M L (2005) <i>Migrações e território, programa</i> . E.P.R.U.: 202 p.	Esgotado

⁴ A.G.F.A – Área de Geografia Física e Ambiente.

Fonseca M L, Malheiros J (2005) <i>Social integration & mobility: education, housing & health</i> . E.P.R.U., 67: 154 p.	15,00
Fonseca M L, Malheiros J, Esteves A, Caldeira M J (2002) <i>Immigrants in Lisbon – routes of integration</i> . E.P.R.U., 56: 111 p.	Esgotado
Fragoso M (2004) <i>O contexto atmosférico dos episódios de precipitação intensa no Sul de Portugal</i> . A.G.F.A., 39, 148 p.	20,00
Gaspar J, Kulhe E, Schätzl L (1998) <i>Effects of the European Integration Process on the Spatial Economic Development in Portugal</i> . E.P.R.U., 46: 159 p.	7,50
Gaspar J, Pires I, Henriques E B (2000) <i>Towards a rural-urban partnership in Europe. Some findings from SPESP study</i> . E.P.R.U., 51: 165 p.	12,50
Leal M (2008) <i>As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: factores condicionantes e desencadeantes</i> . SLIF, 8: 136 p.	15,00
Lopes A (2005) <i>Modificações no clima de Lisboa como consequência do crescimento urbano. Vento, ilha de calor de superfície e balanço energético</i> . A.I.G-E, 3: (CD).	5,00
Malheiros J M (2009) <i>Ambiente social urbano – programa da unidade curricular</i> . NETURB: 103 p.	14,00
Marques R J (2000) <i>Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências</i> . E.G.H.R., 42, 193 p.	15,00
Medeiros C A (1999) <i>A Ilha de S. Jorge (Açores)</i> . E.G.H.R., C17: 67 p.	5,00
Mora C (2006) <i>Climas locais da Serra da Estrela. Características regionais e particularidades locais dos planaltos e do alto vale do Zêzere</i> . A.I.G-E, 7: (CD-ROM)	5,00
Moreira F J (1994) <i>O Turismo em Espaço Rural</i> . E.G.H.R., B8: 225 p.	Esgotado
Morgado P, Rocha J (2008) <i>Modelação geográfica de indicadores de desenvolvimento sustentável. Uma aplicação à área metropolitana de Lisboa</i> . E.P.R.U. 71: 137 p.	17,00
Neto C S (1993) <i>A flora e a vegetação dos meios palustres do Superdistrito Sadense</i> . A.I.G-E., 96 p.	7,50
Neto C S (2009) <i>Fitogeografia de Portugal</i> . CliMA, 2: 246 p.	20,00
Neto C S (2012) <i>Ambiente e Biodiversidade: Programa</i> . CliMA, 4: 159 p.	15,00
Neves M (2006) <i>Os sistemas litorais da Estremadura norte: classificação e caracterização geomorfológica</i> . DILIF, 4: 118 p.	12,50
Oliveira F R, Esteves M H (2012) <i>IV Simpósio Ibero-Americano de História da Cartografia – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 11 - 14 de Setembro de 2012 – Relatório</i> . HEGEC: 94 p.	8,00
Oliveira P (2003) <i>Inundações na cidade de Lisboa. Guia de Hidrogeografia Urbana</i> . DILIF ⁵ , 181 p.	15,00
Paixão R (2012) <i>Avaliação da vulnerabilidade biofísica do sistema dunar de Peniche-Baleal</i> . SLIF, 9: 147 p.	15,00
Pereira A R (2008) <i>Sistemas litorais: dinâmicas e ordenamento</i> . DILIF, 5: 113 p.	15,00
Pereira A R, Regnaud H, Dias J A, Laranjeira M M (1994) <i>Contribuições para a geomorfologia e dinâmicas litorais em Portugal</i> . L.A.G.F ⁶ , 35: 91 p.	Esgotado
Pereira A R, Ramos C e colaboradores (2000) <i>Contrastes espaciais concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal Continental</i> . DILIF, 1: 40 p.	Esgotado

⁵ DILIF – Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial.

⁶ L.A.G.F – Linha de Acção de Geografia Física.

Ramos C (2009) <i>Dinâmica fluvial e ordenamento do território. Programa de unidade curricular do 2.º ciclo</i> . SLIF, 8: 96 p.	15,00
Ramos C (2005) <i>Programa de hidrogeografia</i> . DILIF: 122 p. http://www.ceg.ul.pt/download/Publicacoes_Download/CRamos/Programa_Hidrogeografia.pdf	Online
Reis J, Torres A, Mendes L, Lopes P (2004) <i>Boas práticas na educação geográfica</i> . E.G.H.R., 46: 177 p.	18,00
Rocha J, Sousa P M (2007) <i>Integração de dados estatísticos na classificação de imagens de satélite</i> . E.P.R.U., 70: 158 p.	17,50
Rodrigues M L (2009) <i>Geodiversidade, Património Geomorfológico e Geoturismo</i> . TERRiTUR: 123 p.....	15,00
Sarmento J, Henriques E B (Eds) (2013) <i>Tourism in the global south: heritages identities and development</i> . TERRiTUR: 250 p.	20,00
Simões J (2009) <i>Geografia do Lazer e do Turismo. Programa</i> . E.P.R.U., 66: 171 p. (reedição)	12,00
Taborda J P, Alcoforado M J, Garcia J C (2004) <i>O clima do sul de Portugal no século XVIII</i> . A.I.G-E., 2: 211 p. http://clima.ul.pt/images/pdf/pub/b_mja_2004_climasulportugal.pdf	Online
Trindade, J (2010) <i>Monotorização e análise de indicadores da dinâmica de praias expostas</i> . SLIF, 7: 120 p.	15,00
Vale M (coord.) (2001) <i>Desinvestimento e impactos económicos, sociais e territoriais</i> . E.P.R.U., 54: 289 p.	20,00
Vale M (2005) <i>Teorias e políticas de desenvolvimento regional</i> . E.P.R.U., 63: 96 p.	15,00
Vários (1994) <i>Regional Conference of the International Geographical Union</i> . E.P.R.U., 41: 109 p.	6,00
Vários (2000) <i>28th International Congress of the International Geographical Union</i> . E.P.R.U., 52: 116 p.	7,50
Vários (2002) <i>Olhares sobre o território e a espacialidade</i> . E.G.H.R.: 152 p.	18,00
Vários (2005) <i>Cartografia Militar Portuguesa dos séculos XVIII e XIX</i> . 176 p.	Esgotado
Ventura J E (1996) <i>Aspectos da Distribuição Espacial das Chuvas no Sul de Portugal</i> . A.G.F.A., 36: 92 p.	Esgotado
Zêzere J L (2001) <i>Distribuição do Ritmo dos Movimentos de Vertente na Região a Norte de Lisboa</i> . A.G.F.A., 38: 167 p.	Esgotado
Zêzere J L (2005) <i>Dinâmica de Vertentes e Riscos Geomorfológicos, Programa</i> . A.G.F.A., 41: 128 p.	Esgotado

APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA

Série Investigação

	€
Barata Salgueiro T, Cachinho H (2002) <i>Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano</i>	3,00
Barata Salgueiro T, Cachinho H (2006) <i>As Relações Cidade - Comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos</i>	2,50
Benko G (2000) <i>Mundialização da economia e metropolização do Mundo</i>	2,00
Borges B, Duarte A, Paixão R, Pedro P, Ramos C (2007) <i>Cheias Rápidas em Áreas Urbanas e sua Percepção: o caso da Bacia da R.ª de Odivelas</i>	4,00
Esteves A, Caldeira M J (2000) <i>Reiventando culturas: contribuições da comunidade cabo-verdiana para a dinâmica cultural de Lisboa</i>	3,00
Fernandes A, Santos C, Neto L, Ricardo S, Pereira A R (2004) <i>Turismo Natureza no concelho de Marvão. Uma proposta condicionada em Agosto/Setembro de 2003</i>	2,50
Gaspar J (2000) <i>Perspectivas da Geografia para o século XXI</i>	3,00
Gaspar J (2001) <i>Developing cohesive cities: a perspective from the ground</i>	2,00
Gaspar J (2001) <i>The structuring role of urban systems in Peripheral European Regions</i>	3,00
Henriques E B (2000) <i>As indústrias culturais e o sector económico da cultura. Questões conceptuais e metodológicas</i>	1,50
Lopes A, Vieira H (2001) <i>Heat fluxes from Landsat images</i>	3,50
Lousada M A (2003) <i>The police and the issues of urban spaces, 1780-1830</i>	1,50
Medeiros C A (2000) <i>Ponta Delgada no contexto das cidades insulares portuguesas</i>	1,50
Pereira A R (2000) <i>Risco em ambiente litoral</i>	1,50
Pereira A R, Neves M (2000) <i>The interaction between marine and sub-aerial processes in the evolution of rocky coasts. The example of Castelejo - SW, Portugal</i>	1,50
Pereira A R, Laranjeira M M, Neves M (2000) <i>A resilience checklist to evaluate coastal dune vulnerability</i>	2,25
Pereira, A R; Zêzere, J L; Morgado, P (2006) <i>Recursos naturais em Portugal: da inventariação à avaliação das potencialidades do território</i>	3,50
Rodrigues M L (2008) <i>A cartografia geomorfológica: evolução, conceitos e metodologias (O mapa geomorfológico de pormenor e alguns aspectos de aplicação)</i>	2,50
Vale M (2000) <i>How successful is Lisbon and Tagus valley. Former peripheral european region?</i>	1,50
Vieira G T (2000) <i>Cálculo do efeito de sombra com o Sistema de Informação Geográfica ILWIS 2.1</i>	2,50
Zêzere J L (2000) <i>A classificação dos movimentos de vertente: tipologia, actividade e morfologia</i>	2,00
Zêzere J L, Pereira A R, Sousa P M (2006) <i>Perigos naturais e tecnológicos no território de Portugal Continental</i>	3,00

Série Ensino

Gaspar J, Henriques E B, Vale M (2000) <i>Lisboa: porta para o Sudoeste Europeu</i>	3,00
---	------

FINISTERRA

REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

ASSISTENTE EDITORIAL / *EDITORIAL ASSISTANT*

Rute VIEIRA

TRADUÇÃO E REVISÃO / *TRANSLATION AND REVISION*

Francês – Suzanne DAVEAU

Inglês – Jennifer McGARRIGLE

CAPA / *COVER*

Pedro CALAPEZ

CONTACTOS / *CONTACTS*

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

Letters should be addressed to:

FINISTERRA. REVISTA PORTUGUESA DE GEOGRAFIA

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques,

1600-276 Lisboa, Portugal

E-mail: rev.finisterra@campus.ul.pt

<http://www.ceg.ulisboa.pt/revistafinisterra>

<http://revistas.rcaap.pt/finisterra>

<http://www.ceg.ul.pt/finisterra>

Finisterra Tel: +351 210 442 926

VENDA / *SALE*

Número avulso / *Single issue*: 12 €

Assinatura anual (3 números + correio) / *Annual subscription (3 volumes + postal charge)*

PORTUGAL: 30 € EUROPA; 40 € OUTROS PAÍSES / *OTHER COUNTRIES*

Periodicidade – Quadrimestral

Tiragem – 300 exemplares

Pré-impressão e impressão/ *Pre-printing and printing*:

EUROPRESS - Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A

1700-249 Lisboa

ÍNDICE

ARTIGOS		
Jonas Otaviano Praça de Souza Ana Clara Magalhães de Barros Antonio Carlos de Barros Correa	Estilos fluviais num ambiente semiárido, bacia do Riacho do Saco, Pernambuco	3-23
Fábio Silveira Molina	A produção da “Paris dos Trópicos” e os megaeventos no Rio de Janeiro no início do século XX	25-45
Pedro Guimarães	A eficácia dos projectos especiais de urbanismo comercial. Evidências de Braga	47-64
Eda Góes	<i>Shopping Center</i> : consumo, simulação e controle social	65-80
Anna Ortiz Cristóbal Mendoza	Jóvenes doctorandos europeos y latinoamericanos en Barcelona: experiencias migratorias y vivencias en la ciudad	81-101
Clarice Cassab Juliana Aparecida Cantarino Toledo Kátia Oliveira Ferreira Rayssa Pinto Rezende	Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira	103-120
RECENSÕES		
Síntese Bibliográfica		
Isabel Pujadas Rúbies Jordi Bayona-I-Carrasco Miguel Rubiales Pérez	Movilidad residencial en edades avanzadas en España: una perspectiva metropolitana	121-142
Actualização Bibliográfica		
Antoine Mandoux	«White City, Black City» de Sharon Rotbard	143-145
Jakob Horneber	The paradox of German power de Hans Kundnani	147-148
COMENTÁRIO DE AUTOR		
Suzanne Daveau	O Professor Galopim de Carvalho e o laboratório de geomorfologia do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa	149-150
A. M. Galopim de Carvalho	"Ó minha terra na planície rasa..."	151-154
NOTÍCIA		
Jorge Gaspar Lorenzo López Trigal	Ángel Cabo Alonso (1922-2016): um Mestre da Geografia Peninsular	155-158